

Lista de siglas

Siglas pertencentes ao Senado Federal

ATC – Ato da Comissão Diretora do Senado Federal
CD – Comissão Diretora do SF
COAPAR – Coordenação de Apoio aos Parlamentares
CONTAB – Coordenação de Contabilidade/SAFIN
DCN – Diário do Congresso Nacional
DGER – Diretoria Geral
DGERADC – Diretoria Geral Adjunta de Contratações
DGERADG – Diretoria Geral Adjunta de Gestão
EGOV- Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica
ERGON – Sistema de Informações da Secretaria de Gestão de Pessoas
FUNSEN – Fundo Especial do Senado Federal
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
INTERLEGIS – Rede de Integração e Participação Legislativa
NGCONT – Núcleo de Gestão de Contratos
PRODASEN - Secretaria de Tecnologia da Informação
SADCON – Secretaria de Administração de Contratações
SAFIN – Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade
SCISF – Secretaria de Controle Interno (=OCI no SF)
SECOM - Secretaria de Comunicação Social
SEGRAF – Secretaria de Editoração e Publicações
SEGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SF – Senado Federal
SGM – Secretaria Geral da Mesa
SIGA BRASIL – Sistema de Informações sobre Orçamento Público
SIGAD - Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal
SPATR – Secretaria de Patrimônio

Demais siglas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
SECEX – Secretaria de Controle Externo/TCU
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal /TCU
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
SISAC – Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora Executora
UO – Unidade Orçamentária
OCI – Órgão de Controle Interno (= SCISF no Senado)
UJ – Unidade Jurisdicionada

Figura 1 - Organograma do Senado Federal	14
Figura 2 - Macroprocessos finalísticos do Senado Federal	15
Figura 3 - Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa	28
Figura 4 - Desdobramento dos objetivos estratégicos em objetivos táticos ou operacionais	29
Figura 5 - Progresso dos projetos: situação dos marcos planejados	29
Figura 6 - Relacionamento entre os projetos e as contratações	30
Figura 7 - Relacionamento entre as contratações e os processos licitatórios.....	30
Figura 8 - Relacionamento entre as contratações e os lançamentos no SIAFI	30

Gráfico 1 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo faixa etária global e por vínculo	58
Gráfico 2 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o tempo de serviço.....	60
Gráfico 3 - Manifestações atendidas em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores).....	89
Gráfico 4 - Manifestações concluídas pelo 0800 (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica).....	90
Gráfico 5 - Alcance no Facebook	108
Gráfico 6 - Distribuição dos pedidos de informação por prazo de resposta e por assunto	119
Gráfico 7 - Manifestações dos visitantes do Senado Federal	122
Gráfico 8 - Opiniões dos visitantes do Senado Federal	123
Gráfico 9 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida.....	198
Gráfico 10 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida por tipo de deficiência (mensal).....	199
Gráfico 11 - Evolução do número dos servidores efetivos de 2011 a 2015	14
Gráfico 12 - comparação do quantitativo de servidores efetivos ativos e servidores aposentados	15
Gráfico 13 - Evolução do número dos comissionados em relação aos efetivos	16

Quadro 1 – Projetos Estratégicos do Senado Federal	27
Quadro 2 - Dotação orçamentária por Programa	32
Quadro 3 - Valores disponibilizados ao Senado Federal no orçamento	34
Quadro 4 - execução orçamentária e financeira de todas as programações alocadas no orçamento do Senado Federal	38
Quadro 5 - Execução do orçamento por Plano Orçamentário	40
Quadro 6 - Execução orçamentária por Plano Orçamentário da ação 4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política.....	42
Quadro 7 - Restos a pagar de exercícios anteriores	44
Quadro 8 - Despesas totais por modalidade de contratação.....	46
Quadro 9 - Despesas por grupo e elemento de despesa	48
Quadro 10 - Concessão de suprimento de fundos.....	53
Quadro 11 - Utilização de suprimento de fundos	53
Quadro 12 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	55
Quadro 13 - Indicadores de Estrutura do Quadro de Pessoal	57
Quadro 14 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade	59
Quadro 15 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o tempo de serviço.....	59
Quadro 16 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça.....	61
Quadro 17 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício	61
Quadro 18 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado.....	62
Quadro 19 - Taxas de Provitamento e Vacância por cargo	63
Quadro 20 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos	65
Quadro 21 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o efetivo provimento de servidores comissionados	66
Quadro 22 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo	66
Quadro 23 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais.....	66
Quadro 24 - Percentual de servidores capacitados/ano.....	67
Quadro 25 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação	67
Quadro 26 - Taxa de reação dos servidores treinados	67
Quadro 27 - Taxa de impacto dos treinamentos	67
Quadro 28 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados	67
Quadro 29 - Remuneração média por cargo e especialidade	68
Quadro 30 - Taxa de absenteísmo.....	68
Quadro 31 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade	69
Quadro 32 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade	69
Quadro 33 - Índice de clima organizacional	70
Quadro 34 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade.....	71
Quadro 35 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	71
Quadro 36 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade.....	72
Quadro 37 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	72

Quadro 38 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras.....	72
Quadro 39 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte	73
Quadro 40 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	75
Quadro 41 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	76
Quadro 42 - Lista de indicadores de aquisição	78
Quadro 43 - SINDICÂNCIA – Processos Concluídos.....	83
Quadro 44 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) – Processos concluídos.....	84
Quadro 45 - SINDICÂNCIA - Processos em apuração	85
Quadro 46 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - Processos em apuração	86
Quadro 47 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	216
Quadro 48 - Força de Trabalho da UPC	11
Quadro 49 - Distribuição da Lotação Efetiva	12
Quadro 50 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	13
Quadro 51 - Despesas de pessoal.....	17
Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	20
Quadro 53 - Quantitativo e gastos com estagiários (2013 a 2015)	21
Quadro 54 - Pagamento de estagiários / 2015 por trimestre	21
Quadro 55 - Distribuição de estagiários.....	22
Quadro 56 - Locação de veículos por grupos	24
Quadro 57 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	27
Quadro 58 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	33
Quadro 59 - Detalhes da cessão de espaços físicos e imóveis a entidades públicas ou privadas	59
Quadro 60 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	60
Quadro 61 - Receitas do Fundo Especial do Senado Federal por Natureza de Despesa	122
Quadro 62 - Deliberações do TCU atendidas integralmente	190
Quadro 63 - Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Atendidas integral ou parcialmente	269
Quadro 64 - Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	270
Quadro 65 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	276

Tabela 1 - execução física das programações que possuem metas estabelecidas na LOA.....	36
Tabela 2 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade	59
Tabela 3 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça.....	61
Tabela 4 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício	62
Tabela 5 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado.....	62
Tabela 6 - Taxas de Provitamento e Vacância por cargo.....	64
Tabela 7 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provitamento de servidores efetivos	65
Tabela 8 - Remuneração média por cargo e especialidade	68
Tabela 9 - Taxa de absenteísmo.....	69
Tabela 10 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade	70
Tabela 11 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	71
Tabela 12 - Custo médio por servidor e vínculo de horas-extras	72
Tabela 13 - Custo médio por lotação de horas-extras.....	73
Tabela 14 - Custo médio por lotação de exercício de hora-estra em Dez/2015	73
Tabela 15 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio transporte.....	74
Tabela 16 - Custo médio por lotação de auxílio transporte	74
Tabela 17 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio transporte.....	74
Tabela 18 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio alimentação.....	75
Tabela 19 - Custo médio por lotação de auxílio alimentação	75
Tabela 20 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio alimentação	76
Tabela 21 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	76
Tabela 22 - Custo médio por lotação de auxílio pré-escolar	77
Tabela 23 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio pré-escolar	77
Tabela 25 - Temas respondidos por meio do programa Espaço Ouvidoria.....	91
Tabela 26 - Comentários via Alô Senado	94
Tabela 27 - Distribuição por Tipo de Abordagem	97
Tabela 28 - Distribuição por Região	98
Tabela 29 - Distribuição por Tema	99
Tabela 30 - Distribuição por Assunto	99
Tabela 31 - Distribuição Unidade da Federação	101
Tabela 32 - Demanda por Informação	102
Tabela 33 - Número de participantes do Visite o Congresso em 2015.....	121
Tabela 34 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2012	126
Tabela 35 - - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2012	128
Tabela 36 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2013	131
Tabela 37 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2014	133
Tabela 38 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2014	135

Tabela 39 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2015	137
Tabela 40 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2015	138
Tabela 41 - Pesquisa Copa do Mundo de futebol – Brasil 2014.....	140
Tabela 42 - Pesquisa Segurança Pública no Brasil	142
Tabela 43 - Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	145
Tabela 44 - Pesquisa Reforma do Código Penal.....	148
Tabela 45 - Pesquisa Violência contra a juventude negra no Brasil.....	152
Tabela 46 - Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres	158
Tabela 47 - Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado.....	160
Tabela 48 - Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação	161
Tabela 49 - Pesquisa Lei de Drogas.....	163
Tabela 50 - Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares	164
Tabela 51 - Pesquisa Reforma Política	165
Tabela 52 - Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana	167
Tabela 53 - Pesquisa 25 anos da Constituição	168
Tabela 54 - Pesquisa Federalização da Educação Básica	169
Tabela 55 - Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil	170
Tabela 56 - Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas	172
Tabela 57 - Pesquisa Legalização da Maconha	175
Tabela 58 - Pesquisa Mulheres na Política	176
Tabela 59 - Pesquisa "CCT Banda Larga"	178
Tabela 60 - Pesquisa Auxílio Reclusão	179
Tabela 61 - Pesquisa Energia no Brasil: alternativas e cenários futuros	181
Tabela 62 - Pesquisa Reforma Política- 2015.....	182
Tabela 63 - Pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente	184
Tabela 64 - Pesquisa Violência doméstica e familiar	185
Tabela 65 - CCT- Programa Ciência sem Fronteiras.....	187
Tabela 66 - Reforma Política 2- 2015.....	189
Tabela 67 - Violência contra a juventude negra	191
Tabela 68 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida.....	197
Tabela 69 - Quantidade de empréstimos de equipamentos/mês	202
Tabela 70 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	212

Sumário	
Sumário	8
1. APRESENTAÇÃO	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	13
2.1. Finalidade e Competências.....	13
2.2. Organograma	14
2.3. Macroprocessos Finalísticos.....	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	18
3.1. Planejamento Organizacional.....	18
3.1.1. <i>Descrição sintética dos objetivos do Exercício</i>	18
3.1.2. <i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	18
3.1.3. <i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	23
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	27
3.3. Desempenho Orçamentário.....	32
3.3.1. <i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	36
3.3.2. <i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	43
3.3.3. <i>Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	44
3.3.4. <i>Informações sobre a execução das despesas</i>	45
3.3.5. <i>Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal</i>	52
3.3.6. <i>Análise crítica</i>	55
3.4. Desempenho Operacional.....	57
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	57
4. GOVERNANÇA	80
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	80
4.2. Da correição e apuração de ilícitos administrativos	81
4.3. Gestão de riscos e controles internos.....	87
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	88
5.1. Canais de acesso do cidadão.....	88
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão	103
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	124

5.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	193
5.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	195
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	209
6.1.	Desempenho financeiro no exercício	209
6.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	209
6.3.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	211
6.4.	Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	7
6.5.	Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	7
6.6.	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	7
7.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	10
7.1.	GESTÃO DE PESSOAS	10
7.1.1.	<i>Estrutura de Pessoal da Unidade</i>	10
7.1.2.	<i>Demonstrativo das Despesas com Pessoal</i>	17
7.1.3.	<i>Gestão de riscos relacionados ao pessoal</i>	18
7.1.4.	<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários</i>	19
7.1.5.	<i>Medidas para prevenir e corrigir a acumulação indevida de cargos, empregos e funções públicas</i>	22
7.2.	Gestão de patrimônio e infraestrutura	24
7.2.1.	<i>Gestão da frota de veículos</i>	24
7.2.2.	<i>Política de destinação de veículos inservíveis</i>	25
7.2.3.	<i>Gestão do patrimônio imobiliário da União</i>	27
7.2.4.	<i>Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas</i>	33
7.2.5.	<i>Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	59
7.3.	Gestão da tecnologia da informação	61
7.3.1.	<i>Principais sistemas de informações</i>	61
7.4.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	118
7.4.1.	<i>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	118
7.5.	Gestão de fundos e de programas	121
7.5.1.	<i>Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade</i>	121
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	124
8.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	124

- 8.2. Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Atendidas integral ou parcialmente**192
- 8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário....**270
- 8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993** 272
- 8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento** 273

1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2015, caracterizado por dúvidas e incertezas que contaminaram todo o país, não somente impôs à sociedade grandes esforços como também instou o Senado Federal a uma atuação mais célere, proativa e propositiva para fazer frente à crise política e econômica que se instalara no Brasil.

A tarefa mostrou-se árdua, mas encontrou o Senado Federal preparado para reagir àquela complexa conjuntura. Desde 2013, a Casa já havia implantado o Programa de Gestão e Transparência, focado na eficiência, economia e transparência. O Senado, com fulcro nesse trinômio, avançou institucionalmente e deu continuidade a uma maior eficiência e racionalização de gastos.

Na seara institucional, várias foram as proposições apresentadas e as aprovadas. O Senado Federal, ainda que nesse contexto de adversidades, teve um ano de atuação profícua, não só se mostrou pronto para enfrentar a crise política e econômica que se desenhou no cenário nacional, como também foi além, apresentando a Agenda Brasil, constituída por propostas voltadas a oferecer direções para a solução do difícil momento pelo qual passava a nação brasileira. De conformidade com a fala do Presidente Renan Calheiros, em discurso no dia 17/12/2015: “A agenda foi calcada em três eixos: a melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, primeiro eixo; segundo eixo, o equilíbrio fiscal; e o terceiro eixo, a proteção social.”

O Senado Federal, com uma produção legislativa tão pujante, não poderia deixar de cuidar da sua gestão administrativa, e a racionalização dos gastos dos recursos públicos teve início em 2012, em ambiente ainda não tingido pela crise econômica. O Senado, desde aquele ano, já cortou do seu orçamento extraordinários R\$ 1,47 bilhão. E a economia para o ano de 2015 será de R\$ 494 milhões, em números comparados aos de 2012.

O custo Senado, baseado na métrica de gastar menos a cada ano, deriva do planejamento adotado pela Casa, iniciado em 2013, com a edição do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2013, que aprovou o Planejamento Estratégico do Senado Federal, composto pelo Mapa Estratégico Institucional e o Plano de Metas da Administração.

Em 2015, em um processo de evolução de gestão administrativa, entrou em vigência o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, que revisou e substituiu os objetivos do Plano Estratégico e as diretrizes da administração. O novo Ato alterou a Visão e a Missão deste Poder Legislativo e fixou como objetivos estratégicos o aumento da eficiência e da racionalidade no uso de recursos públicos; a melhora contínua dos processos de trabalho; a valorização das pessoas e de suas competências; o fortalecimento da transparência e da comunicação, a readequação da estrutura física, a preservação da memória do Senado; e a priorização das atividades fim do Senado Federal. Tais objetivos passaram, então, a parametrizar todas as ações dos órgãos desta Casa.

Um documento produzido pela coletividade de servidores do Senado, denominado Carta de Compromissos, foi incorporado ao Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, e constitui os Valores do Senado Federal. São eles os seguintes compromissos: com o Parlamento; com a excelência na prestação de serviços públicos; com a qualidade de vida dos colaboradores; com a igualdade; com a livre disseminação de ideias; com a transparência; com a responsabilidade na utilização dos recursos públicos; com a sustentabilidade; com a acessibilidade; com a memória do Senado; com a comunidade.

Identificados o planejamento estratégico e os compromissos do Senado, foram criados mecanismos de monitoramento e garantia da concretização desses objetivos. E esses controles têm confirmado que o Senado fez a escolha correta, e a tem cumprido sem prejuízo para as suas atividades legislativas

ou para a sua gestão. Pelo contrário, os números demonstram saudável atuação institucional e redução de gastos, embora tenham aumentado em quase 200% os recursos destinados a investimentos, que alcançaram R\$ 55,9 milhões.

Das contratações efetuadas pelo Senado Federal durante o período, vale salientar as seguintes: a substituição dos elevadores, a impermeabilização das edificações, a aquisição de equipamentos e softwares para o Prodasen e a compra de equipamentos digitais para modernizar a Secretaria de Comunicações.

A comunicação entre o Senado e os cidadãos intensificou-se notavelmente, merecendo ser aqui destacada. Reorganizados os mais de 50 perfis que a Casa tinha nas mídias sociais, ficou patente o crescimento do número de seguidores da página do Senado no Facebook, que de 277 mil seguidores, com alcance médio de 900 mil pessoas/dia, passou para 777 mil, que importa 2,4 milhões de pessoas/dia. Segundo sites de monitoramento, a página do Senado foi, em diversas oportunidades em 2015, a que teve maior acesso no mundo inteiro entre os perfis de governo, superando, até mesmo, as páginas da Nasa e da Casa Branca.

Outra iniciativa desta Casa Legislativa que deve ser mencionada é o estímulo à transparência e ao controle público. Adotou-se a transparência ativa, ou seja, substituiu-se a resposta ao cidadão pela publicação antecipada das informações. O procedimento demonstrou resultados positivos, pois de todas as solicitações dirigidas ao Senado em 2015, um terço já estava disponibilizado no novo Portal da Transparência, inaugurado em agosto e com uma nova concepção, o layout responsivo, que permite a sua utilização por tablets e celulares.

Destarte, independentemente da situação política e econômica desafiadora que se apresentou em 2015, o Senado Federal enfrentou-a com trabalho, aprovando 1.579 proposições, a maioria de iniciativa de Parlamentares, e qualificando os seus gastos. A excelência nos resultados logo se fez notar e está, ao longo desse relatório, melhor explicitada e detalhada.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1. Finalidade e Competências

O Senado Federal possui funções constitucionais que são compartilhadas com a Câmara dos Deputados, como a legislativa, a fiscalizadora, a investigativa e a de representação política. Outras são de sua exclusiva competência, como as descritas no Art. 52 da Constituição Federal:

- Processar e julgar: Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Membros do Conselho de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e, nos crimes conexos ao Presidente e Vice, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas;
- Escolher: Ministros do Tribunal de Contas indicados pelo Presidente da República, Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática e outros cargos que a lei determinar;
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Suspender, no todo ou em parte, a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.
- Aprovar a exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término do seu mandato.
- Elaborar seu regimento interno e dispor sobre sua organização e funcionamento.
- Eleger componentes do Conselho da República.

2.2. Organograma

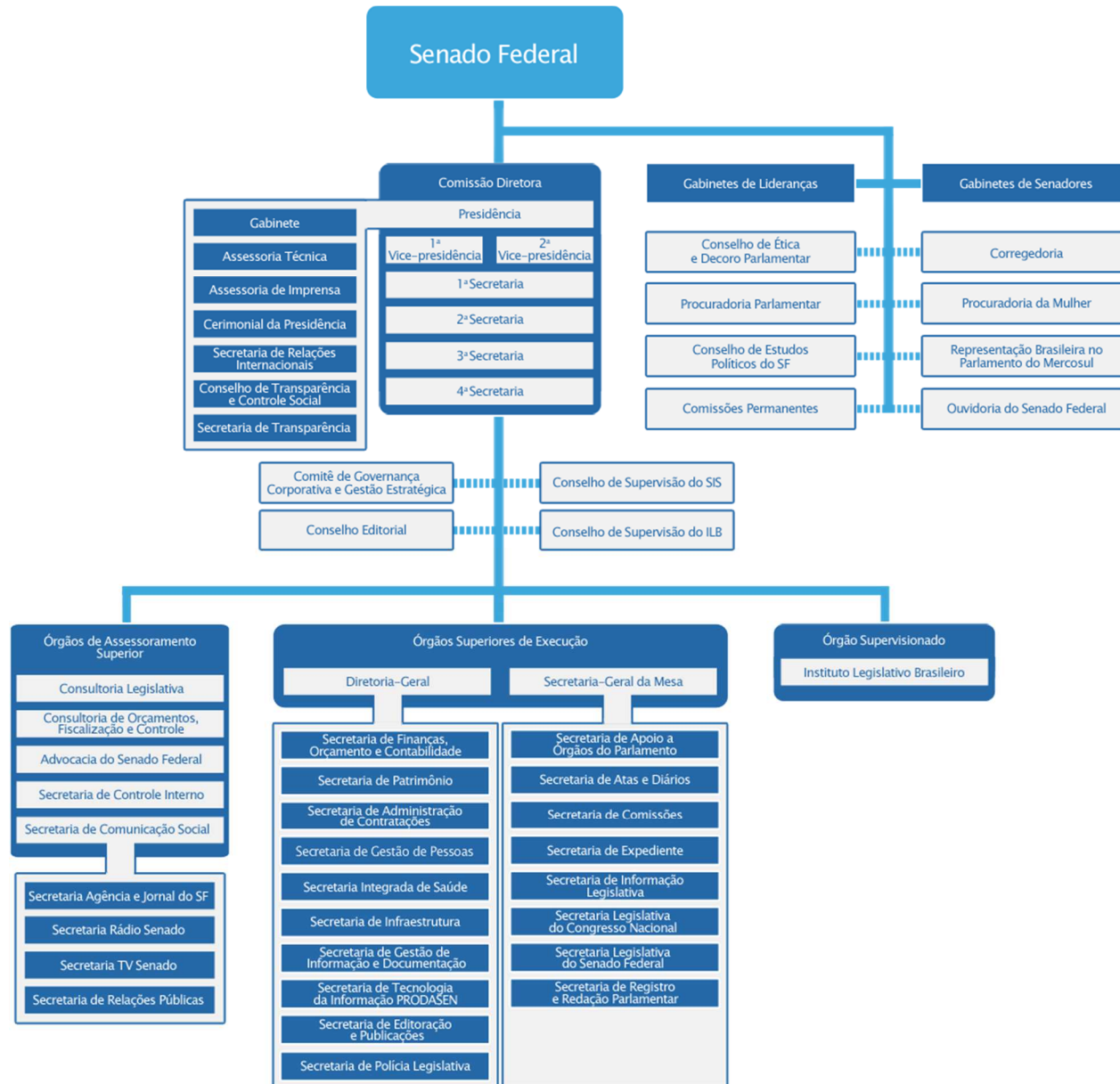


Figura 1 - Organograma do Senado Federal

2.3. Macroprocessos Finalísticos

A identificação e o mapeamento dos macroprocessos organizacionais constituem-se base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo um maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, uma maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange ao Senado Federal, foram identificados três grandes blocos de processos: Gestão Institucional, Finalístico e de Suporte. Os processos finalísticos são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade, os estados federados e os cidadãos. Os processos de suporte são aqueles que sustentam os processos finalísticos, fornecendo apoio de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos, entre outros. Já os processos de gestão institucional são aqueles necessários para coordenar, controlar e dotar de direcionamento os processos finalísticos e de suporte, além de representar a interface da instituição com elementos de seu ambiente externo.

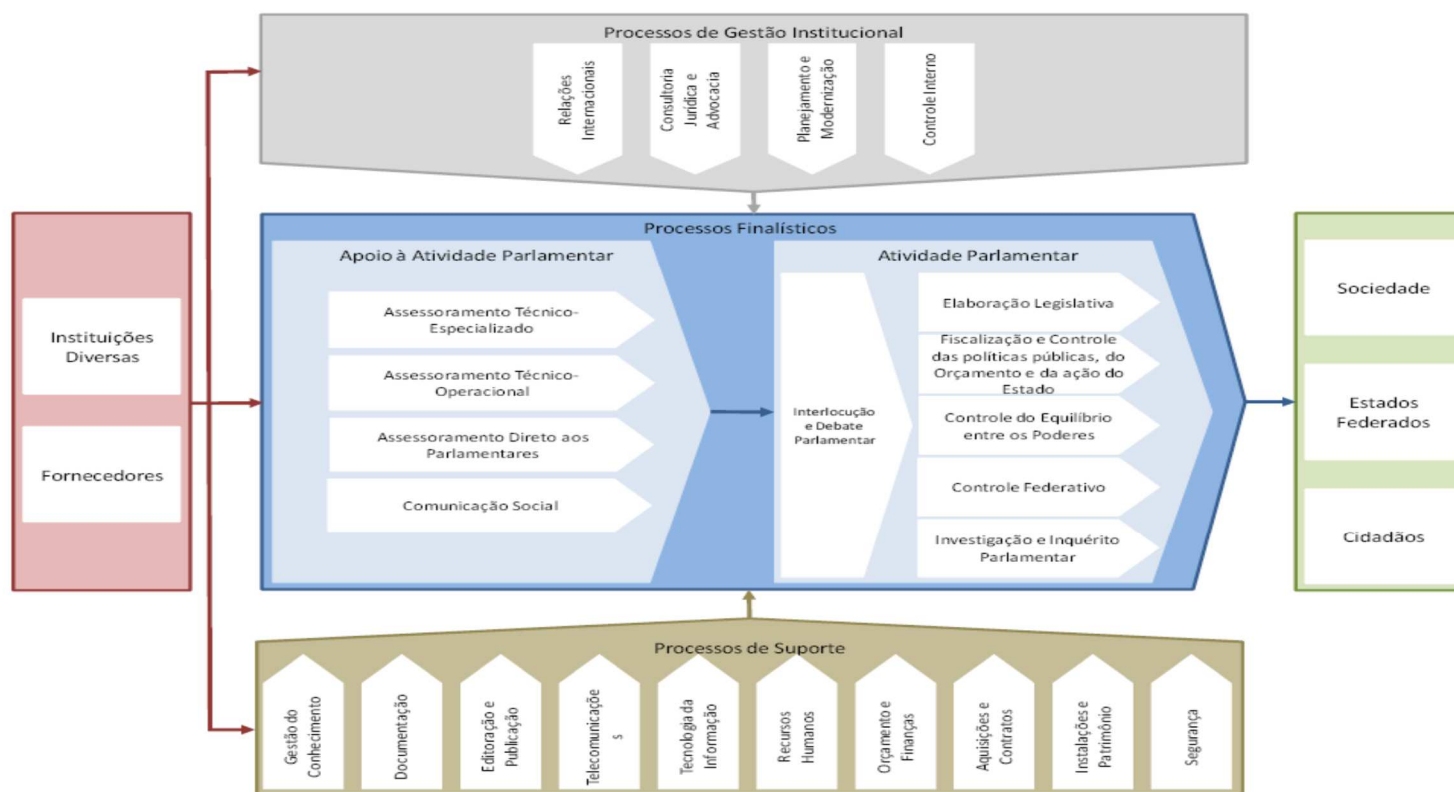


Figura 2 - Macroprocessos finalísticos do Senado Federal

O bloco “Processos de Gestão Institucional” abrange os seguintes processos:

- a) Relações Internacionais, representado pela Secretaria de Relações Internacionais;
- b) Consultoria Jurídica e Advocacia, representado pela Advocacia do Senado Federal;
- c) Planejamento e Modernização, representado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- d) Controle Interno, representado pela Secretaria de Controle Interno.

Já o bloco “Processos Finalísticos” subdivide-se em duas áreas: Atividade Parlamentar e Apoio à Atividade Parlamentar, assim consignados:

I. Atividade Parlamentar:

- a) Interlocação e Debate Parlamentar;
- b) Elaboração Legislativa;
- c) Fiscalização e Controle das Políticas Públicas, do Orçamento e da Ação do Estado;
- d) Controle do Equilíbrio entre os Poderes;
- e) Controle Federativo.

II. Apoio à Atividade Parlamentar:

- a) Assessoramento Técnico Especializado, representado pela Consultoria Legislativa (CONLEG) e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF);
- b) Assessoramento Técnico Operacional, representado pela Secretaria Geral da Mesa (SGM);
- c) Assessoramento Direto aos Parlamentares, representado pelos Gabinetes dos Senadores e dos Gabinetes das Lideranças;
- d) Comunicação Social, representado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

Por fim, o bloco “Processos de Suporte” reúne os seguintes processos:

- a) Gestão do Conhecimento;
- b) Documentação, representado pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC);

- c) Editoração e Publicação, representado pela Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF);
- d) Telecomunicações, representado pela Secretaria de Comunicação (SECOM);
- e) Tecnologia da Informação, representado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN);
- f) Recursos Humanos, representado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP);
- g) Orçamento e Finanças, representado pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN);
- h) Aquisições e Contratos, representado pela Secretaria de Administração de Contratações (SADCON);
- i) Instalações e Patrimônio, representado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR);
- j) Segurança, representado pela Secretaria de Polícia Legislativa (SPSF)

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1. Planejamento Organizacional

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do Exercício

Os objetivos do exercício de 2015 foram definidos pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5, DE 2015 que revisa e altera os objetivos estratégicos do plano estratégico institucional e as diretrizes para a administração do Senado Federal estabelecidos, respectivamente, nos Atos da Comissão Diretora nº 9, de 2013, e nº 1, de 2014. São eles:

1) Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos: Iniciativas que, direta ou indiretamente, tenham como consequência o aumento da eficiência e da racionalidade devem ser valorizadas. O alcance da eficiência será monitorado e avaliado com o auxílio de indicadores de gestão.

2) Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho: Os processos de trabalho devem estar definidos, mapeados e normatizados, bem como monitorados e avaliados de maneira periódica e contínua. Deve ocorrer o fortalecimento e capacitação da gestão para que seja mais eficiente, econômica e sustentável.

3) Valorizar as pessoas: A valorização das pessoas deve ser um dos pilares da eficiência do Senado Federal. Essa valorização deve ocorrer por meio do desenvolvimento de competências necessárias para que exerçam suas funções, da melhoria do ambiente de trabalho e especialmente do tratamento equânime e da ética e do respeito nas relações.

4) Fortalecer a transparência e a comunicação: Deve-se valorizar iniciativas que tornem o processo de comunicação mais célere, com mais qualidade, mais adequado às necessidades dos receptores e mais moderno. Todas as ações devem ser comunicadas com transparência para a sociedade.

5) Readequar a estrutura física: Os espaços e a produção de informações do Senado Federal devem proporcionar eficiência e segurança aos usuários internos e externos, inclusive no que tange a acessibilidade e sustentabilidade.

6) Preservar a memória do Senado: Promover a proteção e organização dos documentos e bens materiais e imateriais do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

7) Priorizar as atividades fim do Senado: Aperfeiçoar continuamente o processo legislativo e as ações de fiscalização, por meio de recursos tecnológicos, processuais e da avaliação do impacto legislativo, visando fortalecer a representatividade do Parlamento.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

Por meio de uma ação conjunta entre a Diretoria-Geral (DGER) e a Secretaria Geral da Mesa (SGM), foi publicado em maio deste ano o ATO DA COMISSÃO DIRETORA nº 5 de 2015, que revisa e define a **Missão, Visão** e os **Objetivos Estratégicos do Senado Federal**.

Desta forma, são definidos como:

A) Valores institucionais do Senado Federal:

- **Compromisso com o Parlamento:**

Devemos estar sempre comprometidos com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, proporcionando aos parlamentares um ambiente adequado, caracterizado por qualidade, eficiência, presteza, harmonia, segurança e conforto, para que exerçam as funções que lhes cabem como representantes do povo. Temos também o dever de atender todas as pessoas e entidades que procuram o Senado com eficiência, urbanidade e presteza, tratando a todos com dignidade e respeito.

- **Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos:**

Os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.

- **Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores:**

Todos devem ser tratados com dignidade e considerados em sua individualidade. Devem ter um espaço para trabalhar que seja saudável, agradável, seguro, limpo, acessível, livre de poluição e adaptado às suas necessidades e limitações. O ambiente de trabalho deve ser de harmonia e cooperação, livre de preconceitos e agressões. Todos devem ter remuneração adequada à importância da função que exercem e à excelência exigida no seu desempenho. O cuidado com a saúde deve ser prioridade e deve haver estímulo a atividades físicas e hábitos de vida saudáveis.

- **Compromisso com a igualdade:**

Ninguém será discriminado nem terá seus direitos, responsabilidades ou oportunidades limitados em função de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, origem ou condição social. Deve haver prevenção e proteção contra assédio sexual ou moral, e os casos identificados deverão ser apurados e punidos.

- **Compromisso com a livre disseminação de ideias:**

Todos devem sentir-se livres e estimulados a apresentar suas opiniões e ideias, a seus pares, superiores ou subordinados, e vê-las discutidas e consideradas no processo de tomada de decisão, de forma a criar um ambiente de permanente efervescência intelectual que contribua para que novas práticas venham a aprimorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade.

- **Compromisso com a transparência:**

As informações prestadas pelo Senado Federal aos órgãos de controle, meios de comunicação, Senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral, devem ter por características correção, precisão, clareza e celeridade. O planejamento estratégico e os propósitos da administração devem ser de amplo conhecimento, de forma a serem considerados em todos os níveis de gestão e governança.

- **Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos:**

Devemos constantemente buscar soluções inteligentes, que impliquem o menor custo possível para a consecução dos objetivos de qualidade e eficiência que perseguimos. O compartilhamento de experiências e a cooperação com outros entes e órgãos públicos, especialmente do Poder Legislativo, devem ser valorizados.

- **Compromisso com a sustentabilidade:**

Devemos utilizar os recursos naturais com responsabilidade e parcimônia, considerando sempre o impacto ambiental das decisões e ações que tomamos. Devemos promover, praticar e estimular o uso racional de água, energia, papel e outros recursos, bem como a redução da produção de resíduos e a reciclagem de materiais, além de buscar opções que impliquem maior eficiência ambiental na utilização de produtos ou serviços necessários ao exercício de nossa função.

- **Compromisso com a acessibilidade:**

Todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal.

- **Compromisso com a memória do Senado:**

Devemos promover a proteção e a organização dos documentos e bens do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

- **Compromisso com a comunidade:**

Devemos apoiar e participar de ações de educação, mobilidade, esporte, cultura, conscientização, solidariedade e civismo, que contribuam para a qualidade de vida nas cidades em que atuamos e em nosso País. Devemos utilizar os serviços públicos postos a nossa disposição de forma a conservar os espaços e preservar o patrimônio sobre o qual exercemos qualquer tipo de influência.

B) Missão do Senado Federal

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

C) Visão do Senado Federal

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão públicas.

D) Objetivos estratégicos do Senado Federal

1) **Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos:** Iniciativas que, direta ou indiretamente, tenham como consequência o aumento da eficiência e da racionalidade devem ser valorizadas. O alcance da eficiência será monitorado e avaliado com o auxílio de indicadores de gestão.

2) **Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho:** Os processos de trabalho devem estar definidos, mapeados e normatizados, bem como monitorados e avaliados de maneira periódica e contínua. Deve ocorrer o fortalecimento e capacitação da gestão para que seja mais eficiente, econômica e sustentável.

3) **Valorizar as pessoas:** A valorização das pessoas deve ser um dos pilares da eficiência do Senado Federal. Essa valorização deve ocorrer por meio do desenvolvimento de competências necessárias para que exerçam suas funções, da melhoria do ambiente de trabalho e especialmente do tratamento equânime e da ética e do respeito nas relações.

4) **Fortalecer a transparência e a comunicação:** Deve-se valorizar iniciativas que tornem o processo de comunicação mais célere, com mais qualidade, mais adequado às necessidades dos receptores e mais moderno. Todas as ações devem ser comunicadas com transparência para a sociedade.

5) **Readequar a estrutura física:** Os espaços e a produção de informações do Senado Federal devem proporcionar eficiência e segurança aos usuários internos e externos, inclusive no que tange a acessibilidade e sustentabilidade.

6) **Preservar a memória do Senado:** Promover a proteção e organização dos documentos e bens materiais e imateriais do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.

7) **Priorizar as atividades fim do Senado:** Aperfeiçoar continuamente o processo legislativo e as ações de fiscalização, por meio de recursos tecnológicos, processuais e da avaliação do impacto legislativo, visando fortalecer a representatividade do Parlamento.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De forma a alinhar os objetivos e projetos de todas as áreas do Senado Federal aos objetivos estratégicos definidos pela Comissão Diretora, foi realizado em maio de 2015 um evento de planejamento estratégico envolvendo a Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, a Diretoria-Geral e a Secretaria Geral da Mesa, além dos diretores de todas as Secretarias, onde foram identificados os projetos estratégicos do Senado Federal, conforme relação abaixo. Na relação, são apresentados: o objetivo estratégico ao qual o projeto se relaciona, seu nome e respectiva situação.

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos	Cooperação com CD e TCU para compras compartilhadas	Não iniciado
	Implantação de Sistema de custos (Real)	Suspensão
	Realizar Estudos sobre Registro de Preços Permanente	Não iniciado

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Fortalecer a transparência e a comunicação	Aprimoramento do Programa de Visitação	Em execução
	Atualização Tecnológica do CEDOC Multimídia	Em execução
	Atualização Tecnológica do Sistema de Comunicação e Expansão da TV e Rádio para os Estados	Em execução
	Gestão e Desenvolvimento da Internet do SF e CN e Intranet Parametrizados pelos Indicadores de Transparência	Em execução
	Impulsionar a Interação com a Sociedade pelo Uso das Mídias Sociais	Em execução
	Memória Virtual em Meio Digital - Eventos Históricos e Atividades Legislativa	Cancelado
	Modelo Unificado de Interação com a Sociedade	Concluído

	Política de Segurança da Informação	Em execução
--	-------------------------------------	-------------

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho	Ampliar a Implantação de Sistema de Gestão por Processos	Não iniciado
	Elaboração e implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal	Em execução
	Implantação da Gestão Corporativa de Riscos Organizacionais	Não iniciado
	Implementar e Aprimorar o Ato nº 19/2014 (Controle Patrimonial)	Em execução
	LexEdit Web Requerimentos	Em execução
	Política de Governança de TI	Suspensão
	Programa de Sistematização das Contratações no Senado Federal	Em execução
	Projeto Voluntariado Ecolega	Concluído
	PSC Projeto 1 - Revisão da Normatização das Contratações	Concluído
	PSC Projeto 2 - Evolução do GESCON	Em execução
PSC Projeto 3 - Projeto de informatização/automação do processo de contratação/compras do SF	Em execução	

	PSC Projeto 4 - Sistema de Execução Orçamentária	Em execução
	PSC Projeto 5 - Estabelecimento de Indicadores de Contratações	Em execução
	PSC Projeto 9 - Aprimorar o Processo de Planejamento e Acompanhamento das Contratações e do Orçamento	Concluído
	Revisão e Consolidação das Normas do Senado Federal	Em execução

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Preservar a memória do Senado	Classificação, Indexação e Digitalização do Acervo Arquivístico e Bibliográfico	Em execução
	COEMANT - Recuperação da impermeabilização predial do complexo	Em execução
	COEOBRAS - Construção do Galpão para Almojarifado da SPATR no SGON	Em execução
	Melhoria das Instalações Físicas dos Servidores do Senado, conforme prioridades estabelecidas pela DGER	Não iniciado
	Projeto para Construção do Galpão para Acervo do Arquivo Permanente da SGIDOC na SAAN	Não iniciado

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Priorizar as atividades fim do Senado	Acervo Histórico de Anais	Em execução
	Central Legislativa e Parlamentar	Concluído
	Escriba Plenário	Concluído
	GeGab - Novo Sistema de Gestão de Gabinetes Senatoriais	Em execução

	Legis 2: Saneamento e Registro de Matérias Legislativas	Em execução
	Legis Etapa 1 - Movimentação de Processos Legislativos (Protocolo)	Concluído
	Modelagem Conceitual: Ontologia Base do Processo Legislativo	Em execução
	Modernização dos Plenários das comissões	Em execução
	Modernizar o sistema de elaboração orçamentária (LexOr)	Em execução
	Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares	Em execução
	Publicação de Avulso Eletrônico	Em execução
	Sistema de Controle da Votação Eletrônica	Em execução
	Visão: A TI e o Processo Legislativo do Futuro	Em execução

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Readequar a estrutura física	Adequação do Sistema de Fornecimento de Energia Elétrica de Emergência	Em execução
	Apresentar o Projeto de Biblioteca do Congresso Nacional	Não iniciado
	Projeto de Acessibilidade e Conformidade com Normas de Combate e Prevenção a Incêndios	Em execução

Objetivo Estratégico	Projeto	Situação
Valorizar as pessoas	Capacitação de Servidores do Senado com Ênfase em TI, Gestão, Marcos Jurídicos-Processuais e Avaliação de Políticas Públicas	Em execução
	Desenvolvimento de equipes - SERERP	Em execução
	Elaboração da Política de Gestão por Competências	Em execução
	Implementar os exames periódicos no Senado Federal	Em execução

	Programa de Desenvolvimento de Equipes - versão 2015	Em execução
	Reforma do Espaço Físico da SGIDOC	Em execução

Quadro 1 – Projetos Estratégicos do Senado Federal

Estes projetos, por serem estratégicos, são monitorados quinzenalmente pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, o que possibilita que eventuais riscos e problemas possam ser escalonados à Diretoria-Geral e Comitê Estratégico do Senado Federal.

Uma vez identificado o conjunto de projetos estratégicos pelo Comitê Estratégico do Senado Federal (formado pelo Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal, Diretoria-Geral e Secretaria Geral da Mesa) e Diretores de Secretarias e iniciada a execução destes projetos pelas diferentes equipes de projeto, foi iniciado em outubro o monitoramento dos projetos pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica - EGOV. O monitoramento é feito por meio de reuniões quinzenais com os gerentes dos projetos. As reuniões têm por objetivo, além de tornar mais transparente a execução destes projetos a todos os interessados, realizar o gerenciamento dos riscos associados, de forma a evitar que estes se transformem em problemas de fato, trazendo prejuízos aos projetos e à instituição. Uma vez realizadas as reuniões de monitoramento, a situação atual de todos os projetos estratégicos do Senado Federal é apresentada à Diretoria-Geral Adjunta de Gestão, a qual, juntamente com a Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, Diretoria-Geral, Secretaria Geral da Mesa e Diretores de Secretarias, podem realizar as ações de controle necessárias, por meio de ações corretivas em relação ao planejamento e à execução dos projetos e, até eventualmente, realizando ajustes na própria estratégia corporativa.

No final de 2015, de um total de 214 marcos acompanhados, 87 já estavam concluídos e vários riscos de não conclusão dos projetos foram mitigados.

Ao mesmo tempo, para apoiar os projetos estratégicos, foram definidos 196 projetos setoriais, de menor vulto, para acompanhamento pelas secretarias do Senado Federal.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.

Visando permitir o monitoramento da execução no âmbito do Senado Federal, garantindo uma visão integrada de custos e resultados, foi implantado o “Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa”.

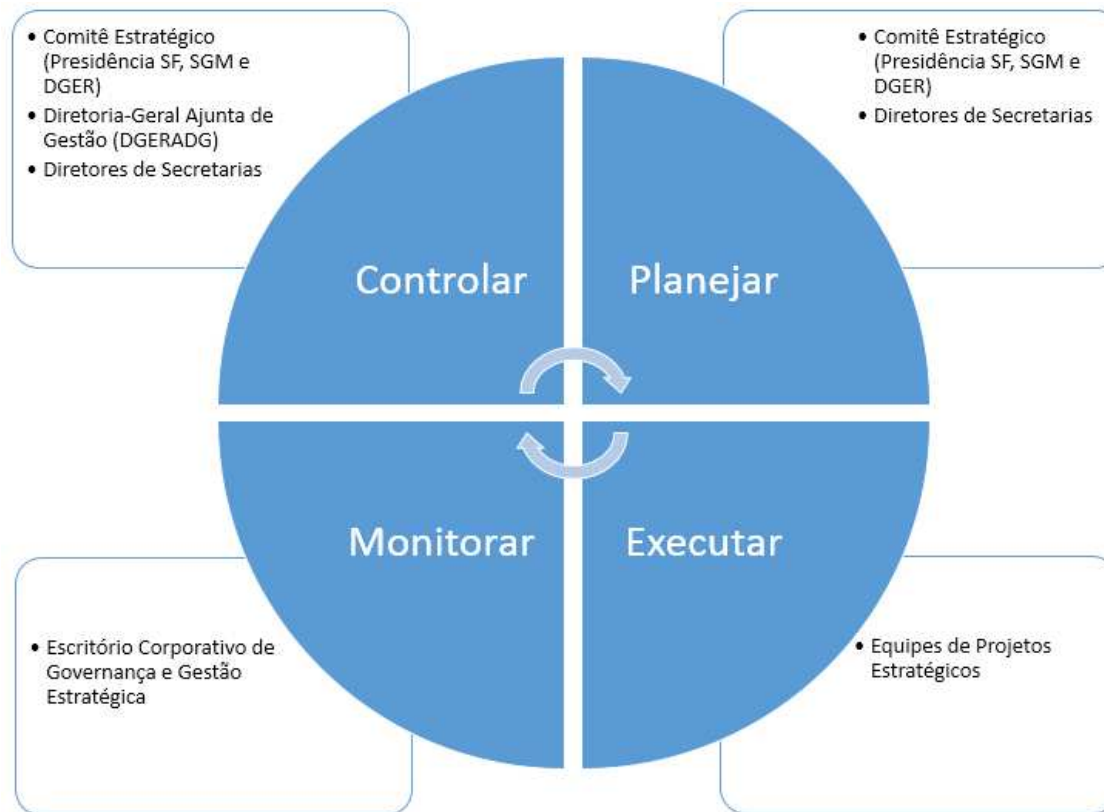


Figura 3 - Ciclo de Gestão da Estratégia Corporativa

Neste ciclo, são estabelecidos os papéis e as responsabilidades relacionadas à Gestão Estratégica. A integração da visão de custos à de resultados é propiciada por meio da rastreabilidade de informações geradas nos diferentes níveis da organização, desde os objetivos estratégicos institucionais, passando pelos objetivos táticos e setoriais desdobrados, portfólios de projetos, respectivas contratações planejadas nos diferentes exercícios financeiros e, por último, os lançamentos realizados no “SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira”. Assim, toda informação de custo relativa às contratações pode ser rastreada, facilitando o processo decisório inerente às atividades de monitoramento da execução e dos resultados dos planos. As figuras abaixo, extraídas do software utilizado institucionalmente para a gestão da estratégia e portfólio de projetos, apresentam exemplos da rastreabilidade anteriormente citada, as quais são identificadas e mantidas por meio do monitoramento:

Elaboração

Objetivos | Projetos | Metas | Contratações

Descrição do Objetivo :

	Tipo	Descrição do Objetivo
1	Objetivo Tático	Readequar a estrutura física da Secretaria-Geral da Mesa segundo critérios de ergonomia e acessibilidade
2	Objetivo Tático	Eliminar progressivamente o uso de papel no processo legislativo.
3	Objetivo Tático	Aperfeiçoar as atividades de apoio ao processo legislativo
4	Objetivo Tático	Aprimorar a comunicação e a transparência para o público externo e interno

Projetos | **Vinculo aos Objetivos**

	Objetivo
1	SF - Priorizar as atividades fim do Senado

Figura 4 - Desdobramento dos objetivos estratégicos em objetivos táticos ou operacionais

Objetivos | **Projetos** | Metas | Contratações

Órgão Executor :

Avaliação | Seleção e Priorização | Alterar

	Risco	Nome do Projeto	Categoria	Situação	Possui Aquisições?	Priorizaç...	Data
1		Modernização dos Plenários das comissões	Projeto Estratégico - Senado Federal	Em execução			11/02

Marcos | Contratações | Clientes | Fornecedores | Projetos Relacionados

Histórico | Consultar

	Risco	Nome	Data prevista	Situação	Data realizada	Possui Aquisições?
1		Início	01/10/2014	Concluído	01/10/2014	
2		HDs externos para a COCETI disponibilizados	11/12/2015	Em execução		
3		Materiais para compor a sala de tratamento de documentos sigilosos da COCETI disponibi...	12/12/2015	Em execução		
4		Sistema de videoconferência do Interlegis nos plenários das comissões implementado	19/12/2015	Cancelado		
5		Reforma nas CPI's concluída	01/08/2016	Não iniciado		
6		Encerramento	01/12/2016	Não iniciado		
7		Equipamentos para modernização dos Plenários de Comissões disponibilizados e instalados	01/12/2016	Em execução		
8		Aquisição de aparelho de tradução simultânea para o Plenário 2	01/12/2016	Em execução		

Figura 5 - Progresso dos projetos: situação dos marcos planejados

Risco	Nome do Projeto	Categoria	Situação	Possui Aquisições?	Priorizaç...	Data de Seleção
1	Modernização dos Plenários das comissões	Projeto Estratégico - Senado Federal	Em execução			11/02/2016 09:41:48

Contratação	Nome	Valor Estimado	Ano exercício
1	2015000289 [COEOBRA] Obra de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário e das Comissões	314.043,37	2015
2	2015000291 [COEOBRA] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	2015
3	2015000400 Serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva no sistema de votação eletrônica do Senado.	750.000,00	2015
4	2015000463 Modernização das Comissões - Fase 2	0,00	2015
5	2015000933 Aquisição de leitores biométricos e Computadores do tipo ALL-IN-ONE	0,00	2015
6	2016000232 Obra de modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário e das Comissões (SVE)	150.000,00	2016
7	2016000625 Computadores e leitores biométricos para Sistema de Votação Eletrônica nos Plenários das Comissões	207.316,00	2016

Figura 6 - Relacionamento entre os projetos e as contratações

Ano de exercício
1 2014
2 2015

Contratação	Nome	Valor Estimado	Prioridade d...	UGR	Continuada?
206	2015000286 [COEOBRA] Obra de manutenção do revestimento em már...	381.797,93	71	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO
207	2015000287 [CODARQ] Locação de Plotter	21.208,11	72	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM
208	2015000289 [COEOBRA] Obra de modernização do Sistema de Votaçã...	314.043,37	34	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO
209	2015000291 [COEOBRA] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	41	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM

Processo SIGAD	Data de autuação	Data de movimentação	Texto ementa	Localização
1 00200.014109/2014	27/11/2014 17:02:28	25/02/2016 15:29:57	TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL REFERENTES A ITEM FRACASSADO DO PREGÃO 1...	SEINPE
2 00200.010685/2014	19/09/2014 16:27:40	10/04/2015 21:38:19	SOLICITA ESTUDO TÉCNICO À SINFRA, PARA VERIFICAÇÃO DE VIABILIDADE NA AMPLIAÇÃO DA ELETROCALHA DO PLENÁRIO	COEMANT
3 00200.012423/2014	24/10/2014 09:51:39	19/08/2015 17:59:57	MODERNIZAÇÃO DOS PLENÁRIOS DE COMISSÕES –TERMO DE REFERÊNCIA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CONSTRUÇÃO CIVI...	NGCIC
4 00200.001004/2015	21/01/2015 15:58:37	02/10/2015 16:21:52	MEMO 0037/2015-SEPCO/COPLAC/SADCON - PARA PAGAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO CT20140102, FIR...	NGCIC

Figura 7 - Relacionamento entre as contratações e os processos licitatórios

Contratação	Nome	Valor Estimado	Prioridade d...	UGR	Continuada?
206	2015000286 [COEOBRA] Obra de manutenção do revestimento em már...	381.797,93	71	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO
207	2015000287 [CODARQ] Locação de Plotter	21.208,11	72	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM
208	2015000289 [COEOBRA] Obra de modernização do Sistema de Votaçã...	314.043,37	34	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	NÃO
209	2015000291 [COEOBRA] Troca de carpete do Plenário e Salão Azul	549.669,61	41	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	SIM

Número do documento	Código Favorecido	Favorecido	Valor empenhado	Valor liquidado	Saldo a liquidar
1 002001.000012015NE001742	14.345.481/0001-81	RENOVA - COMERCIO EXTERIOR CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTD	549.669,61	471.205,68	78.463,95

Figura 8 - Relacionamento entre as contratações e os lançamentos no SIAFI

Um papel definido pelo Ciclo de Gestão Estratégica Corporativa, o qual atua tanto na definição da estratégia como no seu respectivo controle, compete ao Comitê Estratégico do Senado Federal, formado pela Chefia de Gabinete da Presidência do Senado Federal, pela Diretoria-Geral e pela Secretaria Geral da Mesa. É ele, juntamente com os diretores de Secretarias, que define e controla os projetos estratégicos, os quais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica. O monitoramento dos projetos estratégicos é feito por meio de reuniões quinzenais com os respectivos gerentes dos projetos. As reuniões têm por objetivo, além de tornar mais transparente a execução destes projetos a todos os interessados, realizar o gerenciamento dos riscos associados, de forma a evitar que estes se transformem em problemas de fato, trazendo prejuízos aos projetos e à instituição. Uma vez realizadas as reuniões de monitoramento, a situação atual de todos os projetos estratégicos do Senado Federal é apresentada à Diretoria-Geral Adjunta de Gestão, a qual, juntamente com Comitê Estratégico do Senado Federal e Diretores de Secretarias, pode realizar as ações de controle necessárias, por meio de ações corretivas em relação ao planejamento e à execução dos projetos e suas respectivas contratações e, até eventualmente, realizando ajustes na própria estratégia corporativa.

Para os demais projetos da instituição, aqueles que não são considerados estratégicos, a atividade de monitoramento é realizada de forma descentralizada pelos Escritórios Setoriais de Gestão das respectivas Secretarias responsáveis pela execução destes projetos.

3.3. Desempenho Orçamentário

O crédito orçamentário inicial do Senado Federal de 2015, consignado na respectiva Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015), foi de R\$ 3.916.377.597,00 (três bilhões, novecentos e dezesseis milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), que corresponde a menos de 0,14% dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, cujo montante inicial foi de R\$ 2.876.676.947.442,00 (dois trilhões, oitocentos e setenta e seis bilhões, seiscentos e setenta e seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e dois reais). A dotação final do Órgão foi de R\$ 3.916.658.698,00 (três bilhões, novecentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais), segregada em cinco programas:

Programas	Tipo de Programa	Dotação Final (R\$)	Percentual sobre o total da Dotação Final
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.570.041.273	40,09%
0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	2.331.606.042	59,53%
0906 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	Operações Especiais	495.851	0,01%
0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações Especiais	13.459.300	0,34%
0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	Operações Especiais	1.056.232	0,03%
Total		3.916.658.698	100,00%

Quadro 2 - Dotação orçamentária por Programa
Fonte: SIAFI 2015

Nenhum desses programas é do tipo temático, consoante a classificação da Lei n.º 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015), e portanto, por não estarem associados na Lei do PPA a indicadores, objetivos e metas, não é necessária a análise individual das ações a eles vinculadas neste Relatório de Gestão, conforme orientação da Portaria TCU n.º 321, de 2015.

Para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesa Primárias, houve contingenciamento no Programa *0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal* durante o exercício de 2015. O valor contingenciado para atender o Relatório do 2º bimestre foi de R\$ 10.476.550,00, conforme Ato da Diretoria-Geral n.º 19, de 27 de maio de 2015, e para o Relatório do 3º bimestre foi de R\$ 2.020.771,00, consoante o Ato da Diretoria-Geral n.º 24, de 24 de julho de 2015.

O contingenciamento promovido pelo Ato da Diretoria-Geral n.º 34, de 27 de novembro 2015, no valor de R\$ 36.110.711,00 em conformidade com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2015, foi tornado sem efeito devido à publicação da Lei

n.º 13.199, de 3 de dezembro de 2015, que alterou a meta de resultado primário para o exercício corrente. Após essa alteração, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo, publicado em dezembro de 2015, evidenciou a possibilidade de restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, razão pela qual o referido montante foi descontingenciado, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral n.º 34/2015. Sendo assim, permaneceu bloqueado ao final do exercício o montante de R\$ 12.497.321,00.

Unidade Orçamentária: SENADO FEDERAL		Código UO: 02.101		UGO: 020001	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		3.289.101.501,00	245.000,00	560.311.096,00	
CRÉDITOS	Suplementares		180.565.679,00	-	9.727.083,00
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		(186.865.679,00)	(156.996,00)	(19.479.411,00)
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2015 (A)		3.282.801.501,00	88.004,00	550.558.768,00	
Dotação final 2014 (B)		3.138.582.809,00	876.000,00	551.628.812,00	
Variação (A/B-1)*100		4,60	89,95	0,19	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		65.740.000,00	-	980.000,00	-
CRÉDITOS	Suplementares		17.579.319,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	21.666.666,00	-	-
Reabertos		-	-	-	-

Créditos Cancelados	(22.183.407,00)	-	(572.153,00)	-
Outras Operações	-	-	-	-
Dotação final 2015 (A)	82.802.578,00	-	407.847,00	-
Dotação final 2014(B)	88.834.611,00	-	1.752.000,00	-
Varição (A/B-1)*100	(31,18)	-	(76,72)	-

Quadro 3 - Valores disponibilizados ao Senado Federal no orçamento

Os valores disponibilizados ao Senado Federal no orçamento de 2015 foram suficientes às necessidades do Órgão para cumprimento de sua programação de trabalho. Ainda assim, foram realizadas as seguintes alterações orçamentárias para fins de adequação da execução ao longo do exercício:

1. Medida Provisória n° 667, de 2 de janeiro de 2015 (publicada no DOU de 05/01/2014, Seção 1, página 2): abertura de crédito extraordinário, no valor de R\$ 21.666.666,00 (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais), no âmbito do programa “0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal”, para atender despesas de investimento (GND 4) antes da aprovação da LOA 2015. Em 9 de junho de 2015, foi editado o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n.º 22, que trata sobre o fim do prazo de vigência, em 1º de junho, da referida medida provisória. Sendo assim, o saldo remanescente desse crédito extraordinário foi anulado, restando empenhado o valor de R\$ 1.010.250,48 (um milhão, dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos).
2. Decreto de 27 de julho de 2015 (publicado no DOU de 28/07/2015, Seção 1, página 02): abertura de crédito adicional suplementar, por cancelamento, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no âmbito da programação “2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”, para incorporar ao orçamento do Senado Federal as receitas de contribuições para o custeio da assistência à saúde aos Senadores e seus dependentes.
3. Ato do Presidente do Senado Federal n.º 29, de 25 de setembro de 2015 (publicado no DOU de 28/09/2015, Seção 1, página 86): abertura de crédito adicional suplementar, por cancelamento, no valor de R\$ 202.389.478,00 (duzentos e dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais), para atender despesas com pessoal, benefícios a servidores, anuidades a organismos nacionais e internacionais, bem como para viabilizar a incorporação dos recursos recebidos da segunda parcela da venda da folha de pagamento, destinados aos investimentos da Secretaria de Comunicação Social, sendo:
 - R\$ 178.865.679,00 destinado a adequar as dotações de pessoal inativo (ações “0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis” e “0397 - Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC”), por meio de anulação de recursos alocados nas ações “0C04 - Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações” e “20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União”. Esse remanejamento de recursos para atender as despesas com inativos é usual e também foi realizado pelo Senado Federal nos exercícios de 2012 (Ato do Presidente do

Senado Federal n.º 27, de 20/09/2012), de 2013 (Ato do Presidente do Senado Federal n.º 52, de 29/11/2013) e de 2014 (Ato do Presidente do Senado Federal n.º 23, de 28/11/2014);

- R\$ 23.142.328,00, no âmbito do programa “0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal”, para adequar as dotações destinadas a atender despesas com auxílio-creche, funeral e transporte e para remanejar recursos orçamentários de custeio da ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” para investimento da ação “2549 - Comunicação e Divulgação Institucional”, a fim de viabilizar a incorporação, nesta última programação, das receitas oriundas da venda da folha de pagamento. Com relação aos benefícios, essa suplementação decorreu do aumento do número de beneficiários desde a época de elaboração da proposta orçamentária e do reajuste do valor per capita do auxílio-creche, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA acumulado do ano anterior.
 - R\$ 381.471,00 para suplementar as dotações de contribuições a organismos nacionais e internacionais, em virtude da expressiva variação cambial.
4. Portaria da Secretaria de Orçamento Federal n.º 71, de 27 de outubro de 2015 (publicado no DOU de 28/10/2015, Seção 1, página 78): modificação de fonte de recursos, no valor de R\$ 25.531.511,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e onze reais), para incorporar ao orçamento receitas oriundas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal junto à Caixa Econômica Federal (Contrato n.º 34/2014). A alteração orçamentária consistiu na redução da fonte “100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” e acréscimo da fonte “150 – Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados” no âmbito da programação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional” e o contrário na programação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, permanecendo inalterado o total do orçamento autorizado na LOA/2015. Essa troca de fonte ocorreu no âmbito das dotações de GND “4 – Investimentos”, posto que a Comissão Diretora do Senado Federal, na 3º Reunião do Colegiado, realizada em 26/2/2014, decidiu que os recursos da venda da folha “serão despendidos, preferencialmente, na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões” (Ata publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal n.º 5444, de 19/03/2014);
 5. Decreto de 4 de novembro de 2015 (publicado no DOU de 05/07/2015, Seção 1, página 02): cancelamento, no valor total de R\$ 729.149,00 (setecentos e vinte e nove mil, cento e quarenta e nove reais), no âmbito do programa “0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)”, devido à transferência para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda das obrigações financeiras relativas ao Contrato BID-1864/OC-BR (empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II), nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015.
 6. Ato do Presidente do Senado Federal n.º 45, de 15 de dezembro de 2015 (publicado no DOU de 15/12/2015, Seção 1, página 78): abertura de crédito adicional suplementar, por cancelamento, no valor de R\$ 3.982.603,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e três reais), sendo:
 - R\$ 1.700.000,00, no âmbito do programa “0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União” para adequar o orçamento de pessoal em virtude de oscilações em despesas variáveis (férias indenizadas, serviços extraordinários, indenizações trabalhistas, etc) e do impacto das aposentadorias do mês de dezembro;

- R\$ 50.000,00 para suplementar a programação de auxílio transporte, cuja despesa elevou-se a partir do mês de outubro em razão do acréscimo do número de beneficiários e do reajuste das tarifas de transporte público pelo Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 36.762, de 18/09/2015, publicado no DODF n.º 24, de 18/09/2015, edição extra, pág. 3;
- R\$ 821.379,00 para reforçar a dotação de investimento da ação “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”;
- R\$ 1.411.224,00 para efetuar alterações entre GNDs no âmbito das mesmas programações, para atender a necessidade de execução das ações “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores” e “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”.

Além das alterações orçamentárias descritas anteriormente, também foram efetuados remanejamentos de recursos entre planos orçamentários das programações do Senado Federal, sem implicar em alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA/2015, conforme prevê o art. 13, § 2º, da Portaria SOF n.º 16, de 29/4/2015 (DOU de 30/4/2015, seção I, página 127). Tratam-se de modificações realizadas entre os sistemas SIOP e SIAFI, não requerendo a publicação de ato específico para sua efetivação.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Senado Federal não possui programações da LOA vinculadas a programas temáticos estabelecidos no PPA, mas tão somente ações relacionadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. A execução física das programações que possuem metas estabelecidas na LOA está demonstrada na tabela a seguir:

Ação orçamentária (código / descrição resumida)	Meta LOA 2015	Meta realizada	Unidade de medida
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	76.000	190.866	Matéria veiculada
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	1.040	1.071	Sessão realizada

Tabela 1 - execução física das programações que possuem metas estabelecidas na LOA

Por sua vez, as dotações iniciais e finais, bem como a execução orçamentária e financeira de todas as programações alocadas no orçamento do Senado Federal de 2015 estão evidenciadas no quadro abaixo:

	Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2015

Ação orçamentária (código / descrição resumida)	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.493.251.230,00	1.467.809.945,00	1.467.619.682,89	1.467.300.588,21	1.466.133.546,07	1.167.042,14	319.094,68
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	1.368.851.357,00	1.546.288.786,00	1.544.638.546,56	1.544.638.546,56	1.544.638.546,56	0,00	0,00
0397 - Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do extinto IPC	20.624.237,00	23.752.487,00	23.457.626,21	23.457.626,21	23.457.626,21	0,00	0,00
09HB - Contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores	231.490.983,00	231.490.983,00	214.541.591,98	214.511.732,85	214.434.045,51	77.687,34	29.859,13
0C04 - Provimento de cargos e funções, reestruturação e revisão de remunerações	161.424.394,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00H7 - Contribuição da União para o custeio do RPPS decorrente de provimentos/reajustes	13.459.300,00	13.459.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores	108.600.000,00	115.100.000,00	115.031.560,02	107.412.648,01	107.054.176,50	358.471,51	7.618.912,01
2012 - Auxílio alimentação aos servidores	61.691.580,00	60.851.580,00	60.496.439,28	60.496.439,28	60.496.439,28	0,00	0,00
2010 - Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores	6.960.000,00	8.260.000,00	8.145.302,62	8.145.302,62	8.145.302,62	0,00	0,00
00M1 - Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade	1.761.516,00	2.531.516,00	2.213.484,23	2.213.484,23	2.213.484,23	0,00	0,00
2011 Auxílio Transporte aos Servidores	180.000,00	250.000,00	235.593,66	235.593,66	235.593,66	0,00	0,00
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	384.674.461,00	370.929.533,00	315.736.231,90	224.654.432,61	224.204.239,58	450.193,03	91.081.799,29
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	61.508.778,00	74.382.485,00	62.940.905,51	35.756.144,72	35.729.013,47	27.131,25	27.184.760,79
0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual	1.225.000,00	495.851,00	495.849,99	495.849,99	495.849,99	0,00	0,00
007G - Contribuição a União Interparlamentar	547.429,00	880.364,00	804.961,93	804.961,93	804.961,93	0,00	0,00

000L - Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais	127.332,00	175.868,00	152.719,14	152.719,14	152.719,14	0,00	0,00
Total Geral	3.916.377.597,00	3.916.658.698,00	3.816.510.495,92	3.690.276.070,02	3.688.195.544,75	2.080.525,27	126.234.425,90

Quadro 4 - execução orçamentária e financeira de todas as programações alocadas no orçamento do Senado Federal

Em decorrência do elevado número de aposentadorias ocorridas ao longo do exercício de 2015 (225 servidores efetivos do Senado Federal se aposentaram, sendo 51 somente no mês de dezembro), foi necessário abrir crédito suplementar para remanejar recursos orçamentários da ação de pessoal ativo (“20TP”) para a de pessoal inativo (“0181”), de modo que, no fim do ano, a despesa empenhada em ambas programações correspondeu a 99,9% da dotação autorizada.

Em decorrência dessas aposentadorias, a despesa com o pagamento das contribuições patronais em favor do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi se reduzindo gradativamente ao longo do ano, razão pela qual o montante empenhado na ação “09HB” representou 92,6% da dotação inicial.

As ações “0C04” e “00H7” constituem programações específicas destinadas a cobrir os impactos das autorizações contidas no Anexo V da LOA/2015 (provimentos e reajustes remuneratórios), conforme previsto no art. 12, inciso XIII da LDO/2015 (Lei nº 13.080/2015). Os recursos nelas alocados foram parcialmente remanejados para as programações em que efetivamente ocorre a execução orçamentária das despesas de pessoal (ações 20TP e 0181), afim de atender os impactos da concessão da última parcela do reajuste remuneratório de 5% previsto na Lei nº 12.779/2012.

Relativamente à programação de assistência médica e odontológica, que compreende o gasto com o plano de saúde dos servidores (SIS) e com o ressarcimento de despesas médicas de senadores, ex-senadores e dependentes, a despesa empenhada em 2015 representou 99,94% da dotação autorizada e superou a dotação inicial em 5,92%. O reforço orçamentário dessa programação foi realizado para assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais.

Da mesma forma, foi realizado reforço da programação de assistência pré-escolar (auxílio creche) para apoiar a elevação da despesa decorrente do aumento do número de beneficiários ao longo do exercício e do reajuste do valor per capita do auxílio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA acumulado do ano anterior (conforme Ato da Diretoria-Geral nº 04, de 2015, em atendimento ao disposto no art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2012). Conseqüentemente, a despesa empenhada com esse benefício foi 17,03% superior à dotação inicial e representou 98,6% dos créditos autorizados. O quantitativo mensal de crianças atendidas em 2015, variável em função da inclusão e desligamento de novos beneficiários (o auxílio é concedido por dependente inscrito, na faixa etária compreendida desde o nascimento até o mês em que completarem seis anos de idade) foi de 921 em janeiro, 869 em fevereiro, 905 em março, 913 em abril, 925 em maio, 951 em junho, 971 em julho, 982 em agosto, 982 em setembro, 983 em outubro, 992 em novembro e 985 em dezembro.

No caso do auxílio alimentação, a despesa empenhada correspondeu a 99,4% da dotação final e o quantitativo mensal de beneficiários em 2015 foi de 6.167 em janeiro, 5.724 em fevereiro, 5.923 em março, 5.987 em abril, 6.039 em maio, 6.136 em junho, 6.169 em julho, 6.200 em agosto, 6.234 em setembro, 6.235 em outubro, 6.218 em novembro e 6.228 em dezembro. A significativa redução observada nos meses de fevereiro a abril decorre das exonerações de servidores comissionados que estavam lotados nos gabinetes dos Senadores que não foram reeleitos, cargos esses que foram sendo gradualmente repostos pelos novos parlamentares ao longo do ano.

A despesa empenhada com auxílio transporte em 2015 totalizou R\$ 235.593,66, correspondendo em termos percentuais a um acréscimo de 30,89% em relação à dotação inicialmente alocada no orçamento para essa finalidade (R\$ 180.000,00). A necessidade de suplementação orçamentária deve-se sobretudo ao reajuste das tarifas de transporte público pelo Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 36.762/2015, fato este que acabou elevando o número de beneficiários ao longo do último quadrimestre. O quantitativo de beneficiários mensal em 2015 foi de 128 em janeiro, 118 em fevereiro, 126 em março, 129 em abril, 132 em maio, 133 em junho, 134 em julho, 143 em agosto, 145 em setembro, 177 em outubro, 197 em novembro e 210 em dezembro.

Quanto ao auxílio funeral, custeado na ação “00M1”, trata-se de despesa altamente variável de um mês para outro e de difícil estimativa, devendo ser pago no prazo de 48 horas à pessoa que houver custeado o funeral do servidor falecido na atividade ou aposentado, nos termos dos arts. 226 e 227 da Lei nº 8.112/1990. Esse fato justificou a abertura de crédito suplementar para reforçar sua dotação e, portanto, o total empenhado foi 25,6% superior à dotação inicial.

Houve necessidade de suplementar as programações destinadas às contribuições/anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais, em razão da elevação dessas despesas ocasionadas pela expressiva variação cambial. A despesa mais significativa é com a anuidade junto à União Interparlamentar, no valor de R\$ 804.961,93, que é apropriada em programação específica (ação 007G), conforme determina o art. 12, inciso XVI da LDO/2015. As demais anuidades, por serem inferiores a R\$ 100.000,00, não exigem programação específica e são alocadas na ação “00OL”, estando identificadas em nível de Plano Orçamentário, cuja execução está detalhada abaixo:

Plano Orçamentário (código / descrição)		Despesa Liquidada (R\$)
0002	Contribuição à Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento - ASPG	3.342,95
0004	Contribuição à Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA	2.068,76
0007	Contribuição à Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL	6.000,00
000Q	Contribuição à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS	44.400,00
000R	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT	10.144,80

000S	Contribuição ao Parlamento Latino-Americano	86.762,63
Total		152.719,14

Quadro 5 - Execução do orçamento por Plano Orçamentário

A ação “0284” engloba o pagamento da amortização, bem como dos juros e encargos decorrentes do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento do Programa Interlegis. Sua execução foi de apenas 40,4% da dotação inicial devido à transferência para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda das obrigações financeiras relativas ao referido contrato, nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015.

A ação “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*” compreende as despesas relativas aos veículos de comunicação da Casa, em especial a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado. O total empenhado de R\$ 62,9 milhões correspondeu a 102,3% da dotação inicial e a 84,6% da dotação autorizada na Lei Orçamentária. No que tange às despesas no GND 4 (investimentos), pode-se destacar as seguintes contratações destinadas à digitalização da TV Senado: a) sistema redundante e integrado de *ingest*, edição e exibição de conteúdos digitais com suporte para alta definição para a TV Senado (pregão eletrônico n.º 117/2015); b) sistema de captação de áudio e vídeo de externas, para uso nas operações diárias da TV Senado (pregão eletrônico n.º 095/2015); c) sistema de monitoração composto por matrizes de multimonitoração para a Secretaria de Comunicação Social (pregão eletrônico n.º 064/2015); d) ilhas de videografismo para serem utilizadas pelo Serviço de Arte e Identidade Visual da TV Senado (pregão eletrônico n.º 057/2015); e) fibras ópticas, bem como seus transmissores e receptores, para transmissão dos sinais digitais (pregão eletrônico n.º 118/2015). Em virtude dos prazos para entrega e instalação dos equipamentos, e de parte dessas licitações ter ocorrido ao final do exercício, montante significativo desses empenhos para investimentos foi inscrito em restos a pagar para execução no exercício subsequente. Destaca-se ainda a não conclusão em 2015 do pregão eletrônico n.º 133/2015, destinado à aquisição do Sistema de Geração de Grafismo para a TV Senado, o que impossibilitou uma maior utilização dos créditos orçamentários autorizados.

Em relação à execução física da ação 2549, a meta prevista na LOA era de 76.000 matérias veiculadas, tendo sido reprogramada para 190.866 ao longo do exercício, compreendendo os diversos produtos da TV Senado, Rádio Senado, Coordenação de Publicidade e Marketing, Secretaria Agência e Jornal Senado e Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, conforme detalhado a seguir:

1) TV Senado (4.617):

- 581 programas jornalísticos (438 Senado Informa, 143 entre Alô, Parlamento, Município, Em Discussão, Inclusão, Eco, Documentários, Repórter Senado e Grandes Personagens);
- 610 edições do Telejornal Diário (Senado Agora);
- 414 entrevistas (Cidadania, Agenda, Histórias Contadas, Encontros, Argumento);
- 1.746 Interprogramação com foco no legislativo;
- 1.266 captações de Comissões e Sessões Plenárias.

2) Rádio Senado (7.120):

- 5.610 matérias e notas;
- 1.510 matérias Voz do Brasil;

3) Coordenação de Publicidade e Marketing – COMAP (721):

- 124 Jobs (campanhas e outras ações de comunicação);
- 550 Peças Publicitárias;
- 47 postagens para os perfis do SF nas redes sociais (mensagens originais produzidas);

4) Secretaria Agência e Jornal do Senado – SAJS (171.469):

- 8.072 matérias veiculadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado no Portal Senado Notícias;
- 201 edições do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
- 3 encartes publicados pela Secretaria Agência e Jornal do Senado e veiculados com o Jornal do Senado;
- 10 edições em braille do Jornal do Senado publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
- 2 livretos publicado pela Secretaria Agência e Jornal do Senado;
- 163.178 imagens fotográficas digitais publicadas pelo Serviço de Fotografia da Secretaria Agência e Jornal do Senado e catalogadas no acervo da Casa;
- 3 edições da Revista Em Discussão! publicadas pela Secretaria Agência e Jornal do Senado.

5) Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal – SRPSF (6.939):

- 854 matérias publicadas no ano;
- 2 edições da revista Senado em Pessoa publicadas na intranet;
- 117 eventos;
- 5.966 grupos atendidos pelo Programa Visite o Congresso.

Quanto à ação “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, o montante de R\$ 315,7 milhões empenhado corresponde a 82,08% da dotação inicial e 85,12% da dotação autorizada. Trata-se da programação mais representativa do orçamento do Órgão, no que se refere às despesas discricionárias, cuja execução foi realizada nos seguintes Planos Orçamentários:

Plano Orçamentário (código)	Despesa Liquidada (R\$)
-----------------------------	-------------------------

0001	Administração Legislativa	191.835.432,12
0004	Gestão do Sistema de Informática	17.785.281,29
0005	Rede de Integração e Participação Legislativa - Interlegis	70.722,84
0006	Produção e Distribuição de Documentos Legislativos	13.274.726,65
000C	Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais	1.688.269,71
Total Geral		224.654.432,61

Quadro 6 - Execução orçamentária por Plano Orçamentário da ação 4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política

Para melhor compreensão, seguem algumas informações sobre os principais Planos Orçamentários:

- a) 0001 – Processo Legislativo: abriga as principais despesas relacionadas à manutenção e funcionamento do Complexo Arquitetônico do Senado Federal, tais como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, despesas com energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, postais (correios), locação de meio de transporte, contratação de estagiários, aquisição de mobiliário, pagamento de diárias, passagens, Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, entre outras.;
- b) 0004 – Gestão do Sistema de Informática: tratam-se das despesas com a manutenção e a modernização dos recursos tecnológicos do Órgão, de responsabilidade da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodasen.;
- c) 0006 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos: envolve as despesas com a manutenção e modernização da gráfica do Senado, de responsabilidade da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF;
- d) 000C – Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais: compreende as despesas de capacitação, nas modalidades presencial e à distância, incluindo os cursos de pós-graduação, de responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

A meta física executada na programação “4061” refere-se às sessões realizadas na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, compreendendo o período de 01/02 a 22/12/2015. A meta realizada em 2015 foi de 1.071, conforme consta das resenhas mensais elaboradas em cumprimento ao art. 269, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), disponibilizadas no sítio eletrônico do Órgão, distribuída da seguinte forma:

- 1) Sessões plenárias: 29 Deliberativa Extraordinária, 98 Deliberativa Ordinária, 24 Especial, 69 Não Deliberativa, 6 Debates Temáticos, 2 Premiações e Condecorações, 2 Programa Senado Jovem Brasileiro e 3 reuniões preparatórias realizadas no início da sessão legislativa;
- 2) Reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões: 115 reuniões ordinárias de Comissões, 482 reuniões extraordinários de Comissões, 14 reuniões de comissões e 23 reuniões conjuntas;
- 3) Sessões Conjuntas do Congresso Nacional: 32;
- 4) Comissões de Juristas: 31;
- 5) Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: 141;

Em relação aos restos a pagar inscritos, no que tange aos gastos de custeio (GND “3”), tratam-se de despesas de natureza contínua (limpeza e conservação, vigilância, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, entre outras), em que a periodicidade do faturamento acaba adiando o pagamento dos serviços prestados nos meses de novembro e dezembro para o ano subsequente. Quanto aos investimentos (GND “4”), a inscrição deve-se aos prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de softwares e execução de reformas, associado ao fato de que parcela considerável dessas contratações foram licitadas no último trimestre de 2015. Citam-se como exemplo as aquisições de equipamentos para o circuito fechado de televisão (CFTV) e para ampliação do sistema de radiocomunicação da Secretaria de Polícia do Senado Federal, para modernização da área de tecnologia da informação (hardwares e softwares), máquinas gráficas (encadernadora e impressora interponto em braile) e mobiliário em geral. Ressaltam-se, ainda, a aquisição da solução de Repositório Corporativo de Documentos Digitais, as reformas e adequações no espaço físico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal e especialmente a contratação de empresa para substituição completa de quatro elevadores no edifício Anexo I, cinco elevadores no edifício Anexo II e um elevador no edifício Principal.

Para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesa Primárias, houve contingenciamento de R\$ 12.497.321,00 na ação “4061”, limitação de empenho essa que não comprometeu a execução orçamentária e o alcance dos resultados esperados na programação.

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

De modo geral, não existiram fatores que impactaram significativamente o desempenho orçamentário do Órgão no exercício de 2015.

Um fato que impossibilitou uma maior utilização dos créditos orçamentários foi a interposição de recurso por licitante quando da realização do pregão eletrônico nº 131/2015, destinado ao fornecimento de sistema de energia ininterrupta com manutenção on site composto por nobreaks, grupo moto-gerador, painéis elétricos TTA, materiais complementares e serviço de instalação, cujo valor estimado para os equipamentos e obras de instalação era da ordem de R\$ 7,1 milhões. Os prazos necessários para apreciação do recurso impossibilitaram a homologação do certame e a emissão da respectiva nota de empenho à conta dos créditos orçamentários de 2015, o que veio a onerar o orçamento do exercício subsequente. De qualquer forma, trata-se de ocorrência passível de ocorrer em qualquer licitação pública, razão pela qual não configura um fator interveniente propriamente dito.

Quanto ao contingenciamento orçamentário, realizado em atendimento ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c art. 52 da Lei nº 13.080/2015 (LDO/2015), o montante que permaneceu bloqueado ao final do exercício foi de R\$ 12.497.321,00, limitação de empenho esta que não comprometeu a execução orçamentária e o alcance dos resultados esperados pelo Órgão.

3.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2010	254.583,75	0,00	0,00	254.583,75
2011	656,39	0,00	0,00	656,39
2012	154.515,91	0,00	0,00	154.515,91
2013	683.704,30	171.199,70	0,00	512.504,60
2014	1.429.222,61	219.984,34	0,00	1.209.238,27
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano 2015
2012	3.390.599,93	0,00	1.990.508,49	1.400.091,44
2013	9.129.116,61	1.025.494,29	7.246.069,17	857.553,15
2014	100.300.219,58	68.094.624,03	5.909.409,94	26.296.185,61

Quadro 7 - Restos a pagar de exercícios anteriores

Do saldo a pagar de Restos a Pagar Processados (R\$ 2.131.498,92), oriundos de inscrições efetuadas nos exercícios de 2010 a 2014, a parcela de R\$ 1.091.479,12 refere-se a despesas com vencimentos e salários, correspondente a 51,2% do total, ao passo que as despesas com mão de obra terceirizada (elementos “34” e “37”) respondem por R\$ 989.978,90, cerca de 46,4% do total.

Por força do Ato da Diretoria-Geral nº 29, de 2015, foram cancelados 73,8% dos R\$ 12,5 milhões de Restos a Pagar Não Processados oriundos de 2012 e 2013, correspondentes aos restos a pagar que não tiveram a manutenção de seus saldos justificada pelos respectivos gestores.

Quanto aos cerca de R\$ 100,3 milhões de RPNP oriundos de 2014, o montante de R\$ 68 milhões já foi pago em 2015. Os valores inscritos destinaram-se ao atendimento de:

- a)* despesas de investimentos (GND “4”), para as quais não tinha ocorrido o recebimento definitivo do objeto no decorrer do exercício de empenho (cerca de R\$ 47 milhões). Desse montante, a maior parcela refere-se aos gastos com o elemento 52 – Equipamentos e Material Permanente, da ordem de R\$ 33,3 milhões, correspondente a 70,9% do total inscrito nesse grupo de despesa. Destacam-se nesse grupo os equipamentos adquiridos para modernização tecnológica do Órgão, em especial as contratações para ampliação do núcleo da rede local, atualização da camada de acesso da rede, solução para armazenamento de dados (storage), sistema de radiocomunicação com tecnologia digital, bem como as aquisições destinadas à modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do Senado Federal;
- b)* despesas de pessoal e encargos (GND “1”), especificamente conversão de licença prêmio em pecúnia para servidores que se aposentaram em dezembro de 2014 e quitação de benefícios oriundos do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC (R\$ 4,6 milhões);
- c)* despesa com a anuidade de 2014 junto à União Interparlamentar (R\$ 553,6 mil);
- d)* despesas com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, uma vez que a apresentação de comprovantes de despesas do exercício anterior à conta da CEAPS pode ser efetuada até o último dia útil do mês de março do ano seguinte, conforme estabelece o §3º do art. 5º do Ato do Primeiro Secretário nº 5, de 2014 (R\$ 3,5 milhões);
- e)* despesas com prestação de serviços médico-hospitalares e laboratoriais, bem como demais gastos apropriados na programação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes” (cerca de R\$ 3,1 milhões);
- f)* despesas com aquisição de materiais de consumo, em que não houve a entrega dos bens, e demais gastos de natureza continuada, para os quais a liquidação e o pagamento dos serviços prestados nos últimos meses do ano ocorrem apenas no exercício subsequente, em virtude da periodicidade do faturamento. Citam-se as despesas diversas para o regular funcionamento do Órgão, tais como: energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, correios, locação de veículos para transporte de servidores e parlamentares, manutenção de bens móveis e imóveis, serviços terceirizados de limpeza e conservação, vigilância armada e desarmada, brigada civil de incêndio, apoio operacional, suporte patrimonial nas áreas de manutenção predial e edificações, bolsa a estagiários, entre outras (cerca de R\$ 44,6 milhões).

Relativamente ao cancelamento de R\$ 5,9 milhões dos RPNP oriundos de 2014, destaca-se a anulação de R\$ 1,9 milhão do montante inscrito para atender as despesas com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores, correspondente a 33,6% do total cancelado.

3.3.4. Informações sobre a execução das despesas

Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	168.099.630,44	158.628.386,83	167.623.480,75	158.328.936,12
a) Convite	0,00	13.020,00	0,00	13.020,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	168.099.630,44	158.615.366,83	167.623.480,75	158.315.916,12
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	64.199.749,40	71.975.216,72	64.008.679,46	71.936.923,94
h) Dispensa	33.769.945,37	43.866.310,63	33.769.945,37	43.828.017,85
i) Inexigibilidade	30.429.804,03	28.108.906,09	30.238.734,09	28.108.906,09
3. Regime de Execução Especial	289.095,72	116.131,02	289.095,72	116.131,02
j) Suprimento de Fundos	289.095,72	116.131,02	289.095,72	116.131,02
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.321.807.677,96	3.075.796.047,91	3.320.562.948,48	3.074.704.568,79
k) Pagamento em Folha	3.319.736.394,25	3.074.464.360,98	3.318.491.664,77	3.073.372.881,86
l) Diárias	2.071.283,71	1.331.686,93	2.071.283,71	1.331.686,93
5. Outros	135.879.916,50	142.155.534,10	135.711.340,34	142.155.534,10
6. Total (1+2+3+4+5)	3.690.276.070,02	3.448.671.316,58	3.688.195.544,75	3.447.242.093,97

Quadro 8 - Despesas totais por modalidade de contratação

Análise crítica da execução orçamentária por modalidade de contratação

Em conformidade com a regra estabelecida pelo art. 3º do Ato da Diretoria-Geral n.º 9, de 16 de março de 2015, que versa sobre a adoção preferencial do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, constatou-se que em 2015 essa foi a única modalidade na qual houve despesas liquidadas e pagas. Essa tendência vem sendo observada nos últimos anos, posto que em 2014 houve apenas um valor irrisório liquidado e pago em modalidade diversa (no caso, Convite). As despesas liquidadas em 2015 oriundas de contratações realizadas por meio de pregão somam cerca de R\$ 168 milhões, valor 5,9% superior ao despendido no exercício anterior. Do referido montante, 38,9% das contratações

referem-se ao elemento de despesa “37 – *Locação de Mão de Obra*”, 31,6% ao elemento “34 – *Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização*” e 15,5% ao elemento “39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*”.

Em relação às despesas liquidadas nas contratações diretas, houve um decréscimo de 10,8% nas dispensas e inexigibilidades de licitação no exercício de 2015 em comparação ao ano anterior. Dentre as contratações para as quais a licitação é inexigível, destacam-se as seguintes despesas e a respectiva representatividade: fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB (39,9%); serviços médico-hospitalares e ambulatoriais da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírío-Libanês (17,9%); cessão de capacidade de seguimento espacial em satélite da STAR ONE S.A para transmissão de sinais da Rádio e TV Senado (11,6%) e os serviços de água e esgoto realizados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (9,1%).

Quanto às dispensas de licitação, a despesa liquidada em 2015 foi 23% inferior à do exercício anterior. Uma parcela de 83,8% dos valores liquidados refere-se a contratos decorrentes de dispensa de licitação com base no inciso XI do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, isto é, contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, a saber: prestação de serviços de execução indireta e contínua de limpeza e conservação (Contrato n.º 070/2012); prestação de serviços de suporte patrimonial nas áreas de manutenção predial e edificações (Contrato n.º 014/2013 e n.º 03/2014) e vigilância armada e desarmada (Contrato n.º 054/2012). Destaca-se também os valores despendidos junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com base no inciso VII do art. 24 da referida lei, que representaram 8,9% do total. Grande parte do decréscimo verificado no exercício de 2015 deve-se à redução nos valores liquidados em dispensa com serviços de vigilância, uma vez que houve procedimento licitatório (pregão eletrônico) para esse objeto, com início da vigência do novo contrato (Contrato n.º 17/2015) em 25 de fevereiro de 2015.

Quanto à folha de pagamento, a despesa liquidada em 2015 foi 7,9% superior à do ano anterior, em virtude da concessão aos servidores da Casa da última parcela do reajuste remuneratório previsto na Lei n.º 12.779/2012 e do impacto na folha de pagamento da elevação do teto constitucional (Lei n.º 13.091/2015, que majorou os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal).

Em relação às despesas com diárias, houve elevação de 55,5% na despesa liquidada em 2015. Parte desse aumento deve-se à expressiva elevação da taxa de câmbio do dólar no ano de 2015, moeda na qual são estipulados os valores das diárias para viagens ao exterior, e também cabe destacar a participação de Senadores e servidores em importantes eventos, como a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris. Além disso, houve um aumento da quantidade de diárias pagas a colaboradores eventuais para participação em Comissões, tais como Comissão de Especialistas para Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), CPI do Futebol e Comissão de Juristas. Embora tenha ocorrido acréscimo nos gastos de diárias no exterior e a colaboradores eventuais, destaca-se que no caso das diárias no país a servidores e parlamentares houve redução de 10,9% em 2015 quando comparado ao ano anterior.

Na modalidade “Outros”, foram liquidados R\$ 87,4 milhões em favor da Caixa Econômica Federal devido ao Convênio n.º 008/2012, cujo objeto é a mútua cooperação para a execução e o aprimoramento dos planos de saúde oferecidos aos servidores, parlamentares e ex-parlamentares do Senado e aos empregados da Caixa, e o compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o Saúde Caixa pelos beneficiários do SIS. Destacam-se ainda os R\$ 22,9 milhões relativos à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, instituída pelo Ato da Comissão Diretora n.º 09, de 2011 e os R\$ 6,3 milhões para pagamento de bolsa aos estagiários.

Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.380.355.184,89	1.326.302.468,49	1.380.147.236,95	1.326.302.468,49	207.947,94	-	1.378.980.194,81	1.325.210.989,37
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	1.231.982.534,07	1.106.800.808,95	1.231.982.534,07	1.102.749.722,67	-	4.051.086,28	1.231.982.534,07	1.102.749.722,67
Demais elementos do grupo	637.919.728,68	583.571.577,55	637.778.722,81	583.058.201,52	141.005,87	513.376,03	637.701.035,47	583.058.201,52
2. Juros e Encargos da Dívida								
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	83.939,47	132.864,40	83.939,47	132.864,40	-	-	83.939,47	132.864,40
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	4.064,17	16.935,90	4.064,17	16.935,90	-	-	4.064,17	16.935,90
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	166.149.914,81	164.227.868,56	139.749.687,48	146.457.031,97	26.400.227,33	17.770.836,59	139.532.308,65	146.325.863,48
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	112.162.580,02	94.195.823,22	95.176.365,05	84.648.920,26	16.986.214,97	9.546.902,96	94.994.830,51	84.453.419,41
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZACAO	61.448.447,05	61.320.918,21	53.132.384,40	53.368.598,66	8.316.062,65	7.952.319,55	53.037.929,40	53.368.598,66
AUXILIO-ALIMENTACAO	60.440.979,15	57.733.224,36	60.440.979,15	57.733.224,36	-	-	60.440.979,15	57.733.224,36
Demais elementos do grupo	97.282.039,35	89.101.101,05	86.896.437,93	76.274.884,22	10.385.601,42	12.826.216,83	86.554.010,51	76.263.810,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.084.116,62	44.082.594,43	2.809.689,99	10.717.336,05	24.274.426,63	33.365.258,38	2.809.689,99	10.717.336,05
OBRAS E INSTALACOES	24.112.002,96	9.382.720,00	126.143,83	-	23.985.859,13	9.382.720,00	126.143,83	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	17.077.118,33	10.023.310,60	1.540.038,37	5.869.855,02	15.537.079,96	4.153.455,58	1.540.038,37	5.869.855,02
Demais elementos do grupo	-	864.932,06	-	703.875,91	-	161.056,15	-	703.875,91
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	407.846,35	637.397,15	407.846,35	637.397,15	-	-	407.846,35	637.397,15

Quadro 9 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Análise crítica da execução orçamentária por grupo e elemento de despesa

GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais

A elevação da despesa executada nesse grupo em 2015 deve-se ao impacto da última parcela do reajuste remuneratório de 5%, concedido pela Lei n.º 12.779/2012, bem como aos efeitos da majoração do teto constitucional pela Lei n.º 13.091/2015, que reajustou em 14,6% os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Sob a ótica dos elementos de despesas, destaca-se, em termos nominais, a variação de R\$ 129,2 milhões na despesa liquidada com aposentados (elemento 01), refletindo o supramencionado reajuste remuneratório e o expressivo número de aposentadorias ocorridas no período. Um total de 225 servidores efetivos do Senado Federal se aposentaram em 2015, sendo 51 somente no mês de dezembro.

Quanto ao aumento da despesa empenhada nos demais elementos do grupo, o principal responsável por essa variação, em termos nominais, foi o elemento 03 – *Pensões*, com acréscimo da ordem de R\$ 28,4 milhões, reflexo do aumento de pensionistas em razão do falecimento de servidores, sobretudo aposentados. Percentualmente, o maior acréscimo se deu no elemento 07 – *Contribuição à Entidade Fechada de Previdência*, que registra as despesas executadas junto à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), instituída pela Lei 12.618/2012. A elevação de 187,4% nessa despesa decorreu do impacto anualizado da contribuição referente aos servidores providos ao longo de 2014, ano de encerramento da vigência do último concurso público realizado pelo Órgão.

Ressaltam-se, ainda, as elevações nas despesas dos elementos 16 - *Outras Despesas Variáveis* e 94 – *Indenizações e Restituições Trabalhistas*. A primeira registra os valores pagos a servidores efetivos e comissionados a título de serviços extraordinários (horas extras), cujo acréscimo pode ser justificado, em parte, pela necessidade de serviço devido às trocas de parlamentares ocorridas na Casa em 2015. Em relação às indenizações trabalhistas, o aumento decorre das exonerações de servidores comissionados que exerciam suas funções nos gabinetes dos Senadores que não foram reeleitos nas eleições de 2014, o que gera pagamentos de verbas rescisórias asseguradas pela legislação trabalhista.

GND 2 – Juros e Encargos da Dívida

A execução desse grupo de natureza de despesa refere-se ao pagamento de juros e encargos decorrentes das obrigações relativas ao Contrato BID-1864/OC-BR (empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II). Por estar na fase de desembolso, as obrigações financeiras do referido contrato foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015. Consequentemente, foram remanejadas para a STN os recursos orçamentários destinados ao serviço da dívida (principal, juros e encargos) para que o Tesouro pudesse honrar com a obrigação que lhe foi transferida em relação às parcelas com vencimento no segundo semestre de 2015, o que justifica a execução orçamentária inferior do GND “2” quando comparado ao exercício de 2014. No PLOA/2016 as dotações para atender os encargos do mencionado empréstimo foram alocadas na UO “71101 – *Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda*”, sob a responsabilidade da STN.

GND 3 - Outras Despesas Correntes

Do montante de R\$ 497,4 milhões empenhados em 2015 no grupo de natureza de despesa 3 – *Outras Despesas Correntes*, 62,4% corresponde à execução das programações destinadas à manutenção e funcionamento do Senado Federal (ações “4061 – *Processo Legislativo, Representação e Fiscalização Política*” e “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*”). As ações de concessão de benefícios a servidores (auxílios alimentação,

creche, transporte, funeral, natalidade e assistência médica e odontológica) foram responsáveis pela execução de 37,3% das despesas do GND 3, ao passo que as contribuições a grupos parlamentares representaram 0,2% do executado.

A exemplo do ocorrido no ano anterior, o elemento de despesa mais utilizado nesse GND em 2015 foi o “39 - *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*”, com despesa empenhada da ordem de R\$ 166 milhões. A maior parcela desse montante refere-se aos gastos com serviços médicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, que representaram 57,3% do total empenhado nessa rubrica. Os demais gastos nesse elemento são derivados do pagamento de despesas diversas de custeio do Órgão, destacando-se o fornecimento de energia elétrica, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de telecomunicações, manutenção de software, serviços de comunicação (de dados e em geral), locação e manutenção de máquinas e equipamentos (inclusive de informática) e serviços de água e esgoto.

A despesa empenhada em 2015 com serviços terceirizados (soma dos elementos “37 – *Locação de Mão de Obra*” e “34 – *Outras Despesas de Pessoal – Terceirização*”) totalizou R\$ 173,6 milhões, que corresponde a 34,9% do total do grupo.

A elevação na despesa empenhada com o auxílio alimentação deve-se ao reajuste de seu valor per capita pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano anterior, a fim de manter o poder de compra desse benefício concedido aos servidores.

Quanto às despesas apropriadas nos demais elementos do grupo, o mais representativo é o 93 - *Indenizações e Restituições*, com valor empenhado em 2015 de R\$ 40,3 milhões. Essa rubrica concentra diversas despesas, dentre as quais o auxílio moradia, a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS) e os ressarcimentos de despesas médicas a senadores, ex-parlamentares, servidores e dependentes. Em seguida aparecem os elementos de despesas 30 - *Material de Consumo* e 33 - *Passagens e Despesas com Locomoção*, que responderam por cerca de R\$ 23,5 milhões do total empenhado. Embora seja pouco significativo em termos nominais, percentualmente ressalta-se o acréscimo de 33,5% na despesa empenhada do elemento 49 – *Auxílio Transporte*, reflexo do reajuste das tarifas de transporte público pelo Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 36.762/2015, majoração essa que resultou também no aumento gradativo do número de beneficiários desse auxílio ao longo do último quadrimestre do ano, passando de 145 em setembro para 210 no mês de dezembro.

Especificamente em relação ao elemento “92 – *Despesas de Exercícios Anteriores*”, o total empenhado em 2015 foi 38,3% inferior ao de 2014, o que em termos nominais corresponde a uma redução de R\$ 6,5 milhões. Parte dessa variação pode ser justificada pelo término de vigência do Contrato n.º 138/2011, por meio do qual se realizava a intermediação na prestação de serviços de assistência à saúde fora do Distrito Federal aos beneficiários do SIS, Após a celebração do Convênio n.º 8/2012, celebrado entre o Senado e a Caixa Econômica Federal, objetivando o compartilhamento da rede de credenciados da CAIXA para o Saúde CAIXA, a maior parte das despesas médico-hospitalares passaram a ser processadas e apropriadas no ano de competência, fato esse que reduziu os dispêndios a título de exercícios anteriores.

Em relação aos restos a pagar inscritos, tratam-se na sua maior parte de despesas de natureza contínua (limpeza e conservação, vigilância, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, entre outras), em que a periodicidade do faturamento acaba adiando o pagamento dos serviços prestados nos meses de novembro e dezembro para o ano subsequente.

A despesa empenhada do GND “3” em 2015 foi superior à do ano anterior em virtude de fatores como variação cambial, reajustes de tarifas públicas (água, luz, etc), atualização do valor per capita dos auxílios aos servidores e sobretudo repactuações/reajustes contratuais. Ainda assim, a

elevação da despesa no GND “3” foi de 6,6%, inferior à inflação de 10,67% medida pelo IPCA em 2015, o que significa dizer que, em termos reais, houve redução desse tipo de despesa no Senado Federal.

O valor de R\$ 12.497.321,00 contingenciado no orçamento do Órgão ao final de 2015, em atendimento aos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, foi integralmente efetivado no âmbito do GND “3” e não comprometeu a execução física e financeira das ações previstas para o exercício.

GND 4 - Investimentos

A despesa empenhada com investimentos em 2015 totalizou R\$ 68,2 milhões, em linha com o alcançado no ano anterior, montante bem superior à média anual empenhada de R\$ 21 milhões no período 2008 a 2013. Do total empenhado em 2015, cerca de 24% utilizaram os recursos próprios diretamente arrecadados pelo Órgão (fonte “150”), decorrentes em sua maior parte das receitas advindas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento do Senado Federal junto à Caixa Econômica Federal.

Essa aplicação dos recursos oriundos da venda da folha de pagamento em despesas de investimentos atende à deliberação da Comissão Diretora do Senado Federal, que na 3º Reunião do Colegiado, realizada em 26/2/2014, decidiu que esses recursos seriam despendidos, preferencialmente, “na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões” (Ata publicada no BASF n.º 5444, de 19/03/2014).

Foram empenhados cerca de R\$ 27,1 milhões no elemento de despesa 52 – *Equipamentos e Material Permanente*, correspondente a 39,67% do total de investimentos em 2015. A maior parcela desse valor refere-se às contratações destinadas à digitalização da TV Senado (migração da tecnologia analógica para a digital), em especial a aquisição de equipamentos para: a) sistema redundante e integrado de *ingest*, edição e exibição de conteúdos digitais com suporte para alta definição para a TV Senado (pregão eletrônico n.º 117/2015); b) sistema de captação de áudio e vídeo de externas, para uso nas operações diárias da TV Senado (pregão eletrônico n.º 095/2015); c) sistema de monitoração composto por matrizes de multimonitoração para a Secretaria de Comunicação Social (pregão eletrônico n.º 064/2015); d) ilhas de videografismo para serem utilizadas pelo Serviço de Arte e Identidade Visual da TV Senado (pregão eletrônico n.º 057/2015).

Também foram adquiridos equipamentos para o circuito fechado de televisão (CFTV) e para ampliação do sistema de radiocomunicação da Secretaria de Polícia do Senado Federal, para modernização da área de tecnologia da informação (servidores de rede, solução de controle de acesso à internet, entre outros), máquinas gráficas (encadernadora e impressora interponto em braile) e mobiliário em geral, sobretudo estações de trabalho para os servidores

Relativamente ao elemento de despesa 51 – *Obras e Instalações*, cuja execução representou 35,32% do total, destacam-se os cerca de R\$ 15,7 milhões empenhados para a substituição completa de quatro elevadores no edifício Anexo I, cinco elevadores no edifício Anexo II e um elevador no edifício Principal do Senado Federal (pregão eletrônico n.º 122/2015). O restante empenhado nessa rubrica destina-se ao atendimento de reformas e adequações no espaço físico do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

O elemento de despesa 39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica* respondeu por 25,01% do total empenhado em investimentos, englobando as despesas de aquisição/manutenção evolutiva de softwares e sistemas, bem como de serviços de instalação e treinamento dos equipamentos/sistemas adquiridos, cujos valores incorporam-se aos respectivos bens. Destacam-se nesse elemento as aquisições de licenças de softwares Microsoft Office, a adequação do ambiente de virtualização para recuperação de desastres em sítio remoto do Senado Federal (software VMware), a aquisição da solução de Repositório Corporativo de Documentos Digitais e da solução para a Gestão Informatizada do Programa de Assistência à Saúde do Senado Federal. Também foram apropriados nessa rubrica os softwares pertencentes ao mencionado Sistema redundante e integrado de *ingest*, edição e exibição de conteúdos digitais para a TV Senado.

A existência de prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de softwares e execução de reformas, associado ao fato de que parcela expressiva dessas contratações para investimentos foram licitadas no último trimestre de 2015, resultou em uma inscrição em restos a pagar não processados da ordem de R\$ 63,7 milhões no âmbito do GND “4”, cujos valores serão liquidados e pagos nos exercícios subsequentes.

GND 5 - Inversões Financeiras

O Senado Federal não teve despesas programadas ou executadas com inversões financeiras no exercício de 2015.

GND 6 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Trata-se de despesa com o pagamento de amortização do empréstimo objeto do Contrato BID-1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II. Por estar na fase de desembolso, as obrigações financeiras do referido contrato foram transferidas para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN / Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto n.º 5.994/2006, alterado pelo Decreto n.º 8.295/2014, e Portaria STN n.º 427/2015. Consequentemente, foram remanejadas para a STN os recursos orçamentários destinados ao serviço da dívida (principal, juros e encargos) para que o Tesouro pudesse honrar com a obrigação que lhe foi transferida em relação às parcelas com vencimento no segundo semestre de 2015, o que justifica a execução orçamentária inferior do GND “6” quando comparado ao exercício de 2014. No PLOA/2016 as dotações para atender os encargos do mencionado empréstimo foram alocadas na UO “71101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda”, sob a responsabilidade da STN.

3.3.5. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	

2015	020001	Senado Federal	0	0,00	55	451.000,00	40.000,00
2014	020001	Senado Federal	2	2.280,00	30	196.000,00	60.000,00
Fonte: CONTAB, SIAFI 2015							

Quadro 10 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	020001	Senado Federal	0	0,00	42	32.180,00*	256.923,12**	289.103,12
2014	020001	Senado Federal	2	2.280,00	29	20.350,00	96.292,84	116.642,84
Fonte: CONTAB, SIAFI 2015								

Quadro 11 - Utilização de suprimento de fundos

Observações:

* Incluí o valor de R\$ 7,40, que embora tenha sido sacado, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União.

** O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2015, encontra-se somado com a quantia de R\$ 545,00 referente a dois pagamentos realizados no cartão corporativo, mas que extrapolaram o valor individual por item de despesa e foram recolhidos em favor do Senado Federal por meio de GRU.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
020001	Senado Federal	339030- MATERIAL DE CONSUMO	07 - Gêneros de Alimentação	157.959,13
			09 - Material Farmacológico	4.856,59
			15 – Material para Festividades e Homenagens	8.600,00
			16 - Material de Expediente	879,69
			17 - Material de Processamento de Dados	1.364,30

		19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	240,00
		20 - Material de Cama, Mesa e Banho	2.314,54
		21 - Material de Copa e Cozinha	4.210,34
		22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	7.116,42
		24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	27.672,00
		25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	10.348,54
		26 - Material Elétrico e Eletrônico	8.779,03
		28 - Material de Proteção e Segurança	33,80
		29 - Material para áudio, vídeo e foto	1.169,12
		31 – Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.280,60
		35 – Material Laboratorial	53,11
		36 - Material Hospitalar	2.757,85
		42 - Ferramentas	2.050,20
		44 – Material de Sinalização Visual e Outros	4.598,00
		59 – Material para Divulgação	1.011,00
	339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	14 - Locação bens móveis outras naturezas e intangíveis	150,00
		16 - Manutenção e conservação de bens imóveis	1.500,00
		17 - Manutenção E conservação De maquinas e equipamentos	4.558,00
		20 - Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	798,00
		23 - Festividades e homenagens	2.494,99
		41 - Fornecimento de alimentação	14.313,19
		63 - Serviços gráficos e editoriais	1.900,00
		69 - Seguros em geral	2.254,54
		74 - Fretes e transportes de encomendas	106,66
		06 - Aparelhos e equipamentos de comunicação	608,00

			12 - Aparelhos e utensílios domésticos	2.518,50
			19 - Discotecas e filmotecas	799,58
			35 - Equipamentos de processamento de dados	800,00
		449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	42 - Mobiliário em geral	4.000,00
			51 – Peças não incorporáveis a imóveis	4.000,00

Quadro 12 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

3.3.6. Análise crítica

A Administração Pública, em determinadas situações, necessita utilizar-se de sistemática especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal de execução orçamentária. Para esses casos, como medida de exceção, o Senado Federal autoriza a realização de despesas pelo regime de adiantamento.

Em respeito ao princípio da separação dos Poderes, a norma editada por este órgão para disciplinar a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos é o Ato da Comissão Diretora nº 17 de 21 de novembro de 2012. Destarte, devido a uma nova interpretação – baseada no Art. 47 do Decreto nº 93.872 de 1986 –, em 19/06/2015, o ATC em referência foi alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 07/2015, o qual introduziu o Regime Especial de Execução – REE de Suprimento de Fundos para atender, tão somente, às peculiaridades da Presidência do Senado Federal, bem como sua Residência Oficial. Cumpre ressaltar que, para o novo regime, foram estabelecidas novas regras, sendo a principal delas a ampliação do limite de concessão e aplicação para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês para gastos com serviços e compras em geral.

Com base na série histórica apresentada, pode-se verificar que a execução de despesas por suprimento de fundos sofreu um aumento significativo tanto na quantidade quanto no valor total concedido aos supridos no exercício de 2015, que, em parte, deveu-se à introdução do regime especial acima descrito. No entanto, se comparado com a execução total das despesas do órgão, tais valores têm-se mantido baixos, o que se justifica principalmente pelo fato de os gestores serem constantemente alertados de que esse é um regime de exceção e por isso deve atender somente os gastos emergenciais, que não podem submeter-se ao processo normal de realização da despesa preconizado pela Lei 8.666, de 1993.

Outra informação extraída dos quadros é a de que, em 2015, todas as concessões de suprimento de fundos foram operacionalizadas pelo Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF. Ainda que a alternativa de realização de gastos por meio da conta tipo "B" não tenha sido extinta dos normativos do órgão, atualmente se busca eliminar essa modalidade de pagamento, visto que a utilização do cartão garante um melhor controle e uma maior segurança da utilização dos recursos públicos utilizados pelo regime de adiantamento.

Relativo ao maior limite individual concedido no exercício de 2015, o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) refere-se a uma concessão do Regime Especial de Execução com vigência de dois meses, obedecendo o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, conforme definição do ATC nº 07/2015 supracitado.

No que tange ao aumento do número de saques efetuados em 2015, quando comparado com 2014, pelas justificativas dos servidores supridos, o fato deveu-se às exigências de fornecedores que demandaram pagamentos ou por boleto bancário ou em espécie.

Finalmente, ressalta-se que nenhuma das concessões efetuadas foi para servidor já responsável por dois suprimentos, ou que estivesse em atraso na prestação de contas de suprimentos, e que também não houve concessão a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo, ou que seja declarado em alcance. Ademais, registra-se que as prestações de contas apresentadas pelos supridos no exercício de 2015 foram aprovadas na sua totalidade pelo Ordenador de Despesas.

3.4. Desempenho Operacional

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de gestão do Senado Federal, operacionais e de desempenho, têm sido desenvolvidos com foco em duas áreas do conhecimento: pessoas e aquisições.

A concepção dos indicadores relacionados a pessoas foi iniciada em 2014 pela área de gestão de pessoas. Nesta fase inicial, encerrada em fevereiro de 2015 com a publicação do Ato número 5 do Diretor-Geral, foram criados trinta indicadores, divididos em cinco grupos: indicadores de estrutura; indicadores de provimento; indicadores de desenvolvimento; indicadores de manutenção; e indicadores de custo de parcelas variáveis. No Ato foram definidos parâmetros gerais com orientações para a implementação dos indicadores, ficando a cargo de um grupo de trabalho o detalhamento. Este grupo, composto por membros de diversas unidades do Senado Federal, realizou pesquisas e análises para a definição dos parâmetros de cada indicador. A implementação, parcial, foi realizada em um painel gerencial por meio do software Qlikview. Os indicadores que puderam ser implementados até dezembro de 2015 têm seus resultados, com data de referência de 31/12/2015, apresentados a seguir. É importante ressaltar que até o momento somente foram definidas as métricas de monitoramento, faltando ainda a definição das metas para obtenção dos indicadores.

Indicadores de Estrutura do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.1	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo faixa etária global e por vínculo	-	Não há meta definida	Resultado apresentado no gráfico a seguir	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 13 - Indicadores de Estrutura do Quadro de Pessoal

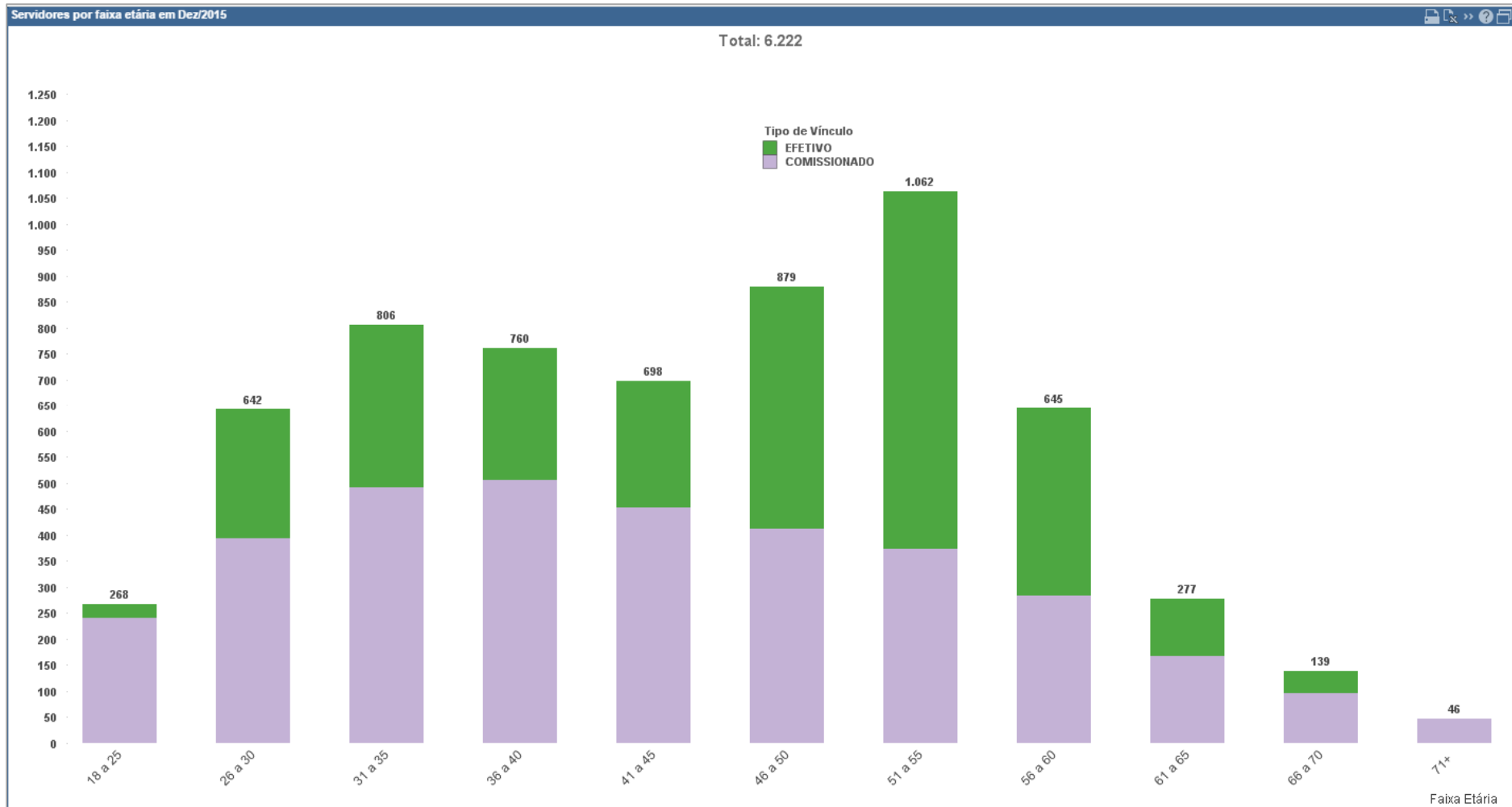


Gráfico 1 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo faixa etária global e por vínculo

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	----------------------

1.2	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade	-	Não há meta definida	Resultado apresentado na tabela a seguir	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100
-----	--	---	----------------------	--	--------	--

Quadro 14 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade

Escolaridade	Total: 6.222
Não Informado	1.655
Ensino Superior	1.614
Pós Graduação	1.294
Ensino Médio	628
Ensino Superior Inc	392
Mestrado	292
Ensino Fundamental	97
Ensino Médio Inc	90
Doutorado	88
Ensino Fund Inc	68
Habilitação Leqal	3
-	1
Total	6.222

Tabela 2 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo a escolaridade

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.3	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o tempo de serviço	-	Não há meta definida	Resultado apresentado no gráfico a seguir	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 15 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o tempo de serviço

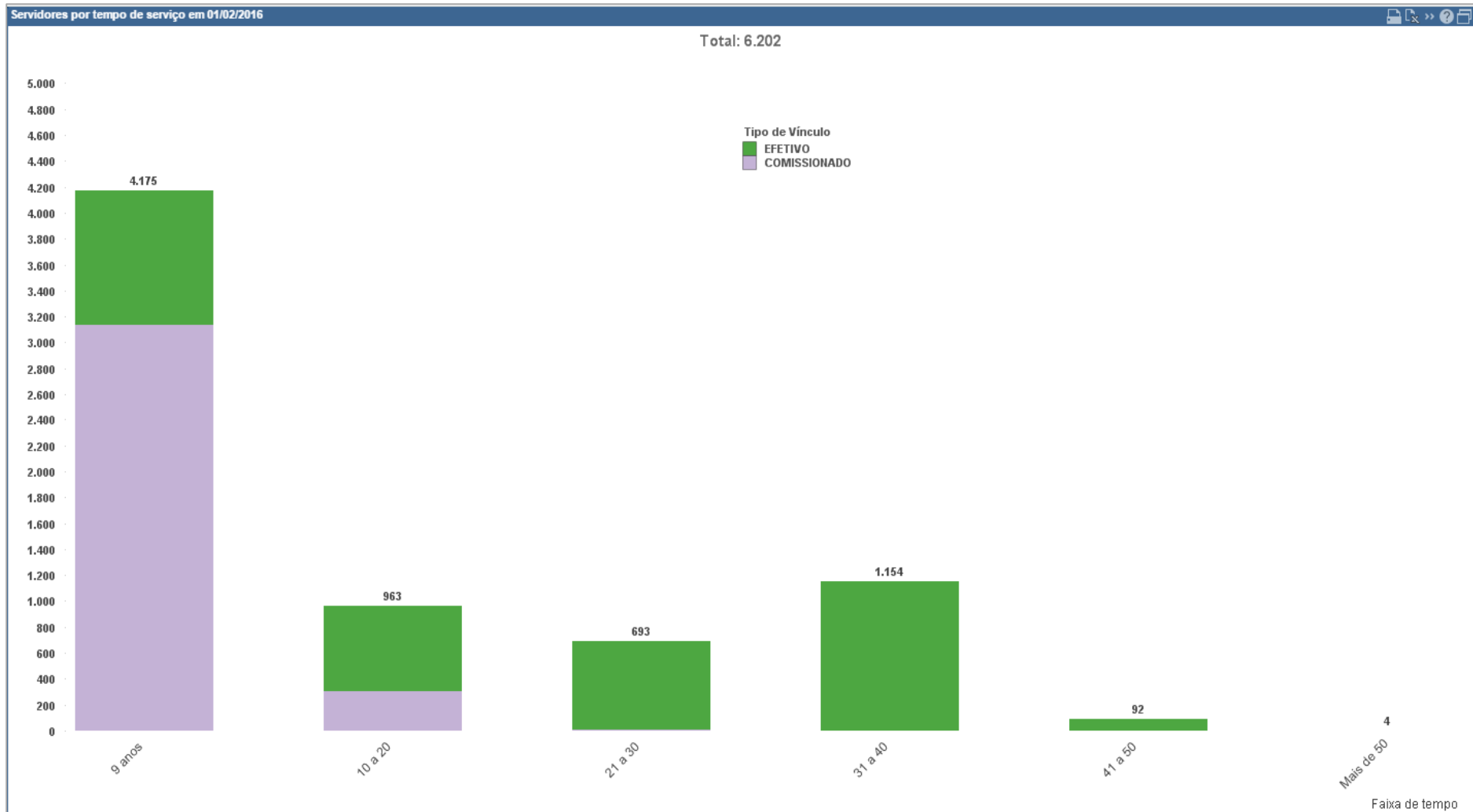


Gráfico 2 - Taxa de composição da força de trabalho segundo o tempo de serviço

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	----------------------

1.4	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100
-----	---	---	----------------------	--	--------	--

Quadro 16 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça

Servidores por gênero em Dez/2015		
Gênero	Tipo de Vínculo	Total: 6.222
Feminino	COMISSIONADO	1.615
	EFETIVO	852
	Total	2.467
Masculino	COMISSIONADO	1.844
	EFETIVO	1.911
	Total	3.755
Total	Total	6.222

Servidores por raça/cor em Dez/2015		
Raça/Cor	Tipo de Vínculo	Total: 6.222
Amarela	COMISSIONADO	46
	EFETIVO	33
	Total	79
Branca	COMISSIONADO	1.800
	EFETIVO	1.751
	Total	3.551
Indígena	COMISSIONADO	10
	EFETIVO	1
	Total	11
Não Informado	COMISSIONADO	400
	EFETIVO	323
	Total	723
Negra	COMISSIONADO	178
	EFETIVO	77
	Total	255
Parda	COMISSIONADO	1.025
	EFETIVO	578
	Total	1.603
Total	Total	6.222

Tabela 3 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo o gênero e raça

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.5	Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	(Número de colaboradores sob ótica em análise/Número total de colaboradores)*100

Quadro 17 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício

Servidores por lotação em Dez/2015							Servidores por lotação de exercício em Dez/2015						
Lotação	Efetivos	Taxa	Comissionados	Taxa	Total	Taxa	Exercício	Efetivos	Taxa	Comissionados	Taxa	Total	Taxa
Senado Federal	2.763	44,41%	3.459	55,59%	6.222	100,00%	Senado Federal	2.763	44,41%	3.459	55,59%	6.222	100,00%
Total	2.763	44,41%	3.459	55,59%	6.222	100,00%	Total	2.763	44,41%	3.459	55,59%	6.222	100,00%

Tabela 4 - Taxa de Composição da Força de Trabalho segundo lotação e exercício

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
1.6	Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado	-	Não há meta definida	Resultado apresentado na tabela a seguir	Mensal	(Número de servidores efetivos cedidos pelo Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100
						(Número de servidores efetivos cedidos para o Senado/Número total de servidores efetivos do Senado) x 100

Quadro 18 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado

Cedidos em Dez/2015					
Vínculo	Servidores	Cedidos pelo Senado	Taxa Cedidos pelo Senado	Cedidos para o Senado	Taxa Cedidos para o Senado
COMISSIONADO	3.459	0	0,00%	175	5,06%
EFETIVO	2.763	62	2,24%	0	0,00%
Total	6.222	62	1,00%	175	2,81%

Tabela 5 - Taxa de servidores cedidos pelo Senado e para o Senado

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Indicadores de Provimento do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.1	Taxas de Provimento e Vacância por cargo	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	(Número de cargos ocupados sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes)*100
						(Número de cargos vagos sob a ótica em análise/Número total de cargos existentes)*100

Quadro 19 - Taxas de Provimento e Vacância por cargo

Taxa de provimento e vacância de cargos efetivos em Dez/2015						
Categoria	Especialidade	Total de Carqos	Ocupados	Livres	Taxa de Provimento	Taxa de Vacância
ADVOGADO	ADVOCAÇIA	35	33	2	94,29%	5,71%
	Total	35	33	2	94,29%	5,71%
ANALISTA LEGISLATIVO	ADMINISTRAÇÃO	240	183	57	76,25%	23,75%
	ARQUITETURA	7	5	2	71,43%	28,57%
	ARQUIVOLOGIA	12	5	7	41,67%	58,33%
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	1	0	100,00%	0,00%
	BIBLIOTECONOMIA	40	26	14	65,00%	35,00%
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	230	213	17	92,61%	7,39%
	CONTABILIDADE	29	25	4	86,21%	13,79%
	ENFERMAGEM	12	10	2	83,33%	16,67%
	ENGENHARIA	22	22	0	100,00%	0,00%
	FARMÁCIA	2	2	0	100,00%	0,00%
	FISIOTERAPIA	1	1	0	100,00%	0,00%
	INFORMÁTICA LEGISLATIVA	259	221	38	85,33%	14,67%
	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS GRÁFICAS	2	2	0	100,00%	0,00%
	MEDICINA	41	37	4	90,24%	9,76%
	NUTRIÇÃO	2	1	1	50,00%	50,00%
	ODONTOLOGIA	4	0	4	0,00%	100,00%
	ORÇAMENTO PÚBLICO	21	11	10	52,38%	47,62%
	PROCESSO INDUSTRIAL GRÁFICO	10	6	4	60,00%	40,00%
	PROCESSO LEGISLATIVO	490	241	249	49,18%	50,82%
	PSICOLOGIA	5	5	0	100,00%	0,00%
	REDAÇÃO E REVISÃO	32	14	18	43,75%	56,25%
	REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR	97	86	11	88,66%	11,34%
	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	6	3	3	50,00%	50,00%
Total	1.565	1.120	445	71,57%	28,43%	
AUXILIAR LEGISLATIVO	PROCESSO INDUSTRIAL GRÁFICO	52	52	0	100,00%	0,00%
	SEGURANÇA	1	1	0	100,00%	0,00%
Total	53	53	0	100,00%	0,00%	
CONSULTOR LEGISLATIVO	ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTOS	50	49	1	98,00%	2,00%
	ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO	240	207	33	86,25%	13,75%
Total	290	256	34	88,28%	11,72%	
SECRETÁRIO PARLAMENTAR	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	4	4	0	100,00%	0,00%
	Total	4	4	0	100,00%	0,00%
TÉCNICO LEGISLATIVO	ADMINISTRAÇÃO	410	304	106	74,15%	25,85%
	ARQUIVOLOGIA	8	7	1	87,50%	12,50%
	ASSISTÊNCIA A PLENÁRIOS E PORTARIA	24	24	0	100,00%	0,00%
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	71	67	4	94,37%	5,63%
	CONTABILIDADE	5	0	5	0,00%	100,00%
	EDIFICAÇÕES	80	57	23	71,25%	28,75%
	ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES	60	51	9	85,00%	15,00%
	ENFERMAGEM	20	17	3	85,00%	15,00%
	INFORMÁTICA LEGISLATIVA	117	54	63	46,15%	53,85%
	ODONTOLOGIA	2	1	1	50,00%	50,00%
	POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL	360	248	112	68,89%	31,11%
	PROCESSO INDUSTRIAL GRÁFICO	300	196	104	65,33%	34,67%
	PROCESSO LEGISLATIVO	450	268	182	59,56%	40,44%
	RADIOLOGIA	3	3	0	100,00%	0,00%
	Total	1.910	1.297	613	67,91%	32,09%
	Total	3.857	2.763	1.094	71,64%	28,36%

Taxa de provimento e vacância de funções comissionadas em Dez/2015						
Função	Total de Carqos	Ocupados	Bloqueados	Livres	Taxa de Provimento	Taxa de Vacância
ADVOGADO-GERAL	1	1	0	0	100,00%	0,00%
ADVOGADO-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES	1	1	0	0	100,00%	0,00%
ADVOGADO-GERAL ADJUNTO DE COORDENAÇÃO	1	1	0	0	100,00%	0,00%
ASSESSOR CHEFE	1	1	0	0	100,00%	0,00%
ASSESSOR JURÍDICO	6	6	0	0	100,00%	0,00%
ASSESSOR TÉCNICO	30	27	0	3	90,00%	10,00%
ASSISTENTE DE DIREÇÃO DE VIVO	2	2	0	0	100,00%	0,00%
ASSISTENTE TÉCNICO	591	262	162	167	61,07%	38,93%
ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR	48	47	0	1	97,92%	2,08%
CHEFE DE GABINETE	108	81	15	12	87,10%	12,90%
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	22	20	2	0	100,00%	0,00%
CHEFE DE SERVIÇO	401	387	1	13	96,75%	3,25%
CONSULTOR-GERAL	2	2	0	0	100,00%	0,00%
CONSULTOR-GERAL ADJUNTO	1	1	0	0	100,00%	0,00%
COORDENADOR	101	98	0	3	97,03%	2,97%
DIRETOR-GERAL	1	1	0	0	100,00%	0,00%
DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES	1	1	0	0	100,00%	0,00%
DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO	1	1	0	0	100,00%	0,00%
DIRETOR ADJUNTO	14	12	0	2	85,71%	14,29%
DIRETOR DE JORNALISMO	1	1	0	0	100,00%	0,00%
DIRETOR DE SECRETARIA	23	23	0	0	100,00%	0,00%
FUNÇÃO COMISSIONADA	40	40	0	0	100,00%	0,00%
GESTOR	10	10	0	0	100,00%	0,00%
GESTOR ASSISTENTE	13	10	2	1	90,91%	9,09%
MEMBRO	12	11	0	1	91,67%	8,33%
OMBUDSMAN	1	1	0	0	100,00%	0,00%
PREGOEIRO	3	3	0	0	100,00%	0,00%
PRESIDENTE DA COPELI	1	1	0	0	100,00%	0,00%
REVISOR DE REGISTRO E REDAÇÃO	24	23	0	1	95,83%	4,17%
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA	1	1	0	0	100,00%	0,00%
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA ADJUNTO	3	3	0	0	100,00%	0,00%
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	22	22	0	0	100,00%	0,00%
SECRETÁRIO DE COMISSÃO ADJUNTO	22	17	3	2	89,47%	10,53%
SUBCHEFE DE GABINETE	108	53	21	34	60,92%	39,08%
SUPERVISOR NOTURNO	1	1	0	0	100,00%	0,00%
Total	1.618	1.172	206	240	83,00%	17,00%

Taxa de provimento e vacância de Cargos Comissionados em...				
Pontos Totais	Pontos Ocupados	Pontos Livres	Taxa de Provimento	Taxa de Vacância
194.800,00	145.080,78	49.719,22	74,48%	25,52%

Tabela 6 - Taxas de Provimento e Vacância por cargo

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

*Obs: Servidores efetivos podem ser designados para cargos comissionados (o n° de cargos comissionados ocupados pode ser maior que o n° de servidores comissionados). A taxa de provimento e vacância de cargos comissionados é calculada em função do total de pontos dos cargos principais e do total de pontos ocupados em razão da possibilidade de subdivisão dos cargos principais.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.2	Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	*Dependerá da realização dos concursos, abrangendo o período entre a homologação e o vencimento da validade do certame	(Somatório (Data de exercício do servidor efetivo - Data de publicação do edital do concurso do servidor efetivo que entrou em exercício))/Total de servidores efetivos nomeados que entraram em exercício

Quadro 20 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos

Provimento por concurso público (não policiais)				Provimento por concurso público (policiais)			
Data do Concurso	Soma(Dias p/ Reposição)	Qtd. Servidores Admitidos	Tempo Médio de Reposição(dias)	Data do Concurso	Soma(Dias p/ Reposição)	Qtd. Servidores Admitidos	Tempo Médio de Reposição(dias)
04/07/2012	270	10	27	23/12/2011	45.104	65	694
23/12/2011	281.206	428	657	12/09/2008	3.485	9	387
12/09/2008	247.358	433	571	Total	48.589	74	657
Total	528.834	871	607				

Tabela 7 - Tempo médio desde a autorização para reposição até o efetivo provimento de servidores efetivos

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
2.3	Tempo médio da solicitação de nomeação até o efetivo provimento de servidores comissionados	-	Em construção	Em construção	Em construção	(Somatório (Data de exercício do servidor comissionado - Data de publicação do ato de nomeação do servidor comissionado que entrou em exercício))/Total de servidores comissionados nomeados que entraram em exercício

Quadro 21 - Tempo médio da solicitação de nomeação até o efetivo provimento de servidores comissionados

Indicadores de Desenvolvimento do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.1	Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo	-	Em construção	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 22 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores por vínculo

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.2	Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais	-	Em construção	Em construção	Anual	Número total de horas de capacitação/Número de servidores

Quadro 23 - Tempo médio anual de treinamento dos servidores em cargos gerenciais

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	----------------------

3.3	Percentual de servidores capacitados/ano	-	Em construção	Em construção	Anual	(Número total de servidores com ao menos um treinamento concluído no ano/Número total de servidores)*100
-----	--	---	---------------	---------------	-------	--

Quadro 24 - Percentual de servidores capacitados/ano

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.4	Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação	-	Em construção	Em construção	Anual	(Número total de servidores que concluíram as capacitações/Número total de servidores se matricularam)*100

Quadro 25 - Taxa de conclusão de servidores matriculados em eventos de capacitação

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.5	Taxa de reação dos servidores treinados	-	Em construção	Em construção	-	Em construção

Quadro 26 - Taxa de reação dos servidores treinados

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.6	Taxa de impacto dos treinamentos	-	Em construção	Em construção	-	Em construção

Quadro 27 - Taxa de impacto dos treinamentos

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
3.7	Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados	-	Em construção	Em construção	-	Em construção

Quadro 28 - Relação de candidatos-vaga dos programas de pós-graduação ofertados

Indicadores de Manutenção do Quadro de Pessoal:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.1	Remuneração média por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Resultado apresentado na tabela a seguir	Mensal	Somatório das remunerações de todos os colaboradores da instituição/Quantitativo total de colaboradores

Quadro 29 - Remuneração média por cargo e especialidade

Remuneração média dos servidores por tipo de vínculo e cargo em Dez/2015												
Vínculo	Cargo Comissionado	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Adicionais	Gratificações	Indenizações	Exercícios Anteriores	Total	Servidores	Média	Média excluindo Indenizações e Exercícios Anteriores	
COMISSIONADO	AJUDANTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	R\$ 969.544,26	R\$ 0,00	R\$ 12.382,36	R\$ 781.357,78	R\$ 399.630,58	R\$ 0,00	R\$ 2.162.914,98	421	R\$ 5.137,57	R\$ 2.332,37	
	AJUDANTE PARLAMENTAR JUNIOR	R\$ 808.432,09	R\$ 0,00	R\$ 4.384,17	R\$ 664.438,14	R\$ 418.735,38	R\$ 0,00	R\$ 1.895.987,78	447	R\$ 4.241,58	R\$ 1.818,38	
	AJUDANTE PARLAMENTAR PLENO	R\$ 413.157,76	R\$ 0,00	R\$ 3.271,13	R\$ 356.756,07	R\$ 127.428,79	R\$ 0,00	R\$ 900.613,75	133	R\$ 6.771,53	R\$ 3.131,04	
	AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR	R\$ 1.270.239,03	R\$ 0,00	R\$ 10.365,44	R\$ 1.092.95...	R\$ 344.304,40	R\$ 0,00	R\$ 2.717.879,44	349	R\$ 7.787,62	R\$ 3.669,41	
	ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	R\$ 18.912,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.912,35	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 38.659,76	1	R\$ 38.659,76	R\$ 18.912,35	
	ASSESSOR LEGISLATIVO	R\$ 537.218,32	R\$ 0,00	R\$ 18.922,21	R\$ 504.536,84	R\$ 26.465,04	R\$ 0,00	R\$ 1.087.142,41	30	R\$ 36.238,08	R\$ 18.538,02	
	ASSESSOR PARLAMENTAR	R\$ 4.322.706,98	R\$ 0,00	R\$ 39.387,36	R\$ 3.775,71...	R\$ 213.740,70	R\$ 0,00	R\$ 8.351.553,00	238	R\$ 35.090,56	R\$ 18.328,13	
	ASSISTENTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	R\$ 425.790,15	R\$ 0,00	R\$ 8.228,66	R\$ 376.101,21	R\$ 38.477,18	R\$ 0,00	R\$ 848.597,20	40	R\$ 21.214,93	R\$ 10.850,47	
	ASSISTENTE PARLAMENTAR JUNIOR	R\$ 2.939.208,69	R\$ 0,00	R\$ 56.785,38	R\$ 2.602,91...	R\$ 293.760,58	R\$ 0,00	R\$ 5.892.667,77	318	R\$ 18.530,40	R\$ 9.421,36	
	ASSISTENTE PARLAMENTAR PLENO	R\$ 225.737,94	R\$ 0,00	R\$ 2.264,34	R\$ 170.128,77	R\$ 19.224,01	R\$ 0,00	R\$ 417.355,08	20	R\$ 20.867,75	R\$ 11.400,11	
	ASSISTENTE PARLAMENTAR SÊNIOR	R\$ 1.588.579,56	R\$ 0,00	R\$ 25.366,88	R\$ 1.437,75...	R\$ 106.982,99	R\$ 0,00	R\$ 3.158.682,61	115	R\$ 27.466,81	R\$ 14.034,32	
	AUXILIAR PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	R\$ 503.772,89	R\$ 0,00	R\$ 5.502,98	R\$ 397.959,45	R\$ 105.782,07	R\$ 0,00	R\$ 1.013.017,39	92	R\$ 11.011,06	R\$ 5.535,61	
	AUXILIAR PARLAMENTAR JUNIOR	R\$ 2.620.671,62	R\$ 0,00	R\$ 46.266,89	R\$ 2.256,42...	R\$ 525.008,29	R\$ 0,00	R\$ 5.448.374,85	558	R\$ 9.764,11	R\$ 4.779,46	
	AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO	R\$ 2.775.723,84	R\$ 0,00	R\$ 54.451,14	R\$ 2.541,01...	R\$ 354.266,77	R\$ 0,00	R\$ 5.725.458,71	380	R\$ 15.067,00	R\$ 7.447,83	
	AUXILIAR PARLAMENTAR SÊNIOR	R\$ 259.246,15	R\$ 0,00	R\$ 4.582,48	R\$ 206.015,52	R\$ 27.583,44	R\$ 0,00	R\$ 497.427,59	28	R\$ 17.765,27	R\$ 9.422,45	
	CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	R\$ 22.220,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.813,55	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 37.868,94	1	R\$ 37.868,94	R\$ 22.220,33	
	CHEFE DO CERIMONIAL	R\$ 18.912,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.912,35	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 38.659,76	1	R\$ 38.659,76	R\$ 18.912,35	
	COORDENADOR	R\$ 18.912,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.912,35	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 38.659,76	1	R\$ 38.659,76	R\$ 18.912,35	
	DIRETOR ADJUNTO	R\$ 18.912,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.912,35	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 38.659,76	1	R\$ 38.659,76	R\$ 18.912,35	
	DIRETOR DE SECRETARIA	R\$ 13.192,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.192,84	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 27.220,74	1	R\$ 27.220,74	R\$ 13.192,84	
	MOTORISTA	R\$ 313.217,15	R\$ 0,00	R\$ 7.587,51	R\$ 282.288,98	R\$ 88.853,54	R\$ 0,00	R\$ 691.947,18	85	R\$ 8.140,56	R\$ 3.774,17	
	SECRETÁRIO ESPECIAL DE IMPRENSA	R\$ 22.220,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.220,33	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 45.275,72	1	R\$ 45.275,72	R\$ 22.220,33	
	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	R\$ 2.802.063,53	R\$ 0,00	R\$ 35.488,05	R\$ 2.542,28...	R\$ 175.454,37	R\$ 0,00	R\$ 5.555.293,97	198	R\$ 28.057,04	R\$ 14.331,07	
	Total	R\$ 22.908.592,86	R\$ 0,00	R\$ 335.256,98	R\$ 20.114,5...	R\$ 3.271.543,55	R\$ 0,00	R\$ 46.629.918,13	3.459	R\$ 13.480,75	R\$ 6.719,82	
	EFETIVO	DIRETOR-EXECUTIVO	R\$ 33.733,58	R\$ 29,42	R\$ 0,00	R\$ 33.763,00	R\$ 835,06	R\$ 0,00	R\$ 68.361,06	1	R\$ 68.361,06	R\$ 33.763,00
		DIRETOR DE SECRETARIA	R\$ 56.950,92	R\$ 7.606,31	R\$ 0,00	R\$ 64.557,23	R\$ 1.670,12	R\$ 0,00	R\$ 130.784,58	2	R\$ 65.392,29	R\$ 32.278,61
		-	R\$ 70.217.004,89	R\$ 3.786.745,38	R\$ 2.626.690,84	R\$ 74.182,2...	R\$ 2.653.852,29	R\$ 0,00	R\$ 153.466.535,66	2.760	R\$ 55.603,82	R\$ 27.764,65
	Total	R\$ 70.307.689,39	R\$ 3.794.381,11	R\$ 2.626.690,84	R\$ 74.280,5...	R\$ 2.656.357,47	R\$ 0,00	R\$ 153.665.681,30	2.763	R\$ 55.615,52	R\$ 27.770,09	
	Total	R\$ 93.216.282,25	R\$ 3.794.381,11	R\$ 2.961.947,82	R\$ 94.395,0...	R\$ 5.927.901,02	R\$ 0,00	R\$ 200.295.599,43	6.222	R\$ 32.191,51	R\$ 16.067,60	

Tabela 8 - Remuneração média por cargo e especialidade

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.2	Taxa de absenteísmo	-	Não há meta definida	Resultado apresentado na tabela a seguir	Mensal	(Número total de horas de afastamentos sob as óticas em análise/Número total de horas que os colaboradores deveriam estar disponíveis)*100

Quadro 30 - Taxa de absenteísmo

Taxa de absenteísmo por vínculo em Dez/2015			
Vínculo	Horas Afastamento	Horas Devidas	Taxa
COMISSIONADO	5.126	590.207	0,87%
EFETIVO	14.288	491.072	2,91%
Total	19.414	1.081.279	1,80%

Tabela 9 - Taxa de absenteísmo

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.3	Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Anual	$[(\text{Número total de admissões} + \text{Número total de desligamentos})/2]/[(\text{Número total de efetivos no início do período} + \text{Número total de efetivos no final do período})/2]$

Quadro 31 - Índice de rotatividade de pessoal por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.4	Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	$(\text{Somatório}(\text{Número de dias de afastamento por licença médica}))/\text{Número de colaboradores que tiveram afastamento por licença médica}$

Quadro 32 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade

Licenças médicas por vínculo e cargo em Dez/2015					
Vínculo	Cargo Comissionado	Categoria	Dias Licença Médica	Servidores	Média
COMISSIONADO	AJUDANTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO		67	12	5,58
	AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR		70	7	10,00
	AJUDANTE PARLAMENTAR PLENO		34	7	4,86
	AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR		31	4	7,75
	ASSESSOR LEGISLATIVO		24	3	8,00
	ASSESSOR PARLAMENTAR		6	2	3,00
	ASSISTENTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO		1	1	1,00
	ASSISTENTE PARLAMENTAR JÚNIOR		127	11	11,55
	ASSISTENTE PARLAMENTAR SÊNIOR		13	2	6,50
	AUXILIAR PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO		22	1	22,00
	AUXILIAR PARLAMENTAR JÚNIOR		140	23	6,09
	AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO		72	13	5,54
	SECRETÁRIO PARLAMENTAR		28	3	9,33
	Total			635	89
EFETIVO		ADVOGADO	11	1	11,00
		ANALISTA LEGISLATIVO	649	102	6,36
		AUXILIAR LEGISLATIVO	67	5	13,40
		CONSULTOR LEGISLATIVO	42	5	8,40
		TECNICO LEGISLATIVO	966	103	9,38
Total			1.735	216	8,03
Total			1.735	216	8,03
Total			2.370	305	7,77

Licenças médicas por função comissionada em Dez/2015			
Função	Dias Licença Médica	Servidores	Média
ASSESSOR TÉCNICO	14	2	7,00
ASSISTENTE DE DIREÇÃO DE VIVO	25	2	12,50
ASSISTENTE TÉCNICO	78	10	7,80
ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR	1	1	1,00
CHEFE DE GABINETE	38	2	19,00
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	30	2	15,00
CHEFE DE SERVIÇO	273	37	7,38
DIRETOR DE SECRETARIA	5	1	5,00
FUNÇÃO COMISSIONADA	6	1	6,00
MEMBRO	6	1	6,00
REVISOR DE REGISTRO E REDAÇÃO	10	2	5,00
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	3	2	1,50
SECRETÁRIO DE COMISSÃO ADJUNTO	11	2	5,50
SUBCHEFE DE GABINETE	5	1	5,00
Total	505	66	7,65

Tabela 10 - Número médio de dias de afastamento por licença médica por cargo e especialidade

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.5	Índice de clima organizacional	-	Em construção	Em construção	Bianual	$((\text{Total de respostas "concordo"} + \text{Total de respostas "concordo totalmente"}) / \text{Total de respostas} - (\text{Total de respostas "não sei/não se aplica"} + \text{Total de respostas em branco})) * 100$

Quadro 33 - Índice de clima organizacional

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	----------------------

4.6	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção	Em construção
-----	--	---	---------------	---------------	---------------	---------------

Quadro 34 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.7	Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	(Número total de dias de afastamento por licença médica, doença crônica/Número total de dias de afastamento por licença médica)*100

Quadro 35 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas

Afastamentos decorrentes de doenças crônicas por vínculo e cargo em Dez/2015					
Vínculo	Cargo Comissionado	Categoria	Dias Afastamento Doenças Crônicas	Dias Licença Médica	Taxa
COMISSIONADO	AJUDANTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	+	3	67	4,48%
	AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR	+	2	70	2,86%
	AJUDANTE PARLAMENTAR PLENO	+	2	34	5,88%
	AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR	+	0	31	0,00%
	ASSESSOR LEGISLATIVO	+	0	24	0,00%
	ASSESSOR PARLAMENTAR	+	3	6	50,00%
	ASSISTENTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	+	0	1	0,00%
	ASSISTENTE PARLAMENTAR JÚNIOR	+	22	127	17,32%
	ASSISTENTE PARLAMENTAR SÊNIOR	+	0	13	0,00%
	AUXILIAR PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO	+	22	22	100,00%
	AUXILIAR PARLAMENTAR JÚNIOR	+	27	140	19,29%
	AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO	+	5	72	6,94%
	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	+	4	28	14,29%
	Total			90	635
EFETIVO	ADVOGADO	+	0	11	0,00%
	ANALISTA LEGISLATIVO	+	181	649	27,89%
	AUXILIAR LEGISLATIVO	+	42	67	62,69%
	CONSULTOR LEGISLATIVO	+	17	42	40,48%
	TECNICO LEGISLATIVO	+	399	966	41,30%
	Total			639	1.735
Total			729	2.370	30,76%

Afastamentos decorrentes de doenças crônicas por função comis...			
Função	Dias Afastamento Doenças Crônicas	Dias Licença Médica	Taxa
ASSESSOR TÉCNICO	11	14	78,57%
ASSISTENTE DE DIREÇÃO DE VIVO	23	25	92,00%
ASSISTENTE TÉCNICO	13	78	16,67%
ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR	0	1	0,00%
CHEFE DE GABINETE	16	38	42,11%
CHEFE DE GABINETE ADMINISTRATIVO	8	30	26,67%
CHEFE DE SERVIÇO	101	273	37,00%
DIRETOR DE SECRETARIA	0	5	0,00%
FUNÇÃO COMISSIONADA	0	6	0,00%
MEMBRO	0	6	0,00%
REVISOR DE REGISTRO E REDAÇÃO	2	10	20,00%
SECRETÁRIO DE COMISSÃO	0	3	0,00%
SECRETÁRIO DE COMISSÃO ADJUNTO	0	11	0,00%
SUBCHEFE DE GABINETE	0	5	0,00%
Total	174	505	34,46%

Tabela 11 - Taxa de afastamentos decorrentes de doenças crônicas

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.8	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade	-	Em construção	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 36 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças laborais, global e por cargo e especialidade

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
4.9	Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas	-	Em construção	Em construção	Em construção	Em construção

Quadro 37 - Percentual de aposentadorias precoces decorrentes de doenças crônicas

Indicadores de Custo de Parcelas Variáveis:

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.1	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	Média do valor dispendido por horas-extras sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 38 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de horas-extras

Custo médio por servidor e vínculo de horas-extras em Dez/2015								
Tipo de Vínculo	Valor Pago	Servidores	Custo Médio por Servidor	Horas Tour/Museu	Horas Comissão	Horas Outras	Horas Totais	Custo Médio por Hora
COMISSIONADO	R\$ 85.871,45	115	R\$ 746,71	172,57	0,00	1.961,65	2.134,22	R\$ 40,24
EFETIVO	R\$ 1.018.230,13	365	R\$ 2.789,67	226,00	0,00	11.846,50	12.072,50	R\$ 84,34
Total	R\$ 1.104.101,58	480	R\$ 2.300,21	398,57	0,00	13.808,15	14.206,72	R\$ 77,72

Tabela 12 - Custo médio por servidor e vínculo de horas-extras

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de horas-extras em Dez/2015										
Lotação	Lotação	Valor Pago	Servidores	Custo Médio por Servidor	Horas Tour/Museu	Horas Comissão	Horas Outras	Horas Totais	Custo Médio por Hora	
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 11.126,92	12	R\$ 927,24	13,65	0,00	202,75	216,40	R\$ 51,42	
	COMISSÕES PERMANENTES	R\$ 7.284,85	10	R\$ 728,48	0,00	0,00	160,60	160,60	R\$ 45,36	
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 29.571,08	24	R\$ 1.232,13	43,22	0,00	299,97	343,18	R\$ 86,17	
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 68.511,37	56	R\$ 1.223,42	0,00	0,00	1.113,28	1.113,28	R\$ 61,54	
	ORGÃOS DE ACESSORAMENTO SUPERIOR	R\$ 82.958,41	42	R\$ 1.975,20	92,13	0,00	480,85	572,98	R\$ 144,78	
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 895.499,88	326	R\$ 2.746,93	177,73	0,00	11.498,85	11.676,58	R\$ 76,69	
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 4.847,15	5	R\$ 969,43	25,15	0,00	17,10	42,25	R\$ 114,73	
	Presidência do Senado Federal	R\$ 3.163,27	4	R\$ 790,82	46,68	0,00	15,48	62,17	R\$ 50,88	
	Procuradoria da Mulher	R\$ 1.138,65	1	R\$ 1.138,65	0,00	0,00	19,27	19,27	R\$ 59,10	
Total	R\$ 1.104.101,58	480	R\$ 2.300,21	398,57	0,00	13.808,15	14.206,72	R\$ 77,72		
Total	R\$ 1.104.101,58	480	R\$ 2.300,21	398,57	0,00	13.808,15	14.206,72	R\$ 77,72		

Tabela 13 - Custo médio por lotação de horas-extras

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de exercício de horas-extra em Dez/2015										
Exercício	Exercício	Valor Pago	Servidores	Custo Médio por Servidor	Horas Tour/Museu	Horas Comissão	Horas Outras	Horas Totais	Custo Médio por Hora	
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 6.137,58	4	R\$ 1.534,40	0,00	0,00	74,92	74,92	R\$ 81,93	
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 30.668,02	22	R\$ 1.394,00	43,22	0,00	286,08	329,30	R\$ 93,13	
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 79.116,70	74	R\$ 1.069,14	46,67	0,00	1.330,28	1.376,95	R\$ 57,46	
	ORGÃOS DE ACESSORAMENTO SUPERIOR	R\$ 83.367,40	45	R\$ 1.852,61	92,13	0,00	501,55	593,68	R\$ 140,42	
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 899.585,61	329	R\$ 2.734,30	164,72	0,00	11.603,68	11.768,40	R\$ 76,44	
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 4.362,53	4	R\$ 1.090,63	25,15	0,00	11,63	36,78	R\$ 118,60	
	Presidência do Senado Federal	R\$ 863,74	2	R\$ 431,87	26,68	0,00	0,00	26,68	R\$ 32,37	
	Total	R\$ 1.104.101,58	480	R\$ 2.300,21	398,57	0,00	13.808,15	14.206,72	R\$ 77,72	
Total	R\$ 1.104.101,58	480	R\$ 2.300,21	398,57	0,00	13.808,15	14.206,72	R\$ 77,72		

Tabela 14 - Custo médio por lotação de exercício de hora-estra em Dez/2015

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.2	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	Média do valor dispendido por transporte sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 39 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio transporte

Custo médio por servidor e vínculo de auxílio transporte em Dez/2015			
Tipo de Vínculo	Auxílio Transporte	Servidores	Custo Médio
COMISSIONADO	R\$ 43.646,74	208	R\$ 209,84
EFETIVO	R\$ 1.122,00	2	R\$ 561,00
Total	R\$ 44.768,74	210	R\$ 213,18

Tabela 15 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio transporte

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de auxílio transporte em Dez/2015				
Lotação	Lotação	Auxílio Transporte	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 1.734,60	8	R\$ 216,82
	COMISSÕES PERMANENTES	R\$ 1.890,50	9	R\$ 210,06
	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	R\$ 125,00	1	R\$ 125,00
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 9.076,20	43	R\$ 211,07
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 15.586,74	69	R\$ 225,89
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 13.086,20	66	R\$ 198,28
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 951,00	4	R\$ 237,75
	Presidência do Senado Federal	R\$ 1.375,00	6	R\$ 229,17
	Procuradoria da Mulher	R\$ 943,50	4	R\$ 235,88
Total	R\$ 44.768,74	210	R\$ 213,18	
Total	R\$ 44.768,74	210	R\$ 213,18	

Tabela 16 - Custo médio por lotação de auxílio transporte

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de exercício de auxílio transporte em Dez/2015				
Exercício	Exercício	Auxílio Transporte	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 710,10	2	R\$ 355,05
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 4.875,00	24	R\$ 203,13
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 22.500,94	104	R\$ 216,36
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 13.372,20	67	R\$ 199,59
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 583,00	2	R\$ 291,50
	Presidência do Senado Federal	R\$ 1.784,00	7	R\$ 254,86
	Procuradoria da Mulher	R\$ 943,50	4	R\$ 235,88
Total	R\$ 44.768,74	210	R\$ 213,18	
Total	R\$ 44.768,74	210	R\$ 213,18	

Tabela 17 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio transporte

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
----	-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	----------------------

5.3	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	Média do valor dispendido por alimentação sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente
-----	--	---	----------------------	--	--------	--

Quadro 40 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio alimentação

Custo médio por servidor e vínculo de auxílio alimentação em Dez/2015			
Tipo de Vínculo	Auxílio Alimentação	Servidores	Custo Médio
COMISSIONADO	R\$ 2.844.441,84	3.419	R\$ 831,95
EFETIVO	R\$ 2.283.362,19	2.738	R\$ 833,95
Total	R\$ 5.127.804,03	6.157	R\$ 832,84

Tabela 18 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio alimentação

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de auxílio alimentação em Dez/2015				
Lotação	Lotação	Auxílio Alimentação	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 195.290,16	235	R\$ 831,02
	COMISSÕES PERMANENTES	R\$ 86.922,15	104	R\$ 835,79
	Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal	R\$ 5.845,42	7	R\$ 835,06
	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	R\$ 7.515,54	9	R\$ 835,06
	Corregedoria	R\$ 4.175,30	5	R\$ 835,06
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 394.300,13	474	R\$ 831,86
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 2.048.288,10	2.461	R\$ 832,30
	ORGÃOS DE ACESSORAMENTO SUPERIOR	R\$ 523.240,99	627	R\$ 834,52
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 1.672.176,46	2.007	R\$ 833,17
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 100.698,36	121	R\$ 832,22
	Ouvidoria do Senado Federal	R\$ 6.680,48	8	R\$ 835,06
	Presidência do Senado Federal	R\$ 71.815,16	86	R\$ 835,06
	Procuradoria da Mulher	R\$ 8.350,60	10	R\$ 835,06
	Procuradoria Parlamentar	R\$ 835,06	1	R\$ 835,06
	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	R\$ 1.670,12	2	R\$ 835,06
	Total	R\$ 5.127.804,03	6.157	R\$ 832,84
Total	R\$ 5.127.804,03	6.157	R\$ 832,84	

Tabela 19 - Custo médio por lotação de auxílio alimentação

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de exercício de auxílio alimentação em Dez/2015				
Exercício	Exercício	Auxílio Alimentação	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	R\$ 129.737,94	157	R\$ 826,36
	Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal	R\$ 835,06	1	R\$ 835,06
	Gabinetes de Lideranças	R\$ 222.467,57	267	R\$ 833,21
	GABINETES DOS SENADORES	R\$ 2.469.006,50	2.966	R\$ 832,44
	ORGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	R\$ 542.447,37	650	R\$ 834,53
	Órgãos Superiores de Execução	R\$ 1.607.231,57	1.929	R\$ 833,19
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	R\$ 82.706,62	99	R\$ 835,42
	Ouidoria do Senado Federal	R\$ 4.175,30	5	R\$ 835,06
	Presidência do Senado Federal	R\$ 61.680,56	74	R\$ 833,52
	Procuradoria da Mulher	R\$ 5.845,42	7	R\$ 835,06
	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	R\$ 1.670,12	2	R\$ 835,06
Total	R\$ 5.127.804,03	6.157	R\$ 832,84	
Total	R\$ 5.127.804,03	6.157	R\$ 832,84	

Tabela 20 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio alimentação

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

ID	Denominação	Índice de referência	Índice previsto	Índice alcançado	Periodicidade	Fórmula do indicador
5.4	Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar	-	Não há meta definida	Resultado apresentado nas tabelas a seguir	Mensal	Média do valor dispendido por auxílio pré-escolar sob as óticas de unidade, servidor e vínculo, dentro do ano corrente

Quadro 41 - Custo médio por unidade, servidor e vínculo de auxílio pré-escolar

Custo médio por servidor e vínculo de auxílio pré-escolar em Dez/2015			
Tipo de Vínculo	Auxílio Pré-Escolar	Servidores	Custo Médio
COMISSIONADO	R\$ 352.603,38	438	R\$ 805,03
EFETIVO	R\$ 345.537,18	394	R\$ 877,00
Total	R\$ 698.140,56	832	R\$ 839,11

Tabela 21 - Custo médio por servidor e vínculo de auxílio pré-escolar

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de auxílio pré-escolar em Dez/2015					
Lotação	Lotação		Auxílio Pré-Escolar	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	+	R\$ 23.318,46	32	R\$ 728,70
	COMISSÕES PERMANENTES	+	R\$ 8.479,44	11	R\$ 770,86
	Gabinetes de Lideranças	+	R\$ 61.475,94	74	R\$ 830,76
	GABINETES DOS SENADORES	+	R\$ 230.358,12	286	R\$ 805,45
	ORGÃOS DE ACESSORAMENTO SUPERIOR	+	R\$ 120.125,40	132	R\$ 910,04
	Órgãos Superiores de Execução	+	R\$ 226.825,02	267	R\$ 849,53
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	+	R\$ 18.372,12	18	R\$ 1.020,67
	Ouvidoria do Senado Federal	+	R\$ 1.413,24	2	R\$ 706,62
	Presidência do Senado Federal	+	R\$ 5.652,96	7	R\$ 807,57
	Procuradoria da Mulher	+	R\$ 1.413,24	2	R\$ 706,62
	Procuradoria Parlamentar	+	R\$ 706,62	1	R\$ 706,62
	Total		R\$ 698.140,56	832	R\$ 839,11
Total			R\$ 698.140,56	832	R\$ 839,11

Tabela 22 - Custo médio por lotação de auxílio pré-escolar

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

Custo médio por lotação de exercício de auxílio pré-escolar em Dez/2015					
Exercício	Exercício		Auxílio Pré-Escolar	Servidores	Média
Senado Federal	Comissão Diretora	+	R\$ 16.252,26	20	R\$ 812,61
	Gabinetes de Lideranças	+	R\$ 37.450,86	47	R\$ 796,83
	GABINETES DOS SENADORES	+	R\$ 283.354,62	352	R\$ 804,98
	ORGÃOS DE ACESSORAMENTO SUPERIOR	+	R\$ 124.365,12	136	R\$ 914,45
	Órgãos Superiores de Execução	+	R\$ 215.519,10	252	R\$ 855,23
	ORGÃOS SUPERVISIONADOS	+	R\$ 12.719,16	14	R\$ 908,51
	Ouvidoria do Senado Federal	+	R\$ 706,62	1	R\$ 706,62
	Presidência do Senado Federal	+	R\$ 7.066,20	9	R\$ 785,13
	Procuradoria da Mulher	+	R\$ 706,62	1	R\$ 706,62
		Total		R\$ 698.140,56	832
Total			R\$ 698.140,56	832	R\$ 839,11

Tabela 23 - Custo médio por lotação de exercício de auxílio pré-escolar

Fonte: Painel de indicadores de desempenho na área de gestão de pessoas, software Qlikview. Data de referência: 31/12/2015.

A segunda área de conhecimento na qual os indicadores têm focado é a de aquisições. Eles têm sido desenvolvidos por meio de um projeto interno que compõe o programa de sistematização das contratações. O projeto foi iniciado em 2014, quando foram definidos e detalhados os indicadores a serem implementados. Durante o ano de 2015, aquelas métricas passaram a ser dispostas em um painel gerencial por meio do software Qlikview. Até o final do ano, foram implementadas 22 métricas das 32 aprovadas inicialmente. Por conta da reestruturação do processo de trabalho de aquisições do Senado

Federal e dos sistemas informatizados que lhe dão suporte, algumas das métricas já implementadas estão sendo reavaliadas. Os indicadores que estão sendo implementados buscam gerar informações para uma ótica gerencial de médio e longo prazo, sendo estes apresentados a seguir:

Nº	Indicador
1	Percentual de contratos vigentes que sofreram acréscimo
2	Percentual de contratos vigentes que sofreram supressão
3	Quantitativo de aquisições emergenciais
4	Percentual de execução de contratações em investimento, relacionadas ao plano de contratações
5	Percentual de itens de custeio não selecionados no plano de contratações
6	Percentual de itens de investimento não selecionados no plano de contratações
7	Percentual de execução de contratações em custeio, relacionadas ao plano de contratações
8	Despesas executadas por meio do plano de contratações (GND 3 e 4)
9	Tempo médio de novas contratações: licitação/nova contratação
10	Despesas por meio de aquisições emergenciais
11	Despesas por meio de aquisições por dispensa/inexigibilidade

12	Percentual de contratações de mão de obra por nível de serviço (ANS)
13	Quantidade de servidores capacitados em elaboração de TR/PB no período
13	Quantidade de servidores capacitados em elaboração de TR/PB no período
14	Quantidade de servidores capacitados em gestão de contratos no período
15	Número de horas de capacitação realizadas pelos servidores da SADCON
16	Quantitativo de aquisições por dispensa/inexigibilidade
17	Despesas por meio de reconhecimento de dívida
18	Quantitativo de aquisições por meio de reconhecimento de dívida
19	Número médio de contratos com sanções no período
20	Número médio de contratos por gestor no período
21	Despesas por meio de prorrogação excepcional
22	Quantitativo de aquisições por meio de prorrogação excepcional
23	Quantidade de vezes que os processos de contratações tramitaram pela SADCON

24	Tempo médio de execução da fase do processo de aquisições a cargo da SADCON: licitação/ nova contratação
25	Tempo médio de execução da fase do processo de aquisições a cargo da ADVOSF: licitação/ nova contratação
26	Valor total dos itens de contratações que não possuem processos vinculados
27	Valor total dos itens de contratações que possuem processos vinculados, mas que ainda não tramitaram pela SADCON
28	Valor total dos itens de contratações que tramitaram pela SADCON, mas ainda não tramitaram pela ADVOSF
29	Valor total dos itens de contratações que tramitaram pela ADVOSF, mas ainda não geraram empenho no ano em análise
30	Valor planejado de aquisições que já geraram empenho no ano em análise
31	Número de contratos por núcleo de gestão
32	Tempo médio para acionamento da ata de registro de preços

Quadro 42 - Lista de indicadores de aquisição

4. GOVERNANÇA

4.1. Descrição das estruturas de governança

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16 em 22 de dezembro de 2011, tem a finalidade de garantir o uso de boas práticas de administração no Senado Federal, de modo a colocá-lo no mesmo nível de outros entes do setor público brasileiro que já adotavam o sistema de gestão pública de excelência (GesPublica). Por esse sistema, os esforços se concentram em adaptar modelos e práticas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, com medida de desenvolvimento institucional, e também em atendimento da sociedade por mecanismos cada vez mais eficazes de governança, para zelar por seus interesses na gestão pública.

Entre os principais mecanismos de sustentação ali definidos estão:

- I. Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- II. Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- III. Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

O Comitê de Contratações, instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 24 de outubro de 2014, como parte da Política de Contratações do Senado Federal, possui como escopo a otimização, modernização e desburocratização dos processos relacionados às contratações desta Casa Legislativa. Desta forma, compete ao Comitê de Contratações:

- I. aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal;
- II. estabelecer prioridades das contratações de acordo com a estratégia organizacional e diretrizes da Comissão Diretora;
- III. acompanhar a execução do Plano de Contratações do Senado Federal;
- IV. decidir sobre alterações no Plano de Contratações do Senado Federal.

4.2. Da correição e apuração de ilícitos administrativos

No Senado Federal, não há um sistema de correição nos termos instituídos pelo Poder Executivo, pelo Decreto nº 5.480, de 30/06/2005, porém, há diversas instâncias com competências de correição, entre as quais:

- Ouvidoria do Senado Federal: criada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e Ato da Comissão Diretora nº 01/2011;
- Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos: instituída por meio do Ato da Comissão Diretora nº 18/2006;
- Presidência: art. 193, inciso I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal);
- Primeira-Secretaria: art. 201, 232, III, e 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- Diretoria-Geral: art. 193, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal);
- Núcleo Comissão Processante: art. 252 c/c 254, VII, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- Secretaria de Polícia: art. 252, §1º, XIX, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- Titulares da Secretaria-Geral da Mesa, Advocacia, Consultorias e de Secretarias, nos limites definidos pelo art. 193, IV, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal), e diretores de Subsecretarias, conforme art. 193, V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal).

As atividades de correição estão resumidas nos quadros a seguir

SINDICÂNCIA – Processos Concluídos

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamentos
00200.004851/14-89	Sindicância	Serv. Aposentada. Tempo rural irregular. Relatório final encaminhado em 24.02.15. Relatório em análise na ADVOSF desde 12/05/15.

00200.006226/14-71	Sindicância	Mat. 34025 , serv. Aposentado. Tempo rural irregular. Relatório final encaminhado em 24.02.15. Relatório em análise na ADVOSF desde 12/05/15.
00200.010106/14-79	Sindicância	Mat. 51760 . Descumprimento de dever funcional. Relatório final encaminhado em 16.03.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5715, de 24/03/15.
00200.000694/14-32	Justificação	Mat. 03169 . Requer recontagem de tempo especial com uso de tempo de policial. Relatório final encaminhado em 25.03.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o indeferimento do pleito, decisão publicada no BASF nº 5722, de 01/04/15.
00200.016520/11-49	Sindicância	Volume III do processo que trata da contratação de serviço de manutenção técnica do sistema ERGON , verificar as responsabilidades sobre o desaparecimento ou extravio dos volumes I e II. Relatório final encaminhado em 25.03.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5722, de 01/04/15.
00200.010470/14-39	Sindicância	Mat. 104672 . Descumprimento de dever funcional. Relatório final encaminhado em 01.04.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5728, de 10/04/15.
00200.007211/14-21	Sindicância	Mat. 38274 . Denúncia do ex-companheiro de que a servidora registrava o ponto e não trabalhava. Relatório final encaminhado em 04.05.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5755, de 19/05/15.
00200.028231/13-54	Justificação	Recebimento indevido de pensão, comprovação de união estável. Relatório final encaminhado em 19.05.15. Relatório acatado pela autoridade superior que deferiu favorável ao pleito, decisão publicada no BASF nº 5759, de 25/05/15.
00200.006386/15-00	Justificação	Suposto ex-companheiro de ex-servidora . Ex-companheiro solicita o recebimento de pensão da união em decorrência do falecimento da ex-servidora. Relatório final encaminhado em 20.05.15. Relatório acatado pela autoridade superior que deferiu favorável ao pleito, decisão publicada no BASF nº 5759, de 25/05/15.
00200.03854/14-03	Sindicância	Mat. 36204 . Não se reapresentou no Senado Federal após o fim da cessão ao TRE/GO. Relatório final encaminhado em 12.05.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a

		instauração de PAD contra a servidora e Sindicância contra servidor de matrícula 40633, a decisão não foi publicada no BASF
00200.025210/13-87	Sindicância	Mat. 37178. Processo em fase de reconstituição. Abertura de sindicância para averiguar as responsabilidades dos membros da comissão extinta em 2011. Relatório final encaminhado em 14.05.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a instauração de Sindicância Acusatória contra o servidor de matrícula 51576, a decisão não foi publicada no BASF.
00200.000534/15-74	Sindicância	Mat. 28323, Conduta inadequada do servidor ao discutir com vigilante terceirizado. Relatório final encaminhado em 23.06.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5793, de 08/07/15.
00200.026319/12-51	Sindicância	Empresa DAMOVO. Apuração de responsabilidade por pagamento de multa. Relatório final encaminhado em 08.09.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou a aplicação das sugestões de novos procedimentos de controle, a decisão não foi publicada no BASF.
00200.013817/15-86	Sindicância	Mat. 40633. Omissão ante a conduta negligente da servidora de matrícula 36204, sindicância determinada pelo 1º Secretário no processo nº 00200.03854/14-03. Relatório final encaminhado em 30.09.15. Relatório em análise na DGER desde 02/10/15.
00200.011525/15-17	Justificação	Mat. 8427 (aposentado), Possível irregularidade no cadastro funcional, divergência nas informações prestadas pela companheira e/ou “cuidadora”. Relatório final encaminhado em 30.09.15. Relatório acatado pela autoridade superior que reconheceu a relação afetiva relatada, a decisão não foi publicada no BASF.

Quadro 43 - SINDICÂNCIA – Processos Concluídos

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) – Processos concluídos

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamentos
00200.013509/14-70	PAD	Frequência irregular. Abertura do PAD. Relatório final encaminhado em 08.06.15. Relatório acatado pela autoridade superior que determinou o arquivamento dos autos, decisão publicada no BASF nº 5847, de 22/09/15.
00200.013885/14-64	PAD	Mat. 184291. Servidor Comissionado. Denúncia de tentativa de fraude em empréstimo consignado. Relatório final encaminhado em 07.08.15. RELATÓRIO FINAL NÃO ACATADO PELA AUTORIDADE SUPERIOR. a decisão não foi publicada no BASF.

Quadro 44 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) – Processos concluídos

PROCESSOS EM APURAÇÃO

SINDICÂNCIA - Processos em apuração

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamentos
00200.014288/15-38	Sindicância Acusatória	Mat. 51576. Falta de zelo do servidor enquanto presidente da Comissão de sindicância constante do processo nº 00200.006987/2008-85, Determinação do Primeiro-Secretário para a instauração de Sindicância Acusatória em virtude da conclusão do processo de sindicância nº 00200.025210/13-87.
00200.010310/15-71	Sindicância	Mat. 241092. Infração de trânsito. Estacionamento irregular. 6 notificações.
00200.010261/15-76	Sindicância	Mat. 239668. Infração de trânsito. Estacionamento irregular, 6 notificações.

00200.010259/15-05	Sindicância	Mat. 48851. Infração de trânsito. Estacionamento irregular, 6 notificações.
00200.010273/15-09	Sindicância	Mat. 230069. Infração de trânsito. Estacionamento irregular, 6 notificações.
00200.010316/15-48	Sindicância	Mat. 44717. Infração de trânsito. Estacionamento irregular, 6 notificações.
00200.018355/15-93	Sindicância Investigativa	Mat. 165570. Servidor comissionado. Chefe de gabinete do Senador Delcídio do Amaral. Determinação do Primeiro-Secretário a fim de apurar os fatos quanto a eventual prática de infração disciplinar.

Quadro 45 - SINDICÂNCIA - Processos em apuração

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - Processos em apuração

Nº do Processo	Tipo	Interessado / Ementa / Andamentos
00200.011216/15-39	PAD	Mat. 35017. Indício de abandono de cargo e/ou emprego.
00200.013391/12-18	PAD	COATEX, Relatório da SCINT apontando possíveis falhas na gestão do contrato nº 78/11 que trata da compra e emissão de passagens aéreas para o Senado Federal.
00200.008863/15-63	PAD	Mat.189460. Senador solicita a apuração dos fatos na ocorrência de acidente de trânsito na EPTG (atropelamento) envolvendo o servidor comissionado, motorista do gabinete.

00200.013885/14-64	PAD	Mat. 184291. Servidor Comissionado. Denúncia de tentativa de fraude em empréstimo consignado. Relatório final encaminhado em 07.08.15. RELATÓRIO FINAL NÃO ACATADO PELA AUTORIDADE SUPERIOR. Processo retornou com a determinação do Primeiro-Secretário para a instauração de novo PAD com novos membros, em 19/10/15.
--------------------	-----	---

Quadro 46 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - Processos em apuração

4.3. Gestão de riscos e controles internos

A política de gestão de riscos organizacionais foi instituída pelo ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2013. Em seu art. 10 define que a Diretoria-Geral “*expedirá (...) as normas necessárias à execução da Política de que trata este Ato*”. Com vistas a atender essa determinação foi criado um projeto estratégico denominado “Implantação da Gestão Corporativa de Riscos Organizacionais” que é composto por treinamento nas normas ABNT NBR ISO 31000:2009 e ABNT NBR ISO/IEC 31010:2012, desenvolvimento de modelo por meio de temática piloto e posterior disseminação em todas as áreas do Senado Federal.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

Como forma de promover o relacionamento com a sociedade, o Senado Federal disponibiliza aos cidadãos os seguintes canais de interatividade: Ouvidoria, Alô Senado, Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC, o Programa Visite do Congresso Nacional e o E-Cidadania.

OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Criada para ser um canal aberto e direto de comunicação da sociedade com o Senado, a Ouvidoria completou, em 2015, quatro anos de existência. Nesse período estimulou a participação do cidadão no processo de aprimoramento dos serviços legislativos e administrativos da Casa. O órgão defende valores como transparência, publicidade, eficiência, celeridade e respeito ao cidadão.

Ao longo do ano de 2015, o trabalho da Ouvidoria do Senado Federal sofreu profundas modificações em relação aos anos anteriores. A partir da incorporação do Alô Senado, na metade 2014, uma nova metodologia foi desenhada, de modo a aprimorar a comunicação entre a sociedade e o Senado.

Assim, a partir de abril de 2015, com a aplicação dessa nova metodologia de trabalho, o número de atendimentos desses canais, anteriormente independentes, foi unificado. Desde então, as manifestações direcionadas ao Alô Senado passaram a receber tratamento diferente. Agora, passam por análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos (parlamentares, comissões, órgãos da Casa ou Ouvidora, por exemplo), classificação por tipo e tema, identificação de mensagens repetidas e envio das manifestações somente para os responsáveis pelas respostas, entre outros.

Por esse motivo, os números da Ouvidoria apresentam significativa diferença quando comparamos o primeiro trimestre 2015 com os seguintes, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

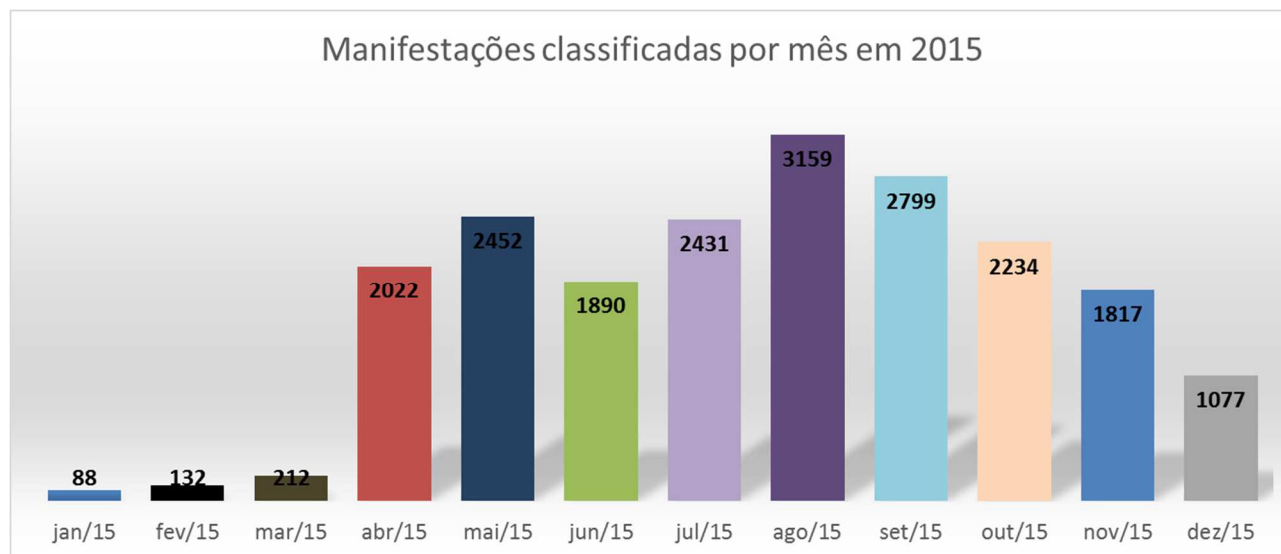


Gráfico 3 - Manifestações atendidas em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores)

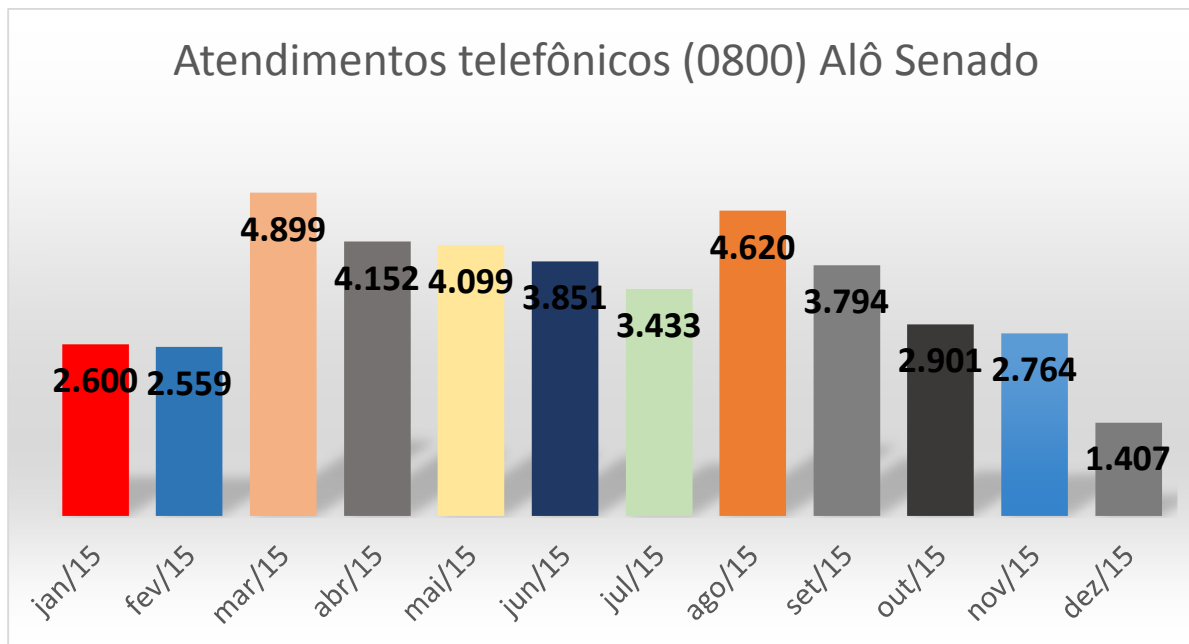


Gráfico 4 - Manifestações concluídas pelo 0800 (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica)

Comunicação

a. Programa Espaço Ouvidoria

Os ouvintes da Rádio Senado contam, desde março de 2014, com mais um canal de comunicação com a Ouvidoria. O programa Espaço Ouvidoria, apresentado pela Ouvidora-Geral, Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), contou, em 2015, com a participação de parlamentares, respondendo diretamente perguntas dos cidadãos sobre os temas:

Campanhas Eleitorais;
Direitos Humanos;
Energia Elétrica;
Funcionalismo público;
Imigração;
Meio Ambiente;
Seguridade Social e Previdência;
Reforma Política;
Regulamentação da Internet no Brasil;
Segurança pública;
Terceirização de mão de obra;
Violência Contra a Mulher.

Tabela 24 - Temas respondidos por meio do programa Espaço Ouvidoria

b. Programa O Senado é mais Brasil

Ainda na Rádio Senado, o quadro O Senado e Você, do programa O Senado é mais Brasil, levou aos ouvintes um resumo do trabalho da Ouvidoria e suas características. O programa foi ao ar em outubro de 2015 e contou com a participação de servidoras e colaboradoras do Órgão.

Reuniões Técnicas

a. Grupo de Trabalho de Modelagem dos Processos da Ouvidoria

Participação da servidora Regina Bezerra da Silva Fontes no Grupo de Trabalho destinado a modelar os processos de atendimento às manifestações recebidas pela Ouvidoria e Alô Senado. A modelagem visa refletir a integração dos canais de atendimento ao cidadão e sua recepção na Ouvidoria.

b. Grupo de Trabalho para Aquisição de Solução Tecnológica de Gestão Integrada para a Ouvidoria

Participação das servidoras Regina Bezerra da Silva Fontes e Inaiara de Souza Golob no Grupo de Trabalho destinado a avaliar a contratação de solução tecnológica de gestão integrada para a Ouvidoria. A contratação de um sistema de gestão visa agilizar e integrar os processos de atendimento às manifestações dos cidadãos, em busca de excelência no serviço prestado à sociedade e à Casa.

c. Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro

Participação na mesa de debates da Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro (CSF). A Audiência faz parte do ciclo de debates, seminários e painéis para discutir, ao longo do biênio 2015-2016, o relacionamento do Senado com o cidadão.

Publicações

- a. 5ª Edição do boletim da Ouvidoria do Senado Federal, cujo destaque foi o quarto aniversário da Ouvidoria do Senado Federal e os avanços alcançados neste período, como a implementação de nova metodologia de gestão integrada, as parcerias firmadas com diversos setores da Casa, como o Serviço de informação ao Cidadão (SIC), o e-Cidadania, as Secretarias de Comunicação e de Transparência, entre outros.

Período de divulgação dos relatórios

- a. Os relatórios da Ouvidoria do Senado Federal são publicados periodicamente de acordo com o art. 4º, § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2011.

Parcerias

- a. e-Cidadania

A parceria do Alô Senado com o e-Cidadania tem se mostrado fundamental para atingir parcelas da população que querem participar dos eventos interativos, mas não têm acesso à internet. Ao todo, desde março de 2015, foram 1.073 comentários registrados por esse meio. Houve audiências em que todos os comentários foram feitos por telefone.

Mês/Ano	Comentários via Alô Senado
03/2015	37
04/2015	195
05/2015	187
06/2015	74

07/2015	76
08/2015	189
09/2015	126
10/2015	117
11/2015	43
12/2015	29
Soma:	1.073

Tabela 25 - Comentários via Alô Senado

STRANS – Secretaria de Transparência

Parceria com a Secretaria da Transparência na aplicação dos questionários de pesquisa de opinião:

- 7 pesquisas realizadas em 2015;
- 7.589 pessoas consultadas;
- Tempo médio de aplicação dos questionários depois da Integração: entre 9 e 10 dias.
- Antes da integração os questionários eram aplicados, em média, entre 16 a 17 dias.

SGIDOC – Serviço de Informação ao Cidadão

Parceria com a equipe do SIC-LAI:

- 1.091 pedidos recebidos no Alô Senado, amparados pela Lei de Acesso à Informação (LAI), foram encaminhados ao SICLAI. O atendimento faz parte do sistema de informação do Senado e do que se chama transparência passiva (quando a informação não está disponível no portal da Internet).

SGM - Secretaria Geral da Mesa

Desde a adoção da nova metodologia, em abril deste ano, aproximadamente 3.000 manifestações foram encaminhadas à SGM para autuação junto às matérias em tramitação na Casa, a fim de dar aos parlamentares conhecimento da opinião popular sobre cada proposição.

Metodologia de gerenciamento das demandas

Os números informados foram coletados no período de 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2015, a partir dos sistemas de gestão de informação Gabflow e CRM, utilizados para o gerenciamento de demandas recebidas pela Ouvidoria/CORCID.

- 61.392 manifestações recebidas, sendo 41.079 tratadas em primeiro nível (0800) e 20.313 em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores);
- 60.957 manifestações respondidas;
- 435 manifestações pendentes, ainda dentro do prazo de resposta;
- Desde a implantação da nova metodologia, abril de 2015, são registradas, em média, 5.600 manifestações, por mês;

- Mais de 3.400 manifestações, em média, respondidas prontamente pelo Alô Senado 0800 por mês (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica);
- Desde abril, 2.200 manifestações, por mês, em média, foram enviadas pela internet e por carta e tiveram resposta após pesquisas ou consultas a outras áreas do Senado.

É fundamental ressaltar, ainda, que, no período ora analisado, a Ouvidoria registrou 2.310 manifestações classificadas como Fora da Competência, uma vez que faziam referência à atuação de outros órgãos da administração pública, a pedidos particulares, entre outros. Nesses casos, as respostas enviadas informaram as atribuições da Ouvidoria do Senado Federal. As tabelas abaixo ilustram apenas as manifestações tratadas pelo pós-atendimento - segundo nível.

Distribuição por Tipo de Abordagem		
Solicitação	9.749	54,15%
Comentário	2.324	12,91%
Crítica	2.007	11,15%
Sugestão	1.219	6,77%

Elogio	1.133	6,29%
Reclamação	855	4,75%
Não Identificado	701	3,89%
Denúncia	15	0,08%
Total	18.003	100%

Tabela 26 - Distribuição por Tipo de Abordagem

No cômputo das manifestações classificadas por Tipo de Abordagem, não foram computadas as 2.310 manifestações identificadas como Fora da Competência.

Distribuição por Região		
Sudeste	9.203	45%
Nordeste	4.499	22%
Sul	2.715	13%
Centro-Oeste	2.034	10%

Norte	922	5%
Não Informado	940	5%
Total	20.313	100%

Tabela 27 - Distribuição por Região

Distribuição por Tema		
Atuação Parlamentar	3.831	19%
Gestão Administrativa	3.349	16%
Funcionalismo Público	3.216	16%
Processo Legislativo	1.497	7%
Segurança Pública	923	5%
Outros	5.187	26%
Fora da Competência	2.310	11%

Total	20.313	100%
-------	--------	------

Tabela 28 - Distribuição por Tema

Distribuição por Assunto		
veto 26/2015 - PLC 28/2015 - reajuste dos servidores do poder judiciário	2.147	11%
Atuação Parlamentar Específico	1.751	9%
Exemplar de Publicação	1.572	8%
Atuação Parlamentar Geral	1.106	5%
Poder Executivo Federal	687	3%
Outros	13.050	64%
Total	20.313	100%

Tabela 29 - Distribuição por Assunto

Distribuição Unidade da Federação

SP	4.117	20,3%
MG	2.523	12,4%
RJ	2.040	10,0%
BA	1.178	5,8%
PR	1.033	5,1%
RS	1.004	4,9%
PE	909	4,5%
DF	865	4,3%
CE	781	3,8%
SC	678	3,3%
ES	523	2,6%
GO	511	2,5%
PB	421	2,1%
PA	365	1,8%
RN	362	1,8%
MT	362	1,8%

MA	323	1,6%
MS	296	1,5%
AL	217	1,1%
PI	199	1,0%
TO	155	0,8%
AM	146	0,7%
RO	122	0,6%
SE	109	0,5%
AC	58	0,3%
AP	41	0,2%
RR	35	0,2%
Não Informado	940	4,6%
Total	20.313	100%

Tabela 30 - Distribuição Unidade da Federação

Manifestações recebidas e atendidas, em primeiro nível, pelo 0800 (Alô Senado).

Demanda por Informação	
Janeiro	2.600
Fevereiro	2.559
Março	4.899
Abril	4.152
Maiο	4.099
Junho	3.851
Julho	3.433
Agosto	4.620
Setembro	3.794
Outubro	2.901
Novembro	2.764
Dezembro	1.407
Total	41.079

Tabela 31 - Demanda por Informação

Considerações Finais

No ano de 2015, houve um grande esforço com a finalidade de se intensificar, cada vez mais, a integração entre os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e outros canais de atendimento da Casa.

Identificados os diversos canais de comunicação do Senado com a sociedade e a diversidade no tratamento das informações, a Ouvidoria tem empreendido todos os esforços em busca da excelência que a sociedade brasileira exige e merece. A incorporação do Alô Senado à Ouvidoria trouxe maior qualificação no tratamento das demandas, garantindo a uniformidade no atendimento ao cidadão e no encaminhamento de suas manifestações.

Em consonância com o empenho do Senado Federal no sentido de fomentar o controle social e a transparência de suas atividades, a meta da Ouvidoria é evoluir continuamente, aperfeiçoando a qualidade no atendimento, ampliando o acesso do cidadão à Casa e garantindo celeridade nas respostas.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Embora não subordinada ao Decreto nº 6.932, de 2009, também conhecido como “Decreto Cidadão”, a Ouvidoria do Senado já cumpre várias das diretrizes ali citadas, observando padrões de qualidade, eficiência e eficácia na prestação de serviços aos cidadãos. Não foi formalmente elaborada uma Carta de Serviços ao Cidadão, mas várias de suas etapas já foram cumpridas, conforme poderá ser visto pela descrição das ações a seguir.

Entre os compromissos assumidos e cumpridos pela Ouvidoria, podemos destacar a racionalização de métodos e procedimentos de controle, obtida por meio de diagnóstico dos serviços prestados, modelagem e implementação de uma nova metodologia de trabalho, unificação dos canais

de atendimento, criação de uma rede de relacionamento com outros órgãos da Casa, além da busca de uma solução tecnológica de gestão integrada do atendimento ao cidadão.

A cartilha da Ouvidoria, juntamente com os Boletins Informativos e os Relatórios de gestão disponibilizados à sociedade, pela Ouvidoria, reúnem perguntas e respostas que ajudam o cidadão a compreender o que é, o que faz e como trabalha a Ouvidoria do Senado Federal, bem como os tipos de manifestações que o órgão recebe, o que está fora da sua competência, os canais de comunicação disponíveis para interação e suas atribuições, os resultados estatísticos da comunicação com a sociedade e as ações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados.

Ao ler as publicações, o cidadão passa a conhecer o papel da Ouvidoria e dos demais órgãos e instrumentos que possibilitam a efetiva participação popular nas atividades legislativas e administrativas do Senado.

No caso de recebimento de manifestações fora da competência da Ouvidoria e/ou do Senado Federal, o cidadão é orientado a acessar a ouvidoria pública ou o canal competente para tratar de sua demanda.

Os canais de atendimento disponíveis à sociedade são, pela internet, o Fale com o Senado e demais formulários disponíveis nos portais do Senado Federal; a central de atendimento Alô Senado, por meio do telefone 0800 612211; o envio de manifestações por via postal e o atendimento presencial. A rede de relacionamento com outros órgãos de atendimento da Casa inclui, além da Ouvidoria, o e-Cidadania, o Serviço de Informação ao Cidadão – responsável pelos pedidos de informação amparados pela Lei de Acesso à Informação –, o Serviço de Pesquisa Legislativa da Secretaria Geral da Mesa e a Secretaria Legislativa do Congresso Nacional. Com essas parcerias, foi possível cumprir os compromissos de atuação integrada e sistêmica, compartilhamento de informações e eliminação de formalidades e exigências onerosas, esta última possibilitada pela acessibilidade do cidadão aos canais disponíveis.

Sempre mantendo o cidadão como foco, as respostas enviadas passam por rigorosa revisão, que inclui análise de conteúdo, buscando maior objetividade e clareza, com uso de linguagem simples e de fácil compreensão, evitando termos técnicos não pertencentes ao universo do cidadão. Embora a Ouvidoria do Senado Federal tenha o prazo regimental de 30 (trinta) dias úteis para o envio de respostas aos cidadãos, na prática, o prazo tem sido de aproximadamente 10 (dez) dias corridos, reflexo do empenho em dar celeridade ao atendimento.

O [Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as Ouvidorias do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União](#) também visa a integração com outros órgãos, garantindo “o intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas”.

REDES SOCIAIS

Núcleo de Mídias Sociais Secom

A missão do Núcleo de Mídias Sociais é contribuir para formação de uma população consciente e bem informada sobre o exercício da cidadania, por meio de uma comunicação democrática e interativa.

O ano de 2015 marcou o período em que as redes sociais do Senado amadureceram e se consolidaram junto à sociedade brasileira

No ano de 2015, as mídias sociais do Senado se profissionalizaram e consolidaram. Os números que constam no relatório a seguir impressionam e mostram que a atuação do Senado nas novas mídias alcançou a maturidade, recebendo reconhecimento interno e externo.

No fim de 2014, o Senado tinha mais de 50 perfis nas mídias sociais, cada um atuava de maneira independente e sem definições claras de objetivos comuns. Não havia um setor responsável pela presença do Senado nas mídias sociais de maneira integrada e novos perfis eram criados sem planejamento.

Em novembro de 2014, a Resolução 40/2014 atribuiu à Secretaria de Comunicação Social a tarefa de supervisionar a presença do Senado nas mídias sociais. A organização dos perfis começou em fevereiro de 2015.

Em maio, foi criado o Núcleo de Mídias Sociais e uma equipe formada por jornalistas e publicitários começou a responder pelos perfis do @SenadoFederal. Na gestão das redes sociais, o Nmídias passou a distribuir conteúdo de unidades do Senado além das notícias jornalísticas e institucionais. Ouvidoria, e-Cidadania e DataSenado são alguns dos setores que excluíram suas páginas e passaram a atuar em parceria com o núcleo, que, em sua gestão do conteúdo, sempre busca adaptar a informação à linguagem própria das mídias sociais.

Ao longo do ano, um grupo de trabalho com representantes de todas as unidades que atuam em mídias sociais revisou e atualizou o Guia de Atuação do Senado nas Mídias Sociais, estendendo as orientações sobre administração dos perfis, antes restritas à Secom, a toda a Casa.

Como resultado, chegamos ao fim do ano legislativo de 2015 com um crescimento de 214% do número de seguidores no Facebook e 98,4% no Twitter. Durante a maior parte do ano, a página do Senado Federal foi a de maior engajamento entre as de governo no país e, em algumas semanas, do mundo. Em alguns momentos registrou alcance maior que páginas de interesse global, como NASA e Casa Branca.

E o que aguarda o Senado no futuro em termos de presença digital? Ainda há muito o que fazer. Apesar da diminuição do número de perfis, ainda são 25 contas falando em nome do Senado. Uma gestão integrada, com identidade visual comum e definição clara do escopo dos conteúdos pode ser reforçada.

Hoje temos uma equipe bem-sucedida em levar informação do Senado aos cidadãos, mas o retorno do que o cidadão diz não chega de maneira bem distribuída ao Senado. Este é um dos principais objetivos do Nmídias para o próximo ano.

Além disso, pretendemos continuar crescendo, aumentando o número de leitores e seguidores, sempre promovendo diálogo e participação para mantermos a posição como o principal perfil de governo em termos de engajamento. Ainda que seja uma meta bastante ambiciosa, gostaríamos de alcançar também o primeiro lugar em número de seguidores no Facebook entre as páginas de governo.

E seguimos atentos às novas possibilidades trazidas pela tecnologia. Estudo da empresa ComCast indica a tendência de manutenção de crescimento das mídias sociais em 2016. Mas é impossível prever o que pode surgir de novo em um mundo cada vez mais conectado e com aparelhos móveis mais acessíveis a um número crescente de cidadãos. Só o tempo dirá. Por isso é necessário estar sempre alertas às novidades tecnológicas e de comunicação.

Análise

Publicações sobre educação, direitos e cidadania garantiram crescimento de mais de 214% no número de seguidores

As páginas e perfis do Senado Federal nas redes sociais tiveram grande crescimento ao longo de 2015, muito especialmente no Facebook, rede na qual os brasileiros passam cerca de 97% do tempo despendido em redes sociais.

Entre janeiro e dezembro, houve um crescimento de mais de 214,8% no número de seguidores, saltando de 277 mil para 872 mil – e logo na primeira semana de 2016, a página ultrapassou os 900 mil seguidores no Facebook. Esse crescimento significou uma subida de nove posições no ranking das páginas de governo na rede – saltando da 21ª para a 12ª colocação.

O alcance obtido pelas publicações cresceu enormemente no período. Em janeiro, foi de 900 mil pessoas por dia, tendo aumentado para 2,4 milhões de pessoas por dia em novembro. O alcance acumulado – número hipotético que consiste na soma do número de pessoas alcançadas a cada dia chegou a 807.403.069 visualizações. Para fins de comparação, o alcance acumulado de todo o ano de 2014 foi de 139 milhões de pessoa, número 5 vezes maior em relação ao ano anterior.

Ao todo foram publicados 1.754 posts no Facebook ao longo do ano, sendo que mais de 100 publicações tiveram, cada uma delas, alcance superior a 1 milhão de pessoas. Duas ultrapassaram, cada, o alcance de 20 milhões de pessoas.

Outra métrica relevante, o engajamento, mostra o grau de envolvimento dos internautas com as publicações da página. Em diversas ocasiões ao longo de 2015, conforme sites de monitoramento, a página do Senado Federal foi a de maior engajamento no mundo inteiro entre as páginas de governo, superando, inclusive, as páginas da NASA e da Casa Branca.

No Twitter, o crescimento foi menor, mas muito consistente. O ano começou com 139 mil seguidores e terminou com 277 mil – um acréscimo de 98,4%.

As publicações nas redes sociais que mais atraíram o interesse dos internautas foram aquelas relativas à educação – notadamente as que trataram de participação dos pais na vida escolar dos filhos –; e sobre direitos em geral (direitos dos pacientes de câncer, direito de acompanhar o parto do filho, etc) e questões de cidadania, conforme mostram as listagens de publicações de maior sucesso no Facebook e no Twitter, mostradas a seguir.

Facebook

O ano começou com 139.807 seguidores

Temos 277.435 seguidores até o dia o fim de dezembro

Ganho de seguidores no ano: 137.628

Alcance

Alcance é uma estatística do Facebook que representa o número de pessoas para as quais a rede social enviou uma publicação. Quanto mais as pessoas interagem com um post, seja comentando, compartilhando ou curtindo, maior o alcance. É a principal métrica do Facebook.

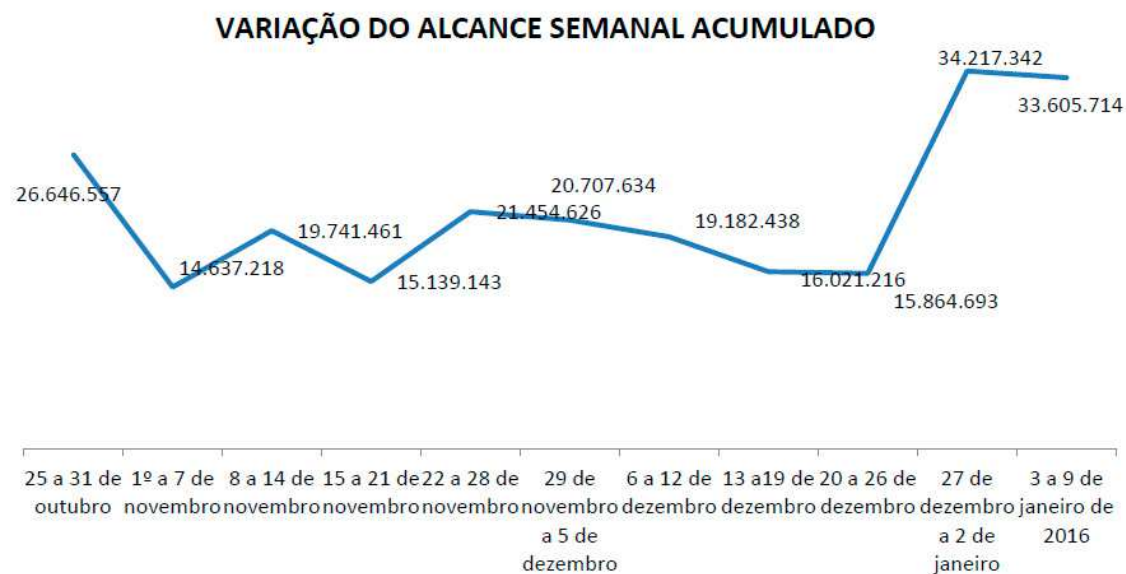


Gráfico 5 - Alcance no Facebook

Alcance médio diário em janeiro: 900 mil

Alcance médio diário em dezembro: 3 milhões

Publicações

Foram publicadas até 31/12/2015: 1.754 postagens

Em média, cada postagem alcançou 500 mil pessoas e 132.328 fãs interagiram por dia.

Mais de 100 postagens alcançaram, cada uma, mais de 1 milhão de pessoas.

Duas postagens alcançaram mais de 20 milhões de pessoas.

No total, as postagens receberam 5 milhões de curtidas, 563 mil comentários e 7 milhões de compartilhamentos

As 10 melhores postagens do ano

(A lista a seguir mostra menos de 2% do total de postagens feitas ao longo do ano, destacando apenas as de maior alcance)

1º Posição

Data: 3 de setembro

Notícia - Pais que participarem de reuniões escolares podem ter folga

Alcance: 21.138.369

Compartilhamentos: 269.415

Curtidas: 900.026

Comentários: 56.315

2º Posição

Data: 19 de agosto

Notícia - Pais terão que comparecer a pelo menos 4 reuniões por ano na escola do filho

Alcance: 19.996.340

Compartilhamentos: 136.707

Curtidas: 706.031

Comentários: 142.078

3º Posição

Data: 14 de outubro

Post sobre os direitos dos pacientes com câncer

Alcance: 11.223.335

Compartilhamentos: 139.270

Curtidas: 307.897

Comentários: 9.266

4º Posição

Data: 25 de abril

Post sobre perturbação do sossego alheio (“vizinho do barulho”)

Alcance: 9.711.616

Compartilhamentos: 239.049

Curtidas: 333.656

Comentários: 75.630

5ª Posição

Data: 22 de novembro

Frase de Gandhi

Alcance: 7.885.140

Compartilhamentos: 87.933

Curtidas: 396.739

Comentários: 13.197

6ª Posição

Data: 7 de agosto

Post sobre o direito de o pai acompanhar o nascimento do filho

Alcance: 7.758.919

Compartilhamentos: 66.003

Curtidas: 232.359

Comentários: 15.410

7ª Posição

Data: 7 de abril

Áudio: Projeto estende licença-paternidade para 30 dias

Alcance: 7.161.856

Compartilhamentos: 36.848

Curtidas: 330.016

Comentários: 74.872

8ª Posição

Data: 15 de setembro

Post com link para o Opine do e-Cidadania sobre projeto que estabelece multa por atraso de salário

Alcance: 7.017.797

Compartilhamentos: 42.428

Curtidas: 226.625

Comentários: 29.883

9ª Posição

Data: 27 de março

Post sobre os acervos digitais públicos

Alcance: 6.961.152

Compartilhamentos: 183.392

Curtidas: 268.698

Comentários: 8.129

10ª Posição

Data: 8 de setembro

Áudio: Moka quer que preso pague ao Estado despesas durante o cumprimento da pena

Alcance: 6.860.852

Compartilhamentos: 72.895

Curtidas: 257.874

Comentários: 27.402

Twitter

Número de tuítes publicados: 7.681

Principais tuítes do ano:

(A lista a seguir mostra menos de 0,2% do total de postagens feitas ao longo do ano, destacando apenas as de maior alcance)

1ª Posição

Data: 19 de março

Notícia: Foram indicados os membros da CPI que investigará contas de brasileiros na Suíça

RTs: 213 Curtidas: 101

2ª Posição

Data: 11 de novembro

Rádio Senado: Reportagem sobre os 120 anos da imigração japonesa

RTs: 207 Curtidas: 125

3ª Posição

Data: 9 de novembro

Institucional: post de divulgação do curso do ILB sobre Socialismo

RTs: 163 Curtidas: 218

4ª Posição

Data: 16 de outubro

Notícia: PEC acaba com imposto sindical

RTs: 136 Curtidas: 127

5ª Posição

Data: 29 de abril

Notícia: Projeto da Terceirização será debatido dia 12 no Senado

RTs: 136 Curtidas: 48

6ª Posição

Data: 12 de março

Notícia: Caiado: é inaceitável dizer que Dilma não pode ser investigada

RTs: 133 Curtidas: 102

7ª Posição

Data: 27 de julho

Post de divulgação da enquete sobre impressão do voto

RTs: 122 Curtidas: 90

8ª Posição

Data: 29 de setembro

Notícia: Constituição deve fazer parte dos currículos dos ensinos médio e fundamental

RTs: 111 Curtidas: 105

9ª Posição

Data: 5 de setembro

Post sobre crimes contra a honra cometidos na internet

RTs: 115 Curtidas: 138

10ª Posição

Data: 2 de setembro

Notícia: Senado aprova fim da doação de empresas às campanhas eleitorais

RTs: 108 Curtidas: 85

Tumblr

Número de posts publicados: 104

Número de acessos aos posts publicados: 153.004

Posts mais acessados do ano:

1. TV Senado ao vivo na internet - 16.818 visualizações
2. Instrumentos musicais importados podem ficar livres de impostos - 10.506 visualizações
3. 15 curiosidades sobre a Bandeira do Brasil e os Símbolos Nacionais – 7.262 visualizações
4. Como identificar notícias falsas - 6.130 visualizações
5. 7 tipos de vendas casadas que você pode denunciar 5.964 visualizações

YouTube

Número de vídeos publicados no ano: 786 vídeos

Total de visualizações no ano: 567.091

Minutos assistidos ao todo: 1.253.915

Vídeos mais assistidos no ano:

- 1 – Em 1927, o Brasil fixava a maioria penal em 18 anos - 48.701 visualizações
- 2 – Guia traz dez novas regras para uma alimentação saudável - 42.609 visualizações
- 3 – 150 anos da Guerra do Paraguai - 26.565 visualizações

4 – Versão em espanhol - Guia traz dez novas regras para uma alimentação saudável

18.204 visualizações

5 – Oposição e governo voltam a debater impeachment no Plenário - 17.970 visualizações

6 – Projeto define 8 tipos de bullying - 14.071 visualizações

7 – PSDB rejeita acordo para eleição da Mesa e se retira do Plenário - 8.109 visualizações

8 – Senadores da oposição desistem de criar CPI da Petrobras e querem investigar BNDES

7.200 visualizações

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão atua diretamente nos pedidos de informação decorrentes da transparência passiva, oferecendo tratamento a informações e documentos solicitados por cidadãos a respeito das atividades do Senado Federal. Foi criado com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e é vinculado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC).

A quase totalidade dos pedidos a que o Serviço atende é recebida pela Ouvidoria, por meio do Alô Senado e de formulário disponível no Portal do Senado. Outros chegam por intermédio do Protocolo Administrativo ou de carta. O Serviço mantém, ainda, um posto de atendimento presencial na Biblioteca do Senado Federal.

O setor é responsável pela operacionalização de rotinas de busca e identificação das informações requeridas junto às unidades técnicas da Instituição, bem como pelos procedimentos de revisão e envio da resposta final aos cidadãos. Organiza, também, o banco de respostas a perguntas frequentes. Por fim, controla o cumprimento dos prazos legais impostos às respostas dos pedidos de informação e elabora relatórios estatísticos e técnicos no que concerne à transparência passiva.

No ano de 2015, o Serviço recebeu 1114 pedidos de informação, média de 93 solicitações ao mês. Desse universo, 480 (43,1%) foram respondidos em até um dia, 222 (19,9%) foram respondidos entre dois e cinco dias, 353 (31,7%) entre seis e vinte dias, e 58 (5,2%) em mais de 20 dias – sendo 49 pedidos respondidos em até trinta dias e 9 respondidos em prazo superior a trinta dias, devido à complexidade do objeto do pedido. Isso representa o cumprimento do prazo legal de vinte dias em 94,7% dos casos e o atendimento de 99,1% dos pedidos dentro do prazo de até trinta dias.

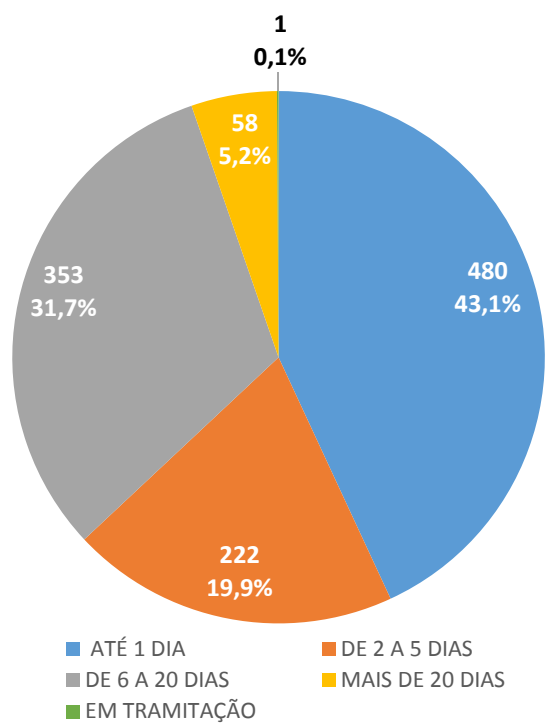
Ressalta-se, também, que a resposta a 298 dos pedidos de informação encontrava-se integralmente disponível nos portais do Senado Federal. O número representa 26,8% do total de solicitações feitas em 2015.

No tocante a negativas de acesso, as informações requeridas em 15 (1,3% do volume de 2015) pedidos de informação não foram prestadas, com fundamento nos fatos desses pedidos serem demasiadamente genéricos (4 casos), excessivamente onerosos (exigindo trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações) ou desarrazoados (3 casos) ou, ainda, solicitarem informações de caráter pessoal (8 casos). Foram apresentadas as razões da negativa, conforme determina a LAI. Em nenhum dos casos houve recurso em razão da negativa de acesso.

O gráfico e a tabela a seguir demonstram a distribuição dos pedidos de informação de 2015 de acordo com o prazo da resposta enviada ao cidadão (a) e com os assuntos das solicitações (b).

a) Distribuição dos pedidos por prazo de resposta (2015) b) Distribuição dos pedidos por assunto (2015)

Assunto	Total	%
Atividade Legislativa	445	40,0%
Senador	128	11,5%
Atividade Administrativa	119	10,7%
Arquivo	94	8,4%
Concurso Público	90	8,1%
Servidor	58	5,2%
Contratos e Licitações	37	3,3%
Outros	37	3,3%
Legislação	26	2,3%



Voto e Presença	26	2,3%
Remuneração	13	1,2%
Portal do Senado e Transparência	13	1,2%
CEAPS e Nota Fiscal	11	1,0%
Gastos com Saúde e Telefonia	8	0,7%
Biblioteca e Publicações	7	0,6%
Diárias e Passagens	2	0,2%
Total geral	1114	100%

Gráfico 6 - Distribuição dos pedidos de informação por prazo de resposta e por assunto

PROGRAMA VISITE O CONGRESSO

O Programa Visite o Congresso tem o objetivo de oferecer aos cidadãos a oportunidade de conhecerem os principais espaços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Mediadores treinados recepcionam e guiam os visitantes de acordo com um roteiro preestabelecido, passando inclusive pelos plenários das duas Casas Legislativas.

Durante o percurso, os participantes da visita guiada obtêm informações sobre a arquitetura do Palácio e o seu acervo artístico, noções básicas sobre o processo de elaboração das leis, dados gerais sobre o trabalho dos parlamentares e o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nos últimos anos, nota-se um crescente interesse do público, tanto brasileiro como estrangeiro, em conhecer as instalações e a arquitetura do Palácio do Congresso Nacional, bem como em entender melhor o processo legislativo.

Em 2015, o Visite o Congresso recebeu o Prêmio “Certificação de Excelência” concedido pelo site TripAdvisor, uma referência em turismo para viajantes do mundo todo. O Guia Michellin também reconheceu a qualidade do Programa classificando-o com três estrelas – maior pontuação possível.

Naquele ano, foram atendidos 142.599 visitantes, dos quais 4.753 eram estrangeiros e 137.846 brasileiros. O país estrangeiro que emitiu maior número de visitantes foi a França, seguida da Alemanha e dos Estados Unidos. Cabe destacar também que as visitas nos fins de semana apresentam número superior ao das visitas em dias de semana.

Número de participantes do Visite o Congresso em 2015

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
2ª a 6ª Feira	4734	2215	4025	5767	6369	5054	7678	6768	6837	4900	4784	5547	64678

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Sábado/Domingo/ Feriado	8567	7638	5955	9883	9839	6906	9003	3719	3217	4394	1060	7740	77921
Total	13301	9853	9980	15650	16208	11960	16681	10487	10054	9294	5844	13287	142599
TOTAL	13301	9853	9980	15650	16208	11960	16681	10487	10054	9294	5844	13287	142599

Tabela 32 - Número de participantes do Visite o Congresso em 2015

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

Devido às manifestações ocorridas em 2015 e à reforma do Plenário do Senado, a visita teve que ser suspensa em 15 finais de semana, incluindo os feriados de 7 de setembro e 2 de novembro.

Ao final do tour, o cidadão pode se manifestar por escrito por meio de Fichas de Avaliação da Visita. Ao todo foram 1.795 fichas preenchidas em 2015. A maioria das manifestações foi de elogios ou de sugestões como a inclusão de gabinetes no roteiro e a presença de parlamentares nas visitas.

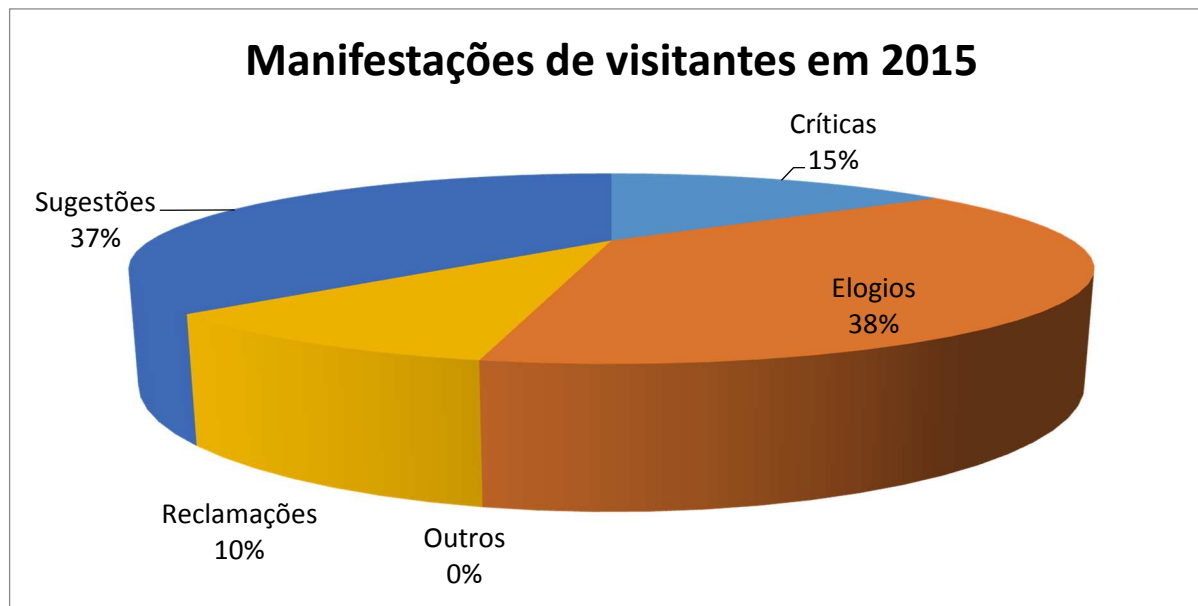


Gráfico 7 - Manifestações dos visitantes do Senado Federal

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

A ficha de avaliação permite que o visitante atribua conceitos que variam de ótimo à péssimo a diversos aspectos relacionados ao Programa de visitação, como recepção, acessibilidade e qualidade no atendimento.

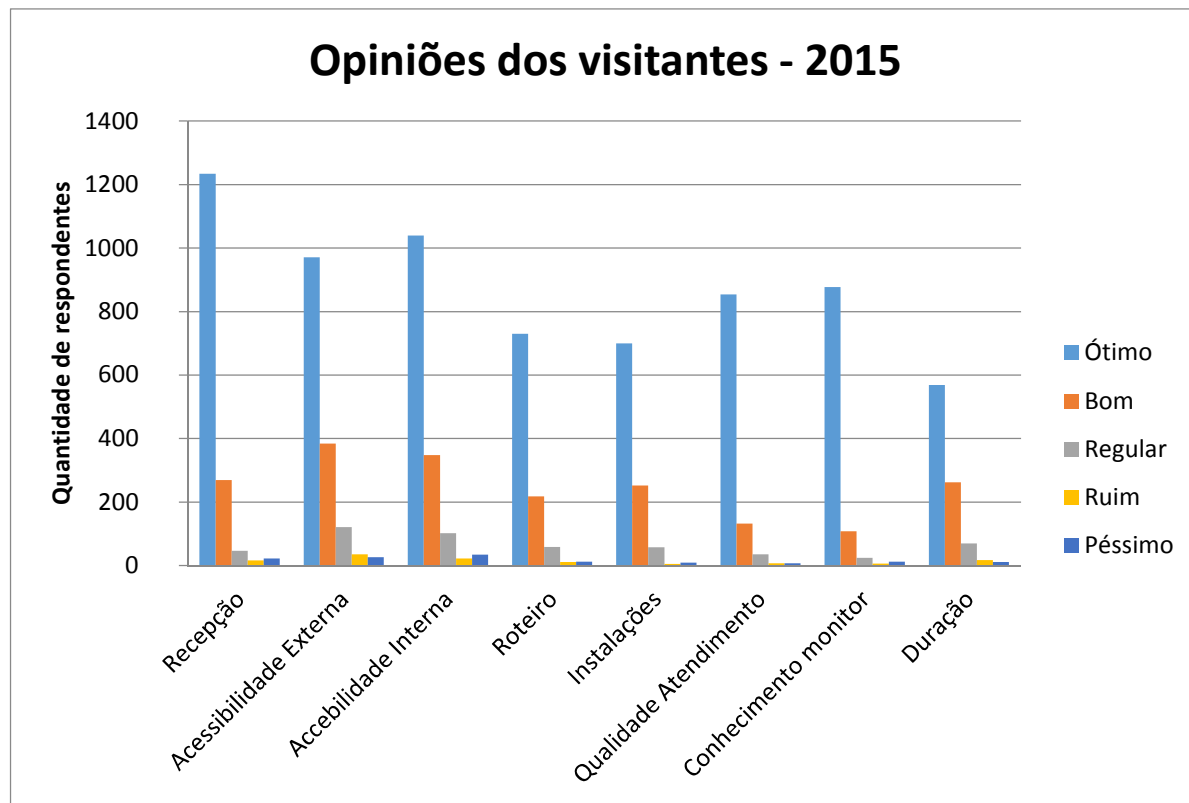


Gráfico 8 - Opiniões dos visitantes do Senado Federal

Fonte: arquivos eletrônicos da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal

O quesito mais bem avaliado é a recepção. A duração da visita é o fator menos bem avaliado. Tanto há turistas que reclamam que a visita é muito curta quanto há os que avaliam que o percurso demora muito. Embora os quesitos acessibilidade externa e interna sejam em geral bem avaliados, são os quesitos que recebem o maior número de notas regular, ruim ou péssimo.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO SERVIÇO ALÔ SENADO

A Ouvidoria do Senado Federal vem sofrendo profundas modificações desde sua implementação em 2011, particularmente a partir da incorporação do Alô Senado, em julho de 2014. Entre esse período e março de 2015, foram realizados o diagnóstico do serviço prestado e a modelagem do serviço que se pretende prestar.

Com esse objetivo, a Ouvidoria participou, ainda em 2015, da mesa de debates da Audiência Pública promovida pela Comissão do Senado do Futuro (CSF). A Audiência faz parte do ciclo de debates, seminários e painéis para discutir, ao longo do biênio 2015-2016, o relacionamento do Senado com o cidadão.

Todo esse trabalho resultou em duas grandes vertentes, ambas com o propósito de aprimorar a comunicação entre a sociedade e o Senado: a mudança da metodologia de atendimento ao cidadão, implementada a partir de abril de 2015, e a busca de uma tecnologia de gestão integrada do atendimento.

Com a mudança na metodologia, houve uma unificação dos canais de atendimento ao cidadão, sendo as manifestações recebidas pela Casa centralizadas. A análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos e o tratamento adequado das demandas passou a fazer parte da rotina, e foi possível chegar a um número mais realista da participação popular nos trabalhos do Senado.

A partir da adoção de um sistema de gestão integrada, espera-se reduzir o tempo de atendimento; possibilitar a oferta de um banco de respostas pela internet, que auxilie o cidadão em suas dúvidas antes mesmo que seja necessário enviar uma manifestação; melhorar a qualidade das respostas; medir a satisfação do usuário imediatamente ao final do atendimento; disponibilizar relatórios que permitam à gestão ações mais ágeis, entre outras vantagens.

Pelos motivos apontados acima, que descrevem o processo de transição entre o contexto anterior, a realidade atual e o cenário futuro, não foram realizadas avaliações de satisfação dos usuários com os serviços prestados no período. Tais avaliações, entretanto, estão contempladas na modelagem da ferramenta tecnológica e previstas como parte integrante do atendimento.

PESQUISAS DE OPINIÃO

O DataSenado é um serviço da Coordenação de Controle Social, ligada à Secretaria de Transparência, cujo objetivo é desenvolver pesquisas que permitam ao Senado Federal identificar as necessidades e desejos da sociedade.

O DataSenado promove pesquisa de opinião sobre a atuação do Senado e seu papel de elaborar leis e fiscalizar as ações do governo federal, intitulada O Cidadão e o Senado Federal, cuja periodicidade é semestral. Além disso, realiza pesquisas com usuários dos serviços que o Senado oferece, sob demanda da Administração da Casa.

As pesquisas de opinião oferecem um retrato confiável da opinião pública a respeito do desempenho da Instituição e do trabalho parlamentar, das votações, da formulação de projetos de lei, entre outros temas. É de responsabilidade do DataSenado a execução de todas as etapas para a realização das pesquisas, seja por meio de telefone ou internet, com margem segura de confiança e validade.

O serviço também realiza enquetes mensais, por internet, que sondam tendências e expectativas de opinião na sociedade. As enquetes podem ser sugeridas pelos Senadores para investigar um assunto específico.

As pesquisas do DataSenado são feitas por meio de amostragem com entrevistas telefônicas. A população considerada é a de cidadãos com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo. A margem de erro admitida é de no máximo 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança nos resultados da pesquisa é de 95%. Isso significa que se forem realizadas 100 pesquisas com a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Atualmente, a seleção dos participantes é feita utilizando o método de amostragem aleatória estratificada, com alocação proporcional: cada UF é definida como um estrato e, para cada estrato, são sorteados aleatoriamente números de telefones fixos extraídos do cadastro da Anatel, no qual constam todos os números habilitáveis no país. Em seguida, os números selecionados são dispostos de forma aleatória, e ligações telefônicas são realizadas para cada UF. Atendido o telefone, solicita-se autorização para realizar a pesquisa. Essas ligações são feitas até se atingir, numa determinada UF, o número de respondentes definidos a priori no cálculo do tamanho da amostra, adotando o critério de proporcionalidade descrito.

Durante a aplicação dos questionários, são realizadas verificação e validação de 20% das entrevistas, conduzidas por uma equipe de profissionais do DataSenado, devidamente treinada para esse fim.

PESQUISAS DE OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	10 a 24 de julho de 2012
Total de Participantes	1.227
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 33 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2012

Demonstração dos Resultados

Mantendo relativa estabilidade em relação às últimas pesquisas, a mais recente pesquisa do DataSenado apontou que 55% dos entrevistados acham que sua condição econômica vai melhorar nos próximos 6 meses. Em pesquisas realizadas em maio e em novembro de 2011, esse percentual foi de 56% e de 58% respectivamente. Uma quantidade semelhante de pessoas entrevistadas afirmou que sua sensação de bem-estar (54%) e sua condição econômica (52%) permaneceram iguais nos últimos 6 meses. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do país, com 1.227 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 10 a 24 de julho de 2012.

Os resultados dessa mesma pesquisa mantiveram a saúde como a maior preocupação atual dos brasileiros, conforme apontaram 34% dos entrevistados. E, assim como a pesquisa realizada em novembro último, a corrupção foi apontada por 20% dos entrevistados, mostrando-se a

segunda preocupação mais manifestada. Ampla maioria dos entrevistados (75%), entretanto, concorda que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação.

A democracia e o Senado Federal

Em que pese a confiança em que o Senado Federal pode ajudar muito, menos de um quarto dos entrevistados (22%) avaliaram ter alto interesse por política. Pouco menos da metade (47%) disse ter médio interesse por política, enquanto 29% avaliaram ter interesse baixo ou nenhum por política. A democracia, contudo, prossegue sendo amplamente avaliada como a melhor forma de governo pelos cidadãos pesquisados (75%), em consonância com os valores de 76% e de 73% verificados nas duas últimas pesquisas. Talvez por isso, o mesmo percentual (75%) correspondeu à quantidade de cidadãos entrevistados que considera o Congresso Nacional como muito importante para a democracia brasileira.

Quanto ao papel do Senado de elaborar leis que ajudem o país, 53% responderam que ele cumpre mais ou menos a tarefa, contra 36% que disseram cumprir mal e 9% que disseram cumprir bem. Já sobre o papel de fiscalizar as ações do governo federal, 52% disseram ainda que o Senado cumpre tal papel de maneira mais ou menos eficiente, frente a 33% que avaliam cumprir mal e 14% que entendem cumprir bem. Em conclusão, quando inquiridos sobre a atuação do Senado Federal, 50% dos entrevistados a apontam como regular; 27% como ruim ou péssima; e 22% como ótima ou boa.

Os cidadãos participantes da pesquisa foram ainda perguntados se a liberdade de imprensa, muitos partidos políticos e o voto obrigatório favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil. Ampla maioria (86%) pensa que a liberdade de imprensa favorece a democracia brasileira. Já 75% defendem que muitos partidos políticos prejudicam a democracia no país. Quanto ao voto obrigatório, 50% entendem que ele prejudica a democracia no Brasil.

Ainda no que toca ao Senado, ligeira maioria dos participantes (52%) afirmou que não se sente representada pelos senadores de seu Estado. Quase um terço (31%) disse que se sente representado em parte, e 17% disseram que, sim, sentem-se representados pelos senadores de seu Estado. Quanto a conseguir informações sobre o trabalho dos senadores, 68% dos entrevistados afirmaram ser difícil, enquanto 26% defendem que é fácil a obtenção de tais informações.

Por fim, quando perguntados sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão mostrou-se a fonte com maior alcance (58%). A internet já responde como a maior fonte por quase um quarto dos participantes (23%). Jornais e revistas também tiveram expressiva indicação (11%).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_o_Senado_Federal_Julho_2012.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	30 de novembro a 17 de dezembro de 2012
Total de Participantes	1.228
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 34 - - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2012

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Na mais recente pesquisa do DataSenado, 58,1% dos entrevistados afirmaram achar que sua condição econômica vai melhorar nos próximos seis meses, o que revela um otimismo para o ano novo. Esse percentual aponta discreta melhoria em relação à pesquisa anterior, quando 55% manifestaram a mesma opinião. Quando perguntados sobre sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses, 52,4% disseram que ela se manteve igual, quase a mesma quantidade (52,1%) de pessoas que alegou que sua condição econômica também se manteve igual. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do país, com 1.228 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 30 de novembro a 17 de dezembro de 2012.

Mantendo a mesma tendência apontada nas últimas pesquisas, a saúde prossegue como a maior preocupação atual dos brasileiros, declarada como tal por 28,5% dos entrevistados. Na sequência, tem-se que a maior preocupação para 24,6% dos respondentes diz respeito à segurança pública.

Assim como nas duas últimas pesquisas realizadas em novembro de 2011 e julho de 2012, a corrupção foi apontada por aproximadamente um quinto (19,8%) dos entrevistados, o que lhe assegurou o posto de terceiro assunto mais preocupante. Expressiva quantidade de entrevistados (74,2%) concordou que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua principal preocupação, o que confirma tendência apontada nas últimas pesquisas.

Vínculo entre Senado e democracia brasileira é reconhecido

Embora a maioria dos entrevistados admita que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação, uma baixa parcela de entrevistados, isto é, 23,1%, qualificou como alto seu interesse por política – na pesquisa anterior eram 22% os cidadãos com essa percepção. Praticamente metade (48,6%) disse ter médio interesse pelo assunto, ao passo que 13,5% afirmaram ter baixo interesse – quase a mesma quantidade dos que disseram não ter interesse (13,9%). Apesar disso, deve-se ressaltar que a democracia ainda é considerada a melhor forma de governo por 71,1% dos respondentes – em julho, 75% emitiram essa opinião. Aproximadamente um quarto (25,9%), entretanto, disse que em algumas situações um governo autoritário é melhor.

Próximo ao valor registrado na última pesquisa, qual seja, 75%, nota-se que 75,6% dos cidadãos apontaram que o Congresso Nacional é muito importante para a democracia brasileira. Apenas uma minoria o considerou pouco importante (16,0%) ou ainda sem importância (7,1%).

Liberdade de imprensa continua sendo vista como aspecto importante para a democracia no Brasil

Convidados a julgar se três diferentes fatores favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil, os resultados da pesquisa mantiveram sua tendência histórica. Com efeito, 84,1% dos respondentes defenderam que a liberdade de imprensa favorece a democracia (contra 86% na pesquisa de julho). Por sua vez, 77,3% afirmaram que o fato de existirem muitos partidos políticos é algo que prejudica a democracia (frente a 75% na última pesquisa). E, com proporção semelhante à que se verificou no estudo anterior, 50,8% entenderam que o voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil, enquanto 45,9% sustentaram que ele favorece.

Para maioria dos participantes, o Senado vem desempenhando suas atribuições de forma mediana

Em seguida, inquiridos sobre o desempenho do Senado Federal no papel de elaborar leis que ajudem o país, 58,1% disseram que o órgão está cumprindo mais ou menos essa função, o que representa um aumento de cerca de cinco pontos percentuais em relação à última pesquisa. Em contrapartida, um terço dos entrevistados (33,3%) disse que o Senado cumpre mal esse papel, enquanto 7,8% disseram que ele cumpre bem.

No tocante ao papel de fiscalizar as ações do governo federal, 54,4% afirmaram que o Senado cumpre tal papel de maneira ‘mais ou menos’ eficiente, frente a 31,4% que avaliaram cumprir mal e 13% que entenderam cumprir bem. Por fim, quando perguntados sobre a atuação do Senado Federal, pouco mais da metade dos respondentes (54,2%) a considerou apenas regular. Já 25,4% a consideraram boa ou ótima, sendo que 19,9% a enxergam como ruim ou péssima.

Na sequência, à pergunta “você se sente representado pelos senadores do seu Estado?”, 49% responderam que não, o que representa ligeira melhoria em comparação ao resultado da pesquisa de julho (52%), ainda que dentro da margem de erro. Pouco mais de um terço (33,6%) afirmou que se sente representado apenas em parte, enquanto 16,4% disseram que se sentem efetivamente representados por esses parlamentares.

Aparentemente ainda é difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores

A maioria dos entrevistados continua avaliando como uma tarefa difícil a tentativa de obter informações sobre o trabalho dos senadores (71,7% contra 68% da última pesquisa). Por outro lado, aproximadamente um quarto (24,1%) relatou ser fácil conseguir esse tipo de informação.

Televisão continua sendo principal fonte de informações sobre o Senado

Por fim, quando perguntados sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão prosseguiu sendo designada como o principal veículo junto à maioria dos respondentes (58,6%). Para quase um quarto dos participantes (23,7%), a internet permaneceu sendo a fonte mais acionada. Jornais em papel ou revistas mostraram-se o principal meio de busca para 10,1% dos respondentes, enquanto o rádio foi apontado por 4,1% destes.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_2012.pdf

Período de Aplicação	4 a 25 de junho de 2013
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 35 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2013

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, com 1.226 pessoas de 16 anos ou mais, dos dias 4 a 25 de junho de 2013. Esse período praticamente coincide com o início da recente onda de protestos pelo país, já que a primeira manifestação ocorreu em 6 de junho na cidade de São Paulo. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa revelou que os brasileiros estão menos otimistas com relação ao futuro. Para 46,8%, a situação econômica pessoal deve melhorar nos próximos seis meses. Em levantamentos feitos nos meses de julho e dezembro de 2012, eram 54,8% e 58,1% os que acreditavam em uma mudança para melhor, respectivamente.

Quanto à condição econômica do entrevistado ao longo dos últimos seis meses, 44,7% afirmaram que esta permaneceu estável. Porém, 35,6% constataram agravamento dessa condição, patamar superior ao verificado em dezembro (24,1%). Já para 17,9%, a própria situação econômica melhorou nos últimos seis meses.

Os entrevistados também foram convidados a avaliar sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses. A percepção de quase metade da população (46,6%) é de que se manteve inalterada. Os demais se dividem entre os que relataram piora na sensação de bem-estar (28,3%) e os que afirmam que essa sensação melhorou nos últimos seis meses (24,2%).

Segurança pública e saúde são as maiores preocupações do brasileiro

A segurança pública é hoje a primeira grande preocupação de 26,3% dos brasileiros. Ocupando o segundo lugar aparece a saúde, com 24,6% (frente a 34,0% e 28,5% em julho e dezembro do ano passado, respectivamente). Outros 18,8% afirmaram que a corrupção é sua principal fonte de preocupação na atualidade, enquanto 12,6% veem na educação o maior motivo para se preocuparem.

Observa-se que para 73,4% dos entrevistados, o Senado pode ser muito útil para solucionar a preocupação citada, enquanto 14,5% acham que ele pode ajudar pouco e 8,4% entendem que o órgão em nada pode ajudar.

Congresso Nacional é muito importante para a democracia no Brasil, diz ampla maioria

A democracia foi apontada por 78,8% dos entrevistados como a melhor forma de governo sempre; na pesquisa anterior, 71,1% partilhavam dessa opinião. Quanto ao Congresso Nacional, 73,6% o julgam muito importante para a democracia, valor bem próximo ao registrado em dezembro último (75,6%). Um governo autoritário seria preferível em determinadas circunstâncias apenas para 18,6% da população.

Voto obrigatório representa entrave nos dias atuais

O voto obrigatório é atualmente considerado prejudicial à democracia por três em cada cinco brasileiros (59,0%). A pesquisa anterior mostrou que, em dezembro do ano passado, 50,8% tinham a mesma opinião. A série histórica aponta uma tendência de crescimento deste percentual, e o aumento de mais de oito pontos percentuais é, de fato, expressivo.

A liberdade de imprensa continua sendo vista por muitos como algo que favorece a democracia no Brasil: 86,8% defendem esse ponto de vista (ante 84,1% na última pesquisa). Apenas 10,4% acreditam que este fator prejudica a democracia no país. Por sua vez, para 74,5% da população, a existência de muitos partidos políticos acaba por representar um dano à democracia, proporção semelhante à verificada na pesquisa de dezembro (77,3%).

Para mais de metade da população, Senado cumpre função de legislar e de fiscalizar

Na opinião de 52,3% dos brasileiros, o Senado cumpre bem ou “mais ou menos” o papel de elaborar leis que ajudem o país. Este percentual é semelhante ao de pessoas que também acreditam que o Senado desempenha bem ou “mais ou menos” a função de fiscalizar as ações do governo federal (53,1%).

Acompanhando a tendência histórica, 70,8% dos respondentes consideram difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores (ante 71,7% na última pesquisa). Em contrapartida, quase um quarto (24,8%) julga que esta é uma tarefa fácil.

Nessa pesquisa, a atuação do Senado Federal foi avaliada como boa ou ótima por 16,7% dos entrevistados, como regular por 46,9% e como ruim ou péssima por 36,2%.

Série histórica aponta leve tendência de crescimento do interesse por política

Quando submetidos à pergunta “como você avalia o seu interesse por política?”, praticamente metade dos respondentes (49,8%) classificou como médio seu interesse pelo assunto, ao passo que cerca de um quarto (23,8%) o considera alto. Por sua vez, 13,5% afirmaram possuir baixo interesse, enquanto 11,7% admitiram não ter qualquer interesse pelo tema.

A série histórica revela que existe uma discreta tendência de crescimento do percentual de pessoas que qualificam seu interesse por política como alto ou médio. Comcomitantemente, a proporção de entrevistados que afirma ter baixo ou nenhum interesse pelo assunto tem recuado ao longo do tempo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_senado_federal-Junho-2013.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	6 de Junho a 7 de Julho de 2014
Total de Participantes	1.106
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 36 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2014

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Levantamento realizado pelo DataSenado registrou queda do número de brasileiros que acham que a própria condição econômica vai melhorar nos próximos meses: de 51%, em dezembro de 2013, para 41% no final do primeiro semestre de 2014.

Essa perspectiva menos otimista quanto ao futuro pode estar associada à avaliação negativa da condição econômica recente. Isso porque também foi registrado aumento do percentual de entrevistados que, nos últimos seis meses, disseram ter sofrido piora de sua condição econômica (de 30% para 38%). De modo semelhante, sobre a sensação de bem-estar da população, verificou-se aumento de 23% para 29% do total de pessoas que declararam piora.

A atuação do Senado foi considerada regular por 45% dos respondentes. Interessante notar que, quanto maior a sensação de bem-estar do entrevistado, melhor a avaliação que ele faz do Senado. De fato, 47% dos que consideram ótima a atuação do órgão afirmaram que sua sensação de bem-estar cresceu nos últimos seis meses, enquanto 19% deles relataram uma piora dessa sensação.

A respeito da função de elaborar leis que ajudem o país, 46% disseram que o Senado cumpre mais ou menos esse papel, ao passo que 47% também pensam assim se levado em conta o papel de fiscalizar as ações do governo federal.

Saúde segue na dianteira como maior preocupação do brasileiro

Quando convidados a indicar qual sua maior preocupação na atualidade, 29% apontaram a saúde entre oito opções de resposta predefinidas.

Em junho de 2013, período em que manifestações de rua tomaram diversas cidades brasileiras, a segurança pública figurou como a maior preocupação. No atual levantamento, a segurança alcançou 23%, seguida da corrupção com 21%, e da educação com 10% – percentuais muito semelhantes aos da pesquisa de dezembro do ano passado. Sobre o quanto o Senado pode ajudar a resolver essa preocupação, 68% acreditam que ele pode ajudar muito.

Brasileiros atestam importância do Congresso como instituição essencial à democracia

O Congresso Nacional é visto como importante instrumento para a democracia brasileira por 73% dos entrevistados. Da mesma forma, é majoritária a preferência pelo regime democrático de governo: 76% apontaram a frase “a democracia é sempre a melhor forma de governo” como a que melhor descreve sua opinião, contra 22% que acham, em algumas situações, um governo autoritário melhor.

Na opinião de 58%, voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil

O voto obrigatório segue sendo visto pela maioria (58%) como instituto prejudicial à democracia. A existência de muitos partidos políticos é considerada perniciosa por 79% dos entrevistados. A liberdade de imprensa, por outro lado, é vista por 86% como positiva para a democracia brasileira.

Relatório completo disponível em:

[http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_v9 -
Junho de 2014.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_v9_-_Junho_de_2014.pdf)

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	4 a 29 de dezembro de 2014
Total de Participantes	1.089
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 37 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2014

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Resultados de levantamento realizado pelo DataSenado indicam que, pela primeira vez, a corrupção é considerada a maior preocupação dos brasileiros, com 26%. Em seguida, aparecem a segurança pública, com 22%, e a saúde, 21%. Quanto à capacidade do Senado de ajudar a resolver

essas três preocupações, 67% acreditam que ele pode ajudar muito. Considerando apenas os que veem na corrupção sua maior preocupação, a maioria (52%) também acredita que o Senado pode ajudar muito a resolver a questão.

Brasileiros consideram o Congresso Nacional um órgão essencial para a democracia

Segundo 73% dos entrevistados, o Congresso Nacional é um importante instrumento para a democracia brasileira. Da mesma forma, quando questionados sobre a melhor forma de governo, ampla maioria (76%) apontou que a democracia é sempre a melhor opção. Em contrapartida, 22% consideraram que um governo autoritário é melhor em alguns casos.

Na opinião de 63%, voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil

Em relação a julho de 2014, cresce, de 58% para 63% o número de brasileiros que acham que a obrigação de votar é prejudicial à democracia. A maioria dos entrevistados (82%) também acredita que a existência de muitos partidos políticos afeta negativamente a democracia. Por outro lado, a liberdade de imprensa é vista por 85% da população como positiva para a democracia brasileira.

A pesquisa foi realizada em todos os estados, no período de 4 a 29 de dezembro, com 1.089 pessoas de 16 anos ou mais. Os dados foram coletados pelo Alô Senado por meio de entrevistas telefônicas. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Brasileiro está mais pessimista em relação ao futuro

Os dados mostram que houve aumento do número de brasileiros que acham que a própria condição econômica irá piorar: de 22%, em julho de 2014, para 29% em dezembro do mesmo ano. Sobre a sensação de bem-estar, de modo semelhante ao verificado para a condição econômica, foi registrado crescimento do total de pessoas que declararam piora, passando de 29% em julho de 2014, para 35%, na atual pesquisa.

Ao se comparar com a pesquisa anterior, verifica-se que aumentou a quantidade de cidadãos que avaliam a atuação do Senado Federal como regular, de 45% para 52%, e diminuíram as avaliações extremas. Em julho de 2014, a avaliação ruim ou péssima, que estava em 37%, caiu 5 pontos percentuais. Já a avaliação ótima ou boa, que estava em 18%, caiu 4 pontos.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/OcidadoeoSenadoFederalv11Dezembrode2014.pdf>

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	26 de maio a 9 de junho de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 38 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado, realizada de 26 de maio a 9 de junho, revela um brasileiro menos otimista em relação ao futuro, mas confiante no papel do Senado para ajudar a resolver suas maiores preocupações. De fato, 39% dos 1.092 entrevistados acreditam que a própria condição econômica deve piorar, nos próximos seis meses. Em dezembro de 2014, 30% pensavam dessa forma. Esse crescimento aparece como tendência desde julho de 2014, quando eram 22% os que achavam que a própria condição econômica iria piorar. Assim como aumentou o percentual dos que pensam que a própria situação econômica irá piorar, teve queda o número dos que veem possível melhora da própria situação econômica para os próximos seis meses: eram 41%, em dezembro de 2014, agora são 28%.

Além de sondar as percepções para o futuro, a pesquisa também buscou conhecer a opinião do brasileiro sobre a própria situação econômica nos últimos seis meses. E da mesma forma que cresce o índice dos que acham que a sua condição econômica não terá melhora no próximo semestre, sobe o número dos que declaram que a situação econômica pessoal piorou nos últimos seis meses. De fato, para 60% dos entrevistados houve piora na sua condição econômica. Em dezembro de 2014, esse número alcançou 38%, o que mostra crescimento de 22 pontos percentuais.

Nesta edição, segurança pública encabeça a lista de maior preocupação do brasileiro, sendo apontada por 26% dos respondentes, atingindo o maior percentual em todas as faixas etárias. Os homens estão mais preocupados com a segurança pública, 29% deles, já as mulheres demonstram mais aflição com a saúde (24%). A população do Nordeste registrou índice elevado de preocupação com a segurança pública (33%), enquanto no

Centro-Oeste o maior tormento desse grupo, na atualidade, é a saúde (27%). A maioria dos pesquisados – 68% - acha que o Senado pode ajudar muito a resolver as preocupações apontadas: segurança pública, saúde e corrupção, por exemplo. Em contrapartida, 20% consideram que pode ajudar pouco e 9% acham que não pode ajudar. A atuação do Senado é apontada como regular por 48% dos brasileiros, como ótima ou boa para 15% e como ruim por 35%.

Essa pesquisa é aplicada em série histórica desde 2010. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_Barmetrojunho2015_v5.pdf

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	9 a 21 de dezembro de 2015
Total de Participantes	1.084
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 39 - Pesquisa O cidadão e o Senado Federal 2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A corrupção é apontada pelos brasileiros como o maior problema do país. Essa é a constatação da última edição da pesquisa O cidadão e o Senado Federal, realizada semestralmente pelo DataSenado em todo o país desde 2010. Quando perguntados sobre qual seria a sua maior

preocupação hoje, 27% dos entrevistados assinalaram a corrupção. A saúde ficou em segundo lugar na lista, com 21% das respostas, seguida por segurança pública, com 15%. A análise das edições anteriores da pesquisa indica um crescimento da preocupação dos brasileiros com o emprego e o custo de vida, que ocuparam respectivamente o quarto e o quinto lugar.

Os resultados indicam também que os brasileiros continuam pessimistas em relação ao futuro. Como foi observado na última edição da pesquisa, a maior parte dos entrevistados (40%) avalia que a sua condição econômica vai piorar nos próximos seis meses. Além disso, quando questionados sobre a sua condição econômica nos seis meses anteriores, 62% afirmaram que ela piorou.

O Congresso Nacional continua sendo considerado um órgão essencial para a democracia, apesar de haver uma redução no número de cidadãos que compartilham dessa opinião. Também, a maioria dos respondentes, 66%, acredita que o Senado pode ajudar muito a resolver os problemas do país.

A pesquisa avaliou ainda o nível de interesse dos brasileiros pela política. A maior parte dos entrevistados afirmou ter um interesse médio por política (42%), apesar de a maioria declarar que mantém conversas sobre o tema durante mais de cinco dias na semana (34%).

A pesquisa foi realizada entre os dias 9 e 21 de dezembro de 2015 e ouviu 1.084 cidadãos por meio de entrevistas telefônicas. A amostra é composta por habitantes de todos os estados da federação.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/OcidadoeoSenadofederal_dez2015.pdf

PESQUISAS DE OPINIÃO SOBRE TEMAS GERAIS

PESQUISA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL – BRASIL 2014	
Período de Aplicação	19 a 28 de março de 2012
Total de Participantes	1.242
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 40 - Pesquisa Copa do Mundo de futebol – Brasil 2014

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado, 80% dos brasileiros são contra a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Brasil em 2014, tendo em vista a legislação federal existente no país. Segundo essa parcela da população, o Brasil não deve abrir exceções. Para cerca de 19%, contudo, a bebida deve ser liberada; e 1% não soube opinar ou não quis responder.

A polêmica em torno do tema surgiu porque o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), alterado em 2010, passou a proibir a posse de bebidas por torcedores durante competições esportivas, em estádios e ginásios, como forma de prevenção à violência. Antes do Estatuto, já havia leis estaduais e municipais que proibiam expressamente a venda de bebidas alcoólicas em recintos esportivos durante os jogos. No entanto, no acordo firmado com a FIFA, para sediar o Mundial de 2014, o Brasil assumiu o compromisso de liberar a venda de bebidas nos estádios – o que fere a legislação atualmente em vigor.

Em busca de uma solução para o impasse, após longa discussão, a Câmara dos Deputados aprovou o texto do projeto da Lei Geral da Copa, liberando a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios, durante o Mundial de 2014. O projeto foi enviado ao Senado, onde tramita como PLC 10/2012. Caso o texto venha a sofrer nova alteração – e seja aprovado no Senado e outra vez na Câmara com a proibição de bebidas alcoólicas – a Copa de 2014 no Brasil será a primeira na História em que os torcedores não poderão consumir cerveja nos estádios. A assessoria de imprensa da FIFA alega que a venda de cerveja para o público geral foi permitida em todas as Copas do Mundo e que, até o momento, nunca causou problemas. De acordo com a FIFA, a venda de cerveja (ao invés de bebidas alcoólicas mais fortes) ajuda no controle da multidão, desde que servida em recipientes de plástico, por segurança. Além disso, o regulamento da instituição prevê que especificamente em jogos de alto risco a venda de bebidas possa ser proibida.

Senado deve votar meia-entrada nos ingressos: idosos e estudantes têm apoio dos cidadãos

A pesquisa do DataSenado revelou ainda que 92% dos cidadãos defendem o direito dos idosos de pagarem apenas a metade do valor cobrado pelos ingressos para assistir aos jogos da Copa. Por sua vez, a meia entrada para estudantes obteve o apoio de 83% dos entrevistados. Já o incentivo para a população indígena e para os beneficiários do programa Bolsa Família foi mais controverso, contando com a aprovação de percentuais menores de entrevistados (59 e 60%, respectivamente).

O texto da Lei Geral da Copa foi aprovado pela Câmara e agora será analisado pelos senadores. Da forma como está, o texto prevê a criação de uma categoria especial de ingressos para os jogos, a categoria 4, que será vendida a preços mais baratos. Destes ingressos, pelo menos 300 mil na Copa do Mundo e 50 mil na Copa das Confederações deverão ser vendidos em sorteios públicos preferencialmente a estudantes, idosos e beneficiários do Bolsa Família – desde que brasileiros e residentes no país. Em qualquer fase das vendas, seja nos sorteios ou direto nas bilheterias, esses três grupos poderão ter direito de pagar meia entrada nos ingressos da categoria 4. Caso o Senado aprove o texto atual do projeto, os idosos terão direito de pagar meia entrada em todas as categorias de ingresso do evento esportivo.

A FIFA já havia criado uma categoria especial de ingressos na Copa de 2010 na África do Sul, com o objetivo de tornar o evento acessível para os sul-africanos de todos os estratos sociais. No entanto, é a primeira vez que a Federação aceita conceder descontos como estes, pleiteados pelo governo brasileiro.

Feriados nos jogos são bem-vindos para 62% dos entrevistados

A Copa de 2010 na África do Sul também inaugurou a prática de decretar feriados em dias de jogos. Isso geralmente não é necessário no hemisfério norte porque nos países dessa região já é período de férias nos meses de junho e julho, quando costuma ocorrer a competição. Mas nos países localizados no hemisfério sul, como Brasil e África do Sul, o período de férias é nos meses de dezembro e janeiro.

Pensando nisso, o projeto da Lei Geral da Copa propõe que durante o evento, em 2014, a União possa decretar feriado nacional nos dias de jogo da seleção brasileira, e que Estados, Distrito Federal e Municípios possam decretar feriado ou ponto facultativo quando ocorrerem jogos em seus territórios.

Caso os senadores confirmem essa medida, irão ao encontro das expectativas de 62% dos entrevistados pelo DataSenado, os quais gostariam que fosse feriado no Brasil inteiro (41%) ou que fosse feriado nas cidades sede dos jogos (21%).

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre os dias 19 e 28 de março de 2012, tendo entrevistado ao todo 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, em um nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-copa_2014.pdf

Pesquisa Segurança Pública no Brasil	
Período de Aplicação	19 a 28 de março de 2012
Total de Participantes	1.242
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 41 - Pesquisa Segurança Pública no Brasil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil registrou mais de 1 milhão de homicídios. Desde a década de 1980 até o final de 2010, foram mais de 35 mil homicídios por ano — uma média superior à de diversos conflitos armados ao redor do mundo. A guerra civil de Angola, por exemplo, provocou uma média anual de 20 mil mortos. O conflito no Iraque, entre 2004 e 2007, registrou 19 mil mortos por ano. Tanto a taxa de mortalidade de Angola quanto a do Iraque foram bem mais baixas do que as registradas pela violência urbana no Brasil.

A imagem da nossa realidade ficou muito bem retratada na pesquisa Segurança Pública no Brasil, divulgada hoje pelo DataSenado. A violência experimentada no cotidiano da população refletiu diretamente nos resultados da pesquisa: 38% dos entrevistados afirmaram já terem sido vítimas de violência ou crime.

Os números alarmantes fogem dos relatórios oficiais porque há um sub-registro nas ocorrências policiais: entre as pessoas que já foram vítimas de violência, 32% afirmaram não ter feito o boletim de ocorrência em delegacias. Em 38% dos casos, o principal motivo para isso é o fato de acreditarem que a polícia não faria nada a respeito do ocorrido — o que revela a descrença atual nos órgãos policiais. O medo do agressor e a falta de provas motivaram, respectivamente, 13% e 12% dos entrevistados a não procurarem a polícia.

Mais educação e menos armas

Na opinião da população, o enfrentamento da criminalidade deve passar pela redução das desigualdades sociais, melhorando a educação (39%) e reduzindo a pobreza (12%), mas aumentando também a rigidez das penas aplicadas aos criminosos (23%), com investimentos na polícia (12%) e combate à impunidade (11%).

No referendo nacional realizado em 2005, 63,94% dos brasileiros em idade de votar optaram por permitir o comércio de armas de fogo no país. Hoje, quase 7 anos após o referendo, a pesquisa do DataSenado indicou que o quadro mudou e 58% concordam com a proibição do porte de armas para cidadãos comuns.

Brasileiros querem mais rigidez com culpados

A população quer mais rigor no tratamento daqueles que infringem a lei. Como exemplo disso, 87% dos entrevistados concordaram que menores de idade infratores recebam punições iguais às de indivíduos adultos. No Brasil, a maioria penal se dá aos 18 anos e, hoje, menores de idade são submetidos a um regime penal diferenciado.

Alguns benefícios concedidos aos presos pela legislação também foram questionados. Foi o caso dos indultos (os chamados “saidões”), aos quais quase 70% dos entrevistados se opuseram. A possibilidade de cumprimento de pena em regime aberto também foi contestada: 70% dos entrevistados discordam que presos com bom comportamento passem o dia fora da prisão.

A oposição aos benefícios é maior quando o preso em questão foi condenado por ter cometido crime hediondo. Nesses casos, o regime aberto (mesmo condicionado ao bom comportamento) foi rejeitado por 88% da população, e os “saidões”, por 93%.

No que se refere às penalidades aplicadas aos criminosos, 73% querem o aumento da pena de prisão para o homicídio doloso, que atualmente pode variar de 6 a 20 anos. Já quanto aos homicídios culposos (que ocorrem sem a intenção de matar), 30% apoiam o aumento da pena e 55% querem que ela permaneça como hoje, de 1 a 3 anos.

Baixa tolerância para violência no trânsito

A pesquisa do DataSenado mostra ainda que o brasileiro quer mais punição para a violência no trânsito. Entre os entrevistados, 96% defendem que o motorista pego dirigindo bêbado deve ter a carteira suspensa imediatamente. Sobre morte no trânsito, 82% declaram que, se o motorista estiver bêbado ou for pego dirigindo em alta velocidade, é porque teve, sim, intenção de matar.

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre 19 e 28 de março de 2012. Entrevistou 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Seguranca_Publica.pdf

Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Período de Aplicação	1º a 14 de junho de 2012
----------------------	--------------------------

Total de Participantes	1.226
------------------------	-------

Abrangência	Nacional
-------------	----------

Margem de erro 3 pontos percentuais

Nível de confiança 95%

Tabela 42 - Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para discutir o futuro do planeta Terra, representantes de 170 nações estão reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontece até 22 de junho na cidade do Rio de Janeiro. Entre os fóruns de debate está a Cúpula Mundial de Legisladores, que reunirá, pela primeira vez, 300 parlamentares de 190 países, de 15 a 17 de junho. Para auxiliar o trabalho dos parlamentares, o DataSenado aplicou pesquisa de opinião sobre o tema.

O Serviço de Acompanhamento da Opinião Pública do Senado entrevistou por telefone, entre os dias 1 e 14 de junho, 1.200 moradores de 119 municípios, incluindo as capitais de todos os estados brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 3%, e o nível de confiança, 95%. Por meio da sondagem, o brasileiro disse o que pensa sobre a relação entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico do país, a legislação nacional e os hábitos de consumo da população.

Brasileiro defende proteção ambiental

Anfitrião de duas conferências mundiais sobre meio ambiente, o Brasil mostra a importância que atribui à defesa do seu patrimônio natural: 90% dos cidadãos acreditam que preservar a natureza pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Apenas 8% defendem que preservar o meio ambiente atrapalha o crescimento da nação.

Para 72% dos entrevistados, desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente devem estar muito próximos. Já 11% acham que desenvolvimento e meio ambiente não estão nem próximos nem distantes. Outros 16% defendem que os dois devem estar muito distantes. No entanto, 92% não apoiam um crescimento que implique aumento da poluição.

Agenda verde nas eleições e combate ao desmatamento

Candidatos comprometidos com o meio ambiente poderão levar vantagem nas próximas eleições: 49% dos brasileiros ouvidos na pesquisa consideram sempre as propostas ambientais apresentadas pelos candidatos. Outros 17% afirmam levá-las em conta frequentemente. Apenas 5% dizem nunca se preocupar com propostas relativas à área.

Conscientes da importância da preservação dos recursos naturais, brasileiros relacionam o meio ambiente não apenas com a questão de desenvolvimento e sobrevivência do ser humano, mas também com a projeção do Brasil no mundo. Para 92% dos entrevistados, o país deve dar muita importância ao meio ambiente durante as negociações internacionais.

Entre os maiores entraves à sustentabilidade ambiental, são apontados o desmatamento, a poluição da água e a poluição do ar. Para 56% dos entrevistados pelo DataSenado, desmatar é o principal problema para o meio ambiente. Em segundo lugar, está a poluição da água, apontada por 23%, e a poluição do ar, considerada o principal problema por 14% do universo pesquisado.

Legislação mais rígida e cumprimento eficaz das leis ambientais

Os senadores que participarão da Cúpula Mundial de Legisladores na Rio+20 terão o apoio dos brasileiros para exigir melhor cumprimento da legislação ambiental no país. Segundo a pesquisa, o maior problema está na fiscalização do cumprimento das leis que protegem o meio ambiente: 40% dos entrevistados afirmam que raramente as leis aprovadas no Legislativo são cumpridas; e 19% defendem que elas nunca são cumpridas. Já 34% acreditam que apenas às vezes as leis são cumpridas.

Entre as causas para o não cumprimento da legislação ambiental no Brasil, são apontadas a corrupção, a falta de fiscalização e a ausência de educação ambiental. Um terço dos entrevistados considera a corrupção o fator que mais atrapalha. Já 26% consideram a ausência de fiscalização e 24%, a falta de educação ambiental.

Entretanto, os brasileiros avaliam como fundamental para o desenvolvimento sustentável do país a adoção de leis mais rigorosas: 71% dos cidadãos ouvidos pelo DataSenado afirmam que a legislação brasileira é branda demais. Outros 22% a consideram adequada, e apenas 4% a julgam suficientemente rigorosa. Esses dados são importantes para os legisladores que estão discutindo boas práticas legislativas e mecanismos de monitoramento dos compromissos assumidos pelos governos na Rio+20.

Consumo responsável na hora de comprar

O desenvolvimento sustentável não se concretiza sem uma mudança na estrutura de produção e no padrão de consumo das comunidades. Para que seja efetivo, tem que contar com a participação do setor produtivo e da sociedade civil. Por isso, a pesquisa do DataSenado também investigou hábitos dos consumidores brasileiros.

O resultado mostra, novamente, que a preservação da natureza é prioridade na hora da compra: 91% disseram preferir comprar um produto de uma empresa que respeita o meio ambiente, ainda que essa mercadoria seja mais cara. Os consumidores também procuram saber como a empresa se relaciona com o meio ambiente e com os seus trabalhadores em 54% dos casos. A mesma porcentagem (54%) costuma verificar se o produto é reciclado. Os dados devem levar a iniciativa privada a reavaliar suas estratégias de marketing e a analisar suas práticas de gestão para reforçar o compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Economia verde e menos poluição

Um dos temas da Rio+20 é o transporte de baixo carbono em economias emergentes. Considerando o volume de exportações e a importância estratégica do Brasil no fornecimento de biodiesel — um combustível menos poluente —, a pesquisa procurou identificar a disposição dos brasileiros em abastecer seus veículos utilizando álcool, ainda que seu rendimento seja inferior ao da gasolina. Os números são bastante positivos para o meio ambiente. Se tivessem um carro que funcionasse a álcool ou a gasolina, e o preço de ambos fosse o mesmo, 89% dos entrevistados disseram preferir utilizar o álcool, porque polui menos, embora a gasolina renda mais. O dado é interessante, pois revela a disposição dos consumidores para pagar pela manutenção de melhores condições ambientais.

A Rio+20 é uma grande oportunidade para reafirmar o compromisso político dos países com a busca por um modelo sustentável de desenvolvimento. Um modelo que invalida o acúmulo de riqueza como critério único para o desenvolvimento dos povos, buscando, assim, estabelecer uma intensificação dos elos entre preservação do meio ambiente e prosperidade econômica, ancorados no desenvolvimento humano. Só assim será possível construir um futuro comum para todas as nações.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Meio_ambiente_e_desenvolvimento_sustentavel_Rio_20.pdf

Pesquisa Reforma do Código Penal	
Período de Aplicação	10 a 24 de julho de 2012
Total de Participantes	1.232
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 43 - Pesquisa Reforma do Código Penal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O Senado Federal está debatendo o PLS 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. Trata-se da lei que estabelece o que é ou não crime no país, bem como estipula as punições nos casos de desrespeito à legislação. Para subsidiar os senadores com informações sobre a opinião da sociedade e contribuir com essa discussão, o DataSenado (órgão da Secretaria de Transparência - Subsecretaria de Pesquisa e Opinião - DataSenado) realizou uma pesquisa nacional por telefone com 1.232 cidadãos de 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%.

Cidadãos concordam com redução de pena para presos que trabalham, mas defendem aumento do limite de tempo na prisão

O sistema carcerário no país tem ocupado espaço de destaque nas discussões sobre o projeto. A partir disso, a pesquisa investigou a opinião dos cidadãos sobre as possibilidades de progressão de regime e de livramento condicional para os condenados. Os resultados mostram que 70% dos entrevistados concordam com a redução de pena para presos que trabalhem. Na região Sudeste, 64% têm essa opinião, enquanto no Centro-Oeste são 78%.

Já a redução de pena com base no bom comportamento do preso não apresenta consenso, embora seja uma medida apoiada por 55%, contra 41% que disseram não concordar com esse benefício. Entretanto, quando o bom comportamento enseja a possibilidade de passar o dia fora da

prisão, a aprovação cai para 29%, com a maioria das pessoas (68%) discordando da concessão de regime semiaberto a presos que apresentarem bom comportamento.

Três em cada quatro entrevistados (76%) concordam com a necessidade de se aumentar o tempo em que os condenados devam ficar presos para aumentar a segurança da sociedade. Hoje, a lei estabelece um prazo máximo de 30 anos para que um condenado permaneça na prisão, considerado adequado para 17% dos entrevistados. Todavia, 50% dos entrevistados apoiam o aumento da pena máxima, sendo que destes, 36% defenderam o aumento do limite para 50 anos.

Maioridade penal deve diminuir, afirmam 89% dos pesquisados

Outro tema investigado foi o da penalização de jovens e adolescentes que cometerem crimes. Para quase 90% do público entrevistado, a maioridade penal no Brasil deve ser reduzida: 35% indicaram a idade de 16 anos para que uma pessoa possa ter a mesma condenação de um adulto, 18% apontaram 14 anos e 16% responderam 12 anos. Houve ainda 20% que disseram “qualquer idade”, defendendo que qualquer pessoa, independente da sua idade, deve ser julgada e, se for o caso, condenada como um adulto.

População é contra liberação do uso de drogas

Para 89% dos brasileiros entrevistados, a lei deve proibir que uma pessoa possa produzir e guardar drogas para consumo próprio. A legalização da produção e do porte de drogas para uso pessoal é dos assuntos que têm gerado muita controvérsia na discussão de reforma do Código Penal. Dos 9% que defenderam essa proposta, 72% disseram concordar com a legalização do uso apenas de maconha, o que corresponde a 6% do total de entrevistados; outros 22% (sendo menos de 2% do total) defenderam a liberação do uso e do porte para outros tipos de droga também.

A região Sul foi a que apresentou maior apoio à proposta de legalização das drogas, ainda assim, apenas 13% manifestaram-se neste sentido. Se observarmos a divisão por idades, mesmo entre os mais jovens, segmento no qual o apoio à liberação da produção e do uso de drogas foi maior, os participantes que defenderam a legalização foram de 18% (para pessoas de 16 a 19 anos) e de 13% (de 20 a 29 anos).

Sociedade é restritiva em relação ao aborto

Atualmente, a legislação brasileira permite a realização de aborto em casos de estupro ou quando a continuidade da gravidez trazer risco de morte à mulher. O Supremo Tribunal Federal também autorizou a interrupção da gravidez quando for comprovada a ocorrência de anencefalia – doença caracterizada pela má formação total ou parcial do cérebro do feto. O Código Penal deve estabelecer os casos nos quais o aborto pode ser realizado com amparo legal.

Segundo 82% dos entrevistados na pesquisa do DataSenado, a lei não deve permitir que uma mulher realize o aborto quando ela não quiser ter o filho. Por outro lado, diante de circunstâncias específicas, a maior parte das pessoas concorda com a legalização do procedimento. Quando a gravidez for causada por estupro, 78% apoiam a realização do aborto, se for vontade da gestante. Do mesmo modo, quando a gravidez trazer risco de morte à mulher, 74% manifestaram-se de acordo com a interrupção da gravidez. O aborto também poderia ser realizado dentro da lei, conforme os resultados, nos casos em que os médicos confirmarem que o bebê tem uma doença grave (como a anencefalia) e pode morrer logo depois do nascimento (67%) ou quando a gravidez traz risco à saúde da mulher (62%).

É interessante ressaltar que, via de regra, os homens mostraram-se mais favoráveis à realização do aborto. Por exemplo, nas situações em que há risco à saúde da mulher, 66% dos homens apoiam o procedimento, enquanto 58% das mulheres têm essa opinião. Por sua vez, quando a gravidez traz risco de morte à mulher, 69% delas concordam com o aborto, número que sobe para 79% entre o público masculino.

Ortotanásia divide opiniões

Outra questão da pesquisa procurou identificar a opinião das pessoas sobre o uso de aparelhos e de medicamentos para manter um doente vivo, ainda que ele esteja em estado terminal ou em coma. Essa matéria também pode ser regulamentada com a reforma do Código Penal. E os resultados da sondagem reforçam a frequente divergência de opiniões verificada nos debates: enquanto 49% defenderam o poder de escolha do paciente, 48% afirmaram que a lei não deve permitir que um doente pare o tratamento, mesmo que sua doença não tenha cura e ele precise da ajuda de aparelhos para continuar vivendo. Note-se que na região Norte, 41% concordam com a medida, enquanto na região Sul, o percentual é 61%. Pode-se verificar ainda que o apoio à interrupção do tratamento aumenta à medida em que cresce a renda do entrevistado.

A divisão de opiniões se mantém quando o doente estiver em coma: 51% responderam que alguém da família poderia escolher desligar os aparelhos; do outro lado, 46% acham que os médicos devem manter o tratamento mesmo contra a vontade da família. Embora a diferença entre as respostas, em caso de coma, seja maior, os números se mantêm dentro da margem de erro estipulada.

Discriminação deve ser crime

A pesquisa também perguntou sobre a necessidade de se criminalizar atitudes e comportamentos fundados no preconceito e na discriminação contra as pessoas. Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados (85%) acha que tratar mal ou ofender uma pessoa porque ela é estrangeira ou vem de outra região do Brasil deve ser considerado crime pelo Código Penal. Na região Sul, 75% acham que essa atitude deve ser crime, número que chega aproximadamente 87% tanto no Norte quanto no Nordeste. Nesse mesmo sentido, 77% disseram concordar com a punição daqueles que destratarem homossexuais por conta da sua opção sexual.

Quanto à inimizabilidade prevista para indígenas, 78% afirmaram ser contrários à impossibilidade de condenação de indígenas quando eles tiverem cometido um crime agindo segundo seus costumes e crenças. Outros 20% concordam com essa prerrogativa, que recebe menos apoio no Norte, onde apenas 13% dos participantes disseram concordar.

Lei deve regulamentar comportamentos

Temas como atividade de cambista, crimes virtuais e abandono de animais também foram questionados durante o levantamento.

Para 70% dos entrevistados, quem vender ingressos de um jogo esportivo ou de um evento cultural mais caro do que o preço normal do bilhete, popularmente chamado de cambista, deve ser punido. A população também acha que o ambiente virtual não deve ficar fora do escrutínio do legislador. Há ampla concordância com a criminalização de práticas realizadas por meio de computadores que podem prejudicar outras pessoas: 94% manifestaram-se de acordo com a punição de quem acessar as informações sigilosas de um site ou página na internet sem autorização. Do mesmo modo, 89% disseram existir crime quando alguém utiliza um computador para obter informações confidenciais de outra pessoa.

O pagamento de direito autoral, mesmo sem objetivo de lucro, divide opiniões. Enquanto 52% acham que uma cópia de um livro, DVD ou CD de música somente para uso pessoal deveria ser permitida, 46% entendem que é preciso pagar ao autor pelo uso de sua obra, independente da finalidade comercial ou não da reprodução. Já para os mais jovens, a opinião majoritária é de que não seria necessário pagar direito autoral: 67% para quem tem de 16 a 19 anos, e 63% de 20 até 29.

Por fim, o abandono de animais deve ser ilegal, na opinião de 85% dos entrevistados, que enxergam nesse comportamento um crime cuja punição deve constar no novo Código Penal Brasileiro.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_do_Codigo_Penal.pdf

Pesquisa Violência contra a juventude negra no Brasil

Período de Aplicação

1º a 10 de outubro de 2012

Total de Participantes	1.234
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 44 - Pesquisa Violência contra a juventude negra no Brasil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil é de pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros. As respostas governamentais e não-governamentais ao processo de agravamento deste fenômeno em muito se beneficiaram de estudos e diagnósticos elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. No entanto, pouco ainda se sabe sobre as percepções da sociedade acerca de tão importante tema.

Por isso, o DataSenado realizou a inédita pesquisa de opinião pública *Violência contra a juventude negra no Brasil*. Ela é parte do Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), no âmbito da campanha *Igualdade Racial é Pra Valer*.

Resumo Executivo

Dentre os resultados da pesquisa, cabe destacar que a maioria considera que as mulheres sofrem mais com a violência (67,1%) e que os negros são as principais vítimas (66,9%). Pouco mais de um terço (35,8%) acredita que a violência atinge mais os jovens na faixa de 19 a 29 anos. Perguntados sobre as causas, 63,0% atribuíram a violência contra a juventude a aspectos sociais, enquanto 34,8% disseram ser fatores comumente associados ao comportamento juvenil de risco. Quando inquiridos especificamente sobre a principal causa de morte entre os jovens, a maioria indicou o uso de drogas (56,2%), os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

A maior parte dos entrevistados (62,3%) disse que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade e 31,4% concordaram que jovens negros são mortos em maior quantidade que os brancos. Para 26,3% dos respondentes, a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

A noção de que no Brasil a violência mata mais pobres do que ricos é compartilhada por 90,4% dos respondentes. Também é alta a concordância (80,9%) com a afirmativa de que os jovens brasileiros são vítimas da violência independentemente da cor ou raça.

Entretanto, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros” 56,6% dos entrevistados se manifestaram favoravelmente. Percentual semelhante (55,8%) foi registrado para os que concordaram com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”. Para 55,1% dos respondentes, é correto afirmar que “a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo”.

Em relação à experiência pessoal dos entrevistados, o percentual dos que já se sentiram discriminados ou ofendidos por causa da sua cor ou raça em diferentes situações variou entre 10,9% («por profissionais de saúde») e 16,9% («por programas de televisão ou outro meio de comunicação»).

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram suficiente a garantia do cumprimento das leis existentes. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Algumas pistas para a análise

É importante notar que as variações na frequência das respostas aparentam ser bastante influenciadas pela cor ou raça declarada da pessoa entrevistada. A percepção dos efeitos diferenciados da violência e da discriminação sobre distintos grupos raciais é mais evidente entre os que se identificaram como negros e pardos.

Do mesmo modo, observaram-se variações na opinião dos entrevistados segundo a região onde residem. Exemplo disso são as respostas sobre a cor ou raça das principais vítimas da violência. Os negros foram apontados nesta condição por 75,5% dos entrevistados da região Nordeste, 70,8% do Norte, 65,0% do Sudeste, 59,0% do Sul e 57,4% do Centro-Oeste.

A pesquisa permite identificar discrepâncias entre as opiniões captadas e as estatísticas oficiais. A maioria das pessoas concordou com a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”, mas, em 2009, por exemplo, os homicídios foram a causa de morte de 6.685 jovens brancos e de 18.595 jovens negros na faixa de 15 a 29 anos.

Apenas 2,4% dos entrevistados atribuíram a violência contra os jovens à discriminação racial. Contudo, quando o enfoque é dado ao jovem negro, 55,1% concordaram que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Outros aspectos levantados na pesquisa também ilustram um aparente processo de mudança de percepção sobre as relações raciais no Brasil. Primeiro, a admissão da experiência pessoal com a discriminação racial em diferentes situações, que variou entre 10,9% a 16,9%. Segundo, a constatação de que um pouco mais da metade dos entrevistados já considera que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa. Por fim, o entendimento, também por mais da metade dos entrevistados, de que a sociedade se choca menos com a morte violenta de um jovem negro do que com a de um jovem branco.

A pesquisa evidenciou a importância atribuída à educação e à legislação no enfrentamento ao racismo. Talvez este seja um reflexo dos esforços desenvolvidos nos últimos anos para a implementação da Lei Nº. 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede escolar.

Metodologia de pesquisa

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional sobre violência contra a juventude em 123 municípios do país, incluindo todas as capitais, no período de 1º a 11 de outubro de 2012. A pesquisa, realizada com um total de 1.234 entrevistas, conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. A população considerada foi a de pessoas com 16 anos ou mais residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo.

Na análise dos dados, o contingente negro corresponde às pessoas que se autodeclararam negras e pardas, seguindo procedimento consagrado na literatura sobre relações raciais no Brasil.

Para a maioria, negros são as principais vítimas de violência e mulheres são as mais vulneráveis

A maioria dos entrevistados (66,9%) afirmou serem os negros as principais vítimas de violência, enquanto 14,8% disseram serem os brancos, 3,1% os indígenas e 1,1% os asiáticos.

Esta opinião parece ser influenciada pela composição racial da população da região de residência dos entrevistados. O Nordeste, onde os negros predominam, teve o percentual mais alto dos que afirmaram que os negros são as principais vítimas da violência (75,5%). Analisando-se as

respostas segundo a cor ou raça do respondente, 73,1% dos negros disseram que os próprios negros eram as principais vítimas, ao passo que 60,2% dos brancos deram essa resposta.

Do mesmo modo que a percepção dos negros como principais vítimas da violência é mais acentuada neste mesmo grupo racial, também as mulheres veem de forma mais aguda sua própria vulnerabilidade.

Perguntados sobre quem sofre mais com a violência, 67,1% dos entrevistados responderam que são pessoas do sexo feminino, sendo que se verifica uma diferença na opinião entre respondentes homens (63,5%) e mulheres (70,6%).

O exame das respostas segundo a renda revela que 71,2% dos que se declararam 'sem renda' consideram o sexo feminino como mais vulnerável, contra 58,2% dos que têm renda superior a 10 salários mínimos.

No quesito idade, entrevistados reconhecem jovens como principais vítimas da violência

Pouco mais de um terço dos entrevistados (35,8%) opinou que as principais vítimas da violência no Brasil são os jovens de 19 até 29 anos. Os adolescentes, na faixa dos 13 aos 18 anos, foram assim considerados por 26,8% dos respondentes, e as crianças de até 12 anos por 22,9%. Os idosos, com 60 anos ou mais, são as principais vítimas na opinião de 9,2% dos entrevistados, sendo que apenas 3,1% apontaram os adultos de 30 a 59 anos.

População atribui a violência contra os jovens a causas sociais

Inquiridos sobre quais fatores acreditam ser responsáveis pela violência contra a juventude, os entrevistados concentraram-se em dois grupos de respostas. O primeiro tem a ver com fatores que seriam ligados ao comportamento juvenil – drogas (30,3%) e brigas entre jovens (4,5%). O segundo grupo, mais vinculado a aspectos sociais, soma 63,0% das respostas, assim distribuídas: impunidade para quem comete crime (28,6%), educação ruim nas escolas (18,6%), policiais mal preparados (8,1%), desemprego (5,3%) e discriminação racial (2,4%).

É relevante notar que, embora reconhecendo que os motivos da violência têm um caráter social mais amplo, quando perguntados especificamente sobre a principal causa de morte de jovens, a maioria atribuiu a situações associadas ao uso de drogas (56,2%). Em percentuais menores foram citados os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

Parcela majoritária acha que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade

A pesquisa apresentou três diferentes frases e quis saber qual delas, quando se pensa nas mortes causadas por violência, melhor expressava a opinião do entrevistado. A maioria (62,3%) indicou a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”. Tal resposta foi escolhida por 63,0% dos brancos e por 61,0% dos negros. Em termos regionais, esta afirmação foi mais frequente nas regiões Sul e Sudeste (cerca de 65,0%) do que no Norte e Nordeste, respectivamente 55,7% e 60,3%.

Novamente aparece como de interesse o fato de que, em contraste com a opinião registrada nesta pesquisa, a taxa de vitimização tem sido sempre mais alta para os jovens negros. Entre 2000 e 2009, o número de homicídios neste grupo cresceu mais de 35%. Na direção contrária, os homicídios de jovens brancos diminuíram mais de 20%.

Por sua vez, a afirmação “jovens negros são mortos em maior quantidade do que jovens brancos” foi escolhida por 31,4% de respondentes. Desagregando-se as respostas segundo a raça ou cor dos entrevistados, tem-se que os negros concordaram com a afirmação (34,1%) em proporção maior do que os brancos (29,3%). Também neste caso há diferenças regionais, sendo mais alta a concordância entre os residentes do Norte e do Nordeste: 36,8% e 36,2%, respectivamente. Apenas 5,3% defenderam a frase “jovens brancos são mortos em maior quantidade do que jovens negros”.

Para alguns, no entanto, cor ou raça têm influência no número de jovens mortos

Para as pessoas que acreditam haver diferença no número de mortes entre jovens brancos e negros, a pesquisa fez duas perguntas adicionais. Em primeiro lugar, foi questionado se a diferença no número de mortes entre os dois grupos raciais sofria influência da cor da pele (afirmação que obteve 71,4% de concordância – representando 26,3% do total da amostra). Em segundo lugar, questionou-se quão grande era essa influência (identificou-se que, das pessoas que atribuíram a diferença do número de mortes à cor da pele, 72,8% consideraram que o segundo fator influencia «muito» o primeiro).

A morte de jovens negros se dá principalmente por homicídio, de acordo com respondentes

Um conjunto de afirmações sobre violência e morte de jovens foi apresentado para que os entrevistados dissessem se concordavam ou não.

A noção de que “no Brasil, a violência mata mais pobres do que ricos” foi compartilhada por 90,4% dos participantes. Por outro lado, 80,9% das pessoas concordaram que “jovens brasileiros são vítimas de violência independentemente da sua cor ou raça”.

Quando a afirmação destaca a cor das vítimas e situações específicas de violência letal, o entrevistado se manifesta no sentido de que a cor influencia na situação de um indivíduo. Assim, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros”, 56,6% dos entrevistados

manifestaram concordância, enquanto 55,8% concordaram que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”.

Para 55,1% dos respondentes é correto afirmar que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Além disso, 56,7% discordaram da afirmação de que “jovens brancos e negros, de famílias com renda parecida, têm as mesmas oportunidades”.

Metade considera que ser negro ou branco afeta a vida de uma pessoa

Do total de entrevistados, 51,8% afirmaram que, no Brasil, ser negro ou ser branco afeta a vida de uma pessoa. Também aqui a frequência desta resposta foi diferenciada para brancos (47,9%) e negros (54,8%).

Para os que compartilham dessa opinião, 67,1% consideraram que ser branco ou negro «afeta muito» a vida de uma pessoa. Neste caso, também é importante destacar a variação da resposta segundo a cor ou raça declarada pelo respondente: indígenas (90,0%)¹, negros (71,5%), brancos (62,3%) e amarelos (57,1%).

A pesquisa também procurou saber a experiência dos entrevistados com a discriminação por cor ou raça. Ainda que um pouco mais da metade dos entrevistados tenha considerado que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa, o percentual dos que já se sentiram ofendidos ou discriminados em diferentes situações variou entre 10,9% e 16,9%.

A análise de cada grupo étnico-racial revela que, em todas as situações, os brancos responderam ter se sentido discriminados em percentuais mais baixos do que para o conjunto dos entrevistados. Entre os brancos, a frequência relativa mais alta (11,8%) foi registrada na discriminação ou ofensa «por programas de televisão ou outro meio de comunicação», seguida de «por pessoas conhecidas ou familiares» (10,2%), e «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (9,3%). Os negros, por sua vez, tiveram percentuais superiores aos verificados para o conjunto de entrevistados, sendo mais elevados os registros de discriminação ou ofensa «por colegas, professores ou funcionários da escola» (22,2%); «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (22,2%); e «por programas de televisão ou outro meio de comunicação» (21,5%).

Analisadas as respostas por região, nota-se diferença nas situações reportadas com maior frequência pelos entrevistados. As ofensas ou discriminações no ambiente escolar predominaram entre os respondentes do Nordeste (16,6%); as praticadas por profissionais de saúde apareceram mais entre os entrevistados da região Norte (13,2%). O Sudeste teve os registros mais altos nas discriminações ligadas aos meios de comunicação (18,2%); dos residentes no Sul, 15,7% apontaram os policiais como principais agentes da discriminação sofrida. Já o Centro-Oeste teve registros mais destacados (17,8%) nas discriminações ou ofensas por conhecidos ou familiares.

Racismo se combate com educação

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram, como principal ação, a garantia do cumprimento das leis. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_juventude_negra.pdf

Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres	
Período de Aplicação	18 de fevereiro a 4 de março de 2013
Total de Participantes	1.248
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,0 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 45 - Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Durante a sessão solene que marcou a celebração dos sete anos da Lei Maria da Penha e a entrega do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a Violência contra a Mulher à presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros,

destacou alguns dados importantes divulgados em pesquisa realizada pelo DataSenado no mês de março de 2013, a quinta de uma série histórica que começou em 2005 e que vem retratando os avanços e dificuldades vividas pelas brasileiras no combate à violência doméstica e familiar.

“A série histórica das pesquisas do DataSenado é instrumento de controle social e modelo de acompanhamento na aplicação das leis aqui aprovadas”, diz o presidente Renan Calheiros. “Os índices de cada pesquisa do DataSenado retratam como a sociedade reage à lei e também como – e em que espaço de tempo – as leis podem mudar para melhor atitudes e comportamentos”, reforça o presidente.

A pesquisa do DataSenado revela também que, apesar das mudanças, há um longo caminho a seguir no combate à violência contra as mulheres. É possível estimar que 700 mil brasileiras continuam sofrendo agressões, principalmente de seus companheiros, e que 13,5 milhões de nossas mulheres – 19% da população feminina acima de 16 anos – já foram vítimas de algum tipo de agressão.

Em todo o país, as mulheres de menor nível educacional ainda são as mais agredidas – 71% dessas relatam aumento de violência em seu cotidiano. E 31% das vitimas ainda convivem com o agressor. A violência física predomina, mas cresce o reconhecimento das agressões morais e psicológicas.

A pesquisa do DataSenado expõe também contradições resultantes do processo natural de aplicação da Lei Maria da Penha. Por exemplo, apesar do majoritário reconhecimento de proteção advindo da Lei, 63% das entrevistadas avaliam que a violência contra as mulheres tem aumentado. Também a maioria considera que o fato de as queixas de agressão só poderem ser retiradas diante do juiz prejudica a Lei Maria da Penha.

O medo, registra o DataSenado, ainda é o maior inibidor das denúncias de agressões. A dependência financeira vem em segundo lugar, curiosamente registrada entre mulheres de melhor condição financeira.

Em um ranking de 84 países, o Brasil é o sétimo no triste registro do assassinato de mulheres. Na América do Sul, só perde para a Colômbia e, na Europa, para a Rússia. Os números brasileiros desses assassinatos ainda são maiores do que os de todos os países árabes e todos os africanos. (Indicativos do Mapa da Violência 2012, publicação do sociólogo Júlio Jacobo).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado	
Período de Aplicação	16 a 30 de abril de 2013
Total de Participantes	1.222
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 46 - Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado, serviço do Senado Federal responsável pelo monitoramento da opinião pública, realizou pesquisa com 1.222 entrevistas, entre os dias 16 e 30 de abril, para conhecer a opinião dos brasileiros sobre a emenda constitucional 72, de 2013, conhecida como PEC das domésticas, e a aceitação popular das medidas adotadas pelo Senado para gerar economia de gastos e fortalecer a transparência. A pesquisa tem abrangência nacional, e margem de erro de 3 (três) pontos percentuais, para mais ou para menos.

Novos direitos das domésticas são bem recebidos e contam com 81% de aprovação

A pesquisa revelou que mais de 95% da população brasileira sabe da promulgação da PEC das Domésticas. Dentre esses, 8 em cada 10 aprovam a medida que beneficiou mais de 7 milhões de trabalhadores, estendendo os direitos dos trabalhadores formais àqueles que exercem sua profissão nos lares. Os resultados demonstram que o assunto, de grande impacto social, despertou o interesse dos brasileiros e foi largamente difundido. Apesar da aprovação majoritária sobre os novos direitos dos trabalhadores domésticos, ainda há dúvidas, por exemplo, quanto ao seguro contra acidentes de trabalho (63%) e ao pagamento de horas extras (59%), direitos agora garantidos.

Medidas de economia e transparência do Senado chegam a 90% de aprovação

A pesquisa investigou também a opinião nacional sobre medidas adotadas pela nova Mesa Diretora do Senado para gerar economia na Instituição e fortalecer a transparência. A média de aprovação, pela população, das medidas administrativas abordadas pela equipe de pesquisadores foi de 81%. Dentre os temas pesquisados, estão: a redução de gastos com contratos de terceirização, o corte de cargos de chefia, a criação do Conselho de Transparência com participação de membros da sociedade civil, e a transferência de médicos do Senado para atender a população em hospitais públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-PEC_das_domesticas_e_medidas_administrativas_e_de_economia_do_Senado.pdf

Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação	
Período de Aplicação	16 a 30 de abril de 2013
Total de Participantes	1.222
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 47 - Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação (LAI), o DataSenado realizou pesquisa nacional sobre transparência e acesso a informações públicas e verificou que 47,7% dos brasileiros afirmam já ter ouvido falar da nova Lei. Foram entrevistadas 1.222 pessoas, em todas

as regiões do país, no período de 16 a 30 de abril de 2013. A pesquisa conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3 (três) pontos percentuais.

Para a população, transparência facilita a fiscalização

A LAI, ou Lei 12.527, de 2011, entrou em vigor 180 dias após sua promulgação e estabeleceu que qualquer cidadão tem o direito de requerer informações de interesse público, não protegidas por sigilo, a órgãos governamentais, e o direito de receber a resposta em até 30 dias corridos. Em pergunta feita apenas aos que disseram já ter ouvido falar da Lei, 81,5% concordam que a divulgação de informações sobre como e onde são investidos os recursos públicos ajuda a população a fiscalizar os atos dos governantes. Essa percepção é majoritária em todos os estratos da população.

Transparência na saúde, educação e segurança pública são prioridades

A pesquisa revelou que quase dois terços (63,6%) das pessoas que tiveram necessidade ou interesse de buscar informações públicas apontaram os gastos com saúde, educação e segurança como os assuntos mais importantes a serem divulgados pelos órgãos públicos. Apenas um quinto (20,6%) disse que é mais importante a divulgação dos gastos internos dessas entidades. As demais respostas se dividiram entre o valor dos salários dos funcionários públicos (9,4%), os gastos com estradas e ruas (2,8%) e os gastos com coleta de lixo e transporte coletivo (1,5%).

Nos últimos 12 meses, quase um terço das pessoas (32,2%) afirmaram ter entrado em contato com algum órgão público ou entraram na página do órgão na internet para obter informações. A busca por informações públicas mostrou-se maior na parcela da população que tem renda individual bruta superior a 5 salários-mínimos.

Para aqueles que haviam procurado informações, desde o início da vigência da LAI, foi pedido que avaliassem a dificuldade enfrentada para obter o que desejavam. Para a maioria (52,7%), a tarefa foi fácil. Contudo, expressiva parcela (30,8%) avaliou como difícil a busca pelas informações e 13,2% não obtiveram a informação que procuravam.

Quanto à confiança nas informações divulgadas, a pesquisa demonstra que 55,6% da população confia, integral ou parcialmente, nos dados sobre gastos de órgãos públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Transparencia_e_Lei_de_Acesso_a_Informacao.pdf

Pesquisa Lei de Drogas	
Período de Aplicação	4 a 25 de junho de 2013
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 48 - Pesquisa Lei de Drogas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado revelou que 80,4% da população acreditam que dependentes de drogas devem ser obrigados a passar por tratamento especializado. Somente 18,3% dos respondentes se disseram contrários à internação compulsória. Para 27,5%, a influência de amigos é o principal motivo que leva uma pessoa a utilizar drogas. Outros 26,9% afirmam que a falta de apoio familiar é o maior responsável pelo mau passo, enquanto 22,8% creem tratar-se basicamente de uma escolha pessoal.

Na opinião de 75,8% dos entrevistados, o traficante condenado que portava pequena quantidade de entorpecente não deve ter uma punição mais branda que os demais. Além disso, 78,3% concordaram que a pena máxima a que o usuário de drogas pode ser condenado deve passar de cinco para 12 meses de serviço comunitário. E, no caso de usuários reincidentes, essa pena deve ser ampliada de 10 para 24 meses na opinião de 82,8% dos participantes.

Os dados foram coletados através de entrevistas telefônicas, entre os dias 4 e 25 de junho, com uma amostragem aleatória de 1.226 pessoas, distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro admitida é de três pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de

confiança é de 95%, o que significa que, se forem realizadas 100 pesquisas usando a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Lei-de-Drogas_Julho-de-2013.pdf

Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares	
Período de Aplicação	2 a 25 de julho de 2013
Total de Participantes	9.064
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 49 - Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Primeira pesquisa feita por internet pelo DataSenado, com parceria do PRODASEN, mostra aprovação da maioria dos internautas entrevistados às votações da pauta prioritária do Senado, incluindo o projeto que transforma corrupção e homicídio em crimes hediondos, passe livre para estudantes e a ficha limpa para cargos públicos. A maioria dos projetos votados pelos parlamentares em julho teve aprovação de mais de 60% dos entrevistados.

A pesquisa nacional foi aplicada durante o mês de julho, investigando assuntos debatidos no Parlamento e reivindicações apresentadas nas manifestações de rua. A sondagem foi feita por internet, com retorno de 9.064 questionários respondidos. Essas peculiaridades da pesquisa, no

entanto, fazem com que o universo pesquisado não seja representativo da população brasileira, mas registro significativo do sentimento do grupo de usuários de internet e redes sociais.

Mesmo com medidas anunciadas pela Presidência da República e pelo Congresso, 42,8% dos respondentes acham que as manifestações vão aumentar; 33,7% acham permanecerão iguais e 17,1% acreditam que diminuirão.

Dos nove mil internautas que responderam à pesquisa, 70,6% são homens, 82,6% são usuários de redes sociais, 59,1% têm ensino superior ou pós-graduação e 49,5% moram na região sudeste do país.

A pesquisa do DataSenado mostra grande expectativa com o resultado das pressões das ruas – 61,3% acreditam que o país deve mudar para melhor. Mais de 1/3 dos que responderam ao questionário enviado pelo DataSenado (39,1%) afirmaram ter participado das manifestações - 74,8% dos quais manifestam disposição de voltar às ruas caso não aconteçam as mudanças desejadas.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_as_manifestacoes_populares_v2.pdf

Pesquisa Reforma Política	
Período de Aplicação	29 de julho a 22 de agosto de 2013
Total de Participantes	1.229
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 50 - Pesquisa Reforma Política

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O DataSenado realizou nas últimas semanas uma pesquisa para avaliar a opinião dos brasileiros a respeito de temas que compõem a chamada reforma política. Os resultados revelam que 84,1% dos brasileiros acreditam que mudanças na legislação sobre política, eleições e candidatos trazem vantagens para o país. Esse índice confirma tendência identificada em [pesquisa de 2011](#), quando a reforma política era defendida por 78,7% da população.

Os entrevistados foram instados a responder também sobre o sistema eleitoral: 58,6% aprovam o voto distrital; 77,9% optaram por votar no próprio candidato e não em listas fechadas, e 63,7% preferem o sistema majoritário para a eleição de deputados e vereadores. Quanto ao modelo de financiamento de campanhas, 48,6% disseram que as campanhas eleitorais deveriam receber apenas dinheiro privado.

Duas questões dividem a opinião dos brasileiros: as coligações partidárias e a unificação das eleições nacionais, estaduais e municipais. Metade dos respondentes se mostrou favorável a esses pontos, enquanto a outra metade, contrária.

A respeito da obrigatoriedade do voto, 68,8% afirmaram que o voto não deve ser obrigatório. Apesar disso, a maioria (78,9%) declarou que, mesmo em um cenário com voto facultativo, votaria nas próximas eleições.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas telefônicas entre os dias 29 de julho e 22 de agosto de 2013, com uma amostragem aleatória de 1.229 pessoas distribuídas em todas as unidades da federação. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_politica-2013n.pdf

Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana

Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
----------------------	-----------------------------

Total de Participantes	811
------------------------	-----

Abrangência	Nacional
-------------	----------

Margem de erro 3,5 pontos percentuais

Nível de confiança 95%

Tabela 51 - Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A maioria dos brasileiros - 88,2% - teve conhecimento das denúncias sobre espionagem dos americanos feita contra autoridades brasileiras, inclusive a presidente da República, e defende apuração profunda dos fatos por considerar que o Brasil foi desrespeitado.

Os altos índices de conhecimento e indignação alcançam todas as classes sociais - 100% entre os que ganham mais de cinco salários mínimos tiveram conhecimento do fato e 81,9% entre os que declararam não possuir renda.

A convicção de que o Brasil foi desrespeitado é majoritária em todos os segmentos, alcançando 87,8% do total de entrevistados. O aprofundamento das investigações também é defendido por 85,2%, chegando a 89,3% no Nordeste.

Os números são de pesquisa telefônica do DataSenado, feita com 881 pessoas em todo o Brasil, entre os dias 18 e 30 de setembro. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Denuncias_de_espionagem.pdf

Pesquisa 25 anos da Constituição

Período de Aplicação 18 a 30 de setembro de 2013

Total de Participantes 811

Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 52 - Pesquisa 25 anos da Constituição

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No ano em que a Constituição Federal de 1988 completa 25 anos, o DataSenado realizou pesquisa nacional para verificar o que pensam os brasileiros sobre a Carta Magna e sobre sua aplicação. Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro de 2013, com uma amostragem aleatória de 811 pessoas distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

Os entrevistados foram perguntados sobre qual norma introduzida ou ampliada pela Constituição consideravam a mais importante. Mais de um terço (34,3%) escolheu saúde como direito de todos. Em seguida, veio educação como direito de todos (27,8%) e liberdade de expressão (13,1%).

Os resultados da pesquisa demonstraram também que direitos, deveres e normas constitucionais precisam de mais divulgação entre os brasileiros. Isso porque pouco mais da metade dos entrevistados (50,8%) avalia ter conhecimento médio da Constituição, outros 35,1% afirmam ter baixo conhecimento, enquanto 7,8% julgam não ter conhecimento algum. Apenas 5,3% dos participantes declararam possuir elevado nível de conhecimento sobre o texto constitucional.

A pesquisa avaliou ainda se a população considera que o Brasil melhorou ou piorou após a promulgação e se acha que a Constituição é respeitada. Entre os entrevistados que declararam ter algum conhecimento da Constituição, 46,2% acham que o Brasil melhorou por causa dela. Apesar desta avaliação positiva, ampla maioria (84,1%) acredita que a Constituição não é plenamente respeitada no país.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-25_anos_CF.pdf

Pesquisa Federalização da Educação Básica	
Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
Total de Participantes	811
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 53 - Pesquisa Federalização da Educação Básica

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado mostra crescimento da insatisfação dos brasileiros com a gestão da educação, com os salários e com o processo de seleção dos professores. Cerca de 80,0% dos entrevistados concorda que a responsabilidade sobre a educação básica seja exclusiva do governo federal. Atualmente ela é compartilhada entre União, Estados e Municípios.

Também a maioria dos pesquisados – 65,2% – aprova a priorização de recursos para o ensino fundamental, enquanto a unificação dos salários e do processo seletivo dos professores é desejo de 83,0% e 87,9% dos entrevistados. Baixos salários e falta de qualificação dos professores são os principais problemas enfrentados pelo sistema de ensino para crianças em nosso país, segundo 31,7% e 20,8% dos entrevistados, respectivamente.

A pesquisa – solicitada pela Comissão de Educação do Senado Federal – evidencia ainda significativo crescimento entre os que avaliam negativamente a educação pública no Brasil. Em 2011, 37,0% escolheram as opções ruim ou péssima. Hoje são 53,8%. O índice dos que optaram por regular passou de 44,0%, dois anos atrás, para 36,6% agora. Já a classificação ótima ou boa alcançava 18,0% e atualmente fica na casa dos 9,0%.

Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro, com 811 pessoas em todo o Brasil. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/pdf/datasenado/DataSenado_Relatorio_da_pesquisa_sobre_federalizacao_de_educacao_v3.pdf

Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil	
Período de Aplicação	28 de outubro a 25 de novembro de 2013
Total de Participantes	1.007
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 54 - Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Na semana dedicada às pessoas com deficiência, pesquisa do DataSenado registrou as mudanças positivas e as dificuldades que persistem na vida de pessoas com deficiência física, visual e auditiva no Brasil. Foram entrevistadas 1.007 pessoas em todo o país, considerada a ponderação estatística.

Para 53,4% dos respondentes, a legislação existente torna mais fácil a contratação da pessoa com deficiência, sendo que 79,4% dos que trabalham na iniciativa privada acham que o seu empregador cumpre a Lei 8.213/1991, a qual estabelece o preenchimento de vagas para pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 empregados.

Foi registrado um crescimento de 11,5 pontos percentuais na quantidade de pessoas empregadas desse segmento da população. Em 2010, eram 55% e, agora, são 66,5% as pessoas com deficiência que exercem atividade remunerada; 48,9% delas nunca se sentiram discriminadas no ambiente de trabalho.

A garantia de espaço no mercado de trabalho caminha junto com o aperfeiçoamento e a especialização: 73,8% dos respondentes já fizeram algum curso de formação para aumentar a chance de emprego, e 93,3% têm ensino médio ou superior. A integração, inclusive, é desejo majoritário dos brasileiros com deficiência – 71,0% afirmam que, se pudessem escolher onde estudar, optariam por uma classe comum em escola regular.

Para 73,5% dos pesquisados, a internet é hoje o principal meio de comunicação usado para buscar informações. Contudo, 53,7% querem que a TV seja o meio de comunicação a receber mais investimento para atender às pessoas com deficiência.

A mobilidade urbana mostra-se como grande vilã na rotina das pessoas com deficiência – para 68,1%, apenas uma minoria dos prédios públicos está adaptada às suas necessidades; 59,2% apresentam a mesma queixa em relação às ruas e calçadas, e 46,8% denunciam: o transporte público de suas cidades não atende bem às pessoas com deficiência.

Ao final da pesquisa, uma demonstração de que muito ainda precisa ser feito: na opinião de 80,1% dos pesquisados, os direitos da pessoa com deficiência não são respeitados no Brasil.

Esta é a segunda edição da pesquisa sobre o cotidiano, as dificuldades e as aspirações dos brasileiros com deficiência. Os dados foram coletados pelo Alô Senado dos dias 28 de outubro a 25 de novembro de 2013. A pesquisa contou com a parceria do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Condicoes_de_Vida_das_Pessoas_com_Deficiencia_no_Brasiln.pdf

Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas	
Período de Aplicação	14 a 26 de fevereiro de 2014
Total de Participantes	809
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 55 - Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Copa do Mundo

Pesquisa de opinião feita pelo DataSenado a pedido da revista Em Discussão! mostra um país dividido entre o sentimento de orgulho e o de rejeição em sediar o maior evento do futebol mundial. Se 60% acham que realizar a Copa no Brasil é motivo de orgulho para o povo brasileiro, 76% consideram que os gastos com estádios estão acima do necessário, e 86% acreditam que os recursos públicos destinados ao evento teriam melhor aproveitamento em outras áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Outros dados do levantamento deixam clara a divisão da população com relação à Copa. Dos entrevistados, 42% aprovam a realização do Mundial no país, enquanto 40% desaprovam. Um empate técnico, tendo em vista que a margem de erro da pesquisa é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Da mesma forma, não há uma tendência clara na avaliação dos benefícios que a Copa pode trazer ao país: 49% acham que haverá um legado positivo, enquanto outros 49% acreditam que não. A percepção é confirmada quando os entrevistados opinam sobre as obras feitas por causa do

evento. Para 43%, construções e reformas em estádios, aeroportos e na mobilidade urbana, por exemplo, vão ajudar o país – número bem próximo dos que acham que as obras não farão diferença (42%).

A polarização se repete quando as pessoas são perguntadas sobre a imagem do Brasil no exterior: enquanto 29% acham que vai melhorar, 28% avaliam que vai piorar (para 40% permanecerá inalterada).

As regiões Norte e Nordeste tendem a dar mais apoio à Copa. O evento também é mais popular entre homens, entre os que têm renda mais baixa e menor escolarização. Por outro lado, moradores do Sul e do Sudeste, mulheres, os que ganham mais de dez salários mínimos, têm nível superior e os moradores de cidades-sede são mais críticos com relação ao Mundial e aos resultados do evento.

Relatório completo disponível em:

[http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Copa do Mundo de Futebol 2014.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Copa_do_Mundo_de_Futebol_2014.pdf)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PEC das Domésticas

Pesquisa DataSenado constatou que 84% dos brasileiros têm conhecimento da promulgação da chamada PEC das Domésticas e que, desses, 85% aprovam a medida que concedeu novos direitos para a categoria dos trabalhadores domésticos. Em abril de 2013, em pesquisa realizada imediatamente após a promulgação da emenda, o DataSenado havia registrado aprovação por parte de 81% dos entrevistados – o índice atual é, portanto, 4 pontos percentuais maior. De maneira diversa, o percentual de pessoas que afirmam conhecer a PEC diminuiu do ano passado para cá, mas ainda soma ampla maioria: eram 96% em 2013, e agora são 84%. O apoio à PEC está acima de 78% em todos os níveis de renda e é ainda maior nas camadas mais pobres da população, chegando a 93% entre as pessoas que declaram não possuir renda individual.

Se, à época de sua aprovação, o texto gerava dúvidas entre os empregadores e também entre os próprios empregados domésticos, agora os efeitos da PEC estão se tornando cada vez mais claros. De acordo com o DataSenado, a maioria de 62% dos entrevistados que conhecem a PEC avalia positivamente os resultados da mudança na legislação, afirmando que ela tornou mais fácil a vida do trabalhador doméstico. Para 23%, a vida desse trabalhador permaneceu igual, enquanto 12% acham que ela piorou.

Nesse aspecto, também a avaliação das classes de baixa renda é mais positiva. Ao olhar o recorte por renda, o DataSenado verificou que, para os grupos de pessoas sem renda ou que ganham até 2 salários mínimos, respectivamente 74% e 68% acham que a vida dos trabalhadores domésticos melhorou com a aprovação da PEC - valores bem acima da média dos outros grupos.

Como era de se esperar, o aumento na dificuldade de contratar trabalhadores domésticos após a aprovação da PEC é apontado com mais intensidade por estratos de alta escolaridade e renda. No grupo que concluiu o ensino superior, por exemplo, 67% dos entrevistados sustentam que a aprovação da PEC dificultou a contratação do trabalhador doméstico; entre os que ganham mais de 5 salários mínimos, são 69% os que partilham dessa opinião. Ao todo, somaram 20% os que afirmaram que a contratação ficou mais fácil após as novas regras, sendo que para 24% não houve diferença.

Alguns dos direitos trazidos pela PEC das Domésticas que ainda precisam ser regulamentados têm aprovação quase que unânime da população. Com efeito, FGTS (97%), seguro-desemprego (96%), seguro contra acidentes de trabalho (95%), intervalo para refeições (94%) e adicional noturno (92%) receberam amplo apoio na sondagem. Já o salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, foi um pouco mais controverso, mas ainda assim teve alto índice de aprovação: 78%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Um_ano_de_PEC_das_domesticas.pdf

Pesquisa Legalização da Maconha	
Período de Aplicação	6 de junho a 7 de julho de 2014
Total de Participantes	1.106
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais

Nível de confiança

95%

Tabela 56 - Pesquisa Legalização da Maconha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O debate sobre a liberação e regulação da maconha no Brasil ganhou força no Congresso Nacional após sugestão popular recebida pelo Portal e-Cidadania no início do ano. Ao obter mais de 20 mil manifestações de apoio, a proposta foi enviada para exame à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O tema é polêmico e, buscando contribuir com o debate, o DataSenado realizou pesquisa de opinião sobre o assunto.

O levantamento revelou que 57% dos brasileiros são a favor da legalização da maconha, sendo que 9% se declararam a favor da liberação para qualquer fim e 48% exclusivamente para uso medicinal. Na opinião de 42%, a substância deve continuar totalmente proibida, como é hoje.

Na análise por religião/crença, é possível perceber pontos de vista antagônicos: dos entrevistados que se declararam evangélicos, por exemplo, 44% são a favor da legalização para fins terapêuticos, número que sobe para 72% entre os que afirmam não ter religião ou crença. Quanto à avaliação por região do país, a diferença de opiniões ocorre de forma mais sutil. Se no Sul 64% dos entrevistados aprovam a legalização para uso medicinal, no Centro-Oeste são 45% os que têm a mesma opinião.

A maconha é considerada porta de entrada para drogas mais pesadas por 82% da população. Além disso, a maioria de 67% acredita que o tráfico de drogas não diminuiria após a legalização, e 77% acham que o número de usuários de Cannabis acabaria aumentando se a erva fosse liberada para consumo recreativo.

Quando perguntados se conheciam alguém que fuma ou já fumou maconha, 78% dos entrevistados afirmaram que sim. No entanto, apenas 7% declararam já ter fumado a droga, disparidade que pode ser explicada pelo fato de o assunto ainda ser tido como tabu no Brasil. Muitos entrevistados podem se sentir desconfortáveis em responder a uma pergunta delicada ou admitir que fazem uso de uma substância proibida.

Ao comparar o cigarro de maconha com duas drogas lícitas, registra-se que 50% dos brasileiros acham-no tão prejudicial à saúde quanto o cigarro de tabaco, enquanto 22% acreditam que a erva faz menos mal à saúde. Com relação ao álcool, o percentual dos que acham que a maconha é igualmente prejudicial à saúde sobe para 59%, e o dos que acham que ela é menos prejudicial perfaz 17% do total.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Legalizacao_da_maconha.pdf

Pesquisa Mulheres na Política	
Período de Aplicação	12 de agosto a 3 setembro de 2014
Total de Participantes	1.091
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 57 - Pesquisa Mulheres na Política

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

“Você prefere votar em homens ou em mulheres?” Essa não é uma questão relevante na escolha dos brasileiros sobre quem querem eleger. Para 83% da população, o sexo do candidato não faz diferença na hora de votar. Para reforçar que não levam em conta o sexo, 79% alegam já ter votado em alguma mulher para ocupar um cargo político.

Isso é o que revela a recente pesquisa do DataSenado, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, sobre a participação e a representação da mulher na política brasileira. A pesquisa – primeira do gênero realizada no país – foi feita entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro, com abrangência nacional.

O fato de já termos eleito uma mulher para a Presidência da República fortaleceu o contexto favorável à eleição de mais mulheres na política brasileira: para 65% dos entrevistados, a eleição da presidenta influencia o eleitorado a votar em mais mulheres. Essa influência se confirma nas pesquisas eleitorais para presidente: temos duas mulheres entre os três candidatos mais bem cotados.

Se o eleitorado não demonstra ter restrições quanto ao sexo dos candidatos, se afirma já ter votado em mulheres e ainda crê que o fato de haver uma presidente mulher estimula o voto em mais mulheres, o que explica então a baixa representatividade das mulheres na política?

Com o objetivo de obter a resposta, a parcela feminina foi convidada a opinar sobre qual o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político. Para 41% das respondentes, a falta de apoio dos partidos políticos é a principal razão para as mulheres não se candidatarem, seguida da falta de interesse por política (23%) e da dificuldade de concorrer com um homem (19%).

A pesquisa, também, constatou que projetos de lei que buscam conferir maior igualdade entre os sexos têm a aprovação da maioria dos entrevistados. A proposta de paridade entre os sexos nas listas de candidatos dos partidos – ou seja, metade das vagas nas listas para os homens e metade para as mulheres –, por exemplo, recebeu apoio de 71% dos entrevistados.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Mulheres_na_Politica.pdf

Pesquisa "CCT Banda Larga"	
Período de Aplicação	29 de outubro a 12 de novembro de 2014
Total de Participantes	809
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais

Nível de confiança

95%

Tabela 58 - Pesquisa "CCT Banda Larga"

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Entre os pesquisados, apenas 22% ainda não têm acesso à internet em seus domicílios, índice que cresce para 43% no Norte do país e cai para 11% no Sul. É o que revela pesquisa telefônica do DataSenado feita por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que ouviu 809 pessoas residentes em todos os estados brasileiros, excluindo as capitais. As entrevistas foram realizadas de 29 de outubro a 12 de novembro, com maiores de 16 anos.

As principais causas apontadas para justificar a ausência de internet em casa foram: não ter computador na residência, que alcança 28% dos sem internet, seguida pelos 26% que não têm internet disponível na região e 25% que não têm dinheiro para pagar pelo serviço. Outros 12% disseram não ter interesse pelo acesso à rede.

A pesquisa também registrou que o acesso diário à internet é majoritário entre os respondentes – dos 78% que estão conectados em suas residências, 92% desses acessa a rede todos os dias. A conexão via cabo é utilizada por 36% e a linha telefônica por 32%. Outros 15% utilizam modem de telefonia móvel, 8% rádio e 3% satélite.

Os de maior escolaridade usam mais internet - apenas 17% dos pesquisados que concluíram o ensino superior não têm conexão doméstica de internet. Entre os que têm apenas o ensino fundamental esse índice é de 43%.

A internet é também o meio mais usado para acessar páginas de órgãos públicos – utilizada por 68% dos respondentes, de acordo com a pesquisa.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado em 2010, pelo Governo Federal, para levar o acesso à internet às regiões mais carentes, é conhecido por um terço dos entrevistados - 33%. Intensamente debatido pela CCT, em 2014, o PNBL motivou a realização desta pesquisa.

Relatório completo disponível em:

<http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Qualidade da Internet Banda Larga.pdf>

Pesquisa Auxílio Reclusão	
Período de Aplicação	4 a 29 de dezembro de 2014
Total de Participantes	1.089
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 59 - Pesquisa Auxílio Reclusão

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa do DataSenado concluiu que 65% dos brasileiros já ouviram falar sobre auxílio-reclusão, enquanto 35% afirmaram não conhecer, nem de ouvir falar, o termo auxílio-reclusão.

Observando os grupos por segmentos, verifica-se que, na fatia com mais escolaridade (ensino superior completo), 80% já ouviram falar do benefício, por outro lado apenas 39%, dos que têm até o ensino fundamental, já ouviram falar do termo.

Na análise por rendimento, entre os que não têm renda e os que ganham até dois salários mínimos, 53%, em cada grupo, afirmaram ter ouvido falar do auxílio-reclusão. Esse percentual sobe nas fatias com maior poder aquisitivo. Com efeito, 74%, dos que percebem mais de dois a cinco salários, conhecem o benefício. Já, entre os que recebem mais de cinco a dez e mais de dez salários, o percentual dos que declararam ter ouvido falar do auxílio alcançou 81% e 76% dos respondentes, respectivamente.

O auxílio-reclusão foi instituído pela lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. É uma ajuda concedida aos dependentes do preso em regime fechado ou semiaberto que contribuía para a Previdência Social. O dependente deve comprovar trimestralmente a condição de presidiário do segurado e o é suspenso no caso de o preso obter sua liberdade, fugir ou ter progressão de pena para o regime aberto.

O valor pago mensalmente não pode ultrapassar o teto definido pela Previdência e não varia conforme o número de dependentes. O auxílio é dividido entre os beneficiários — que são: cônjuge ou companheira(o), filhos menores de 21 anos ou inválidos, pais ou irmãos não-emancipados menores de 21 anos ou inválidos. O objetivo é garantir a sobrevivência da família na ausência temporária do provedor. No caso de o segurado falecer o benefício se converte automaticamente em pensão por morte. O valor é calculado de acordo com a média dos valores do salário de contribuição recolhidos.

Dentre os que conhecem o benefício, 71% são contra o seu pagamento às famílias dos presidiários, já 28% disseram ser a favor do auxílio-reclusão.

A pesquisa mostrou que o percentual de aprovação ao benefício é maior entre as pessoas de baixa renda, contudo mesmo nesses estratos a reprovação é majoritária: 60% das pessoas sem renda própria e 67% das pessoas que recebem até dois salários mínimos são contra o auxílio.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, a rejeição do benefício pago pelo governo não varia significativamente. Aparentemente, os estratos mais escolarizados tendem a uma maior rejeição, mas os valores ficam dentro da margem de erro da pesquisa.

Os respondentes que se manifestaram contra o auxílio-reclusão foram convidados a apontar o principal motivo pelo qual são contra o benefício. A maioria, 54%, mencionou considerar o benefício um incentivo à prática de crimes. O segundo principal motivo, apontado por 35% dos respondentes contrários ao auxílio, foi o fato de acharem que os outros contribuintes não devem arcar com esses custos. Em terceiro lugar, parcela menor, 8%, acredita que a família do preso não deve receber benefícios.

Da mesma forma, os que citaram concordar com o pagamento do benefício foram instigados a dizer por que apoiam o auxílio-reclusão. Entre as opções apresentadas, as opiniões ficaram divididas. De fato, para 34% a família não pode ser punida pelo crime do preso, enquanto para 33%, os familiares não podem ficar desamparados. Por fim, 32% defenderam ser um direito da família do preso, que contribuía para a Previdência Social.

Relatório completo disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_Relatriomodeloauxilioreclusov4.pdf

Pesquisa Energia no Brasil: alternativas e cenários futuros	
Período de Aplicação	3 de fevereiro a 2 de março de 2015
Total de Participantes	1.166
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 60 - Pesquisa Energia no Brasil: alternativas e cenários futuros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Parceria do DataSenado com a Universidade de Columbia revela atenção e extrema preocupação dos brasileiros com a questão energética no país.

Investir em energias alternativas? Optar por fontes baratas, mas poluentes? Aumentar a conta de luz, para regular o consumo? Como e que energia consumir sem degradar o meio ambiente?

O DataSenado responde essas e outras perguntas em pesquisa nacional inédita, feita em parceria com a Universidade de Columbia, dos EUA, que revelou um brasileiro tão consciente e preocupado com a degradação do meio ambiente que prefere até pagar mais na conta de luz para ter energia limpa, como a eólica e a solar, por exemplo.

A maioria dos pesquisados manifestaram “muita” preocupação com a poluição do ar – 88% - e com as mudanças climáticas - 86%. Atentos ao futuro do planeta, 85% dos entrevistados também defendem mais e melhores investimentos do Estado em fontes alternativas de energia.

A pesquisa coletou opiniões de 1.166 brasileiros maiores de 16 anos e com acesso à telefonia fixa, em todo o território nacional, sobre políticas energéticas adotadas no país, além de investigar as percepções da população sobre inovações tecnológicas e a atuação do Estado na área. O nível de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro admitida é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Um dos pontos averiguados foi que simplesmente aumentar a conta de luz não é a solução para economizar energia: 79% discordaram do aumento da conta para o brasileiro e 55%, para as indústrias. No entanto, as medidas para incentivar o uso de tecnologias que ajudem a economizar e evitar desperdício, mesmo que mais caras, receberam concordância da maioria dos participantes.

Também se constatou que 65% discordam de mais investimentos em usinas nucleares, 56% apoiam mais investimentos em hidrelétricas e 77% manifestaram concordância com o financiamento de energia solar e eólica com dinheiro de impostos.

Relatório completo disponível em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/EnergiaEltricoBrasilv7.pdf>

Pesquisa Reforma Política- 2015	
Período de Aplicação	28 de abril a 12 de maio de 2015
Total de Participantes	1.100
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 61 - Pesquisa Reforma Política- 2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado revela que a maioria dos brasileiros - 59% - sabe que a Reforma Política está em discussão no Congresso. Também maioria expressiva - 80% dos 1.100 entrevistados em todo o Brasil - considera que a reforma trará vantagens ao país. Esse resultado confirma tendência já observada em outras duas pesquisas realizadas pelo DataSenado com perguntas similares: 79%, em 2011, e 84%, em 2013, afirmaram que uma reforma política traria vantagens para o país.

Realizada de 28 de abril a 12 de maio, a pesquisa telefônica nacional foi proposta pelo senador Fernando Collor de Melo (PTB/AL), que preside o Conselho de Estudos Políticos do Senado e tem projeto para uma reforma política ampla.

Mandatos de quatro anos para todos os cargos tem preferência de 74% dos entrevistados, enquanto apenas 7% concordam com a regra atual de mandatos diferenciados: 8 anos para senadores e 4 anos para os demais cargos. Para 55%, as eleições devem ser unificadas, acontecendo ao mesmo tempo para todos os cargos; já 22% preferem a realização das eleições nos moldes atuais.

A pesquisa aponta ainda preferência para que seja limitada a quantidade de reeleições nos cargos legislativos: 55% optaram por apenas uma reeleição. Por outro lado, 31% preferem um único mandato sem direito à reeleição e 13% apoiam a regra atual de reeleições ilimitadas.

Quanto ao voto obrigatório, 70% dos pesquisados manifestaram-se contra, rejeição que chega a 77% e 73% entre os de maior renda e escolaridade, respectivamente. O cenário muda em se tratando de jovens: 58% dos respondentes entre 16 e 19 anos preferem o voto obrigatório.

Enquanto 84% dos pesquisados defendem a perda de mandato para os parlamentares que assumirem cargos públicos no Poder Executivo, a renúncia ao mandato para disputar outro cargo eletivo divide opiniões - 50% a favor e 50% contra.

A maioria, 84% dos pesquisados, defende a proibição de agressões nas propagandas eleitorais, 88% querem a limitação dos gastos com propaganda e 95% defendem o fim de fórum especial para julgamentos de políticos.

Foram ainda majoritárias as opções pela redução do número de deputados e de senadores – 91% querem apenas 300 deputados federais e 88% defendem a redução do número de senadores de três para dois por estado. Também 88% optaram pela escolha por votação dos suplentes de senadores, índice que chega a 99% entre os com renda maior do que dez salários mínimos.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatrioReformaPolitica2015v5.pdf>

Pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente	
Período de Aplicação	26 de maio a 9 de maio de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais

Tabela 62 - Pesquisa Estatuto da Criança e do Adolescente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa nacional do DataSenado revela que a maioria dos brasileiros (98%) sabe da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas 69% consideram-se mal informados sobre os direitos previstos nele e 54% ainda avaliam que o Estatuto ajuda pouco na proteção de crianças e adolescentes.

Já 36% dos pesquisados acreditam que o ECA ajuda muito na proteção dos menores. Entre os entrevistados de 16 a 19 anos essa avaliação positiva alcança 57%, e cai para 20%, entre os maiores de 60 anos.

Esses índices permaneceram estáveis em relação ao levantamento realizado sobre o tema em 2010, quando 52% avaliaram que o Estatuto ajuda pouco na proteção dos jovens e 36% afirmaram que ajuda muito.

Tema social em pauta nos últimos meses, a redução da maioridade penal foi defendida por 85% dos participantes, enquanto 14% se posicionaram contra a mudança. Não há, no entanto, unanimidade em relação ao tamanho da redução pretendida. Grande parte, 42%, aponta como ideal a redução dos 18 para 16 anos; 24% para os 14 anos e 19% querem redução para os 12 anos.

Em relação à pesquisa de 2010, cresceu a sensação de impunidade para com jovens infratores. Hoje 64% dos pesquisados avaliam que os menores que desrespeitam as leis não são punidos. Em 2010, 50% manifestaram essa opinião.

A pesquisa também avaliou a opinião dos cidadãos a respeito da ampliação do tempo máximo de internação para jovens infratores, que hoje é de três anos. A grande maioria, 80%, se posicionou a favor de aumentar esse tempo para seis anos. Entre os entrevistados de 16 a 19 anos, 85% defendem esse aumento. Também, na opinião de 95% dos participantes, a pena para adultos que corrompam ou facilitem corrupção de menores deve ser ampliada para mais de quatro anos.

Embora 97% dos entrevistados afirmem que fariam denúncia caso presenciassem algum tipo de violência contra menor, apenas 3% apontaram as Delegacias da Criança e do Adolescente como o primeiro local a ser procurado para apresentar tal denúncia. Outros 56% iriam primeiro à polícia ou a delegacias comuns e 24% aos Conselhos Tutelares

A pesquisa telefônica do DataSenado contou com o apoio da Ouvidoria e foi realizada de 26 de maio a 9 de junho, com 1.092 pessoas, com 16 anos ou mais, de todo o Brasil.

Relatório completo disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatorioECA2015v5.pdf>

Pesquisa Violência doméstica e familiar	
Período de Aplicação	24 de junho a 7 de julho de 2015
Total de Participantes	1.102
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 63 - Pesquisa Violência doméstica e familiar

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Cem por cento das brasileiras sabem da existência da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, que tem o objetivo de proteger as mulheres da violência doméstica e familiar. Mas, parcela expressiva ainda se sente desrespeitada, e uma em cada cinco já sofreu algum tipo de violência; dessas mulheres, 26% ainda convivem com o agressor. Os agressores mais frequentes ainda são os que têm ou já tiveram relações afetivas com a vítima: praticamente metade dessas mulheres (49%) teve como agressor o próprio marido ou companheiro, e 21%, o ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. Nem todas as agredidas denunciam ou procuram ajuda, mas 97% das entrevistadas defendem que os agressores devem ser processados ou punidos, ainda que sem a concordância da vítima.

Esse retrato de persistentes agressões e desrespeito é revelado na recente pesquisa do DataSenado, realizada de 24 de junho a 7 de julho, quando 1.102 brasileiras foram ouvidas, na sexta rodada da série histórica sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse trabalho é feito desde 2005, a cada dois anos, com mulheres de todos os estados do país. Sobre o aumento da violência, os índices permaneceram estáveis quando comparados com os levantamentos anteriores. Com efeito, para 63% das respondentes, a violência doméstica e familiar cresceu; 23% afirmaram que continuou igual e para 13% a violência contra a mulher diminuiu. As agressões físicas ainda são majoritárias entre os tipos de violências praticadas contra as mulheres, uma vez que 66% das vítimas disseram ter sofrido esse tipo de agressão. A violência psicológica registrou crescimento de 10 pontos percentuais – 48%, agora, contra 38%, em 2013. Em contrapartida, houve redução da violência moral – de 39%, em 2013, para 31%, agora. O ciúme e o consumo de bebidas alcoólicas são os principais desencadeadores das agressões – 21% e 19%, respectivamente.

Apesar de ainda existir quem, por motivos pessoais, opte por não fazer nada, a maior parte das pesquisadas procurou alguma forma de auxílio: 20% buscaram apoio da família, 17% formalizaram denúncia em delegacia comum e 11% denunciaram em delegacia da mulher. As mais agredidas são as que têm menor nível de instrução – 27% entre as que cursaram até o ensino fundamental; 18% até o ensino médio e 12% com curso superior. No universo das que sofreram violência, 26% continuam convivendo com o agressor; 23% sofrem hostilidades semanais e 67% são vítimas de violências raramente.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatorio_Violencia_Mulher_v9formatado.pdf

CCT- Programa Ciência sem Fronteiras	
Período de Aplicação	1 a 28 de setembro de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 64 - CCT- Programa Ciência sem Fronteiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT) solicitou ao DataSenado aplicação de pesquisa de opinião com os beneficiários do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011 para impulsionar a competitividade brasileira por meio da promoção de intercâmbio acadêmico com bolsas de estudo em instituições de excelência no exterior para alunos e pesquisadores.

O intercâmbio acadêmico vem sendo estimulado em grande escala por vários países. No biênio 2010/2011, por exemplo, 8.700 estudantes brasileiros foram para os EUA, contra 158 mil chineses, 104 mil indianos e 73 mil coreanos, segundo dados do Instituto Internacional de Educação (IIE). Com a criação do Programa, a expectativa era chegar a cerca de 100 mil estudantes brasileiros no exterior.

Assim, para avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras sob a ótica de seus beneficiários, em relação a aspectos como a qualidade de ensino das instituições estrangeiras, a possibilidade de transferência de conhecimento adquirido, o processo seletivo e mecanismos de acompanhamento e controle do programa, o DataSenado realizou, de 1º a 28 de setembro, pesquisa por e-mail com bolsistas e ex-bolsistas cadastrados na base de dados da Capes e do CNPq.

Perfil dos participantes

Ao todo, 14.627 estudantes responderam à pesquisa, sendo 9.563 beneficiados pela Capes e 5.064 pelo CNPq. 26% dos participantes eram bolsistas e 74%, ex-bolsistas. A maior parte, 52%, fizeram ou estão fazendo intercâmbio na Europa, 39% na América, 7% na Oceania, 2% na Ásia e 1% na África. A maioria, 64%, tem até 25 anos, 17% têm de 26 a 30 anos e 12%, 31 anos ou mais. Do total de respondentes, 3% não possuem renda familiar. Outros 11% são de famílias com renda de até 2 salários mínimos, um quarto estão na faixa de 2 a 5 salários; 24% possuem renda de 5 a 10 e, 22%, superior a 10 salários mínimos.

Ciência sem Fronteiras é bem avaliado pelos bolsistas e ex-bolsistas

Dos entrevistados, 92% declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o Programa. E ainda, para 85% deles, a experiência de estudar no exterior foi ótima. Outros 12% avaliaram a experiência como boa.

Aprofundar conhecimentos na sua área de formação foi a principal motivação para a maioria tanto de atuais bolsistas (66%) quanto de ex-bolsistas (60%) do CsF.

Cursos no exterior são aprovados por brasileiros

Para 84%, a qualidade do curso nas instituições estrangeiras de ensino é boa ou ótima. Além de avaliarem positivamente as universidades, 58% dos participantes afirmam que, após o período de intercâmbio acadêmico, ganharam fluência na língua do país onde estudaram. Outros 27% dizem já ter partido do Brasil com domínio da língua necessária para o intercâmbio.

Ex-bolsistas mantém contatos acadêmicos no exterior

Quando perguntados se ainda mantêm contatos acadêmicos no exterior, 67% dos ex-bolsistas afirmam que sim.

Os participantes de engenharias ou áreas tecnológicas foram os que menos afirmaram ainda manter tais contatos: 61%, contra 70% daqueles na área de ciências exatas e da Terra e 75% em biologia, ciências biomédicas ou da saúde.

Maioria teve oportunidade de transferir conhecimento após intercâmbio

Quando perguntados sobre a transferência, ou não, de conhecimentos adquiridos ao retornar ao Brasil, 68% afirmaram ter tido a oportunidade de repassar os conhecimentos a colegas e professores. Os ex-bolsistas de biologia, ciências biomédicas ou da saúde foram os que mais tiveram essa chance, 73%, contra 64% da área de engenharias e tecnologias.

Também importante foi o estímulo dos bolsistas para estudar mais: 59% dos que ainda estão no exterior e 53% dos que já finalizaram do intercâmbio dedicam-se mais ao estudo após a experiência com o Programa. No entanto, 24% dos beneficiados manifestaram o desejo de seguir carreira no exterior. Outros 53% afirmaram que preferem seguir carreira profissional no Brasil.

Acompanhamento e avaliação do intercâmbio

Apenas 31% dos atuais bolsistas já enviaram algum relatório à Capes ou ao CNPq. Já entre os que terminaram o estágio no exterior, 66% afirmam ter enviado relatórios durante o Programa.

Ainda entre os que já terminaram o Programa, 76% afirmaram não ter recebido retorno da Capes ou do CNPq sobre a avaliação da sua experiência no exterior. Apenas 11% receberam tal retorno.

Apreciação da conclusão do curso

Apesar da exigência de entrega final de relatório técnico-científico após conclusão, apenas 33% dos ex-bolsistas indicaram ter recebido orientação adequada para cumprir tal exigência. A maioria afirma não ter sido orientada adequadamente (55%) e outros 12% não souberam ou preferiram não responder à pergunta.

Tal relatório foi encaminhado à Capes ou CNPq por 64% dos participantes ex-bolsistas, dos quais 25% declararam ter recebido algum retorno dessas instituições.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatrioDataSenado_CinciasemFronteiras.pdf

Reforma Política 2- 2015	
Período de Aplicação	22 de setembro a 5 de outubro de 2015
Total de Participantes	1.092
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 65 - Reforma Política 2- 2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Pesquisa realizada pelo DataSenado, em setembro/outubro, novamente, aponta majoritário apoio à reforma política e pressão nas mudanças - 91% dos entrevistados defendem que novas regras tenham validade já nas eleições de 2016.

Os pesquisados querem redução nos gastos eleitorais, além de agravamento nas penas e multas para doadores e recebedores de doações ilegais. Assim, 87% defendem impedimento de disputar eleições para partidos que ultrapassem limites de gastos da campanha anterior; e 84% apontam: empresas que façam doações ilegais não poderão ter contratos com governos e órgãos públicos.

Como o registrado em pesquisas anteriores sobre o tema, a maioria sabe que propostas de reforma política estão sendo debatidas no Congresso Nacional. A fidelidade partidária é defendida por 72% dos respondentes que apontam: trocas de partido só podem ocorrer ao final do mandato e 91% consideram que isso só deva ser autorizado quando houver flagrante contradição nos ideários dos partidos coligados.

Para 77% dos pesquisados também as coligações com partidos de programas distintos podem justificar trocas de legenda. E 55% são contrários às coligações partidárias.

Oitenta e sete por cento aprovam a criação do “voto destituente”, quando eleitores votam para destituir políticos que não agirem direito no exercício dos cargos para os quais foram eleitos. Possibilidade não prevista nas leis brasileiras.

A maioria dos pesquisados defende aumento das idades mínimas para candidaturas. Assim, por exemplo, para concorrer a Presidente da República e a Senador seriam obrigatórios 40 anos – cinco a mais do que o estabelecido hoje; 35 para candidatos a governadores; 31 para prefeitos e deputados federais; 30 para deputados estaduais e distritais, e 21 para vereadores.

Questões relativas às candidaturas avulsas e financiamento de campanhas dividiram opiniões - 52% são contrários à possibilidade de candidatos sem filiação partidária; 45% são a favor; 56% aprovam uso de recursos privados e públicos nas campanhas eleitorais, 46% são contrários ao uso de recurso público e 37% são a favor. A maioria - 55% - aprova que tanto pessoas jurídicas quanto físicas possam doar recursos para partidos e candidatos.

A pesquisa do DataSenado, feita por solicitação do senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL), autor de projeto sobre o tema, foi realizada de 22 de setembro a 5 de outubro, ouvindo 1.092 maiores de 16 anos, em todos os estados brasileiros e no DF.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/copy_of_RelatrioReformaPolitica_v4.pdf

Violência contra a juventude negra	
Período de Aplicação	16 a 27 de outubro de 2015
Total de Participantes	1.097
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Tabela 66 - Violência contra a juventude negra

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), as mortes de jovens com 18 a 24 anos representam 29% dos homicídios em 2013 no Brasil. E a violência atinge mais jovens negros: 78% dos jovens de 18 a 24 anos vítimas de homicídios em 2013 eram negros.

O DataSenado, em 2012, firmou parceria com a então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) e realizou pesquisa para analisar a percepção dos cidadãos sobre esse tema. Com o intuito de dar segmento a esse estudo, nova pesquisa foi realizada, de 16 a 27 de outubro de 2015, sobre a violência contra a juventude negra. Foram ouvidas 1.097 pessoas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

A maioria dos brasileiros - 71% - acredita que os negros são as grandes vítimas da violência no país. Apenas 17% dos respondentes acham que a violência atinge pessoas independente da sua cor ou raça. Além do reconhecimento de que os negros são os que mais sofrem com a violência, para a grande maioria dos entrevistados (64%), as vítimas têm idade entre 13 a 24 anos. Perguntados sobre quem comete a maioria dos atos de violência, 43% dos entrevistados responderam que são pessoas de cor branca; 30% afirmam serem pessoas negras. Para 19%, a cor não faz diferença.

Violência contra jovens é atribuída principalmente às drogas

Na opinião de 29% dos participantes, a violência contra a juventude é atribuída principalmente às drogas. Para outros 28%, a impunidade é o principal motivo dessa violência, seguido pela educação ruim nas escolas (24%). Além de opinarem sobre quais seriam as principais causas dos atos de violência, os entrevistados deram sua opinião sobre as principais causas para a morte dos jovens brasileiros. Uso de drogas é apontado como principal causa (52%). Na pesquisa anterior, aplicada em 2012, o uso de drogas era a principal causa para 56% dos respondentes. O percentual dos que acreditam ser o assassinato a principal causa da morte dos jovens subiu 10 pontos, de 20% para 30% entre 2012 e 2015.

Jovens negros são os que morrem mais. Realidade desconhecida.

Apesar de a pesquisa DataSenado evidenciar que a população brasileira reconhece os jovens e os negros, separadamente, como sendo as maiores vítimas de atos violentos no Brasil, 77% dos respondentes acreditam que a cor da pele não faz diferença em relação às mortes de jovens.

O dado revela a diferença entre a percepção da população e realidade brasileira, pois, segundo o Mapa da Violência, divulgado em 2015, houve uma redução nas taxas de homicídio de brancos e crescimento significativo nos homicídios de negros. A morte de negros em 2002 era 1,7 vezes a morte de um branco. Já em 2012, essa taxa duplicou: a proporção de homicídios de negros foi de 2,5 vezes a morte de brancos.

Combate ao racismo passa pela melhoria da educação

Na opinião de 46% dos entrevistados, a principal ação do governo para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino no Brasil. Essa medida também foi a mais apontada, em pergunta semelhante, em 2012: 36% dos participantes. Garantir o cumprimento das leis foi a ação escolhida por 21%, enquanto 18% acreditam que deve haver mudança nas leis. As campanhas de conscientização foram apontadas por 11% dos respondentes.

Relatório completo disponível em:

http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/RelatrioViolnciacontraajuventudenegra_versofinal2.pdf

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Criado em 2009, o Portal da Transparência centralizou uma extensa gama de informações públicas sobre o Senado, com destaque para aquelas pertinentes à gestão administrativa da Casa. Em 2013 passou por nova reformulação, agregando novos conteúdos e funcionalidades com a finalidade de aprimorar a transparência ativa, por meio de um Portal cada vez mais completo e 100% acessível.

Em 2015, o Portal da Transparência, bem como todos os demais portais do Senado Federal, passou por nova reformulação. As mudanças foram realizadas visando oferecer aos cidadãos maior clareza e melhores ferramentas de busca com mais transparência nos novos portais, que entre agosto de 2014 e agosto de 2015 tiveram 66,7 milhões de acessos.

A nova reformulação buscou cumprir mais uma etapa importante de evolução na transparência da Casa. As informações ganharam mais integração, acessibilidade e facilidade de acesso, inclusive por dispositivos móveis. Design e programação modernos também visam garantir facilidade na navegação. O objetivo é dar acesso virtual às principais informações legislativas e administrativas em apenas dois cliques.

Tais ajustes têm sido realizados com base em avaliações periódicas da equipe técnica, a partir de análises dos relatórios de solicitações de informações da LAI, demandas específicas da alta administração da Casa e recomendações do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal.

No endereço <http://www.senado.gov.br/transparencia/> é possível encontrar informações relativas a:

- Administração, Governança Corporativa e Gestão Estratégica: Estrutura Administrativa, Atos Normativos, Mapa e Agenda Estratégica, Plano de Metas, Relatórios Administrativos, Relatórios Anuais sobre a Aplicação da Lei de Acesso à Informação, Levantamento do Perfil de Governança e Gestão de Pessoas - TCU.
http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/pdf/estrutura_administrativa_SF.pdf
<http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/administracao.asp>
<http://www12.senado.gov.br/transparencia/adm/governanca>

- Senadores: gastos com Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar, Subsídios, Proventos e Aposentadorias, utilização de Auxílio-Moradia e Imóvel Funcional, pagamento e devolução de Diárias, Normas e Prerrogativas inerentes ao mandato parlamentar.
<http://www.senado.gov.br/transparencia/sen/senadores.asp>
- Licitações e Contratos: íntegra de licitações e contratos firmados pelo Senado.
<http://www.senado.gov.br/transparencia/liccontr/liccontr.asp>
- Orçamento e Finanças: Informações sobre as Receitas do Senado Federal, organizadas por exercício financeiro; Informações sobre as Despesas Diárias do Senado Federal, organizadas por elemento e pela fase da despesa; Relatórios com os suprimentos concedidos e as despesas executadas com suprimento, organizados por exercício financeiro; Informações sobre o consumo de materiais, por órgão do Senado Federal, com quantitativo e valor; Informações sobre os bens patrimoniais, por órgão do Senado Federal, com descrição e quantitativo; Relatórios de Gestão Fiscal; Relatórios de Gestão e de Auditoria de Gestão, Certificado de Auditoria de Gestão, Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento do Presidente do Senado Federal, organizados por exercício; Demonstrativo da limitação de empenho e movimentação financeira; Relatório com o Total de Beneficiários por Benefício.
<http://www.senado.gov.br/transparencia/orcfin/orcfin.asp>
- Recursos Humanos: informações relativas a servidores efetivos e comissionados; lista completa de pensionistas do Senado Federal; servidores disponibilizados ao GDF e ao Senado Federal, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 02, de 2013; lista completa de servidores aposentados, efetivos e comissionados; informações sobre pagamento e devolução de diárias pagas a servidores em viagem a trabalho; informações sobre pensionistas do Senado Federal; relatórios consolidados de horas extras pagas mensalmente aos servidores; relatório com a estimativa de servidores que implementaram ou implementarão as condições para aposentadoria voluntária com paridade ou que serão aposentados compulsoriamente até 2014; estrutura remuneratória dos cargos efetivos do quadro de pessoal; quadros com quantitativo de cargos efetivos e de funções comissionadas; relatório com o quantitativo de servidores estáveis e não estáveis; informações sobre concursos públicos do Senado; lista completa de estagiários; informações sobre colaboradores terceirizados que prestam serviço no Senado Federal.
<http://www.senado.gov.br/transparencia/rh/rh.asp>

Pelos motivos expostos anteriormente no presente relatório, não foram realizadas avaliações de desempenho da Ouvidoria no período. As avaliações, entretanto, estão contempladas na modelagem da ferramenta tecnológica e previstas como parte integrante do atendimento.

Entretanto, em relação aos padrões de qualidade adotados no atendimento ao cidadão, várias ações foram tomadas em cumprimento às diretrizes do Decreto nº 6.932, de 2009, como a racionalização de métodos e procedimentos de controle, a modelagem e implementação de uma

nova metodologia de trabalho, a unificação dos canais de atendimento, a criação de uma rede de relacionamento com outros órgãos da Casa, além da busca de uma solução tecnológica de gestão integrada do atendimento ao cidadão.

Com a adoção de nova metodologia de atendimento, as manifestações passaram a receber um tratamento que inclui análise de conteúdo, identificação de destinatários específicos e envio de respostas em prazo inferior ao estabelecido regimentalmente. A Ouvidoria do Senado encerrou o ano de 2015 com os seguintes números:

- 61.392 manifestações recebidas, sendo 41.079 tratadas em primeiro nível (0800) e 20.313 em segundo nível (respondidas pelo pós-atendimento ou encaminhadas aos órgãos solucionadores);
- 60.957 manifestações respondidas;
- 435 manifestações pendentes, ainda dentro do prazo de resposta;
- Desde a implantação da nova metodologia, abril de 2015, são registradas, em média, 5.600 manifestações, por mês;
- Mais de 3.400 manifestações, em média, respondidas prontamente pelo Alô Senado 0800, por mês (pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica);
- Desde abril, 2.200 manifestações por mês, em média, foram enviadas pela internet e por carta e tiveram resposta após pesquisas ou consultas a outras áreas do Senado;

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS), criado em 2013, é o atual responsável pelas ações de acessibilidade no Senado Federal. Através do Senado Inclusivo, o núcleo atua na implementação da Política de Acessibilidade do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2013. É responsável pela promoção de ações em todo o Senado Federal, visando atender as necessidades de pessoas com deficiência motora, sensorial e intelectual, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais.

Ações desenvolvidas no ano de 2015

a) Realização de pesquisa de opinião com servidores com deficiência.

Em continuidade à pesquisa realizada no ano de 2014, o Senado Inclusivo, em parceria com a Coordenação de Pesquisa de Opinião (COPOP), realizou pesquisa com servidores com deficiência com o objetivo de conhecer as demandas, sugestões e opiniões dos servidores com deficiência acerca de acessibilidade. O resultado serviu para melhor subsidiar as ações a serem realizadas pelo Senado Inclusivo.

A pesquisa foi realizada pelo método SAPI (*smartphone assisted personal interview*), no qual o entrevistador lê perguntas pessoalmente ao entrevistado e as respostas são gravadas na base de dados com auxílio de *smartphone*.

Do total da amostra (49 servidores efetivos e comissionados), 31 servidores responderam à pesquisa, 5 não concordaram em participar, 6 não se declararam pessoa com deficiência; não foi possível contatar 7 servidores que estavam de férias, licença capacitação ou não trabalhavam mais na Casa, entre outros motivos.

b) Acessibilidade assistida

A equipe de Acessibilidade Assistida é composta por colaboradores capacitados no atendimento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes e obesos. Os serviços são oferecidos a senadores, servidores e visitantes, que são orientados e, se necessário, acompanhados nas dependências do Senado Federal.

No ano de 2015, foram realizados 2728 atendimentos.

ATENDIMENTOS													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Deficiência Visual	1	0	9	0	2	4	8	5	11	10	4	8	62
Deficiência Física	67	52	80	44	10	49	37	66	53	57	26	54	595
Mobilidade Reduzida	24	32	41	12	26	45	27	35	44	39	2	22	349
Deficiência Auditiva	0	0	3	51	6	3	0	0	0	1	4	9	77
Idosos	198	151	144	188	183	30	82	14	28	21	15	13	1067
Deficiência Intelectual	1	0	250	0	2	0	0	17	256	17	5	1	549
Gestante	4	2	3	0	1	4	0	0	2	6	3	4	29
TOTAL	295	237	530	295	230	135	154	137	394	151	59	111	2728

Tabela 67 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida

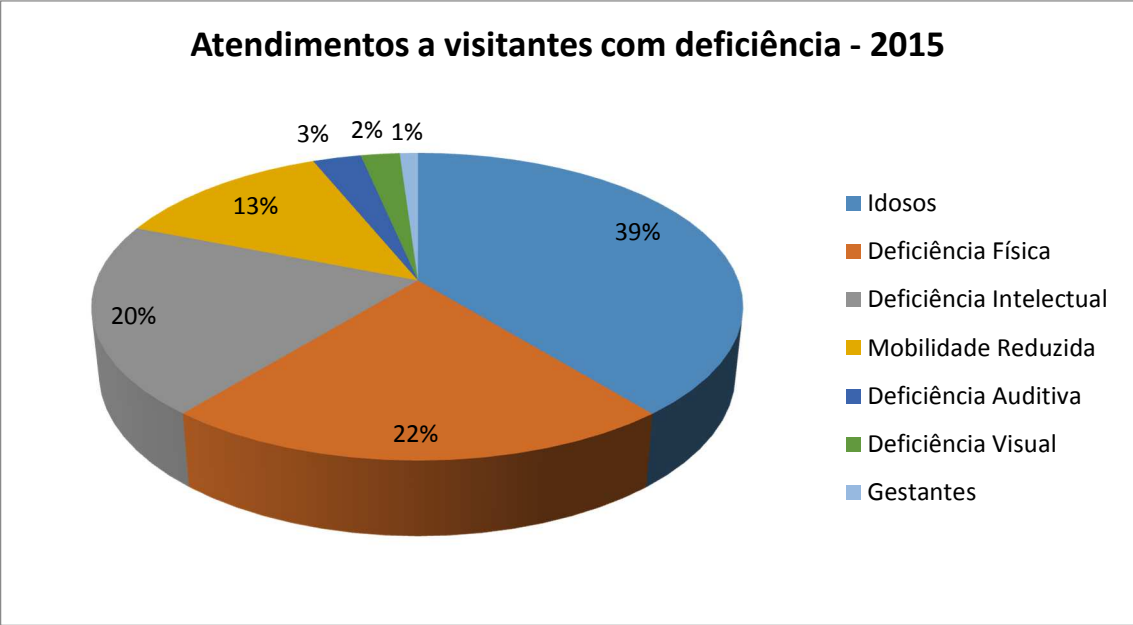


Gráfico 9 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida

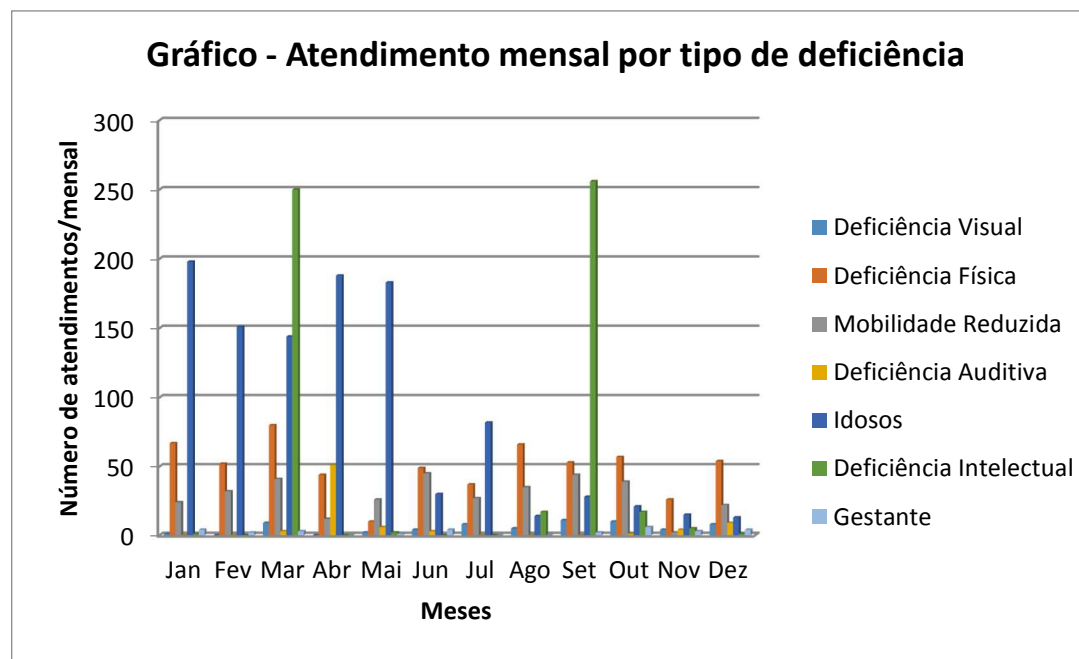


Gráfico 10 - Número de atendimentos pela equipe de Acessibilidade Assistida por tipo de deficiência (mensal)

c) Apoio na área de acessibilidade a eventos institucionais diversos.

Prestamos apoio a 12 eventos em questões relativas à acessibilidade. Quando solicitado, realizamos vistoria prévia do local do evento, prestamos informações acerca dos requisitos de acessibilidade, e atuamos na recepção e acompanhamento dos convidados e do público com deficiência. Em 2015, atuamos no apoio aos seguintes eventos:

- Sessão destinada à Posse dos Senadores, de iniciativa da Presidência do Senado Federal, realizada dia 1º de fevereiro;
- Seminário “Viver Com Uma Doença Rara – Dia a Dia de Mãos Dadas”, realizado em 25 de fevereiro;
- Sessão Solene destinada a comemorar o Dia internacional da Mulher e agraciá-las as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em 11 de março;
- Encontro de governadores de Estado e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional, de iniciativa do Presidente do Senado Federal, no dia 20 de maio;
- Votação da Lei Brasileira de Inclusão, no dia 10 de junho;
- Encontro de prefeitos e autoridades do Poder Legislativo sobre pacto federativo e desenvolvimento regional, de iniciativa do Presidente do Senado Federal, no dia 17 de junho;
- Sessão Especial destinada a celebrar o aniversário de 60 anos da APAE Brasil - Federação Nacional das APAEs, de iniciativa do senador Paulo Paim, no dia 20 de agosto;
- Sessão Especial destinada à comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e à entrega da Comenda Dorina Nowill, em sua 1ª edição, no dia 24 de setembro;
- Evento em comemoração ao Dia das Crianças, no dia 9 de outubro;
- Encontro de Entes Federados: Pacto pelos direitos das Mulheres, no dia 14 de outubro de 2015;
- Transmissão da Audiência Pública da CCJ, no dia 13 de outubro; Vivendo com Inteligência Emocional, com Tadashi Kadomoto (Leader Training), no dia 19 de outubro;

- Seminário Usinas Nucleares – Lições da experiência mundial, nos dias 27 e 28 de outubro;

d) Empréstimo de equipamentos de acessibilidade para senadores, servidores e visitantes.

O Programa de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas e triciclos motorizados para senadores, servidores e visitantes conforme solicitação. Na tabela a seguir, é apresentado o número de empréstimos realizados durante o ano.

Quantidade de empréstimos de equipamentos/mês		
Mês	Visitantes	Servidores
Janeiro	8	1
Fevereiro	9	2
Março	16	0
Abril	10	1
Maio	13	1
Junho	13	7
Julho	6	11
Agosto	12	13
Setembro	2	6

Outubro	9	11
Novembro	11	3
Dezembro	11	1
TOTAL	120	57

Tabela 68 - Quantidade de empréstimos de equipamentos/mês

e) Distribuição de publicações em Braille das seguintes publicações:

Atendendo a solicitações de servidores e de instituições que atuam com a inclusão de pessoas com deficiência, entregamos exemplares de edições em Braille dos seguintes documentos:

- Estatuto da Pessoa com Deficiência/ Lei Brasileira de Inclusão;
- Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS);
- Dicas para quem quer ter uma atitude na preservação do meio ambiente;
- Lei Complementar 142, de 2013 (aposentadoria especial);
- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Jornal do Senado;

- Material de divulgação de eventos.

f) Ação relativa ao Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, o Senado Inclusivo organizou a realização de exame de tonometria, destinado à aferição da pressão intraocular. A ação ocorreu no Espaço do Servidor, nos dias 26 e 27 de maio, das 10h às 15h. Foram atendidas 185 pessoas.

Além disso, foi organizada uma palestra com o tema “Saúde Ocular e Glaucoma”, proferida pelo médico oftalmologista Dr. Juscelino Kubitschek. O evento ocorreu no Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, no dia 27 de maio.

g) Organização da IX Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com palestras, oficinas e exposição.

A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência ocorre anualmente em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro. Em 2015, o evento foi realizado em parceria com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e contou com as seguintes atividades:

- Abertura oficial, no dia 25 de novembro, com palestra e apresentação musical de Johnatha Bastos (músico com deficiência física) e apresentação do projeto “Uma sinfonia diferente”, voltado a crianças com transtorno do espectro autista.
- Oficina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), ministrado pela professora Mariana Siqueira, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), nos dias 26 e 27 de novembro.
- Audiência Pública destinada a debater os limites e as possibilidades da inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional, realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no dia 2 de dezembro.

- Palestra: “Lei Brasileira de Inclusão: do papel à realidade”, realizado no Interlegis, no dia 3 de dezembro.

h) Acompanhamento do projeto para ajustes na demarcação de vagas destinadas às pessoas com deficiência e idosos.

O projeto de demarcação de vagas reservadas para pessoas com deficiência e idosos em estacionamentos internos do Senado Federal foi elaborado pela Secretaria de Infraestrutura, seguindo as diretrizes da Lei 10.741/2003, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas de acessibilidade da ABNT. O processo foi acompanhado pela equipe do Senado Inclusivo.

i) Gestão de contratação de intérpretes de Libras

Elaboramos termo de referência e realizamos a gestão da Ata de Registro de Preços que trata da contratação de serviços de interpretação de Libras.

O serviço tem sido prestado sob demanda, para atendimento de eventos como Sessões Solenes, Sessões Especiais, Audiências Públicas, palestras e seminários. No ano de 2015, foram prestadas 271 horas de serviços de interpretação em 92 eventos distintos.

j) Contratação de legenda em tempo real para evento sobre acessibilidade.

O Senado Inclusivo realizou a gestão da contratação dos serviços de legenda em tempo real para a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Foram prestadas 6 horas de serviços em duas atividades distintas.

k) Manutenção de triciclos e cadeiras de rodas.

Foi elaborado Termo de Referência para manutenção de 13 equipamentos motorizados, utilizados para atendimento de pessoas com deficiência. O processo de contratação de empresa especializada deve ser concluído em 2016.

l) Divulgação de informações sobre acessibilidade através da intranet.

Por ocasião do Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência, solicitamos a elaboração de um texto e encaminhamos para publicação na intranet, com o objetivo de transmitir informações sobre o tema para servidores da Casa.

m) Apoio na organização de eventos sobre acessibilidade organizados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O Senado Inclusivo acompanhou e apoiou a organização de três eventos realizados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte:

- “Educação, Cultura e Esporte – caminhos para inclusão”, ocorrido no dia 19 de março, em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de Down.
- “Autismo e os desafios da educação inclusiva”, ocorrido no dia 23 de abril, em celebração ao Dia Mundial do Autismo.
- Audiência Pública em comemoração ao Dia Nacional do Surdo, realizada em 23 de setembro.

n) Realização de dois minicursos de Libras.

Organizamos dois minicursos de Libras, voltados para colaboradores do Senado Federal. O primeiro foi realizado como parte da programação do Mês do Servidor e o segundo foi incluído na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Ambos foram ministrados por

uma instrutora surda, servidora do Senado, com o apoio de uma intérprete de Libras da equipe do NCAS. No total, 35 pessoas, entre servidores e estagiários, aprenderam a se comunicar de forma básica em Língua de Sinais.

o) Participação em reuniões das equipes de Acessibilidade de Órgãos Públicos.

O NCAS participou de reuniões com as equipes de Acessibilidade da Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal de Contas da União (TCU). As reuniões, ocorridas mensalmente entre setembro e dezembro, tiveram como objetivo a troca de experiências na área, bem como a criação de uma rede de acessibilidade entre os órgãos públicos. Tal projeto será continuado em 2016.

p) Capacitação de equipe e servidores com deficiência na área de acessibilidade:

A equipe do Senado Inclusivo esteve presente nos seguintes eventos sobre acessibilidade:

- a. Reatech - Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, em abril de 2015, em São Paulo.
- b. 2º Encontro Brasileiro de Juventude pela Acessibilidade (JUVA), promovido pela Escola de Gente, em agosto de 2015, em Brasília.
- c. I Simpósio Nacional de Tecnologia Assistiva do Instituto Benjamin Constant (Sinta IBC), realizado em outubro de 2015, no Rio de Janeiro.
- d. “Decifrando a Acessibilidade”, realizado em setembro de 2015, na Presidência da República.

q) Spots na Rádio Senado

A Rádio Senado transmite diariamente spots com dicas e informações sobre temas variados. No mês de maio, aconteceu a gravação de spots sobre acessibilidade e inclusão.

r) Elaboração de Documentos de Oficialização de Demanda – DODs – para aquisições no ano de 2016.

Foram elaborados e encaminhados os seguintes documentos:

- Contratação de Audiodescrição para eventos (00100.079625/2015-61);
- Aquisição de triciclos e cadeiras de rodas (00100.079636/2015-41);
- Curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência (00100.079665/2015-11);
- Curso de Libras para colaboradores do Senado Federal (00100.079672/2015-12);
- Construção de rampa e/ou instalação de plataforma elevatória no Espaço do Servidor (00100.079681/2015-03);
- Contratação de intérpretes de Libras para eventos, através de Ata de Registro de Preços (00100.079693/2015-20);
- Contratação de Legenda em tempo real para eventos (00100.079708/2015-50);
- Manutenção de cadeiras de rodas e triciclos motorizados (00100.079715/2015-51);
- Aquisição e instalação de plataforma inclinada na escadaria do Salão Negro (00100.079724/2015-42);
- Contratação de empresa para instalação de piso e mapa tátil em áreas de grande circulação no Senado Federal (00100.079760/2015-14);
- Sinalização em Braille de todos os ambientes da Casa (00100.079763/2015-40);
- Aquisição e instalação de anunciador sonoro nos elevadores do Senado (00100.079779/2015-52).

s) Acompanhamento de demandas apresentadas por servidores com deficiência.

Ao longo do ano de 2015, os servidores com deficiência encaminharam demandas diversas, que foram recebidas e encaminhadas aos setores responsáveis. O andamento das demandas foi acompanhado pelo NCAS.

t) Reformulação da página do Senado Inclusivo na internet.

Realizamos a pesquisa de material e alimentamos o site do Senado Inclusivo:

<http://www12.senado.gov.br/institucional/programas/senado-inclusivo>

u) Elaboração do Plano de Acessibilidade do Senado Federal

Com o objetivo de planejar as ações para promoção da inclusão das pessoas com deficiência no Senado Federal, elaboramos, em conjunto com representantes de diferentes áreas da administração do Senado Federal e de servidores com deficiência, o Plano de Acessibilidade do Senado Federal. As ações propostas foram agrupadas em seis eixos temáticos: infraestrutura, acesso a informação, mobilidade, gestão de pessoas, acesso a educação e compras e contratações. O Plano será executado no decorrer do ano de 2016 e será monitorado por grupo de trabalho com representantes de áreas diversas.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

Em 2015, as cotas financeiras (ingressos) foram solicitadas pelo Senado Federal de acordo com o Cronograma Anual de Desembolso estabelecido para o exercício, e recebidas tempestivamente viabilizando os respectivos dispêndios.

O contingenciamento realizado no orçamento do Órgão também não afetou a gestão financeira, uma vez que o planejamento das despesas foi adequado a essa restrição orçamentária.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, foi realizada a depreciação dos bens patrimoniais registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, utilizando-se a tabela de vida útil econômica e as taxas de depreciação disponibilizadas na referida Macrofunção.

Houve também o registro, efetuado pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN, da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, de acordo com planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União. No ano de 2015, os imóveis sob a gestão do Senado Federal não sofreram reavaliação.

Da mesma forma, foi realizado o registro da amortização dos bens intangíveis, observando-se a vigência contratual. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As avaliações e mensurações dos itens do Ativo e do Passivo foram efetuadas obedecendo-se a metodologia da NBC T 16.10. Foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para os grupos de contas 1.1.3.4.1.00.00 e 1.1.3.8.1.00.00.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado foi de R\$ 16.391.838,26 com o registro da depreciação e amortização, e de R\$ 127.370,53 com o ajuste de diminuição das provisões constituídas.

6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.632.845,00	6.632.845,00	22.943.749,62	16.310.904,62
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.648.753,00	1.648.753,00	17.585.441,14	15.936.688,14
Receitas Imobiliárias	-	-	1.509,06	1.509,06
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	1.648.753,00	1.648.753,00	1.531.604,95	-117.148,05
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	16.052.327,13	16.052.327,13
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	1.775.000,00	1.775.000,00	693.966,32	-1.081.033,68
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	1.775.000,00	1.775.000,00	693.966,32	-1.081.033,68

Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	202.690,00	202.690,00	1.055.414,52	852.724,52
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	3.006.402,00	3.006.402,00	3.608.927,64	602.525,64
Multas e Juros de Mora	1.120.987,00	1.120.987,00	1.703.757,13	582.770,13
Indenizações e Restituições	1.885.415,00	1.885.415,00	1.905.170,51	19.755,51
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	1.252.890,00	1.252.890,00	-3.690.855,05	-4.943.745,05

Tabela 69 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

TITULO

EMISSAO
05/02/2016

PAGINA
2

SUBTITULO

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-4.093.845,05	-4.093.845,05
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-4.093.845,05	-4.093.845,05

Alienação de Bens	1.252.890,00	1.252.890,00	402.990,00	-849.900,00
Alienação de Bens Móveis	1.252.890,00	1.252.890,00	402.990,00	-849.900,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.885.735,00	7.885.735,00	19.252.894,57	11.367.159,57
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.885.735,00	7.885.735,00	19.252.894,57	11.367.159,57		
DÉFICIT			3.798.103.383,55	3.798.103.383,55		
TOTAL	7.885.735,00	7.885.735,00	3.817.356.278,12	3.809.470.543,12		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	21.666.666,00	21.666.666,00	-		
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	21.666.666,00	21.666.666,00	-		
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.849.657.597,00	3.833.448.273,00	3.748.675.193,86	3.685.322.796,45	3.683.242.271,18	84.773.079,14
Pessoal e Encargos Sociais	3.289.101.501,00	3.282.801.501,00	3.250.257.447,64	3.249.908.493,83	3.248.663.764,35	32.544.053,36
Juros e Encargos da Dívida	245.000,00	88.004,00	88.003,64	88.003,64	88.003,64	0,36
Outras Despesas Correntes	560.311.096,00	550.558.768,00	498.329.742,58	435.326.298,98	434.490.503,19	52.229.025,42
DESPESAS DE CAPITAL	66.720.000,00	82.802.578,65	68.273.237,91	4.475.872,19	4.475.872,19	14.529.340,74
Investimentos	65.740.000,00	82.802.578,00	68.273.237,91	4.475.872,19	4.475.872,19	14.529.340,09
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	980.000,00	0,65	-	-	-	0,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.916.377.597,00	3.916.250.851,65	3.816.948.431,77	3.689.798.668,64	3.687.718.143,37	99.302.419,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	407.846,35	407.846,35	407.846,35	407.846,35	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	407.846,35	407.846,35	407.846,35	407.846,35	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	407.846,35	407.846,35	407.846,35	407.846,35	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.916.377.597,00	3.916.658.698,00	3.817.356.278,12	3.690.206.514,99	3.688.125.989,72	99.302.419,88
TOTAL	3.916.377.597,00	3.916.658.698,00	3.817.356.278,12	3.690.206.514,99	3.688.125.989,72	99.302.419,88

--	--	--	--	--	--

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	409.117,66	1.939.478,05	219.984,34	-	2.128.611,37
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.091.479,12	-	-	1.091.479,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

ANEXO 1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

		INSCRITOS EM 31 DE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.377.278,93	53.237.729,47	36.422.500,09	36.422.500,09	14.265.872,09	12.926.636,22
Pessoal e Encargos Sociais	612.650,94	4.564.462,31	3.900.169,73	3.900.169,73	612.650,94	664.292,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.764.627,99	48.673.267,16	32.522.330,36	32.522.330,36	13.653.221,15	12.262.343,64
DESPESAS DE CAPITAL	2.142.437,61	47.062.490,11	32.899.088,87	32.697.618,23	880.115,51	15.627.193,98
Investimentos	2.142.437,61	47.062.490,11	32.899.088,87	32.697.618,23	880.115,51	15.627.193,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.519.716,54	100.300.219,58	69.321.588,96	69.120.118,32	15.145.987,60	28.553.830,20

Quadro 47 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS



EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
 SUPERIOR

EMISSAO
05/02/2016

PAGINA
4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	409.117,66	847.998,93	219.984,34	-	1.037.132,25
DESPESAS DE CAPITAL	638,39	173.448,86	171.199,70	-	2.887,55
Investimentos	638,39	173.448,86	171.199,70	-	2.887,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	409.756,05	2.112.926,91	391.184,04	-	2.131.498,92

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	19.252.894,57	-	Despesas Orçamentárias	3.817.356.278,12	-
Ordinárias	288,47	-	Ordinárias	3.302.146.867,23	-
Vinculadas	24.799.806,89	-	Vinculadas	515.209.410,89	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	496.482.875,41	-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	495.849,99	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	24.799.806,89	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	18.230.685,49	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5.547.200,79	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	3.723.129.936,85	-	Transferências Financeiras Concedidas	42.753.723,35	-
Resultantes da Execução Orçamentária	3.696.885.078,32	-	Resultantes da Execução Orçamentária	20.988.247,57	-
Cota Recebida	3.675.017.420,55	-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	21.867.657,77	-	Repasse Concedido	20.988.247,57	-
Sub-repasse Recebido		-	Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-

Repasso Devolvido		-	Repasso Devolvido		-
Sub-repasso Devolvido		-	Sub-repasso Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	26.244.858,53	-	Independentes da Execução Orçamentária	21.765.475,78	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	385.538,70	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1,00	-
Demais Transferências Recebidas	20.900.000,00	-	Demais Transferências Concedidas	20.900.000,00	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.959.319,83	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	865.474,78	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	131.255.636,45	-	Despesas Extraorçamentárias	71.752.628,27	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.080.525,27	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	391.184,04	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	127.149.763,13	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	69.120.118,32	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-11.359.083,75	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.222.737,37	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	13.384.431,80	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.588,54	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	18.240,05	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,22	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

EMISSAO 05/02/2016
PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014

Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial		-	Varição Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	348,49	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	13.384.431,58	-			-
Saldo do Exercício Anterior	649.081.652,40	-	Saldo para o Exercício Seguinte	590.857.490,53	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	649.081.652,40	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	590.857.490,53	-
TOTAL	4.522.720.120,27	-	TOTAL	4.522.720.120,27	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	740.707.138,45	796.991.383,92	PASSIVO CIRCULANTE	219.391.909,63	233.711.061,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	590.857.490,53	649.081.652,40	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	257.598,19	-
Créditos a Curto Prazo	451.332,61	111.452,50	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	980.000,00
Créditos Tributários a Receber		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	371.509,31	-
Clientes	451.332,61	111.452,50	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária		-	Demais Obrigações a Curto Prazo	218.762.802,13	232.731.061,99
Dívida Ativa Não Tributária		-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	134.453.830,63	133.397.110,73			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	14.896.544,69	14.401.168,29			
VPDs Pagas Antecipadamente	47.939,99	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	543.258.277,90	522.471.086,40	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	3.479.774,85
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	3.479.774,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques		-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	219.391.909,63	237.190.836,84
		-			
		-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014

Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Demais Reservas	1.064.573.506,72	1.082.271.633,48
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	-18.205.818,38	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	1.082.271.633,48	1.082.271.633,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	507.691,62	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	528.851.043,01	511.234.720,65	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	209.321.882,29	192.902.108,31	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.064.573.506,72	1.082.271.633,48
Bens Móveis	271.414.401,46	239.138.335,58			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-62.092.519,17	-46.236.227,27			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			

O

2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO

SUPERIOR 2000 - SENADO FEDERAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	O		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	319.529.160,72	318.332.612,34			
Bens Imóveis	319.793.566,52	318.440.310,11			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-264.405,80	-107.697,77			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	14.407.234,89	11.236.365,75			
Softwares	14.407.234,89	11.236.365,75			
Softwares	14.415.224,89	11.244.355,75			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-7.990,00	-7.990,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.283.965.416,35	1.319.462.470,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.283.965.416,35	1.319.462.470,32
ATIVO			PASSIVO		

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO	596.061.597,00	649.517.582,61	PASSIVO	374.741.792,64	447.798.649,89
FINANCEIRO			FINANCEIRO		
ATIVO	687.903.819,35	669.944.887,71	PASSIVO	152.239,68	-
PERMANENTE			PERMANENTE		103.074.019,10
SALDO		-	SALDO	909.071.384,03	974.737.839,53
PATRIMONIAL			PATRIMONIAL		
L			L		

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	32.857.136,47	99.731.974,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	71.666.496,12	66.773.394,53
Execução dos Atos Potenciais Ativos	32.857.136,47	99.731.974,26	Execução dos Atos Potenciais Passivos	71.666.496,12	66.773.394,53
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	20.354.570,22	21.657.118,46	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.557.045,51	119.590,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	10.945.520,74	77.955.265,15	Obrigações Contratuais a Executar	71.666.496,12	66.773.394,53
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	32.857.136,47	99.731.974,26	TOTAL	71.666.496,12	66.773.394,53

TITULO

SUBTITULO

ORGÃO

SUPERIOR

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

2000 - SENADO FEDERAL

2015

EMISSÃO

26/02/2016

Anual

PAGINA

3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	98.659.532,81

Recursos Vinculados	122.660.271,55
Seguridade Social (Exceto RGPS)	62.771.437,53
Operação de Crédito	-33.789,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	80.288.277,13
Demais Recursos	-20.365.653,31
TOTAL	221.319.804,36



EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 05/02/2016	PAGINA 1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES
DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.011.769.988,6	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	19.780.256,06	-
Venda de Mercadorias	7.160,00	-
Vendas de Produtos	670.959,92	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	19.102.136,14	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	279.495,77	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	279.495,77	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.725.236.535,7	-



EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 05/02/2016	PAGINA 2

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

Transferências Intragovernamentais	3.723.129.936,8	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.106.598,85	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	256.762.377,79	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	61.413,58	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	45.645.985,15	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	211.054.979,06	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.711.323,29	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES
DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.715.569,16	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.995.754,13	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.029.975.806,9	-
Pessoal e Encargos	1.761.206.121,4	-
Remuneração a Pessoal	1.394.378.288,0	-



EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 05/02/2016	PAGINA 3

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

Encargos Patronais	273.362.263,28	-
Benefícios a Pessoal	80.348.732,57	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.116.837,62	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.574.205.674,9	-
Aposentadorias e Reformas	1.245.078.550,6	-
Pensões	326.913.640,15	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.213.484,23	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	371.611.628,04	-
Uso de Material de Consumo	13.071.382,02	-
Serviços	342.148.407,76	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	16.391.838,26	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.427.762,82	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	61.123,94	-
Juros e Encargos de Mora	984.807,84	-
Variações Monetárias e Cambiais	14.381.831,04	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	46.657.140,06	-
Transferências Intragovernamentais	42.753.723,35	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	50.400,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.581.780,80	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.271.235,91	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	232.162.481,88	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.588.198,63	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 4

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

Perdas com Alienação	1.275.402,63	-
Perdas Involuntárias	69.843,23	-
Incorporação de Passivos	194.400.246,29	-

SUBTÍTULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM
UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	34.828.791,10	-
Tributárias	199.403,62	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.363,96	-
Contribuições	179.039,66	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	28.505.594,12	-
Premiações	10.252,97	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	669.175,34	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	27.826.165,81	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-18.205.818,38	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 05/02/2016	PAGINA 1

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES
DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-16.780.770,35	-
INGRESSOS	3.748.099.034,52	-
Receitas Derivadas e Originárias	22.943.749,62	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	17.585.441,14	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	693.966,32	-
Receita de Serviços	1.055.414,52	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.608.927,64	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	3.725.155.284,90	-
Ingressos Extraorçamentários	-11.359.083,75	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,22	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.723.129.936,85	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-

Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	13.384.431,58	-
DESEMBOLSOS	-3.764.879.804,87	-
Pessoal e Demais Despesas	-3.444.394.728,48	-
Legislativo	-1.872.380.145,93	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.571.996.342,50	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM
UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-

Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-18.240,05	-
Juros e Encargos da Dívida	-88.003,64	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-83.939,47	-
Outros Encargos da Dívida	-4.064,17	-
Transferências Concedidas	-275.420.263,54	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-273.938.272,38	-
Outras Transferências Concedidas	-1.481.991,16	-
Outros Desembolsos das Operações	-44.976.809,21	-
Dispêndios Extraorçamentários	-2.222.737,37	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-42.753.723,35	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-348,49	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-36.941.700,12	-
INGRESSOS	402.990,00	-
Alienação de Bens	402.990,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-

SUBTITULO 2000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGÃO 2000 - SENADO FEDERAL
SUPERIOR

VALORES EM
UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-37.344.690,12	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-32.869.906,05	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.474.784,07	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-4.501.691,40	-
INGRESSOS	-4.093.845,05	-
Operações de Crédito	-4.093.845,05	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-407.846,35	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-407.846,35	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-58.224.161,87	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	649.081.652,40	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	590.857.490,53	-

Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-36.411.636,76	-	-	-36.411.636,76
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	1.046.367.688,34	-	-	1.046.367.688,34

6.4. Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

O Ato da Comissão Diretora nº 11/2012 estabelece o procedimento de constituição, cobrança e recuperação dos créditos fiscais não tributários do Senado Federal. Além disso, o Ato da Comissão Diretora nº 21/2002, alterado pelo Ato nº 06/2003, regulamenta a inscrição de devedores no CADIN e também traz orientações sobre parcelamentos de débitos.

No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, os registros são feitos nas contas 1.1.3.4.1.00.00 – Créditos por Danos ao Patrimônio e 1.1.3.8.1.00.00 – Outros Créditos a Receber a Curto Prazo.

Utiliza-se o Sistema de Cadastro de Devedores, desenvolvido pelo Prodasen, para o cadastro, controle, atualização e gestão dos débitos no âmbito do Senado Federal.

Os débitos de valor atualizado acima de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) cobrados e não quitados são encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e registrados em contas do SIAFI, de acordo com a Macrofunção 021112 – Dívida Ativa da União. Após a confirmação da inscrição em Dívida Ativa, é feito o registro contábil com a consequente baixa da conta do ativo.

Os débitos de valor atualizado abaixo de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) são sobrestados até que atinjam o valor mínimo para inscrição em Dívida Ativa da União ou ocorra a prescrição, com a respectiva baixa do registro contábil no SIAFI.

6.5. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como, por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou, ainda, efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo, assim, ao princípio de segregação de função.

Durante o ano de 2015 foram observadas 49 (quarenta e nove) ocorrências de ressalvas, em sua maioria, ocasionadas pela implantação do Novo Plano de Contas da União – PCASP, tendo sido regularizadas ainda dentro do exercício.

6.6. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

A política de ensino, pesquisa e extensão da Coordenação de Ensino Superior (COESUP) está inserida na política de capacitação geral do ILB. Assim, tem como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais de produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade. São princípios dessa política:

- Busca de excelência no desempenho do Senado Federal e sua consolidação como instituição de referência;
- Vinculação às diretrizes e estratégias fixadas pela Alta Administração da Casa;
- Vinculação aos objetivos das unidades administrativas;
- Promoção de capacitação continuada, com equidade de oportunidades e adequação aos perfis de atuação operacional, técnica e gerencial dos servidores, visando à manutenção de quadros técnico-profissionais de alto nível;
- Fomento à produção de conhecimentos e competências, mediante desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado;
- Estímulo à gestão do conhecimento, mediante adoção de mecanismos de organização e disseminação interna de conhecimentos e competências;
- Avaliação das ações de capacitação, buscando aferir a efetividade do aprendizado individual e coletivo, bem como os impactos dessas ações nos resultados do Senado Federal;
- Busca de economicidade e eficiência na gestão das ações de capacitação; e
- Integração de projetos e ações de capacitação com outros órgãos da Administração Pública.

Prevê o Regulamento Administrativo do Senado Federal que, anualmente, será elaborado plano de capacitação para os servidores. É o ILB que coordena tecnicamente a elaboração do plano, tendo, como insumos, as demandas de cada uma das áreas do Senado. A partir desse plano, definem-se as ações de capacitação interna, capacitação externa em atividades de extensão e em pós-graduação. Especificamente quanto às atividades relacionadas à educação em nível superior, têm-se as seguintes situações:

- Quanto à capacitação externa: a COESUP, basicamente, atua no sentido de analisar a pertinência do curso ao plano de capacitação do Senado e à atividade do servidor na Casa, bem como a aptidão do servidor para realizar o curso pleiteado.
- Quanto à capacitação interna: a COESUP elabora e ministra os cursos de pós-graduação lato sensu indicados no plano de capacitação¹. Tais cursos possuem as seguintes características: b.1) conteúdo voltado a atender às necessidades específicas do legislativo; b.2) corpo discente formado principalmente por servidores do Senado Federal – reserva-se 10% do número de vagas para instituições parceiras do Poder

¹ O ILB ainda não possui política aprovada para as atividades próprias de extensão e de pesquisa e não vem atuando regularmente nessas áreas de produção do conhecimento. Entretanto, para o ano de 2016, ações de pesquisas serão desenvolvidas, recebendo dotação orçamentária para essa finalidade.

Legislativo², os quais tenham sido aprovados em processo seletivo regido por edital específico; b.3) corpo docente preferencialmente composto por servidores do Senado inscritos no Banco de Talentos da Casa; b.4) gratuidade do curso para os alunos³; b.5) custeio com recursos do orçamento do Senado Federal ⁴.

² Há exceções à regra geral. Por exemplo, o curso de Pós-Graduação lato sensu em Orçamento Público é fruto de parceria do Senado Federal com o Tribunal de Contas da União, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Secretaria de Orçamento Federal e a Controladoria-Geral da União, havendo servidores desses órgãos tanto no corpo discente quanto no docente.

³ Em caso de desistência injustificada, reprovação por infrequência em qualquer das disciplinas do curso ou decisão do Comitê Científico-Pedagógico nos casos de desistência justificada, o discente deve ressarcir ao Senado Federal o valor correspondente aos custos do curso por aluno.

⁴ O supramencionado curso de Orçamento Público é exceção também no tocante ao pagamento dos custos, sendo estes compartilhados com os parceiros institucionais.

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1. GESTÃO DE PESSOAS

7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3938	3046	125	142
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	81	85	38	36
<i>1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</i>	3857	2961	87	106
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3857	2763	6	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ	198	81	87
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	NÃO HÁ	3256	1400	1123
4. Total de Servidores (1+2+3)		6302	1525	1265

Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

Observação

1 – A coluna Lotação autorizada não foi somada porque há casos em que há lotação autorizada e casos em que não há.

2 – Ingressos e Egressos no exercício. O quantitativo elevado deve-se à mudança de legislatura.

3 – Além da Força de Trabalho demonstrada no quadro acima, há 18 servidores cedidos pelo Governo do Distrito Federal por força do Ato da Comissão Diretora nº 02/2013 e com fundamento no Decreto nº 36.496, de 13/05/2015, combinado com o § 3º do art. 152 da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011. Desses 18 servidores, 12 ingressaram na instituição em 2015.

Quadro 48 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1794	1167
<i>1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)</i>	1794	1167
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1782	981
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	186
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	232	3024
4. Total de Servidores (1+2+3)	2026	4191

Quadro 49 - Distribuição da Lotação Efetiva
Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1 + 1.2)		3459	1403	1125
<i>1.1. Cargos Natureza Especial</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	N/A	N/A	N/A	N/a
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	NÃO HÁ	198	81	87
1.2.4. Sem Vínculo	NÃO HÁ	3256	1400	1123
1.2.5. Aposentados	NÃO HÁ	5	3	2
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2+2.3)	1529	1172	1	9
<i>2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão</i>	1529	1172	1	9
<i>2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
<i>2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas</i>	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-----	4631	1404	1134

Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

Observação:

A lotação autorizada não foi computada porque há casos em que se aplica e outras em que não se aplica.

Em relação aos Cargos de Natureza Especial e Grupo de Direção e Assessoramento Superior, a terminologia não se aplica ao Senado. Há uma tabela de equivalência, constante do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução nº 20, de 2015.

ANÁLISE CRÍTICA

Em relação à quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades do Senado Federal, a instituição está realizando um trabalho técnico para, a partir dos produtos e do quantitativo de servidores, emitir um relatório sobre essa relação, com propostas diversas para o problema.

Na análise da força de trabalho, constatou-se uma retração da força de trabalho representada pelos servidores efetivos, como se vê no gráfico seguinte:

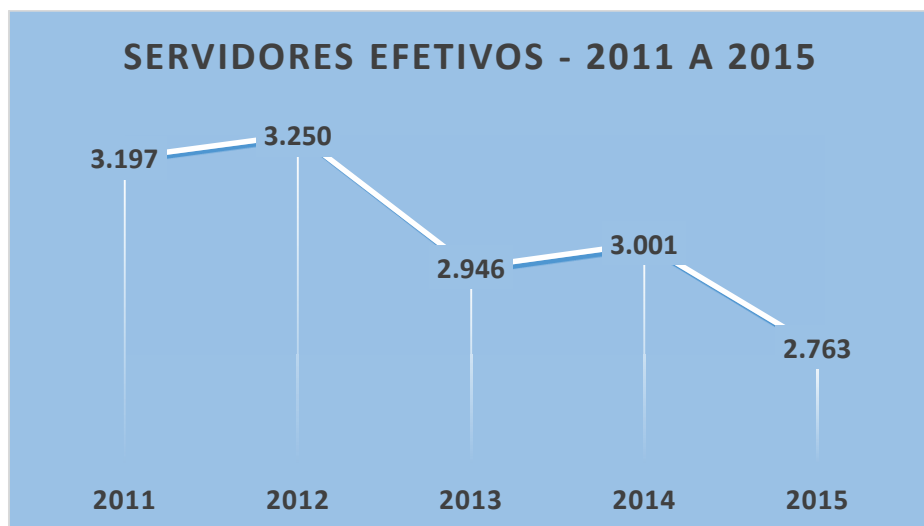


Gráfico 11 - Evolução do número dos servidores efetivos de 2011 a 2015

Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

Cabe o registro de que, por outro lado, de 2011 a 2015, o Senado Federal, em decorrência das mudanças sociais e do amadurecimento do Estado democrático de direito, ampliou suas atividades: aumentaram os números de análises, apreciação e votação de projetos de lei; aperfeiçoaram-se as formas de interlocução com a sociedade feitas pelo Jornal, Rádio e TV Senado; o Portal da Transparência intensificou sua interação com a sociedade, implantando e melhorando funcionalidades como mais informações sobre a atividade legislativa, exposição de dados sobre a gestão e o processo legislativo, e aplicativos que permitem a participação do cidadão, quais sejam: proponha uma ideia legislativa, participe das audiências públicas, opine sobre projetos de lei.

A intensificação dos trabalhos acarreta a necessidade de mais e melhores profissionais, não apenas nas áreas diretamente relacionadas ao processo legislativo e à interlocução com a sociedade, mas também na área de gestão e de informática, nas unidades de consultoria legislativa e de orçamento, nos setores de qualificação profissional, de ampliação, conservação e melhoria dos espaços físicos, assim como em outros setores que dão o suporte indispensável ao pleno funcionamento da Casa.

A diminuição dessa força de trabalho deve-se a duas situações:

Envelhecimento dos servidores efetivos, como demonstrado no gráfico 1 que mostra a faixa etária dos servidores efetivos:

Acelerado processo de aposentadoria, como se vê pelo gráfico seguinte, que faz, numa série histórica, a comparação do quantitativo de servidores efetivos ativos e servidores aposentados:

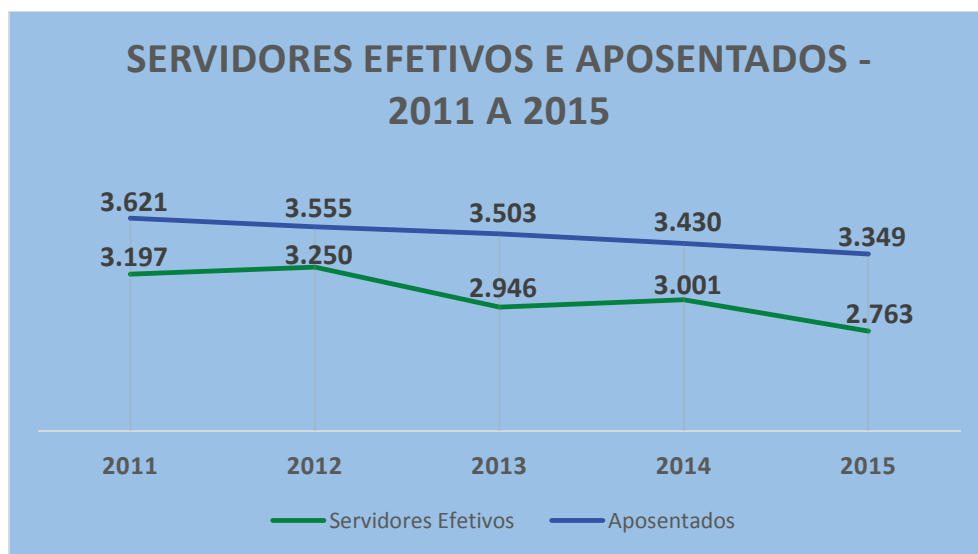


Gráfico 12 - comparação do quantitativo de servidores efetivos ativos e servidores aposentados

Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

Falta de um marco legal que regularize a obrigatoriedade de concurso público. Sobre este assunto, informa-se que já existe o processo de nº 00200.001215/2014-3, com proposta para estabelecer a realização sistemática de concursos públicos.

Aumento progressivo do número dos comissionados em relação aos efetivos, como se vê na série histórica seguinte:

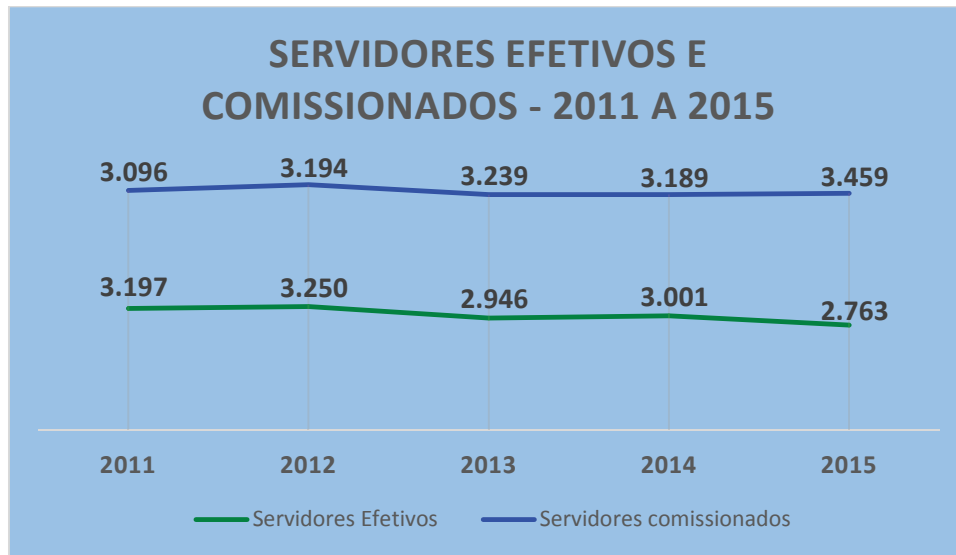


Gráfico 13 - Evolução do número dos comissionados em relação aos efetivos

Fonte: Sistema de banco de dados conhecido por ERGON.

7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	32.111.214,59		2.713.879,23		26.768.443,04	1.736.794,50		185.470,18		63.515.801,54
	2014	24.709.639,26		2.059.930,65		21.536.833,80	2.120.047,35		199.849,50		50.626.300,56
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	821.844.707,04	43.252.649,92	73.450.433,20	68.007.670,83	32.332.954,29	12.134.393,73		1.316.468,01		1.052.339.277,02
	2014	806.259.839,57	37.092.134,00	71.606.039,69	59.047.980,80	30.289.506,94	12.728.961,59		1.342.500,29		1.018.366.962,88
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	14.665.713,39		1.189.669,67	362.457,02	1.590.254,64			2.272,69		17.810.367,41
	2014	15.135.138,33		1.278.801,94	446.474,42	1.626.112,98	724,00		1.025,34		18.488.277,01
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	226.410.342,37		18.902.654,71	5.138.157,29	32.090.999,48			99.251,58		282.641.405,43
	2014	208.300.210,88	5.514,54	17.415.060,58	5.799.950,43	29.189.576,80			61.956,83		260.772.270,06
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	14.400.722,56	96.095,74	1.240.189,67	1.004.491,60	440.848,86	162.522,30		26.062,64		17.370.933,37
	2014	10.999.734,29	91.480,50	944.899,93	761.196,75	353.385,08	33.830,03		1.110,53		13.185.637,11
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										
	2014										

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação de Pagamento de Pessoal – COPAG.

7.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O Ergon é o banco de dados cadastrais do pessoal do Senado Federal. Em 2014, a Secretaria de Controle Interno do Senado Federal – SCISF elaborou o Relatório de Auditoria de Conformidade do Sistema Ergon, com diversas orientações e determinações para a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Tecnologia da Informação, com o objetivo de minimizar riscos em relação a esse Sistema, base de dados que fundamenta e serve de suporte ao pagamento. Esse relatório consta do Processo SIGAD nº 00200.013099/2014-67. Em 2015, para atendimento das recomendações da SCISF, a SGEST e o Prodasen elaboraram um Plano de Ação Conjunto, que está sendo executado e acompanhado pela SCISF.

7.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

PESSOAL DE APOIO

Unidade Contratante - NGCOT													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4 e 12	O	2010/0064	02.843.359/0001-56	01/09/2010	31/08/2015	679	238	109	308		242	E
2011	12	O	2011/0032	10.886.138/0001-93	30/04/2011	29/04/2016	148	13		116		19	P
2012	10	O	2012/0113	37.077.716/0001-05	17/09/2012	31/01/2016	56	1	4	49	1	11	E
2012	8	O	2012/0143	02.843.359/0001-56	26/11/2012	25/11/2016	34	34	14	14			p
2013	8 e 9	O	2013/0014	02.843.359/0001-56	01/02/2013	25/11/2016	76	76	25	25			p
2013	12	O	2013/0057	02.895.841/0001-30	01/06/2013	31/05/2016		23		16	1	3	P
2013	3	O	2013/0059	00.308.141/0001-76	01/06/2013	31/05/2016			93	3		90	P
2013	12	O	2013/061	06.936.483/0001-17	17/07/2013	16/07/2016			8	3	40	45	P
2013	12	O	2013/0079	38.013.199/0001-65	29/08/2013	28/08/2015		46		6			E
2014	12	O	2014/0003	02.843.359/0001-56	01/02/2014	25/11/2016			28	28			P
2014	7	O	2014/0030	03.517.258/0001-58	15/05/2014	14/05/2016			3	3			P
2014	7	O	2014/0041	78.533.312/0001-58	30/06/2014	29/06/2016	60	21	159	188	51	61	P
2014	9	O	2014/0042	00.681.882/0001-06	01/07/2014	30/06/2016	16	9	32	39	2	2	P
2015	12	O	2015/113	00.087.163/0001-53	16/11/2015	15/11/2016		46		6			A
2015	4 e 12	O	2015/068	01.608603/0001-33	01/09/2015	31/07/2016	704	109	113	438		270	A
2015	3	O	2015/072	78.533.312/0001-58	01/09/2015	31/07/2016			15	2		13	A
2015	7	O	2015/065	75.533.312/0001-58	01/07/2015	30/06/2016	29	2	43	21		49	A
2015	7	O	2015/040	00.308.141/0001-76	30/04/2015	29/04/2016			12	2	6	16	A

2015	5	O	2015/078	38.053.377/0001-81	27/08/2015	26/05/2016			12	7		5	A
2013	7	O	2013/0030	10.682.187/0001-04	20/03/2013	19/03/2017	0	0	7	7	0	0	P
2014	7	O	2014/0020	05.769.362/0001-65	27/03/2014	26/03/2017	0	0	10	10	0	0	P
2013	12	O	2013/083	78.533.312/0001-58	10/09/2013	09/09/2016			7	4		3	P
2013	12	O	2013/007	00.433.623/0001-58	01/02/2013	31/01/2017	97	97	39	39			P

Observações:

- Contrato nº 2013/0057, não específica o nível de escolaridade.
 - Contrato nº 2012/0079, não específica o nível de escolaridade.
 - Contrato nº 2015/113, não específica o nível de escolaridade.
- Os contratos acima relacionados são os geridos pelo NGCONT.

<p>- Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

ESTAGIÁRIOS:

O Senado Federal só admite estagiário de nível superior.

A seguir, série histórica de 2013 a 2015, com quantitativo e com gastos com estagiários.

PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS NA SÉRIE HISTÓRICA DE 2013 A 2015		
Ano	Quantidade de estagiários (*)	Valores pagos /por ano (**)
2013	337	4.356.468,25
2014	412	4.114.934,92
2015	451	6.974.395,59

Quadro 53 - Quantitativo e gastos com estagiários (2013 a 2015)

(*) *Quantidade de estagiários ativos no último dia de cada ano. O ano de 2013 se iniciou com 476 estagiários, mas em virtude da reestruturação administrativa e contenção de gastos, houve uma queda considerável ao longo do ano.*

(**) Os valores pagos nos anos de 2013 e 2014 foram extraídos do SIGA Brasil, enquanto os de 2015, do sistema de pessoal ERGON. Ressalte-se que em 2015 houve um aumento na remuneração dos estagiários, que passou de R\$ 950,00 (bolsa + aux. transporte) para R\$ 1.300,00.

Pagamento de estagiários / 2015 por trimestre		
Trimestre	Quantidade de estagiários (*)	Valor pago
1º trimestre	424	1.576.995,19
2º trimestre	465	1.758.040,64
3º trimestre	468	1.800.453,12
4º trimestre	451	1.838.906,64

Quadro 54 - Pagamento de estagiários / 2015 por trimestre

(*) Quantidade de estagiários ativos no último dia de cada trimestre.

DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, CONFORME AS ÁREAS: área meio e área fim

ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR - dezembro de 2015		
Trimestre	Área meio	Área fim
1º trimestre	363	61
2º trimestre	405	60
3º trimestre	403	65
4º trimestre	57	384

Quadro 55 - Distribuição de estagiários

Fonte: Dados fornecidos pelo Serviço de Gestão de Estagiários

7.1.5. Medidas para prevenir e corrigir a acumulação indevida de cargos, empregos e funções públicas

A Administração toma as seguintes providências para inibir a acumulação indevida de cargos, empregos e funções:

O candidato ao cargo efetivo ou comissionado, por ocasião da posse, preenche um formulário no qual presta informações sobre exercício de outro cargo público. Em caso afirmativo, a unidade responsável (Coordenação de Registros Parlamentares e Pessoal Comissionado – COPACO, no caso do servidor comissionado, e Coordenação de Pessoal Ativo – COOPA, no caso do servidor efetivo) analisa a declaração do candidato. Havendo a caracterização da acumulação, o candidato não é empossado. Se houver recurso da decisão da unidade, o caso é encaminhado às instâncias superiores da Casa para análise e deliberação.

Por ocasião do Recadastramento Anual dos Servidores, são formuladas perguntas sobre aposentadoria, exercício de outros cargos públicos e prática de atividade comercial. Essas perguntas são respondidas pelo servidor, de forma autodeclaratória. Findo o recadastramento, as respostas são analisadas pela COPACO e pela COOPA, respectivamente. Em havendo indício de acumulação, os processos são encaminhados a instâncias superiores, para análise e deliberação.

Cumprimento das recomendações da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal - SCISF e do Tribunal de Contas da União - TCU. Em 2015, foram cumpridas as determinações contidas no Ofício 278-27/2015-TCU/SEFIP/DIAUP, de 27/07/2015. No Senado, a questão foi tratada no processo nº 00200.015784/2015-17.

Além da análise inicial dos processos de admissão de servidores efetivos e comissionados, há também a análise feita pela Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos do Senado Federal.

7.2. Gestão de patrimônio e infraestrutura

7.2.1. Gestão da frota de veículos”

A regulamentação quanto à utilização dos veículos disponibilizados ao Senado Federal foi disciplinada no Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2015. Os artigos 320 e seguintes dispuseram de forma objetiva sobre a conceituação e os critérios para utilização, manutenção e recolhimento.

Segundo o Ato, os veículos seriam divididos em três grupos: veículos de representação, de uso exclusivo do Presidente do Senado Federal; veículos de natureza especial, de uso dos senadores, do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Mesa; e veículos de serviço, destinados ao transporte de materiais do Senado e de pessoal em serviço.

Em razão da mudança gradual de modelo de gestão de frota, de própria para locada, iniciada em 2011, os veículos foram locados por grupos específicos, conforme quadro resumido abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	CATEGORIA	IDADE MÉDIA	MÉDIA DE QUILOMETRAGEM
092/11	LM Transportes	83 veículos	Veículo de natureza especial	2 anos	25.000 KM
167/12	4x4 Locadora	3 veículos	Veículos de serviço (atividade policial)	2 anos	22.000 KM
167/12	4x4 Locadora	4 veículos	Veículos de serviço	2 anos	25.000 KM
034/13	Rural Rental Ltda.	3 veículos	Veículos de representação	2 anos	23.000 KM
051/12	Ipanema Transportes	36 veículos 55 motoristas com combustível	Veículos de serviço	2 a 4 anos	37400 KM
TOTAL		129			

Quadro 56 - Locação de veículos por grupos

Em que pese o quantitativo descrito, restam 6 (seis) veículos de propriedade do Senado Federal, que estão sendo encaminhados para alienação, além de outros 4 (quatro) veículos próprios ainda em uso: duas ambulâncias, uma motocicleta e um veículo Nissan/Xterra.

Todas as atividades desempenhadas pela Casa, direta ou indiretamente, dependem dos veículos disponibilizados ao Senado. Tanto os serviços relacionados à área administrativa quanto à legislativa utilizam diariamente o serviço de transporte, seja para o deslocamento de Senadores, autoridades, servidores e funcionários em serviço, além de objetos, documentos, bens e materiais de propriedade do Senado Federal.

As atividades de transporte são controladas por sistema informatizado. A solicitação é feita via intranet desenvolvida e mantida pelo Prodasen (Secretaria de Informática do Senado) e o registro da solicitação fica gravado no banco de dados do sistema de controle do Serviço de Transportes. Há monitoramento, a cada movimentação, de quilômetros rodados, órgão solicitante, destino, horário de atendimento e de solicitação, registro de recolhimento, controle de infração, dentre outros.

7.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis

Como regra, a alienação, sob qualquer forma, de bem integrante do patrimônio do Senado Federal é disciplinada pela Resolução nº 53, de 1997. As unidades administrativas - sobretudo a de Patrimônio - que julgarem oportuna a alienação de bem integrante do patrimônio do Senado Federal deverão justificar, em processo administrativo, a sua conveniência e o interesse público na operação.

No que diz respeito aos veículos que integravam a frota do Senado, houve decisão da Comissão Diretora no sentido de se adotar modelo de gestão baseado na locação de veículos, com e sem motoristas. Por essa razão, não se adotou critério técnico de enquadramento dos veículos na categoria de bens inservíveis. A alienação se deveu exclusivamente a determinação da Comissão Diretora por conveniência e oportunidade, como consequência da adoção de novo modelo de gestão de frota, de própria para locada, visando o interesse público.

A orientação foi instruída no Processo Administrativo nº 009261/11-7 e resultou na Decisão nº 01, de 4 de maio de 2011, da Comissão Diretora. Na ocasião, considerou-se a necessidade de redução das despesas de custeio, sobretudo no tocante à manutenção e conservação de veículos oficiais. Os estudos contidos nos autos apontaram economia, caso a mudança de modelo se efetivasse.

Até 2011, o Senado Federal adotava modelo de gestão de transporte baseado em frota própria. À época, 214 (duzentos e catorze) veículos compunham o patrimônio do Senado. O quantitativo estava disponibilizado aos diversos órgãos da Casa, SEEP (Gráfica do Senado, atual SEGRAF), Gabinete dos Senadores, Presidência e demais unidades administrativas. Formavam o acervo veículos de passeio, vans, caminhões, utilitários, ônibus e veículos policiais.

Importante ressaltar que a migração para o atual modelo aconteceu de forma gradual. Os veículos pertencentes à frota começaram a ser alienados no primeiro leilão de 2012. A partir daí, conforme disponibilidade, a substituição foi se efetivando.

Itens do Plano de contratação 2015 de interesse da COGER:

2015000001 – Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos – R\$797.485,37

2015000004 – Locação de veículos, com motoristas, para transporte de pessoas em serviço (uso administrativo) – R\$5.851.828,36

2015000005 – Locação de veículos, sem motorista, para atendimento aos Senhores Senadores – R\$2.312.642,56

2015000008 – Locação de veículos, sem motoristas, para atendimento à Polícia Legislativa – R\$223.554,13

2015000026 – Locação de veículos, sem motorista, para atendimento ao Senhor Presidente do Senado e sua segurança – R\$244.217,68

2015000027 – Serviços terceirizados de lavagem e abastecimento de veículos – R\$303.299,83

2015000028 – Serviços de manutenção corretiva para o equipamento automático de lavagem e secagem de automóveis – R\$22.024,78

2015000029 – Serviços de manutenção em geral para veículos de propriedade do Senado Federal – R\$35.019,87

2015000032 – Prestação de seguro para veículos que compõem a frota do Senado Federal – R\$1.669,02 – OK – todo o valor foi efetivamente gasto.

2015000569 – Taxas Diversas – R\$65.000,00 – Em 2015, as despesas com licenciamento de veículos, seguro obrigatório e taxa de utilização de placas de bronze para senadores foi de R\$ 13.556,33. Porém, acreditamos que os recostos desse item também são utilizados por outras unidades da SPATR, salvo engano pela COARO. Convém checar com as outras unidades se também utilizam este item.

2015000774 – Serviço de motorista para ambulância – R\$81.341,37 – Nenhum gasto. A vigência do contrato iniciou-se apenas em 15/02/2016. Portanto, não houve despesa em 2015.

7.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	96	96
	Brasília		
	Subtotal Brasil	00	96
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		96	96

Quadro 57 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Fonte: SPIUnet

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor histórico do imóvel	Data da avaliação	Valor reavaliado	Gastos com reforma	Gastos com manutenção
020001	9701.17504.500-5	13	*	1.219.880,56	26/12/2000	1.219.880,56	**	**
020001	<u>9701.17508.500-7</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		

020001	<u>9701.17509.500-2</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17511.500-3</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17512.500-9</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	9701.17572.500-6	13	***	63.810,00	23/08/2012	162.367,98	**	**
020001	9701.17714.500-7	13	4	8.090.642,06	23/08/2013	11.553.218,30	**	**
020001	9701.17730.500-4	15	2	362.829,75	23/08/2013	631.273,21	**	**
020001	9701.17748.500-2	13	3	25.805.103,60	23/08/2013	30.321.273,55	**	**
020001	9701.18889.500-2	13	3	947.396,20	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21225.500-4	13	3	1.434.941,24	23/08/2013	2.733.940,00	**	**
020001	9701.21378.500-7	13	3	4.644.052,49	23/08/2013	7.517.604,00	**	**
020001	9701.21387.500-6	13	2	2.440.610,86	23/08/2013	3.172.809,60	**	**
020001	9701.21421.500-0	13	3	78.060.626,12	23/08/2013	96.569.899,04	**	**
020001	9701.21449.500-2	13	4	1.020.968,33	23/08/2013	2.187.152,00	**	**
020001	9701.21451.500-3	13	3	844.083,08	23/08/2013	1.608.200,00	**	**
020001	9701.21455.500-5	13	3	4.458.001,38	23/08/2013	7.216.432,00	**	**
020001	9701.21503.500-5	13	3	2.818.968,09	23/08/2013	4.437.170,00	**	**
020001	9701.21505.500-6	13	2	1.041.365,71	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21507.500-7	13	2	1.513.043,11	23/08/2013	2.166.684,00	**	**
020001	9701.21797.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21799.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21800.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

020001	9701.21801.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21802.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21803.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21804.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21805.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21806.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21807.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21808.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21809.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21810.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21811.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21815.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21816.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21817.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21818.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21819.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21822.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21823.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21824.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21825.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**
020001	9701.21826.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**

020001	9701.21829.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21830.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21831.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21832.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21833.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21836.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21837.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21838.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21839.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21840.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21844.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21845.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21846.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21847.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21848.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21849.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21850.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21851.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.011.216,36	**	**
020001	9701.21852.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21853.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21857.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

020001	9701.21858.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21859.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21860.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21861.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21865.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21866.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21867.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21868.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21869.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21873.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21874.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21875.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21876.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21877.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21880.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21881.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21882.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21883.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21884.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21887.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21888.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

020001	9701.21889.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21890.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21891.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21895.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21896.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21897.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.22303.500-0	13	3	39.265.162,83	23/08/2013	48.371.377,21	**	**
020001	9701.22350.500-7	13	***	4.303.500,00	27/12/2001	4.303.500,00	**	**
020001	9701.22830.500-6	13	3	30.323,59	23/08/2013	64.607,66	**	**
020001	9701.22832.500-7	13	3	45.267,88	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.22834.500-8	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.22836.500-9	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.23795.500-0	13	***	648.915,53	23/08/2013	846.060,20	**	**
020001	9701.32606.500-0.	13	3	545.157,85	23/08/2013	2.533.119,68	**	**
020001		13	2	9.114.543,20		9.114.543,20	*	*
TOTAL							**	**

OBSERVAÇÕES:

1 - *Prédio do Interlegis em processo de cadastramento no SPIUnet, Processo nº 00200.012607/2012-28.

2 - ** O valor de R\$ 4.284.465,68, corresponde total da despesa realizada até 10.10.2014 com a manutenção e conservação de imóveis/instalações sob a responsabilidade do Senado Federal, uma vez que essa informação não está segregada por “RIP”, valor informado pela Contabilidade do Senado Federal.

3 - *** Terreno vazio.

4 - Os dados referente a atualização dos imóveis constam do Processo nº 00200.016762/2013-02.

Fonte: SIAFI/SPIUnet/SPATR-SF/SSCONT-SF

Quadro 58 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

7.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.680.835.0002-10
	Nome ou Razão Social	CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇO DE REFERIÇÕES INDUSTRIAIS
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONTRATO 0147/2010
	Prazo da Cessão	60 (SESSENTA) MESES CONSECUTIVOS A PARTIR DE 18 DE JANEIRO DE 2011
	Caracterização do espaço cedido	SERVIÇO DE LANCHONETE
	Valores e Benefícios Fixos Previstos pela UJ Cedente	R\$ 53.147,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	287.464.143-04
	Nome ou Razão Social	VAUTERLIM ARAUJO DA SILVA
	Atividade ou Ramo de Atuação	BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0008/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	SERVIÇO DE BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 8.831,78
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO
	Atividade ou Ramo de Atuação	

Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30 CC COM ACD Nº 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00628131/0001-18
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº30 CC COM ACD Nº 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	200334/00001
	Nome ou Razão Social	ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA FEDERAL
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 004/2011
	Prazo da Cessão	09/11/2001 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.940,40

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.887.169/0001-05
	Nome ou Razão Social	PARTIDO PROGRESSISTA
	Atividade ou Ramo de Atuação	PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0016/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 77.659,27
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310.463/0001-12
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUTO

Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0004/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 38.895,25

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.676.213/0001-38
	Nome ou Razão Social	TESOURARIA NACIONAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB
	Atividade ou Ramo de Atuação	PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0019/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO PMDB NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF

	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 58.693,96
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	GRUPO BRASILEIRO DE UNIÃO INTERPARLAMENTAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
--	---	--

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
------------------------------------	--	--

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
---	--	--

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
------------------------------------	--	--

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.633.510/0001-69
	Nome ou Razão Social	DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS - DEMOCRATAS
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO DEMOCRATAS

Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0011/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 140.405,28

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.610.922/0001-83
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TANCREDO NEVES
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO PARTIDO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0018/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TANCREDO NEVES NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 55.787,71
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.497.560/0001-01
	Nome ou Razão Social	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA PARLAMENTAR
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO STM NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 23.734,03
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.452/0001-03
	Nome ou Razão Social	COMANDO DO EXÉRCITO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DO EXÉRCITO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0014/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 26.595,44

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

	RIP	9701.21421.500-0
--	-----	------------------

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394,502/0001-44
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA MARINHA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA NO COMANDO DA MARINHA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0025/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA MARINHA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 28.340,19

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.429/0057-65
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA AERONÁUTICA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DA AERONÁUTICA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002

Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO 0007/2008
Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 12.105,27

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.277.610/0001-25
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA DEFESA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO MINISTÉRIO DA DEFESA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	CESSÃO DE USO Nº 0013/2008
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 26.768,59

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGO 78808-2 NA UNIDADE GESTORA 020054, REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 7333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS E CONTA DE RECEITA 43312.01.00 – VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.115.482/0001-35
	Nome ou Razão Social	POLÍCIA CIVIL DO DF
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA CIVIL DO DF
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2001
	Prazo da Cessão	05 DE DEZEMBRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOSSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA CIVIL DO DF NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.722,89

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.
--	---	--

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
------------------------------------	--	--

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0001-64
	Nome ou Razão Social	VIVO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFÔNIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0020/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA VIVO S/A
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 22.911,88

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
---	--	--

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
------------------------------------	--	--

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N

Identificação do Cessionário	CNPJ	01.685.903/0001-16
	Nome ou Razão Social	AMERICEL
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA AMERICEL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 25.392,97

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	TIM CELULAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0021/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO

	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA TIM CELULARES
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 106.434,38
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	TIM CELULAR S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0003/2013
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ESTAÇÃO DE RÁDIO MÓVEL (ERB) MÓVEL DA EMPRESA TIM CELULAR.
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 25.243,48
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA

		E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.423.963.0009-79
	Nome ou Razão Social	14 BRASIL TELECON CELULAR S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA 14 BRASIL TELECON CELULAR S.A
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0017/2008
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 27.021,87
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	34.028.316/5783-77
	Nome ou Razão Social	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Atividade ou Ramo de Atuação	POSTAGEM
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2013
	Prazo da Cessão	120 (MESES) A PARTIR DE 10 DE JUNHO DE 2013 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 70.433,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.660/0001-89
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIP)
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES

Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 00001/2010
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIP) NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 15.199,56

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	PLANSUL - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2011
	Prazo da Cessão	04 DE NOVEMBRO DE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 019/2009
	Caracterização do espaço cedido	FINALIDADE DE PERMITIR A EXECUÇÃO DO CONTRATO 019/2009

	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.291,83
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.843.359/0001-56
	Nome ou Razão Social	PLANALTO SERVICE LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2010
	Prazo da Cessão	01 DE SETEMBRO DE 2004 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 064/2010
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA PLANALTO SERVICE NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.952,61
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E

		<i>SERVIÇOS</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	120 (MESES) CONSECUTIVOS, A PARTIR DE 12 DE JUNHO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	ATENDIMENTO BANCÁRIO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 172.680,99
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	BANCO DE BRASÍLIA S.A - BRB
	Nome ou Razão Social	00.000.208/0001-00
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2011
	Prazo da Cessão	A PARTIR DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO TERMINAL DE AUTO-ATENDIMENTO DO BANCO DE BRASÍLIA S.A - BRB
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.779,20
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4211-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO

Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	01 DE MARÇO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 301.225,68

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.066.408/0001-15
	Nome ou Razão Social	BANCO ABN ANRO REAL S/A – BANCO REAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0028/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO REAL

	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.925,36
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.700.394/0001-40
	Nome ou Razão Social	UNIBANCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0022/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO UNIBANCO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.766,59
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	60.746.948/0001-12
	Nome ou Razão Social	BANCO BRADESCO S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2010
	Prazo da Cessão	1º DE SETEMBRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BRADESCO S.A
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.456,71

PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
	RIP	9701.21421.500-0

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	92.702.067/0001-96
	Nome ou Razão Social	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0001/2012
	Prazo da Cessão	07 DE FEVEREIRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BANRISUL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.130,58
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIDOS POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU CÓDIGOS 28808-0 NA UNIDADE GESTORA 020054 E REGISTRADOS CONTABILMENTE NA NATUREZA DE RECEITA 1333.01.00 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA E CONTA DE RECEITA 43311.01.00 - VALOR BRUTO EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS POR ELE FINANCIADAS, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

Quadro 59 - Detalhes da cessão de espaços físicos e imóveis a entidades públicas ou privadas

7.2.5. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014

BRASIL	Distrito Federal	01	01
		0	0
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Quadro 60 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
 Contrato nº 00200.004193/2014-25 – Inframérica

7.3. Gestão da tecnologia da informação

7.3.1. Principais sistemas de informações

SIGLA	PRODUTO / SERVIÇO	TIPO	DESCRIÇÃO OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORGAO RESPONSÁVEL	ORGAO GESTOR RESPONSÁVEL	NEGÓCIO
ACCOR	Sistema de Apoio às Comissões, Conselhos e Órgãos do Parlamento	Sistema	Registra os colegiados do Senado Federal e do Congresso Nacional, controlando as suas vagas, membros e suplentes.	<ol style="list-style-type: none"> 1.. Cadastro de composição de colegiados com ou sem distribuição partidária e informações relacionadas (vagas, cargos etc.); 2. Cadastro de observações para colegiados, vagas, membros e para proprietários de vagas 3. Emissão de relatório de participação de senadores em colegiados 4. Emissão de relatório de colegiados 5. Emissão de relatório de composições para compor o Relatório Anual da Presidência 	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
ACMO	Apoio à Comissão Mista de Orçamento	Sistema	Sistema de controle do processo de elaboração dos projetos de leis orçamentárias: LOA, PPA e LDO.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Controle dos ciclos de elaboração de leis orçamentárias 2. Cadastro da permissão de autores parlamentares e seus credenciados para o emendamento a PLs Orçamentários 3. Controle da apresentação e retirada de emendas 4. Quadros estatísticos referentes a entrega de emendas e histórico de lotes 5. Emissão dos avulsos de emendas apresentadas por Autor a um PL orçamentário 6. Emissão das senhas de acesso e envio de lotes dos Autores Parlamentares 	SESO - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO	CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO	Orçamentário
Bsen	Biografia dos Senadores	Sistema	Armazena os dados biográficos dos senadores.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção de biografia de senadores (senadores atuais e todos os anteriores) 2. Cadastro de informações diversas sobre senadores, como fotografias, textos biográficas, histórico acadêmico etc. 3. Emissão de diversos relatórios sobre senadores (biografia completa, parlamentares da república, parlamentares do império etc.) 4. Emissão de relatórios sobre comissões e suas composições ao longo da história 5. Emissão de formulário para atualização dos dados biográficos 	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	COARQ - COORDENAÇÃO DE ARQUIVO	Administrativo

Comiss	Sistema de apoio às Comissões	Sistema de apoio às Comissões	Sistema que apoia às comissões na gestão de suas reuniões com a produção da pauta, registro de acontecimentos das reuniões e geração do resultado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Controle de Pauta e Resultado de Reuniões 2. Acompanhamento online da reunião (Reunião eletrônica) 3. Apoio ao trabalho de CPIs 4. Registro de votações 5. Cadastro de Informações para Portal das Comissões 	<p>SESCOM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA AS COMISSÕES</p> <p>SCOM - SECRETARIA DE COMISSÕES</p>	<p>Processo Legislativo</p>
DadosAbertos	Dados Abertos	Portal	Oferece aos cidadãos, através de um portal na internet, os dados públicos do processo legislativo para serem consumidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Catálogo de recursos estruturados por área de negócio/assunto relacionados ao Processo Legislativo (Projetos e Matérias, Plenário, Comissões, Orçamento, etc) 2. Provê serviços em vários formatos 3. Mantém versões ativas de um mesmo serviço, quando possível 	<p>SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO</p> <p>SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA</p>	<p>Processo Legislativo</p>
Disse	Pronunciamentos	Sistema	Cadastro e Pesquisa de pronunciamentos feitos pelos Senhores Parlamentares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro de pronunciamentos dos senadores a partir da taquigrafia 2. Cadastro de informações adicionais sobre os pronunciamentos, indexação e catalogação 3. Relatórios diversos sobre pronunciamentos 4. Pesquisa de pronunciamentos 5. Emissão de relatório para compor o Relatório Anual da Presidência 	<p>SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO</p> <p>SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA</p>	<p>Processo Legislativo</p>
Emendas	Emendas ao Orçamento	Sistema	Sistema de Cadastramento e envio de emendas à CMO para as Leis Orçamentárias LOA, PPA e LDO. Não está contemplada a de Créditos Adicionais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração dirigida de emendas a cada PL Orçamentário 2. Exportação e importação de emendas a outros autores 3. Montagem, envio e cancelamento de envio de lotes de emendas seguindo as regras da Resolução nº 1/2006 e Pareceres Preliminares específicos de cada PL 4. Auto-cadastro para usuários não-parlamentares 5. Relatórios de Emendas: relações, espelhos, prévia de lote e recibo 	<p>SESOFCOM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>CMOCN - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL</p>	<p>Orçamentário</p>

Escriba	Escriba	Sistema	Sistema de apoio ao trabalho da Secretaria de Taquigrafia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Suporte completo e automatizado ao processo dos registros táquigraficos de reuniões, sessões e eventos do Senado Federal e Congresso Nacional. 2. Estruturação da informação com vistas ao fornecimento de informações estatísticas e estratégicas para parlamentares e para a instituição. 3. Publicação online das notas taquigráficas de reuniões, sessões e eventos. 4. Controle do processo de distribuição de trabalho (perfil de tabelero) para taquígrafos, revisores e supervisores. 5. Integração com diversos sistemas de apoio às atividades de registro taquigráfico do Senado Federal, como: MATE, COMISS, Parlam, Ordia, DISSE. 6. Exibição de vídeo e áudio de sessões e reuniões para apoio ao processo de registro taquigráfico. 	SESPLE SERVIÇO SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO	SERERP - SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTA R	- Processo Legislativo
GabFlow	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos de Trabalho	Sistema	Sistema de Gestão da Tramitação de Documentos e de Fluxos de Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciamento de correspondências, inclusive e-mail, recebidas e enviadas pelo Gabinete 2. Gerenciamento de demandas, incluindo o uso de fluxos eletrônicos e alertas 3. Armazenamento e recuperação de documentos 4. Controle de Pleitos Orçamentários 5. Gerenciamento do Cadastro de Pessoas do Gabinete 6. Emissão de relatórios e etiquetas 	SEGAB - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA GABINETES PARLAMENTARE SAR	GABSEN GABINETES DOS SENADORES	- Apoio aos Senadores
LexEdit	Editor de Textos Legislativos	Sistema	Editor de emendas, requerimentos e recursos. Ferramenta de autoria para o processo legislativo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Edição de Emendas Legislativas 2. Edição de Requerimentos Legislativos 3. Edição de Recursos 4. Geração de documentos legislativos no formato PDF-A com metadados embutidos. 5. Envio de documentos integrado ao sistema SEDOL 	SESAP - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA A ATIVIDADE PARLAMENTAR E CONSULTORIAS	CONLEG CONSULTORIA LEGISLATIVA	- Processo Legislativo

LexML	LexML - Rede de Informação Legislativa e Jurídica Portal	Portal Unificado de Legislação, Jurisprudência e Proposições Legislativas.	<p>1. A rede de informações legislativa e jurídica oferece, entre outros documentos, normas jurídicas, jurisprudência, proposições legislativas e doutrina referenciada, originárias de bases de dados de instituições das esferas federal, estadual, distrital e municipal.</p> <p>2. Oferece ainda um sistema de nomes persistentes para cada documento disponibilizado.</p> <p>3. Na doutrina, oferece pesquisa em sumário de revistas e agrupa múltiplas edições de livro em um único registro.</p>	SELEJU - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA	SGIDOC - SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	Processo Legislativo
Mate	Acompanhamento de Matérias Legislativas Sistema	Informações sobre matérias legislativas - Projetos, Mensagens, Emendas e outros - em tramitação ou que tramitaram no Senado Federal e Congresso Nacional. O sistema armazena dados como autoria, prazos, origem, textos resumidos e textos integrais e ainda toda a tramitação.	<p>1. Cadastro de matérias legislativas e informações relacionadas (prazos, natureza, assunto, inclusão em ordem do dia etc.)</p> <p>2. Cadastro de emendas e subemendas e de suas deliberações</p> <p>3. Cadastro de ações relacionadas à tramitação de matérias (vinculação de norma jurídica, textos, despachos etc.)</p> <p>4. Relatórios diversos sobre matérias legislativas (totais, tramitação, auditoria etc.)</p> <p>5. Emissão de relatório e arquivo de dados para compor o Relatório Anual da Presidência</p>	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
Njur	Normas Jurídicas Sistema	Sistema para manutenção das normas jurídicas de hierarquia superior, mantido pela SSINF	<p>1. Oferece consulta à base de dados de Normas Jurídicas de Hierarquia Superior</p> <p>2. Oferece o texto original das publicações oficiais e, no caso de Resoluções do Senado e do Congresso, oferece também o texto compilado</p> <p>3. Registra ainda, de forma referencial, mais de cinquenta tipos de vide (referências) entre normas e dispositivos</p>	SELEJU - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA	COPIL - COORDENAÇÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS	Processo Legislativo

Parlam	Dados de Parlamentares	Sistema	Armazena dados de Parlamentares referentes aos seus mandatos, exercícios, afastamentos e comparecimentos. Contempla rotinas de importação e exportação de dados para a Câmara dos Deputados	1. Cadastro de parlamentares, partidos e blocos partidários 2. Acompanhamento de mandatos e exercício de parlamentares 3. Controle de comparecimento a sessões 4. Relatórios diversos (lista de parlamentares, histórico de filiações, por unidade federativa, afastamentos, ausências, licenças, participação em missões etc.) 5. Integração com a Câmara dos Deputados para a troca de informações de parlamentares	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
PortalComissoes	Portal das Comissões	Portal	Portal das Comissões	1. Agenda das Comissões 2. Comunicados 3. Informações gerais sobre as comissões	SESCOM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA AS COMISSÕES	SCOM - SECRETARIA DE COMISSÕES	Processo Legislativo
POSPARLAM	Posto de Trabalho Parlamentar	Sistema	Sistema executado nos notebooks dos postos dos plenários para fornecer informações ao parlamentar durante os trabalhos das reuniões	1. Votação eletrônica 2. Visualização das informações básicas da reunião na comissão 3. Acompanhamento dos itens de pauta da reunião 4. Acesso aos textos relacionados aos itens de pauta 5. Visualização de informações sobre reunião de audiência pública	SEDSVE - SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
QOrdem	Questões de Ordem	Sistema	Sistema de Registro das Questões de Ordem do plenário e das decisões exaradas pelo presidente da sessão plenária.	1. Cadastro das questões de ordem proferidas no Plenário e decisão do presidente sobre elas 2. Relatórios e consultas sobre questões de ordem 3. Emissão de relatório para compor o Relatório Anual da Presidência	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
SAC	Sistema de Acompanhamento das Consultorias	Sistema	Informatização das atividades das Consultorias do SF	1. Envio de demandas de gabinetes às consultorias legislativa e de orçamento e recebimento dos trabalhos solicitados 2. Triagem e distribuição das demandas 3. Suporte à elaboração de trabalhos técnicos 4. Finalização e aprovação de trabalhos técnicos 5. Pesquisa estruturada e textual de trabalhos técnicos	SESAP - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA A ATIVIDADE PARLAMENTAR E CONSULTORIAS	CONLEG - CONSULTORIA LEGISLATIVA	Administrativo

SEDoL	Sistema de Envio de Documentos Legislativos	Tem por objetivo o envio eletrônico de documentos legislativos para publicação. Os arquivos são armazenados no banco de dados para posterior utilização em outros destinos, como DSF (Montagem do Diário do SF, MATE, SIL, NJUR etc...)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro de documentos legislativos de autoria dos agentes do processo legislativo; 2. Envio de documentos legislativos aos órgãos da SGM para uso no processado eletrônico; 3. Armazenamento e controle de versão de documentos em repositório centralizado; 4. Integração com outros sistemas legislativos para verificação dos documentos quanto à técnica legislativa; 5. Integração com outros Órgãos para recebimento de documentos eletrônicos (Câmara dos Deputados/TCU/Presidência) 	SESPLE - SGM - SERVIÇO DE SECRETARIA Processo SOLUÇÕES PARA GERAL DA Legislativo O PLENÁRIO MESA
SELOR	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária. Pareceres à LOA. Emissão de autógrafos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registra o parecer a emendas orçamentárias 2. Registra a elaboração das emendas dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita 3. Efetua o controle das movimentações na perspectiva de gerência de recursos (Parecer Preliminar, Passível de Cancelamento e Banco de Fontes) 4. Emissão dos relatórios dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita 5. Emissão dos substitutivos parciais e final ("Autógrafo") dos PLs Orçamentários (relatórios e dados para devolução ao Poder Executivo) 6. Permite a atualização das tabelas orçamentárias básicas e às específicas a determinado PL 	SESOF - SERVIÇO CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE CONORF - Orçamentári O
Siscon	Sistema do Congresso Nacional	Sistema de apoio às atividades da Coordenação do Congresso Nacional da SGM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastramento de Vetos para apreciação em sessão; 2. Elaboração de cédula para votação; 3. Preenchimento e impressão da cédula pelos parlamentares (aplicativo eCédula); 4. Registro de destaques e obstruções (para o processo de votação); 5. Acompanhamento da votação (aplicativo Siscon-Mesa); 6. Apuração das cédulas; 7. Publicação dos resultados de votação para outros sistemas do Congresso. 	SECN - SERVIÇO CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SLCN - Processo Legislativo O

Tramita	Acompanham ento Seletivo de Matérias em Tramitação	Siste ma	<p>Permite o registro de matérias em tramitação que devem ser acompanhadas pelo Gabinete, podendo ser agrupadas de acordo com similaridade. Alguns grupos são alimentados automaticamente pelo sistema: matérias de autoria do Senador e matérias de relatoria do Senador. O sistema é alimentado com base nos Dados abertos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de grupos de matérias de Autoria e Relatoria do Senador 2. Criação de grupos de matérias temáticos de interesse do Senador 3. Pesquisa de matérias em tramitação no Senado Federal 4. Acompanhamento de todas as informações da matéria, inclusive de seus textos podendo registrar anotações em cada uma 5. Notificação por e-mail de atualização de matérias 	SEGAB - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA GABINETES PARLAMENTARE S	GABSEN GABINETES DOS SENADORES	- Apoio aos Senadores
---------	--	-------------	---	---	---	---	-----------------------------

Adm_Finanç as	Componentes para Acesso a Dados e Serviços relativos a o Orçamento, Finanças e Contabilidade	<p>O Adm-Finanças é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Senado Federal. Trata-se de uma evolução do sistema PLANOR, que, por sua vez, foi uma evolução do sistema CONOR. Entre os principais serviços oferecidos pelo domínio, estão: elaboração de orçamentos, negociação de valores, acompanhamento da execução dos contratos resultantes do planejamento orçamentário, administração de tabelas básicas (natureza de despesas, unidades orçamentárias, programas orçamentários etc.</p>	<p>Controle de limites orçamentários por unidade gestora, Elaboração e Acompanhamento do Plano de Contratações, Solicitação de bens e serviços pela Unidade Suprida à Unidade Supridora, Elaboração e Acompanhamento da Proposta Orçamentária anual do Senado Federal.</p>	<p>SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIV AS</p>	<p>SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, Administrati ORÇAMENTO E vo CONTABILIDA DE</p>
------------------	---	---	--	--	---

ADM_GER A_SENAD ORES	ADM_GERA CAO_SENA DORES	Rotin a	PROGRAMA DE LINHA DE COMANDO QUE GERA AUTOMATICAMENTE ARQUIVOS HTML DAS PÁGINAS INSTITUCIONAIS DOS SENADORES A PARTIR DE DADOS DE DIVERSOS SISTEMAS TRANSACIONAIS DO SENADO. ESTE PROGRAMA FICA AGENDADO COMO UMA TASK NO SERVIDOR E RODA DE DUAS EM DUAS HORAS.	Gerar páginas estáticas para os parlamentares do Senado Federal. Buscar em sistemas integradas as informações necessárias para elaboração da página. Manter atualizado as informações corporativas dos parlamentares.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIV AS	SECOM - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃ O SOCIAL	Administrati vo
ADM_GES TAO_AQUI SICAO	ADM_GEST AO_AQUI SICAO	Siste ma	Produto de solução para automação do processo de contratações no Senado Federal.	Cadastro de DODs - Documentos de Oficialização de Demandas; Acompanhamento dos pedidos de contratação	SESOC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	SADCON - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇ ÃO DE CONTRATAÇÕ ES	Administrati vo

Adm_Gestao_Contratos	Componentes para Acesso a Dados e Serviços relativos à Gestão de Contratos	<p>O Adm-Gestão-Contratos é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java e Web services - que encapsula serviços de clientes, serviços de tarefas e serviços de entidades, os quais podem ser expostos num portal de serviços, numa intranet ou em aplicações específicas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos à gestão dos contratos administrativos do Senado Federal. Trata-se de uma evolução do sistema GESCON. Os serviços oferecidos pelo domínio serão, inicialmente, aqueles extraídos das funcionalidades do GESCON.</p>	Gerir Contratações do Senado Federal, Aditivar as Contratações, Executar o Plano de Contratações do Senado Federal, Gerir os trabalhadores terceirizados, Fornecer subsídios das Contratações para o Portal da Transparência.	SESADM - SADCON - SERVIÇO DE SECRETARIA DE SOLUÇÕES PARA DE ÁREAS TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E ADMINISTRATIVAS CONTRATAÇÕES	Administrativo	
Adm_Gestao_Pessoas	Módulo de Recursos Humanos Central de Serviços da Sistema	Módulo de Recursos Humanos da Central de Serviços	Consulta ao cadastro pessoal; Atualização cadastral; Consulta ao Ponto Eletrônico; Gestão do Ponto Eletrônico; Consulta ao contracheque	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo

Adm_Serviços_Gerais	Componentes para Acesso a Dados, Serviços e Tarefas relativos a Serviços Gerais	<p>O Adm-Serviços-Gerais é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos ao setor Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Patrimônio, no que tange à limpeza, portaria e distribuição de periódicos no Senado Federal. Entre os principais serviços oferecidos pelo domínio, estão: desinsetização, limpeza, chaveiro, etc. A distribuição de periódico depende de migração do sistema SICOP.</p>	Solicitar serviços para diversas áreas do Senado Federal como: desinsetização, limpeza e chaveiro. Manter o Controle e o Histórico das solicitações e da satisfação dos atendimentos realizados.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	COGER - COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS Administrativo
ADM_SERVICOS_POSTAIS	SERVICOS POSTAIS	<p>O Adm-Serviços-Postais é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos ao setor de Serviços Postais do Senado Federal, vinculado à Secretaria de Patrimônio.</p>	Gerir Guias de Encaminhamento, Controle e Acompanhamento das Cotas Postais e produção de relatórios periódicos.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	SEAOP - SERVIÇO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL Administrativo

ALEPH	ALEPH - Administração da Sistema de biblioteca do SF e da rede RVBI	Possibilita a realização de todos os controles relativos à aquisição, cobrança de fornecedores, catalogação, empréstimos e outros no âmbito das bibliotecas da rede RVBI.	Catalogação e busca de livros e periódicos do Senado Federal e da RVBI	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA Administrativa
Arquimedes	Sistema de Informações Corporativas do Senado Federal	O Arquimedes contém os Data Marts legislativos para atendimento das demandas de informação da SGM, Comissões, CPIs e áreas administrativas, tais como Recursos Humanos, Contratos, SIS/CAIXA, Outsourcing de Impressão e Governança Corporativa, entre outros. O usuário do sistema pode atualizar e usar um conjunto de relatórios gerenciais previamente construídos bem como criar e salvar, de forma on-line, seus relatórios pessoais ad hoc. Pode ainda executar pesquisa rápida de informações nas bases de dados disponíveis (data marts).	Implementa portal de acesso a diversos sistemas de informação; criação de gerenciamento de acessos; configuração dos serviços; gestão do ambiente de DW do Senado Federal; disponibiliza ferramentas de pesquisa e criação de relatórios para diversos outros subsistemas;	PRDSTI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PRODASEN SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA Processo Legislativo

BDSF	Biblioteca Digital Senado Federal	do Sistema	Administração e publicação de objetos digitais (livros, periódicos etc.).	Consulta a textos integrais disponibilizados na Biblioteca Digital. Download dos binários (versões integrais) das obras. Cadastro de obras com metadados.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	Administrativo
CertSenInter no	Certificado Digital Senado - AC Interna	do Serviço	Serviço disponível na Central de Serviços para solicitação e download do certificado digital emitido pela AC Interna. Trata-se de uma personalização do aplicativo padrão da Microsoft para essa finalidade.	Autoridade Certificadora Interna (solicitação, concessão e instalação de certificados digitais)	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	SPSF - SECRETARIA DE POLÍCIA LEGISLATIVA	Administrativo
ConsigSEN	Empréstimo Consignado em Folha Online	Sistema	Gestão das operações de averbação de empréstimos consignados em folha de pagamento	Contratação de empréstimo; Cancelamento de empréstimo; Consulta à margem consignável;	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
COOPERE	Sistema de Controle de Operadores da Rede do SF	Sistema	Permite o cadastramento e o controle de acesso de operadores no Active Directory (AD), mantendo atualizadas informações como lotação e situação dos servidores, estagiários, terceirizados e externos que operam na rede do SF.	Gestão de Operadores de Rede, Grupos, Impressoras e Recursos da Tecnologia da Informação na rede do Senado Federal. Repositório relacional e histórico do Active Directory.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	COATEN - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO	Administrativo

Cotas_Parlamentares	Novo sistema de controle de Cotas Parlamentares (CEAPS)	Sistema	Sistema de controle de Cotas para Exercício de Atividade Parlamentar (CEAPS). Irá substituir o antigo Cotas.	Controle de saldo de CEAPS; Geração de relatórios para declaração de Imposto de Renda; Geração de dados para o Portal da Transparência.	SESAS - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	SEGCPA SERVIÇO GESTÃO	- DE	Administrativo
DWCotas	DW Cotas Parlamentares	BI	Datamart a partir do Sistema de Cotas Parlamentares do Senado.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SEGCPA SERVIÇO GESTÃO	- DE	Apoio aos Senadores
DWDadosFederativos	DWDadosFederativos	BI	DWDadosFederativos	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; disponibiliza diversos relatórios e análises orçamentárias com base nos indicadores do IBGE e despesas dos Estados e Municípios Brasileiros.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Processo Legislativo
DWElaboraOrç	DW da Elaboração do Orçamento da União, LOA PPA e LDO.	BI	Sistema que armazena e consolida as informações da ELABORAÇÃO do Orçamento da União no Congresso Nacional importada dos sistemas SIDOR, SIOP, SELOR e EMENDAS. Contém as bases da LOA, PPA, LDO e Créditos Adicionais.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas de elaboração do Orçamento da União no Congresso Nacional; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; durante o processo de elaboração do orçamento implementa o Dw de Gerência de Recursos, peça fundamental sem a qual não seria possível a elaboração das emendas e pareceres no Congresso Nacional	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário
DWExecOrç	DW da Execução do Orçamento da União	BI	Sistema que armazena e disponibiliza continuamente, através do Siga Brasil, as informações de execução do orçamento da união. Contém diversas bases de dados consolidadas e importadas dos sistemas SIAFI Gerencial e demais fontes. Contem produtos de execução da Despesa e Execução da Receita.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas do orçamento da união, Loa, PPA e LDO; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; integração com outros órgãos da União.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário

DWFinanceiro	DW Financeiro e Orçamentário do Senado Federal	BI	Conjunto de universos financeiros e Orçamentários do Senado Federal para uso da SAFIN e demais usuários com origem nos sistemas SIAFI Operacional, PLANOR e demais bases internas e externas. Trata exclusivamente informações do Senado Federal.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	Administrativo
DWGescon	DWGescon	BI	DW do sistema GESCON - Gestão de Contratos	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SADCON - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES	Administrativo
DWLegislativo	DW Proposições	BI	DW de matérias constantes do MATE.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
DWPagm	DWPagm	BI	DW do PAGM - Sistema responsável pela folha de pagamento do Senado Federal, Cegraf, Prodasen, IPC e Câmara dos Deputados.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SERH - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	Administrativo
DWPlanor	DWPlanor	BI	DW do PLANOR e informações relacionadas. Trata exclusivamente informações de planejamento orçamentário do Senado Federal.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	Administrativo

DWRap	DWRap - Relatório Anual da Presidência	BI	DWRap - Relatório Anual da Presidência com informações sobre diversos sistemas legislativos congelados no final de cada ano.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Administrati vo
DWSis	DW dos Sistemas do SIS	BI	DW dos Sistemas da Secretaria do SIS: Oasis, Prestadores e Faturamento e demais fontes.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrati vo
Ergon	Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal	Sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal, adquirido da empresa Techne Engenharia e Sistemas S/C Ltda, através de processo de licitação.		Admissão de servidores; Pagamento de servidores; Gestão de Licenças; Gestão das férias	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrati vo
ErgonOnline	Portal do sistema Ergon para o Servidor Ativo e Aposentado	Sistema	Portal web que pode ser acessado pelo servidor ativo ou aposentado. Contém informações de interesse do servidor (dados pessoais, dependentes, contracheque). Permite a emissão de margem consignável, a emissão do Informe Anual de Rendimentos, o Recadastramento Anual (Ativos) e outras facilidades.	Marcação de férias; Recadastramento Anual; Emissão de margem consignável	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrati vo

ForPonto	Registro Eletrônico de Ponto	Sistema	Sistema de gestão do ponto eletrônico com biometria.	Consulta às marcações de ponto; Inserção de justificava; Emissão de relatórios de ocorrências;	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
Galileu	Sistema de Informações Gerenciais do Senado Federal	BI	Sistema de Informações Gerenciais do Senado Federal	Plataforma de Data Discovery; controle de acessos; implementa portal para disponibilização de painéis e dashboards; agendamento de tasks de carga; agendamento de jobs de distribuição; configuração do ambiente de data discovery.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SF - SENADO FEDERAL	Administrativo
GeoSIGA	Sistema de georeferenciamento do Senado Federal	BI	Sistema de georeferenciamento do Senado Federal baseado no GOOGLE MAPS.	Acesso à informações do orçamento da união através do Google Maps; disponibiliza informações de transferências constitucionais e transferências voluntárias a estados e municípios; publicação de relatórios na Intranet e intranet.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	Orçamentário
GEP	Sistema de Gerenciamento da Estratégia e Projetos	Sistema	Sistema de Gerenciamento de Estratégia e Portfólios, o qual permite a definição das estratégias institucional, setoriais e os respectivos alinhamentos. Também faz parte do escopo do sistema o gerenciamento de portfólio de projetos associado à estratégia.	Gerenciamento de Portifólios do Senado. Permite o alinhamento de projetos com os objetivos estratégicos do SF.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	EGOV - ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	Administrativo
NADM	NADM - Normas Administrativas do Senado Federal	Sistema	Repositório para as normas administrativas, internas ao Senado Federal.	Consulta a normas internas do Senado Federal. Visualização das versões da Norma. Visualização da relação existente entre as normas. Funcionalidades para cadastro das normas com metadados. Palavras-chave das normas cadastradas.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	SEIADM - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Administrativo

Oasis	Sistema de Gestão do Plano de Saúde do SF	Sistema de Gestão do Sistema de Saúde do SF	Contém os módulos necessários para auxiliar o SIS nas áreas de cadastro, prestadores, tabelas de despesas, emissão de guias, faturamento e financeira.	Admissão de beneficiários; Desligamento de beneficiários; Faturamento; Cobrança;	de	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrati vo
PrDadosFed erativos	Dados Federativos	Site	<p>O site reúne dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação. Os dados e informações contemplam a legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada “unidade territorial”. A denominação “unidade territorial” designa, por convenção adotada neste Portal, o país, a União, o Distrito Federal e qualquer região ou estado. As origens dos dados e das informações divulgadas são múltiplas. Incluem órgãos e entidades da administração pública, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos ministérios e do próprio Congresso Nacional, tanto quanto entidades privadas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).</p>	Apresentar dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação tais como legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada “unidade territorial”.		SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	Orçamentári o

PrIntranetSF	Portal da Intranet do Senado Federal	do Portal	Novo portal da Intranet do Senado em Plone	Apresentar notícias e comunicados internos; prover serviços automatizados tais como disponibilização da Central de Serviços, formulários eletrônicos, etc.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	COCINT - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTERNA	Administrativo
QVeGov	Painéis Gerenciais QlikView - Governança Corporativa	- BI	Painéis Gerenciais QlikView - Corporativa - Item de contratação, Painel da Presidência e demais produtos.	Implementa painéis de informação estilo dashboards com gráficos, tabelas e objetos visuais ricos em informação e interatividade com o usuário com base nos sistemas internos do Senado Federal; permite extração de informação ad hoc; descoberta de informação; navegação interativa.	SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	EGOV - ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	Administrativo
QVSRH	Painéis Gerenciais QlikView - SEGP	- BI	Painéis Gerenciais QlikView - SEGP	Quantitativo histórico de servidores; Quantitativo histórico de funções livres e ocupadas; Consultas aos custos do Senado em relação a Pessoas	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
QvSis	Painéis Gerenciais QlikView - SSIS	- BI	Painéis de Gestão do SIS. Temas, Saúde Caixa, Gestão do Plano, SIAFI, Auditoria e etc.	Implementa painéis de informação estilo dashboards com gráficos, tabelas e objetos visuais ricos em informação e interatividade com o usuário com base nos sistemas internos do Senado Federal; permite extração de informação ad hoc; descoberta de informação; navegação interativa.	SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrativo
RVBI	RVBI - Localização de Obras da Rede de Bibliotecas	- Sistema	Página de detalhamento de obras da Rede Virtual de Bibliotecas, responsável por apresentar a localização dos itens solicitados e permitir pesquisas ao catálogo da rede.	Consultas às obras cadastradas no ALEPH.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	Administrativo

SAACA	Sistema de Apoio Administrativo da Central de Atendimento	Gerência do suporte técnico da estrutura de informática do Senado. Controle de contratos de manutenção e aquisição de equipamentos. Controle e registros de ocorrências de hardware e de software da rede do Senado Federal. O sistema tem por objetivo armazenar dados referentes ao atendimento a clientes do Prodasen e gerar relatórios estatísticos em tempo real.	Armazenar dados referentes ao atendimento a clientes do Prodasen e gerar relatórios estatísticos.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS	- PRDSTI - DE SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PRODASEN	Administrativo
SAEs	Sistema de Acompanhamento de Estágio	Este sistema deverá manter toda a administração do programa de estágios no Senado Federal, controlando universidades, estagiários, contratos, currículos, supervisores, frequência, folha de pagamento.	Admissão de estagiários; Atesto de frequência; Registro de faltas; Criação de seleções.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	- SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
SARESF_WS	Serviço de Acesso à Rede sem Fio do Senado Federal - Webservice	Webservice para cadastro, ativação e desativação de usuários da rede sem fio do SF	Webservice para cadastro, ativação e desativação de usuários da rede sem fio do SF.	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	- COINTI - COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Administrativo

<p>SigaBrasil</p>	<p>Sistema de Análise/Acompanhamento do Orçamento da União</p>	<p>BI</p> <p>O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Use os links à direita para acessar o sistema mediante acesso livre ou especialista.</p>	<p>Implementa portal de acesso a diversos sub-sistemas de informação sobre o tema Orçamento da União; criação de gerenciamento de acessos; configuração dos serviços; gestão do ambiente de acesso aos DW do orçamento da união no Senado Federal; disponibiliza ferramentas de pesquisa e criação de relatórios para diversos outros órgãos e sociedade em geral;</p>	<p>SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA</p>	<p>CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE</p>	<p>Orçamentário</p>
<p>SiGAD</p>	<p>SIGAD-SF - Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal</p>	<p>SIGAD-SF - Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal</p>	<p>Cadastro e tramitação de documentos e processos; gestão arquivística de documentos.</p>	<p>SESOC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS</p>	<p>SEPROT - SERVIÇO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO</p>	<p>Administrativo</p>

SPALM	Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado	Sistema adquirido pelo Senado Federal (Prodasen e SPATR) para ser o substituto do antigo sistema SAMP, já desativado. Além das funcionalidades de gestão específicas do pessoal da SPATR, o sistema conta com serviços online para o usuário final, tais como: solicitação de material de almoxarifado, solicitação de bens permanentes, solicitação de inventário, solicitação de movimentação de bens permanentes, entre outras funcionalidades.	Controle de bens de almoxarifado; controle de carga patrimonial; solicitação de materiais de consumo;	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA SF - SENADO FEDERAL Administrativo
SUPRI	Sistema de Suprimento de Fundos	Sistema gentilmente cedido ao Senado Federal pelo MPM - Ministério Público Militar. Visa a gestão de suprimento de fundos com as funcionalidades de solicitação, aprovação, emissão de nota de empenho, prestação de contas e auditoria da unidade de orçamento e finanças do órgão. Em face do Ato da Comissão Diretora 17/2012, que dispõe sobre Suprimentos de Fundos e uso do cartão corporativo, o sistema será utilizado até que se desenvolva uma versão na plataforma padrão do Prodasen.	Gerir o suprimento de fundos do Senado Federal, Prestar contas e auditoria da unidade de orçamento e finanças do órgão.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE Administrativo

e_Cidadania	Portal e-Cidadania do SF	Portal	Portal Internet para participação dos cidadãos no processo legislativo.	Propor ideias legislativas; Participar de Audiências Públicas; Opinar sobre Projetos	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	SCOM SECRETARIA DE COMISSÕES	-	Processo Legislativo
PortalTransparencia	Portal da Transparência	Portal	Conjunto de páginas e serviços destinados a prover informações ao cidadão que tragam transparência no trato da administração pública	Dar transparência sobre Senadores, Gestão e Governança, Licitações e Contratos, Servidores e Finanças do Senado Federal; Prover o Serviço de Informação ao Cidadão; Disponibilizar Dados Abertos Administrativos;	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	STRANS SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	-	Administrativo
PrOrcamento	Portal de Orçamento do Senado Federal	Portal	Portal de Orçamentos com provimento de conteúdo pela Consultoria de Orçamentos através do CMS Oracle Portal, na versão 1.0 e Plone na versão 2.0.	Encontrar informações sobre o processo orçamentário; acompanhar a elaboração e execução das leis orçamentárias; consulta emendas parlamentares; verifica as transferências para estados, municípios e entidades privadas; acessar um amplo banco de dados sobre as leis orçamentárias (SIGA Brasil)	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário
PrPublicacoes	Portal Publicação e Documentação	Portal	Portal das publicações do Senado Federal.	Apresentar a Constituição Federal e suas emendas; possibilitar compra de livros do Senado; apresentar os estudos legislativos elaborados pelos Consultores do Senado.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	DGER DIRETORIA-GERAL	-	Administrativo
StPresid	Site da Presidência	Site	Site da Presidência do Senado Federal	Divulgar notícias relativas à Presidência do Senado; divulgar agenda do Presidente; divulgar vídeos da Presidência.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	PRESID PRESIDÊNCIA	-	Apoio aos Senadores
SIGLA	PRODUTO / SERVIÇO	TIPO	DESCRIÇÃO / OBJETIVO	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	ORGAO RESPONSÁVEL	ORGAO GESTOR RESPONSÁVEL		NEGÓCIO

ACCOR	Sistema de Apoio às Comissões, Conselhos e Órgãos do Parlamento	Registra os colegiados do Senado Federal e do Congresso Nacional, controlando as suas vagas, membros e suplentes.	<p>1.. Cadastro de composição de colegiados com ou sem distribuição partidária e informações relacionadas (vagas, cargos etc.);</p> <p>2. Cadastro de observações para colegiados, vagas, membros e para proprietários de vagas</p> <p>3. Emissão de relatório de participação de senadores em colegiados</p> <p>4. Emissão de relatório de colegiados</p> <p>5. Emissão de relatório de composições para compor o Relatório Anual da Presidência</p>	<p>SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO</p> <p>SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA</p> <p>Processo Legislativo</p>
ACMO	Apoio à Comissão Mista de Orçamento	Sistema de controle do processo de elaboração dos projetos de leis orçamentárias: LOA, PPA e LDO.	<p>1. Controle dos ciclos de elaboração de leis orçamentárias</p> <p>2. Cadastro da permissão de autores parlamentares e seus credenciados para o emendamento a PLs Orçamentários</p> <p>3. Controle da apresentação e retirada de emendas</p> <p>4. Quadros estatísticos referentes a entrega de emendas e histórico de lotes</p> <p>5. Emissão dos avulsos de emendas apresentadas por Autor a um PL orçamentário</p> <p>6. Emissão das senhas de acesso e envio de lotes dos Autores Parlamentares</p>	<p>SESO - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO</p> <p>Orçamentário</p>
Bsen	Biografia dos Senadores	Armazena os dados biográficos dos senadores.	<p>1. Manutenção de biografia de senadores (senadores atuais e todos os anteriores)</p> <p>2. Cadastro de informações diversas sobre senadores, como fotografias, textos biográficas, histórico acadêmico etc.</p> <p>3. Emissão de diversos relatórios sobre senadores (biografia completa, parlamentares da república, parlamentares do império etc.)</p> <p>4. Emissão de relatórios sobre comissões e suas composições ao longo da história</p> <p>5. Emissão de formulário para atualização dos dados biográficos</p>	<p>SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO</p> <p>COARQ - COORDENAÇÃO DE ARQUIVO</p> <p>Administrativo</p>

Comiss	Sistema de apoio às Comissões	Sistema de apoio às Comissões	Sistema que apoia às comissões na gestão de suas reuniões com a produção da pauta, registro de acontecimentos das reuniões e geração do resultado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Controle de Pauta e Resultado de Reuniões 2. Acompanhamento online da reunião (Reunião eletrônica) 3. Apoio ao trabalho de CPIs 4. Registro de votações 5. Cadastro de Informações para Portal das Comissões 	<p>SESCOM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA AS COMISSÕES</p> <p>SCOM - SECRETARIA DE COMISSÕES</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>Processo Legislativo</p>
DadosAbertos	Dados Abertos	Portal	Oferece aos cidadãos, através de um portal na internet, os dados públicos do processo legislativo para serem consumidos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Catálogo de recursos estruturados por área de negócio/assunto relacionados ao Processo Legislativo (Projetos e Matérias, Plenário, Comissões, Orçamento, etc.) 2. Provê serviços em vários formatos 3. Mantém versões ativas de um mesmo serviço, quando possível 	<p>SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO</p> <p>SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>Processo Legislativo</p>
Disse	Pronunciamentos	Sistema	Cadastro e Pesquisa de pronunciamentos feitos pelos Senhores Parlamentares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro de pronunciamentos dos senadores a partir da taquigrafia 2. Cadastro de informações adicionais sobre os pronunciamentos, indexação e catalogação 3. Relatórios diversos sobre pronunciamentos 4. Pesquisa de pronunciamentos 5. Emissão de relatório para compor o Relatório Anual da Presidência 	<p>SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO</p> <p>SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>Processo Legislativo</p>
Emendas	Emendas ao Orçamento	Sistema	Sistema de Cadastramento e envio de emendas à CMO para as Leis Orçamentárias LOA, PPA e LDO. Não está contemplada a de Créditos Adicionais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração dirigida de emendas a cada PL Orçamentário 2. Exportação e importação de emendas a outros autores 3. Montagem, envio e cancelamento de envio de lotes de emendas seguindo as regras da Resolução nº 1/2006 e Pareceres Preliminares específicos de cada PL 4. Auto-cadastro para usuários não-parlamentares 5. Relatórios de Emendas: relações, espelhos, prévia de lote e recibo 	<p>SESOF - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>CMOCN - COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO DO CONGRESSO NACIONAL</p>	<p>-</p> <p>-</p>	<p>Orçamentário</p>

Escriba	Escriba	Sistema	Sistema de apoio ao trabalho da Secretaria de Taquigrafia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Suporte completo e automatizado ao processo dos registros taquigráficos de reuniões, sessões e eventos do Senado Federal e Congresso Nacional. 2. Estruturação da informação com vistas ao fornecimento de informações estatísticas e estratégicas para parlamentares e para a instituição. 3. Publicação online das notas taquigráficas de reuniões, sessões e eventos. 4. Controle do processo de distribuição de trabalho (perfil de tabelero) para taquígrafos, revisores e supervisores. 5. Integração com diversos sistemas de apoio às atividades de registro taquigráfico do Senado Federal, como: MATE, COMISS, Parlam, Ordia, DISSE. 6. Exibição de vídeo e áudio de sessões e reuniões para apoio ao processo de registro taquigráfico. 	SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO	SERERP - SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR	-	Processo Legislativo
GabFlow	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos de Trabalho	Sistema	Sistema de Gestão da Tramitação de Documentos e de Fluxos de Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciamento de correspondências, inclusive e-mail, recebidas e enviadas pelo Gabinete. 2. Gerenciamento de demandas, incluindo o uso de fluxos eletrônicos e alertas. 3. Armazenamento e recuperação de documentos. 4. Controle de Pleitos Orçamentários. 5. Gerenciamento do Cadastro de Pessoas do Gabinete. 6. Emissão de relatórios e etiquetas. 	SEGAB - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA GABINETES PARLAMENTARES	GABSEN - GABINETES DOS SENADORES	-	Apoio aos Senadores
LexEdit	Editor de Textos Legislativos	Sistema	Editor de emendas, requerimentos e recursos. Ferramenta de autoria para o processo legislativo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Edição de Emendas Legislativas. 2. Edição de Requerimentos Legislativos. 3. Edição de Recursos. 4. Geração de documentos legislativos no formato PDF-A com metadados embutidos. 5. Envio de documentos integrado ao sistema SEDOL. 	SESAP - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ATIVIDADE PARLAMENTAR E CONSULTORIAS	CONLEG - CONSULTORIA LEGISLATIVA	-	Processo Legislativo
LexML	LexML - Rede de Informação Legislativa e Jurídica	Portal	Portal Unificado de Legislação, Jurisprudência e Proposições Legislativas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. A rede de informações legislativa e jurídica oferece, entre outros documentos, normas jurídicas, jurisprudência, proposições legislativas e doutrina referenciada, originárias de bases de dados de instituições das esferas federal, estadual, distrital e municipal. 2. Oferece ainda um sistema de nomes persistentes para cada documento disponibilizado. 3. Na doutrina, oferece pesquisa em sumário de revistas e agrupa múltiplas edições de livro em um único registro. 	SELEJU - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA	SGIDOC - SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	-	Processo Legislativo

Mate	Acompanham ento de Siste Matérias ma Legislativas	Informações sobre matérias legislativas - Projetos, Mensagens, Emendas e outros - em tramitação ou que tramitaram no Senado Federal e Congresso Nacional. O sistema armazena dados como autoria, prazos, origem, textos resumidos e textos integrais e ainda toda a tramitação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro de matérias legislativas e informações relacionadas (prazos, natureza, assunto, inclusão em ordem do dia etc.). 2. Cadastro de emendas e subemendas e de suas deliberações. 3. Cadastro de ações relacionadas à tramitação de matérias (vinculação de norma jurídica, textos, despachos etc.). 4. Relatórios diversos sobre matérias legislativas (totais, tramitação, auditoria etc.). 5. Emissão de relatório e arquivo de dados para compor o Relatório Anual da Presidência. 	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O SECRETARIA PROCESSO GERAL DA LEGISLATIVO MESA ELETRÔNICO	- SGM - Processo Legislativo
Njur	Normas Jurídicas	Sistema para manutenção das normas jurídicas de hierarquia superior, mantido pela SSINF	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferece consulta à base de dados de Normas Jurídicas de Hierarquia Superior. 2. Oferece o texto original das publicações oficiais e, no caso de Resoluções do Senado e do Congresso, oferece também o texto compilado. 3. Registra ainda, de forma referencial, mais de cinquenta tipos de vide (referências) entre normas e dispositivos. 	SELEJU - COPIL SERVIÇO DE COORDENAÇÃ SOLUÇÕES PARA O DE PESQUISA INFORMAÇÃO E INFORMAÇÕES LEGISLATIVA E JURÍDICA LEGISLATIVAS	- - Processo Legislativo
Parlam	Dados de Parlamentares	Armazena dados de Parlamentares referentes aos seus mandatos, exercícios, afastamentos e comparecimentos. Contempla rotinas de importação e exportação de dados para a Câmara dos Deputados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro de parlamentares, partidos e blocos partidários. 2. Acompanhamento de mandatos e exercício de parlamentares. 3. Controle de comparecimento a sessões. 4. Relatórios diversos (lista de parlamentares, histórico de filiações, por unidade federativa, afastamentos, ausências, licenças, participação em missões etc.). 5. Integração com a Câmara dos Deputados para a troca de informações de parlamentares. 	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O SECRETARIA PROCESSO GERAL DA LEGISLATIVO MESA ELETRÔNICO	- - Processo Legislativo
PortalComis soes	Portal das Comissões	Portal das Comissões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agenda das Comissões. 2. Comunicados. 3. Informações gerais sobre as comissões. 	SESCOM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA AS COMISSÕES	SCOM - SECRETARIA DE COMISSÕES Processo Legislativo

POSPARLAM	Posto de Trabalho Parlamentar	Sistema de Siste ma	Sistema executado nos notebooks dos postos dos plenários para fornecer informações ao parlamentar durante os trabalhos das reuniões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Votação eletrônica. 2. Visualização das informações básicas da reunião na comissão. 3. Acompanhamento dos itens de pauta da reunião. 4. Acesso aos textos relacionados aos itens de pauta. 5. Visualização de informações sobre reunião de audiência pública. 	SEDSVE - SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
QOrdem	Questões de Ordem	Siste ma	Sistema de Registro das Questões de Ordem do plenário e das decisões exaradas pelo presidente da sessão plenária.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro das questões de ordem proferidas no Plenário e decisão do Presidente sobre elas. 2. Relatórios e consultas sobre questões de ordem. 3. Emissão de relatório para compor o Relatório Anual da Presidência. 	SEPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PROCESSO LEGISLATIVO ELETRÔNICO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
SAC	Sistema de Acompanhamento das Consultorias	Siste ma	Informatização das atividades das Consultorias do SF	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envio de demandas de gabinetes às consultorias legislativa e de orçamento e recebimento dos trabalhos solicitados. 2. Triagem e distribuição das demandas. 3. Suporte à elaboração de trabalhos técnicos. 4. Finalização e aprovação de trabalhos técnicos. 5. Pesquisa estruturada e textual de trabalhos técnicos. 	SESAP - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ATIVIDADE PARLAMENTAR E CONSULTORIAS	CONLEG - CONSULTORIA LEGISLATIVA	Administrativo
SEDoL	Sistema de Envio de Documentos Legislativos	Siste ma	Tem por objetivo o envio eletrônico de documentos legislativos para publicação. Os arquivos são armazenados no banco de dados para posterior utilização em outros destinos, como DSF (Montagem do Diário do SF, MATE, SIL, NJUR etc.)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro de documentos legislativos de autoria dos agentes do processo legislativo. 2. Envio de documentos legislativos aos órgãos da SGM para uso no processado eletrônico. 3. Armazenamento e controle de versão de documentos em repositório centralizado. 4. Integração com outros sistemas legislativos para verificação dos documentos quanto à técnica legislativa. 5. Integração com outros Órgãos para recebimento de documentos eletrônicos (Câmara dos Deputados/TCU/Presidência). 	SESPLE - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O PLENÁRIO	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo

SELOR	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária. Pareceres à LOA. Emissão de autógrafos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registra o parecer a emendas orçamentárias. 2. Registra a elaboração das emendas dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita. 3. Efetua o controle das movimentações na perspectiva de gerência de recursos (Parecer Preliminar, Passível de Cancelamento e Banco de Fontes). 4. Emissão dos relatórios dos Relatores Setoriais, Geral e da Receita. 5. Emissão dos substitutivos parciais e final ("Autógrafo") dos PLs Orçamentários (relatórios e dados para devolução ao Poder Executivo). 6. Permite a atualização das tabelas orçamentárias básicas e às específicas a determinado PL. 	SESOF - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO	CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	- Orçamentário
Siscon	Sistema do Congresso Nacional	Sistema de apoio às atividades da Coordenação do Congresso Nacional da SGM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastramento de Vetos para apreciação em sessão. 2. Elaboração de cédula para votação. 3. Preenchimento e impressão da cédula pelos parlamentares (aplicativo eCédula). 4. Registro de destaques e obstruções (para o processo de votação). 5. Acompanhamento da votação (aplicativo Siscon-Mesa). 6. Apuração das cédulas. 7. Publicação dos resultados de votação para outros sistemas do Congresso. 	SECN - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL	SLCN - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	- Processo Legislativo
Tramita	Acompanhamento Seletivo de Matérias em Tramitação	Permite o registro de matérias em tramitação que devem ser acompanhadas pelo Gabinete, podendo ser agrupadas de acordo com similaridade. Alguns grupos são alimentados automaticamente pelo sistema: matérias de autoria do Senador e matérias de relatoria do Senador. O sistema é alimentado com base nos Dados abertos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de grupos de matérias de Autoria e Relatoria do Senador. 2. Criação de grupos de matérias temáticos de interesse do Senador. 3. Pesquisa de matérias em tramitação no Senado Federal. 4. Acompanhamento de todas as informações da matéria, inclusive de seus textos podendo registrar anotações em cada uma. 5. Notificação por e-mail de atualização de matérias. 	SEGAB - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA GABINETES PARLAMENTARES	GABSEN - GABINETES DOS SENADORES	- Apoio aos Senadores

Adm_Finanç as	Componentes para Acesso a Dados e Serviços relativos a o Orçamento, Finanças e Contabilidade	<p>O Adm-Finanças é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Senado Federal. Trata-se de uma evolução do sistema PLANOR, que, por sua vez, foi uma evolução do sistema CONOR. Entre os principais serviços oferecidos pelo domínio, estão: elaboração de orçamentos, negociação de valores, acompanhamento da execução dos contratos resultantes do planejamento orçamentário, administração de tabelas básicas (natureza de despesas, unidades orçamentárias, programas orçamentários etc.</p>	<p>Controle de limites orçamentários por unidade gestora, Elaboração e Acompanhamento do Plano de Contratações, Solicitação de bens e serviços pela Unidade Suprida à Unidade Supridora, Elaboração e Acompanhamento da Proposta Orçamentária anual do Senado Federal.</p>	<p>SESADM SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIV AS</p>	<p>- SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, Administrati ORÇAMENTO E vo CONTABILIDA DE</p>
------------------	---	---	--	--	---

ADM_GER A_SENAD ORES	ADM_GERA CAO_SENA DORES	Rotin a	PROGRAMA DE LINHA DE COMANDO QUE GERA AUTOMATICAMENTE ARQUIVOS HTML DAS PÁGINAS INSTITUCIONAIS DOS SENADORES A PARTIR DE DADOS DE DIVERSOS SISTEMAS TRANSACIONAIS DO SENADO. ESTE PROGRAMA FICA AGENDADO COMO UMA TASK NO SERVIDOR E RODA DE DUAS EM DUAS HORAS.	Gerar páginas estáticas para os parlamentares do Senado Federal. Buscar em sistemas integradas as informações necessárias para elaboração da página. Manter atualizado as informações corporativas dos parlamentares.	SESADM - SERVIÇO DE SECOM - SOLUÇÕES PARA SECRETARIA ÁREAS TÉCNICAS DE E COMUNICAÇÃ ADMINISTRATIV O SOCIAL AS	Administrati vo	
ADM_GES TAO_AQUI SICAO	ADM_GEST AO_AQUI SICAO	Siste ma	Produto de solução para automação do processo de contratações no Senado Federal.	Cadastro de DODs - Documentos de Oficialização de Demandas; Acompanhamento dos pedidos de contratação.	SESOC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	SADCON - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇ ÃO DE CONTRATAÇÕ ES	Administrati vo

Adm_Gestao_Contratos	Componentes para Acesso a Dados e Serviços relativos à Gestão de Contratos	Serviço	<p>O Adm-Gestão-Contratos é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java e Web services - que encapsula serviços de clientes, serviços de tarefas e serviços de entidades, os quais podem ser expostos num portal de serviços, numa intranet ou em aplicações específicas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos à gestão dos contratos administrativos do Senado Federal. Trata-se de uma evolução do sistema GESCON. Os serviços oferecidos pelo domínio serão, inicialmente, aqueles extraídos das funcionalidades do GESCON.</p>	Gerir Contratações do Senado Federal, Aditivar as Contratações, Executar o Plano de Contratações do Senado Federal, Gerir os trabalhadores terceirizados, Fornecer subsídios das Contratações para o Portal da Transparência.	<p>SESADM - SADCON - SERVIÇO DE SECRETARIA DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS</p>	Administrativo	
Adm_Gestao_Pessoas	Módulo de Recursos Humanos Central de Serviços	Sistema	Módulo de Recursos Humanos da Central de Serviços	Consulta ao cadastro pessoal; Atualização cadastral; Consulta ao Ponto Eletrônico; Gestão do Ponto Eletrônico; Consulta ao contracheque	<p>SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS</p>	<p>SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS</p>	Administrativo

Adm_Serviços_Gerais	Componentes para Acesso a Dados, Serviços e Serviços Tarefas relativos a Serviços Gerais	O Adm-Serviços-Gerais é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos ao setor Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Patrimônio, no que tange à limpeza, portaria e distribuição de periódicos no Senado Federal. Entre os principais serviços oferecidos pelo domínio, estão: desinsetização, limpeza, chaveiro, etc. A distribuição de periódico depende de migração do sistema SICOP.	Solicitar serviços para diversas áreas do Senado Federal como: desinsetização, limpeza e chaveiro. Manter o Controle e o Histórico das solicitações e da satisfação dos atendimentos realizados.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	COGER - COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS Administrativo
ADM_SERVICOS_POSTAIS	SERVICOS POSTAIS Serviço	O Adm-Serviços-Postais é um domínio de negócio - um conjunto de classes Java - que encapsula serviços de (acesso a) entidades e serviços de tarefas. Esses serviços atômicos darão suporte a processos de trabalho automatizados relativos ao setor de Serviços Postais do Senado Federal, vinculado à Secretaria de Patrimônio.	Gerir Guias de Encaminhamento, Controle e Acompanhamento das Cotas Postais e produção de relatórios periódicos.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	SEAOP - SERVIÇO DE ATENDIMENTO OPERACIONAL Administrativo

ALEPH	ALEPH - Administração da Sistema de bibliotecas do SF e da rede RVBI	Possibilita a realização de todos os controles relativos à aquisição, cobrança de fornecedores, catalogação, empréstimos e outros no âmbito das bibliotecas da rede RVBI.	Catalogação e busca de livros e periódicos do Senado Federal e da RVBI.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA Administrati vo
Arquimedes	Sistema de Informações Corporativas do Senado Federal	O Arquimedes contém os Data Marts legislativos para atendimento das demandas de informação da SGM, Comissões, CPIs e áreas administrativas, tais como Recursos Humanos, Contratos, SIS/CAIXA, Outsourcing de Impressão e Governança Corporativa, entre outros. O usuário do sistema pode atualizar e usar um conjunto de relatórios gerenciais previamente construídos bem como criar e salvar, de forma on-line, seus relatórios pessoais ad hoc. Pode ainda executar pesquisa rápida de informações nas bases de dados disponíveis (data marts).	Implementa portal de acesso a diversos sistemas de informação; criação de gerenciamento de acessos; configuração dos serviços; gestão do ambiente de DW do Senado Federal; disponibiliza ferramentas de pesquisa e criação de relatórios para diversos outros subsistemas.	PRDSTI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA Processo Legislativo

BDSF	Biblioteca Digital Senado Federal	do Sistema	Administração e publicação de objetos digitais (livros, periódicos etc.).	Consulta a textos integrais disponibilizados na Biblioteca Digital. Download dos binários (versões integrais) das obras. Cadastro de obras com metadados.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	Administrativo
CertSenInter no	Certificado Digital Senado - AC Interna	do Serviço	Serviço disponível na Central de Serviços para solicitação e download do certificado digital emitido pela AC Interna. Trata-se de uma personalização do aplicativo padrão da Microsoft para essa finalidade. Foram feitas algumas customizações de layout, ocultação de campos, preenchimento automático do login, etc.	Autoridade Certificadora Interna (solicitação, concessão e instalação de certificados digitais).	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	SPSF - SECRETARIA DE POLÍCIA LEGISLATIVA	Administrativo
ConsigSEN	Empréstimo Consignado em Folha Online	Sistema	Gestão das operações de averbação de empréstimos consignados em folha de pagamento	Contratação de empréstimo; Cancelamento de empréstimo; Consulta à margem consignável.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
COOPERE	Sistema de Controle de Operadores da Rede do SF	Sistema	Permite o cadastramento e o controle de acesso de operadores no Active Directory (AD), mantendo atualizadas informações como lotação e situação dos servidores, estagiários, terceirizados e externos que operam na rede do SF.	Gestão de Operadores de Rede, Grupos, Impressoras e Recursos da Tecnologia da Informação na rede do Senado Federal. Repositório relacional e histórico do Active Directory.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	COATEN - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO	Administrativo

Cotas_Parlamentares	Novo sistema de controle de Cotas Parlamentares (CEAPS)	Sistema	Sistema de controle de Cotas para Exercício de Atividade Parlamentar (CEAPS). Irá substituir o antigo Cotas.	Controle de saldo de CEAPS; Geração de relatórios para declaração de Imposto de Renda; Geração de dados para o Portal da Transparência.	SESAS - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR	SEGCPA SERVIÇO GESTÃO	- DE	Administrativo
DWCotas	DW Cotas Parlamentares	BI	Datamart a partir do Sistema de Cotas Parlamentares do Senado.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SEGCPA SERVIÇO GESTÃO	- DE	Apoio aos Senadores
DWDadosFederativos	DWDadosFederativos	BI	DWDadosFederativos	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; disponibiliza diversos relatórios e análises orçamentárias com base nos indicadores do IBGE e despesas dos Estados e Municípios Brasileiros.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Processo Legislativo
DWElaboração	DW da Elaboração do Orçamento da União, LOA PPA e LDO.	BI	Sistema que armazena e consolida as informações da ELABORAÇÃO do Orçamento da União no Congresso Nacional importada dos sistemas SIDOR, SIOP, SELOR e EMENDAS. Contém as bases da LOA, PPA, LDO e Créditos Adicionais.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas de elaboração do Orçamento da União no Congresso Nacional; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; durante o processo de elaboração do orçamento implementa o Dw de Gerência de Recursos, peça fundamental sem a qual não seria possível a elaboração das emendas e pareceres no Congresso Nacional.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário
DWExecução	DW da Execução do Orçamento da União	BI	Sistema que armazena e disponibiliza continuamente, através do Siga Brasil, as informações de execução do orçamento da união. Contém diversas bases de dados consolidadas e importadas dos sistemas SIAFI Gerencial e demais fontes. Contem produtos de execução da Despesa e Execução da Receita.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas do orçamento da união, LOA, PPA e LDO; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso; integração com outros órgãos da União.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário

DWFinanceiro	DW Financeiro e Orçamentário do Senado Federal	BI	Conjunto de universos financeiros e Orçamentários do Senado Federal para uso da SAFIN e demais usuários com origem nos sistemas SIAFI Operacional, PLANOR e demais bases internas e externas. Trata exclusivamente informações do Senado Federal.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	Administrativo
DWGescon	DWGescon	BI	DW do sistema GESCON - Gestão de Contratos	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SADCON - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES	Administrativo
DWLegislativo	DW Proposições	BI	DW de matérias constantes do MATE.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Processo Legislativo
DWPagm	DWPagm	BI	DW do PAGM - Sistema responsável pela folha de pagamento do Senado Federal, Cegraf, Prodasen, IPC e Câmara dos Deputados.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SERH - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	Administrativo
DWPlanor	DWPlanor	BI	DW do PLANOR e informações relacionadas. Trata exclusivamente informações de planejamento orçamentário do Senado Federal.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	Administrativo

DWRap	DWRap - Relatório Anual da Presidência	BI	DWRap - Relatório Anual da Presidência com informações sobre diversos sistemas legislativos congelados no final de cada ano.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA	Administrati vo
DWSis	DW dos Sistemas do SIS	BI	DW dos Sistemas da Secretaria do SIS: Oasis, Prestadores e Faturamento e demais fontes.	Criação de Relatórios ad hoc; acesso a bases de dados de sistemas internos via DW; publicação de relatórios na Intranet e intranet; pesquisa de Informação; controle de acesso.	SE SIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrati vo
Ergon	Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal	Sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Senado Federal, adquirido da empresa Techne Engenharia e Sistemas S/C Ltda, através de processo de licitação.		Admissão de servidores; Pagamento de servidores; Gestão de Licenças; Gestão das férias.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrati vo
ErgonOnline	Portal do sistema Ergon para o Servidor Ativo e Aposentado	Sistema	Portal web que pode ser acessado pelo servidor ativo ou aposentado. Contém informações de interesse do servidor (dados pessoais, dependentes, contracheque). Permite a emissão de margem consignável, a emissão do Informe Anual de Rendimentos, o Recadastramento Anual (Ativos) e outras facilidades.	Marcação de férias; Recadastramento Anual; Emissão de margem consignável.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrati vo

ForPonto	Registro Eletrônico de Ponto	Sistema	Sistema de gestão do ponto eletrônico com biometria.	Consulta às marcações de ponto; Inserção de justificava; Emissão de relatórios de ocorrências.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
Galileu	Sistema de Informações Gerenciais do Senado Federal	BI	Sistema de Informações Gerenciais do Senado Federal	Plataforma de Data Discovery; controle de acessos; implementa portal para disponibilização de painéis e dashboards; agendamento de tasks de carga; agendamento de jobs de distribuição; configuração do ambiente de data discovery.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SF - SENADO FEDERAL	Administrativo
GeoSIGA	Sistema de georeferenciamento do Senado Federal	BI	Sistema de georeferenciamento do Senado Federal baseado no GOOGLE MAPS.	Acesso a informações do orçamento da União por meio do Google Maps; disponibiliza informações de transferências constitucionais e transferências voluntárias a estados e municípios; publicação de relatórios na Intranet e intranet.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	Orçamentário
GEP	Sistema de Gerenciamento da Estratégia e Projetos	Sistema	Sistema de Gerenciamento de Estratégia e Portfólios, o qual permite a definição das estratégias institucional, setoriais e os respectivos alinhamentos. Também faz parte do escopo do sistema o gerenciamento de portfólio de projetos associado à estratégia.	Gerenciamento de Portifólios do Senado. Permite o alinhamento de projetos com os objetivos estratégicos do SF.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	EGOV - ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	Administrativo
NADM	NADM - Normas Administrativas do Senado Federal	Sistema	Repositório para as normas administrativas, internas ao Senado Federal.	Consulta a normas internas do Senado Federal. Visualização das versões da Norma. Visualização da relação existente entre as normas. Funcionalidades para cadastro das normas com metadados. Palavras-chave das normas cadastradas.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	SEIADM - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	Administrativo

Oasis	Sistema de Gestão do Plano de Saúde do SF	Sistema de Gestão do Sistema de Saúde do SF	Contém os módulos necessários para auxiliar o SIS nas áreas de cadastro, prestadores, tabelas de despesas, emissão de guias, faturamento e financeira.	Admissão de beneficiários; Desligamento de beneficiários; Faturamento; Cobrança.	de	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrati vo
PrDadosFed erativos	Dados Federativos	Site	<p>O site reúne dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação. Os dados e informações contemplam a legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada “unidade territorial”. A denominação “unidade territorial” designa, por convenção adotada neste Portal, o país, a União, o Distrito Federal e qualquer região ou estado. As origens dos dados e das informações divulgadas são múltiplas. Incluem órgãos e entidades da administração pública, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos ministérios e do próprio Congresso Nacional, tanto quanto entidades privadas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).</p>	<p>Apresentar dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação tais como legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada “unidade territorial”.</p>		SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	Orçamentári o

PrIntranetSF	Portal da Intranet do Senado Federal	do Portal	Novo portal da Intranet do Senado em Plone	Apresentar notícias e comunicados internos; prover serviços automatizados, tais como disponibilização da Central de Serviços, formulários eletrônicos, etc.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	COCINT - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTERNA	Administrativo
QVeGov	Painéis Gerenciais QlikView - Governança Corporativa	- BI	Painéis Gerenciais QlikView - Corporativa - Item de contratação, Painel da Presidência e demais produtos.	Implementa painéis de informação estilo dashboards com gráficos, tabelas e objetos visuais ricos em informação e interatividade com o usuário com base nos sistemas internos do Senado Federal; permite extração de informação ad hoc; descoberta de informação; navegação interativa.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	EGOV - ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	Administrativo
QVSRH	Painéis Gerenciais QlikView - SEGP	- BI	Painéis Gerenciais QlikView - SEGP	Quantitativo histórico de servidores; Quantitativo histórico de funções livres e ocupadas; Consultas aos custos do Senado em relação a Pessoas.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
QvSis	Painéis Gerenciais QlikView - SSIS	- BI	Painéis de Gestão do SIS. Temas, Saúde Caixa, Gestão do Plano, SIAFI, Auditoria e etc.	Implementa painéis de informação estilo dashboards com gráficos, tabelas e objetos visuais ricos em informação e interatividade com o usuário com base nos sistemas internos do Senado Federal; permite extração de informação ad hoc; descoberta de informação; navegação interativa.	SESI - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA	SIS - SECRETARIA INTEGRADA DE SAÚDE	Administrativo
RVBI	RVBI - Localização de Obras da Rede de Bibliotecas	- Sistema	Página de detalhamento de obras da Rede Virtual de Bibliotecas, responsável por apresentar a localização dos itens solicitados e permitir pesquisas ao catálogo da rede.	Consultas às obras cadastradas no ALEPH.	SEIDIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	COBIB - COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	Administrativo

SAACA	Sistema de Apoio Administrativo da Central de Atendimento	Gerência do suporte técnico da estrutura de informática do Senado. Controle de contratos de manutenção e aquisição de equipamentos. Controle e registros de ocorrências de hardware e de software da rede do Senado Federal. O sistema tem por objetivo armazenar dados referentes ao atendimento a clientes do Prodasen e gerar relatórios estatísticos em tempo real.	Armazenar dados referentes ao atendimento a clientes do Prodasen e gerar relatórios estatísticos.	SESADM SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	- PRDSTI - DE SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PRODASEN	Administrativo
SAEs	Sistema de Acompanhamento de Estágio	Este sistema deverá manter toda a administração do programa de estágios no Senado Federal, controlando universidades, estagiários, contratos, currículos, supervisores, frequência, folha de pagamento.	Admissão de estagiários; Atesto de frequência; Registro de faltas; Criação de seleções.	SESRH - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	SEGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Administrativo
SARESFS	Serviço de Acesso à Rede sem Fio do Senado Federal - Webservice	Webservice para cadastro, ativação e desativação de usuários da rede sem fio do SF	Webservice para cadastro, ativação e desativação de usuários da rede sem fio do SF.	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA	COINTI - COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Administrativo

<p>SigaBrasil</p>	<p>Sistema de Análise/Acompanhamento do Orçamento da União</p>	<p>BI</p> <p>O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Use os links à direita para acessar o sistema mediante acesso livre ou especialista.</p>	<p>Implementa portal de acesso a diversos subsistemas de informação sobre o tema Orçamento da União; criação de gerenciamento de acessos; configuração dos serviços; gestão do ambiente de acesso aos DW do orçamento da união no Senado Federal; disponibiliza ferramentas de pesquisa e criação de relatórios para diversos outros órgãos e sociedade em geral.</p>	<p>SEVIC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA CORPORATIVA</p>	<p>CONORF - CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE</p>	<p>Orçamentário</p>
<p>SiGAD</p>	<p>SIGAD-SF - Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal</p>	<p>SIGAD-SF - Sistema Informatizado para a Gestão Arquivística de Documentos no Senado Federal</p>	<p>Cadastro e tramitação de documentos e processos; gestão arquivística de documentos.</p>	<p>SESOC - SERVIÇO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS</p>	<p>SEPROT - SERVIÇO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO</p>	<p>Administrativo</p>

SPALM	Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado	Sistema adquirido pelo Senado Federal (Prodasen e SPATR) para ser o substituto do antigo sistema SAMP, já desativado. Além das funcionalidades de gestão específicas do pessoal da SPATR, o sistema conta com serviços online para o usuário final, tais como: solicitação de material de almoxarifado, solicitação de bens permanentes, solicitação de inventário, solicitação de movimentação de bens permanentes, entre outras funcionalidades.	Controle de bens de almoxarifado; controle de carga patrimonial; solicitação de materiais de consumo.	COSTIC - COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CORPORATIVA SF - SENADO FEDERAL Administrativo
SUPRI	Sistema de Suprimento de Fundos	Sistema gentilmente cedido ao Senado Federal pelo MPM - Ministério Público Militar. Visa a gestão de suprimento de fundos com as funcionalidades de solicitação, aprovação, emissão de nota de empenho, prestação de contas e auditoria da unidade de orçamento e finanças do órgão. Em face do Ato da Comissão Diretora 17/2012, que dispõe sobre Suprimentos de Fundos e uso do cartão corporativo, o sistema será utilizado até que se desenvolva uma versão na plataforma padrão do Prodasen.	Gerir o suprimento de fundos do Senado Federal, Prestar contas e auditoria da unidade de orçamento e finanças do órgão.	SESADM - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS SAFIN - SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE Administrativo

e_Cidadania	Portal e-Cidadania do SF	Portal	Portal Internet para participação dos cidadãos no processo legislativo.	Propor ideias legislativas; Participar de Audiências Públicas; Opinar sobre Projetos.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	SCOM SECRETARIA DE COMISSÕES	-	Processo Legislativo
PortalTransparencia	Portal da Transparência	Portal	Conjunto de páginas e serviços destinados a prover informações ao cidadão que tragam transparência no trato da administração pública.	Dar transparência sobre Senadores, Gestão e Governança, Licitações e Contratos, Servidores e Finanças do Senado Federal; Prover o Serviço de Informação ao Cidadão; Disponibilizar Dados Abertos Administrativos.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	STRANS SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA	-	Administrativo
PrOrcamento	Portal de Orçamento do Senado Federal	Portal	Portal de Orçamentos com provimento de conteúdo pela Consultoria de Orçamentos através do CMS Oracle Portal, na versão 1.0 e Plone na versão 2.0.	Encontrar informações sobre o processo orçamentário; acompanhar a elaboração e a execução das leis orçamentárias; consulta emendas parlamentares; verifica as transferências para estados, municípios e entidades privadas; acessar um amplo banco de dados sobre as leis orçamentárias (SIGA Brasil).	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	CONORF CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	-	Orçamentário
PrPublicacoes	Portal Publicação e Documentação	Portal	Portal das publicações do Senado Federal.	Apresentar a Constituição Federal e suas emendas; possibilitar compra de livros do Senado; apresentar os estudos legislativos elaborados pelos Consultores do Senado.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	DGER DIRETORIA-GERAL	-	Administrativo
StPresid	Site da Presidência	Site	Site da Presidência do Senado Federal.	Divulgar notícias relativas à Presidência do Senado; divulgar agenda do Presidente; divulgar vídeos da Presidência.	SEPOR - SERVIÇO DE SOLUÇÕES PARA PORTAIS	PRESID PRESIDÊNCIA	-	Apoio aos Senadores

A definição do grau de criticidade dos serviços de TI (sistemas, produtos, etc.) estão em curso, cuja sistemática de classificação ainda não foi aprovada pela Administração do Senado Federal.

Não há um plano de capacitação do pessoal de TI formalmente instituído, porém segue abaixo o planejamento da capacitação de TI em 2015 com a identificação do que foi realizado.

Treinamento	Quantidade de Participantes	Realizado ?
Elaboração de termo de referência para a contratação de TI	2	Sim
Gartner Business Intelligence, Analytics & Information Management Summit	1	Sim
Oracle Open World Latin America 2015	2	Sim
Curso preparatório para certificação AIIM ECM Specialist / AIIM ECM Practitioner	2	Sim
The Developer's Conference -TDC 2015	3	Não
QCON 2015	3	Não
Gartner Security & Risk Management Summit	2	Não
Gartner Business Process Management Summit	2	Não
Curso Web com HTML 5, CSS 3 e Javascript	35	Não
Java para Desenvolvimento Web e Java Orientação a Objeto	31	Não
BOE310 - Business Objects Business Intelligence Platform: Administration and Security	9	Não
BOE320 - Bussiness Objects Business Intelligence Platform: Administering Servers	2	Não
BOID10 - Bussiness Objects Business Information Design Tool	9	Não
BOID20 - Bussiness Objects Advanced use of the Information Design Tool	9	Não
BOW310 Bussiness Objects Web Intelligenced: report Design	9	Não

BOW320 Bussiness Objects Web Intelligenced: advanced report Design	9	Não
Treinamento FJ-22 – Laboratório Java com Testes, JSF e Design Patterns	7	Não
Modelagem Conceitual	12	Não
Curso Preparatório para o Certified Scrum Developers(CSD)	18	Não
Curso Certified Scrum Master	13	Não
Oracle 12c Administration Workshop	3	Não
Sistemas I para software ALEPH	2	Não
Treinamento OTRS ITSM	10	Sim
1º FÓRUM DE GESTÃO PÚBLICA, ORGANIZADO PELA ABPMP	1	Não
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - Melhores Práticas	3	Sim
Gerenciamento de Programas	2	Não
Indicadores de Desempenho Organizacional	2	Não

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Força de Trabalho	QTDE
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	275
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	12*
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	1
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	183*
Estagiários	18*
TOTAL	489

* os quantitativos estão restritos ao PRODASEN.

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A fim de melhor nortear a resposta, apoiamos o que segue nas melhores práticas teóricas pregadas pelo ITIL. (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, do inglês *Information Technology Infrastructure Library*).

Gerenciamento Financeiro de Serviços de TI está contemplado de forma particular na estrutura organizacional do Senado Federal e nos processos de trabalho relacionados, na forma de um Plano de Contratações Anual que é proposto pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal à Diretoria Geral, ouvida todas as demandas das áreas de negócio, sendo objeto de aprovação e ajustes pelo Comitê de Contratações e Administração Geral. Um Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de TI (NGACTI) é estabelecido como gestor de todas as contratações de TI, gerindo então administrativa e financeiramente os contratos estabelecidos. Esse Núcleo, por sua vez, divide-se em Serviço de Gestão de Contratos de TI e Serviço de Apoio às Contratações de TI, especializados em cada seara. É aqui também em que ocorre, em maior ou menor grau, o Gerenciamento de Fornecedores. As demandas de TI são gerenciadas por ferramentas difusas e, algumas vezes, sobrepostas. A Coordenação de Atendimento, que formalmente realiza a interface entre as outras áreas do Senado Federal com a Secretaria de Tecnologia da Informação, implementa a função Central de Atendimento e registra as demandas em sistema próprio denominado SAACA. A depender do canal de entrada da demanda (há não só a Central de Atendimento, mas gerentes de relacionamento e sistema na intranet) e da sua natureza, ela é tratada e gerenciada em três níveis com ciclos de vida específicos. As demandas específicas de desenvolvimento/correção/evolução de sistemas são registradas em sistema próprio “Gertiq”. Demandas relacionadas são agrupadas em versões de entrega específicas com prazos definidos e esforço medido.

O Catálogo de Serviços de TI está registrado no Sistema OTRS, sendo sua atualização relativamente ad hoc. Níveis de Serviço são, por padrão, exigidos contratualmente dos fornecedores do Senado Federal. Internamente, há expectativa de nível de serviço a ser cumprida, mas esta não está amplamente adotada. O usuário final é atendido comumente baseado no melhor esforço. O Gerenciamento de Capacidade tem sido implementado de forma independente por cada um dos responsáveis pelos serviços, não havendo processo centralizado para tal. O Gerenciamento da Disponibilidade é guiado pela equipe Serviço de Produção, que utiliza os sistemas de monitoramento Nagios e Zabbix. Uma equipe específica daquele serviço é responsável pelo monitoramento de alertas, eventos e incidentes em sistema de vídeo wall. Existem ainda outras iniciativas de monitoramento como o de temperatura de datacenter (também apresentado nos sistemas de vídeo wall) e o de experiência com velocidade de Internet. O Gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa. Há sempre a exigência contratual de tal comprometimento, e duas iniciativas importantes estão em andamento na Casa. O estabelecimento como normativo de Política de Senhas e o estabelecimento formal de Política de Segurança da Informação, incluindo a determinação de um grupo responsável pelo acompanhamento de sua implementação. Ainda relacionado ao tema, está em vigor uma Política de Gestão de Riscos do Senado Federal.

A continuidade dos serviços, tema de vultuoso interesse atualmente, também está sendo tratada em muitas iniciativas difusas. Há procedimento estabelecido para desligamento e religamento do datacenter em caso de desastre. Há também sistema de fornecimento ininterrupto de energia com plantonistas estabelecidos e redundância de *nobreaks*, bancos de baterias e sistemas geradores de energia. Além disso, há projeto na área de engenharia no sentido de criar um segundo ramal de energia para a Secretaria de Tecnologia da Informação. O Projeto de Operacionalização de Sítio de Contingência na Câmara dos Deputados talvez seja a iniciativa mais aderente ao processo. Tal infraestrutura será reduzida quando comparada à existente no Senado Federal, contudo poderá manter serviços críticos de TI selecionados pela Alta Direção da Casa disponíveis quando da ocorrência de desastre no seu data center. Para o grupo de processos denominado Transição de Serviços, sistemas como Hudson e Sysweb que regulam e controlam a liberação e transição de serviços estão em plena

utilização. Tais sistemas estão sob a responsabilidade de equipe dedicada de Suporte à Aplicações que permite a migração dos serviços de TI entre ambientes segregados de Desenvolvimento, Homologação e Produção com controle de versão e possibilidade de retorno (rollback). A fim de realizar tais modificações de forma controlada e que possibilite o rastreamento, há também equipe responsável pela distribuição de atualizações de políticas e outros serviços que utiliza para tal o software SCCM (System Center Configuration Manager). O Serviço de Gerência de Mudanças realiza de forma manual o Gerenciamento de Mudanças e controla em planilhas uma Base de Dados de Itens de Configuração com atualização mensal. O conhecimento atualmente é gerenciado de forma difusa, em diferentes plataformas, cada uma direcionada a um público específico. Atualmente estamos em processo de implantação da Base de Itens de Configuração no módulo para CMDB (do inglês, Configuration Management Data Base) do OTRS. A Coordenação de Atendimento conta com sua Base de Conhecimentos, utilizada e atualizada por sua Central de Atendimento. A Coordenação de Infraestrutura conta com plataforma Wiki, onde são registrados determinados procedimentos e erros conhecidos julgados pertinentes. Além disso, o Sistema de Gestão de Tiquetes, utilizado em especial pelas áreas de desenvolvimento, conta com Wikis específicas para cada uma das suas áreas de trabalho. Há ainda modelos de Documentos de Oficialização de Demandas, Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência com registro de suas versões e atualizações sob demanda.

A Operação dos Serviços (Incidentes, eventos, requisições, problemas) é auxiliada por ferramentas já citadas como “Demandas ao Prodasen”, OTRS, SAACA, Central de Atendimento, Gertiq para a abertura e acompanhamento de requisições; Central de Atendimento, Nagios, Zabbix, SAACA e OTRS para identificação, monitoramento, registro, acompanhamento e relacionamento de incidentes e identificação de problemas. Os incidentes/eventos ou requisições são registrados junto à Central de Atendimento por um de seus canais disponíveis (Gerentes de Relacionamento dedicados aos clientes, Central Telefônica ou Sistema na Intranet) e são acompanhados via SAACA, em três diferentes níveis de atendimento, a depender de sua natureza e complexidade. Por vezes, é necessário interfacear com a Coordenação de Infraestrutura de TI, o que é então realizado pelo sistema OTRS. Ali, as demandas são registradas não por níveis, mas por temas com equipes específicas responsáveis alocadas nas filas de atendimento configuradas no OTRS.

O Gerenciamento de Acesso é realizado de maneira distribuída, com regras definidas baseadas na lotação dos servidores e no tipo de atividade desenvolvida. Para o acesso à rede do Senado Federal, é estabelecida interface (via sistema COOPERE) entre os sistemas de Gestão de Pessoas, Gestão de Contratos e outros, que garante a integridade com essas bases, permitindo definir quais usuários têm permissão de acesso e a que recursos. Além disso, a lotação do usuário define automaticamente os drives de rede compartilhados aos quais ele acessará, bem como escopos determinados de permissionamento em determinados sistemas. Diversas são as normas que estabelecem os formatos de uso permitidos como: Norma de Uso e Administração de Serviço de Acesso à Rede Sem Fio nas Dependências do Senado Federal, Norma de Padronização de Procedimentos para o uso de Recursos de TI do Senado Federal, Norma de Uso e Administração do Sistema de Correio Eletrônico, Norma de Uso e Administração do Serviço de Acessos Remoto da Rede Local do Senado Federal Baseado na Tecnologia VPN (do inglês, Virtual Private Network), Norma de Acesso e Uso da Internet por Meio da Rede do Senado Federal. A Melhoria Continuada de serviços não é formalmente implementada em forma de processo, mas realizada ad hoc. Iniciativas de medição de serviços estão sendo implementadas visando a reproduzir a experiência do usuário, como, por exemplo, o indicador de experiência com a internet. O indicador é acompanhado em sistema de monitoramento e mede a velocidade de acesso a um grupo de sítios conhecidos na Internet, comparando a velocidade de acesso atual com a velocidade em outros períodos pertinentes a fim de diagnosticar lentidões, mesmo quando não causadas por motivos internos.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Conforme a resposta fornecida ao item *a)*, não foi indicado o alinhamento dos projetos com o PETI e o PDTI.

Projetos de TI	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	de Valor Estimado	Valor Empenhado
Adequação e atualização da Plataforma QlikView (dashboards)	<p>Benefícios esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de segregação de ambientes. Assim, o risco de alterações indevidas em produção é minimizado; - Possibilidade de distribuição de relatórios personalizados por e-mail automaticamente; - Fornecimento ativo de informações (o usuário já receberá a informação contextualizada em sua caixa de mensagens). 	01/03/2016	300.000,00	93.112,83
Processo Administrativo Eletrônico	<p>Com a aquisição do SIGAD, que possui as características para gerenciar arquivisticamente o documento também digital, abre-se a possibilidade de se trabalhar com processos eletrônicos autênticos, nato-digitais. Esse cenário traz, inicialmente, redução na utilização de papel e insumos associados, além da agilidade no acesso à informação, simultaneidade de acesso, produtividade, economia de espaços físicos, redução de postos de trabalho, prevenção de perdas pela manipulação do papel, entre outros benefícios.</p> <p>Benefícios esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da velocidade na tramitação de documentos e processos; - Agilidade na resolução das demandas via documentos e processos; - Racionalização de uso de papel; - Possibilidade de consultas simultâneas, por diversas áreas, a documentos e processos, o que não acontece nos processos físicos; 	31/12/2015	120.000,00	65.943,90

- Mais controle arquivístico dos documentos produzidos pela Casa.

Projeto de ampliação da capacidade computacional do Prodasen (Implantação de Servidores em Rack, Lâminas e Virtualização)	Necessário manter a atualização do parque tecnológico, substituindo equipamentos em obsolescência e ampliar a capacidade para atender às demandas de um maior número de software e aplicações mais poderosos.	30/12/2016	6.568.900,04	7.967.172,37
Projeto de ampliação da rede sem fio do Senado Federal	Prover um melhor e mais amplo serviço de acesso à rede por meio de tecnologia wireless, motivado pelo aumento no uso de equipamentos móveis como notebooks, tablets e celulares.	10/04/2017	50.000,00	
Projeto de Ampliação do Acesso à Internet por meio de Contratação de Proxies	Devido ao aumento de carga de acesso à Internet, a infraestrutura existente no Senado Federal não está suprimindo adequadamente a necessidade de desempenho no acesso à internet de seus usuários. Por esta razão, o projeto em questão tem como objetivo ampliar a capacidade de vazão de acesso por meio da ampliação da capacidade de servidores proxies.	31/03/2016	858.000,00	862.793,44

<p>Projeto de atualização do ambiente de automação de carga de trabalho de aplicações (Workload Automation - ASG-Zena)</p>	<p>Um software de Automação de Carga de Trabalho, do inglês Workload Automation ou WLA, permite o agendamento e controle de execução de procedimentos (ou tarefas) de forma automatizada. Diversos processos de trabalho importantes para o Senado Federal estão apoiados em sistemas críticos que dependem diretamente do atual software de WLA utilizado pelo Senado Federal, todos relacionadas aos processos legislativos, parlamentares e administrativos.</p>	<p>30/11/2015</p>	<p>122.150,89</p>	
<p>Projeto de atualização dos canais de comunicação entre a Rede Local do SF e a Internet (links de Internet)</p>	<p>Manter os níveis de serviço na comunicação do Senado Federal e a INTERNET além de adquirir link de internet para o site de contingência na Câmara dos Deputados.</p>	<p>31/08/2015</p>	<p>1.055.434,21</p>	<p>971.284,33</p>
<p>Projeto de atualização dos Sistemas de Segurança da Rede Local do Senado Federal (Firewalls)</p>	<p>Garantir a integridade e a confidencialidade dos dados corporativos do Senado Federal.</p>	<p>31/12/2015</p>	<p>1.000.000,00</p>	
<p>Projeto de Contratação e Implantação do novo sistema SaúdeSF</p>	<p>O SIS manifestou o desejo de procurar uma solução de mercado para atendê-los, visto que o OASIS não consegue acompanhar suas necessidades.</p> <p>A quantidade de funcionários do SIS diminuiu muito, o que reforça a necessidade de um sistema mais moderno, transparente, ágil e atualizado de acordo com últimos normativos.</p> <p>Benefícios esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modernização do sistema de controle do plano de saúde; - Maior e mais ágil aderência às regras dos planos de saúde suplementar; 	<p>31/12/2016</p>	<p>2.028.000,00</p>	<p>675.615,00</p>

- Integração mais eficiente e eficaz com os sistemas do mercado e parceiros do programa.

Substituição do sistema CAD e implantação de gestão arquivística de documentos no Senado Federal, em face da obsolescência tecnológica daquele sistema legado e da necessidade de modernização da gestão de documentos arquivísticos no Senado Federal.

Projeto de contratação e implantação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística Documental – SIGAD

Benefícios

esperados: 31/12/2017 839.999,84 264.999,84

- Modernização do sistema de acompanhamento processual;
- Controle arquivístico dos documentos;
- Maior controle das tramitações de documentos e processos.

Substituição do sistema SAMP, por obsolescência da plataforma tecnológica, incorporando novas tecnologias e funcionalidades.

Projeto de contratação/implantação de novo Sistema de Administração de Materiais e Patrimônio -SPALM

Benefícios esperados:

15/04/2016 53.750,47 53.750,04

- Maior controle patrimonial;
- Maior controle no almoxarifado;
- Facilidade nas solicitações de material de almoxarifado;

- Maior controle da carga patrimonial das unidades;
- Melhor gestão e agilidade no inventário patrimonial.

Projeto de Operacionalização de Sítio de Contingência da Câmara dos Deputados	Toda a infraestrutura de TI do Prodasen, e, por consequência, grande parte da do Senado Federal, está concentrada no data center do Prodasen. Este projeto visa a aumentar a disponibilidade dos serviços de TI oferecidos, bem como oferecer alternativa de contingência em caso de desastre.	01/11/2016	634.790,58	
Projeto de Solução de Busca Corporativa (Enterprise Search)	<p>Benefícios esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Busca integrada e de alta performance nas bases de dados selecionadas; - Provisão de recursos de busca nativos aos quais os usuários já estão familiarizados; - Possibilidade de busca integrada em várias bases de dados, páginas e documentos. 	01/08/2015	294.031,36	294.031,36
Projeto de Virtualização dos Servidores de Bancos de Dados	A utilização de virtualização para servidores de bancos de dados visa (1) aumentar a eficiência no uso de recursos computacionais ao aumentar a consolidação dos hardwares envolvidos, bem como (2) diminuir custos com licenciamento de softwares e (3) aumentar a flexibilidade da solução.		88.070,00	88.070,00

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

No primeiro semestre de 2015, foi iniciado o desenvolvimento de uma solução para substituir o sistema de gestão de demandas e documentos utilizados nos gabinetes parlamentares que era mantido por empresas terceirizadas contratadas, cuja tecnologia utilizada foi descontinuada pelo mercado, e a equipe interna não detinha o conhecimento tecnológico para dar continuidade na manutenção. O novo sistema foi desenvolvido internamente, utilizando a arquitetura de referência para desenvolvimento de soluções corporativas.

7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A política de sustentabilidade ambiental do Senado Federal teve início por meio da Portaria do 1º Secretário nº 11, de 2007, que determinou a constituição da Comissão Especial “Programa Senado Verde”, em caráter temporário, com o objetivo de assessorar a Diretoria Geral na implementação da gestão ambiental no âmbito do Senado Federal.

A Comissão Especial Programa Senado Verde tornou-se permanente com a publicação da Portaria do 1º Secretário nº 62, de 9 de setembro de 2008, que a reconduziu por tempo indeterminado, tendo sofrido alterações em sua composição ao longo do tempo.

Atualmente, o Programa Senado Verde encontra-se vinculado diretamente ao Núcleo de Coordenação Ações Socioambientais (NCAS), que integra a Diretoria-Geral Adjunta de Gestão (DGERADG) e tem por objetivo promover (i) a preservação ambiental, (ii) o uso racional de recursos naturais e financeiros, (iii) o consumo consciente por meio da aquisição de bens e serviços sustentáveis, (iv) a qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho, (v) a educação ambiental, (vi) o aperfeiçoamento contínuo das práticas de sustentabilidade na execução das atividades rotineiras do Senado Federal.

A Política de Responsabilidade Socioambiental foi instituída por meio do Ato da Comissão Diretora nº 4, de 21 de março de 2013.

Outras diretrizes foram publicadas, detalhando o desenho das ações socioambientais do Senado. A primeira norma posterior à publicação da Política de Responsabilidade Socioambiental é o Ato do 1º Secretário nº 10, de 12 de junho de 2014, que criou o subprograma de mobilidade sustentável, destinado ao incentivo de transporte alternativo como bicicletas, entre outros.

Em outubro de 2014, as ações de sustentabilidade ambiental, até então focadas na área administrativa do Senado, avançaram para a área legislativa. Com a publicação do Ato da Mesa nº 1, de 8 de outubro de 2014, foi reduzido significativamente o consumo de papel na atividade legislativa. O novo Ato reduz o conteúdo dos avulsos impressos da Ordem do Dia do Senado e do Congresso Nacional, transferindo a maior parte do conteúdo para acesso exclusivo por meio eletrônico. Além disso, a Resenha Mensal passou a ser publicada integral e exclusivamente em meio eletrônico.

7.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Além das normas de cunho exclusivamente ambiental, dispositivos que garantam práticas e critérios de sustentabilidade também são inseridos em normas de caráter geral. É o caso do Ato da Diretoria-Geral nº 23, de 3 de novembro de 2014. Esse ato, que trata de procedimentos para contratações de um modo geral, determina, em seu artigo 7º, II, que os Projetos Básicos e Termos de Referência devem conter critérios e práticas de sustentabilidade relacionados ao objeto.

Para consolidar todas as ações de sustentabilidade do Senado em um único instrumento, a Diretoria-Geral publicou o ato ADG nº 24, de 7 de novembro de 2014, estabelecendo diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal (PGLS). O Plano, de caráter obrigatório para as unidades organizacionais da Casa, foi aprovado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 25/2015. Consiste em uma ferramenta de planejamento que estabelece objetivos, responsabilidades, metas, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação.

O Senado Federal é participante da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) desde 2010, quando assinou o Termo de Adesão nº 0004/2010 – MMA/A3P (Processo nº 00200.009887/2009-91), tendo sido renovado, em 2013, pelo Termo de Adesão nº 0001/2013 – MMA (Processo nº 00200.034515/2010-37).

O Senado Federal, por duas vezes, firmou contrato com determinada Associação de Catadores para realizar a coleta seletiva. Porém, por problemas operacionais da Associação, o contrato não foi renovado. Atualmente, o Senado aguarda os trâmites de novo Termo de Referência, para efetuar nova contratação. Por sua vez, o PGLS contempla as ações relativas à coleta seletiva no Tema 5 – Plano de Ação para Gestão de Resíduos, que envolvem (i) elaboração de diagnósticos para identificar e classificar os resíduos gerados pelo Senado, (ii) aquisição de novas lixeiras dispostas em ilhas com código de cores padrão, (iii) contratação de Cooperativa de Catadores, (iv) monitoramento quanto ao processo de recolhimento e destinação, (v) contratação de terceirizados com capacitação em coleta seletiva, (vi) redução das compras e aquisições para reduzir geração de resíduos, (vii) dar preferência a aquisição de bens recicláveis em geral, entre outros.

O PGLS, Tema 7 – Plano de Gestão para Compras e Contratações, trata das ações relativas a adoção de critérios, práticas e diretrizes que permitam a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no âmbito da administração pública federal, conforme Decreto Presidencial nº 7.746/2012, quais sejam, (i) elaboração de manual de compras sustentáveis, (ii) criação do núcleo de sustentabilidade no Setor de Compras do Senado (SADCON), (iii) capacitação de servidores em compras e contratações sustentáveis, (iv) inserção de cláusula de logística reversa nas futuras contratações e aquisições da Instituição.

O Senado Federal possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS), aprovado em agosto de 2015, sujeito a revisões anuais.

i. A Comissão Gestora do PGLS foi instituída em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato da Diretoria-Geral nº 24/2014-SF.

ii. Ainda, de acordo com o art. 4º do ADG nº 24/2014, os membros da Comissão Gestora do PGLS foram designados por meio de Portaria do Diretor-Geral, sendo a Presidência e a Vice-Presidência exercidas por representantes do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS). Composta por representantes de diversas unidades da Casa cujas atividades são consideradas relevantes para a política de sustentabilidade da Instituição, o PGLS tem ampla abrangência, gerando resultados efetivos, por meio da gestão compartilhada.

iii. O PGLS está publicado no site do Senado Federal, no endereço <https://www12.senado.gov.br/institucional/programas/senado-verde/pdf/pgls.pdf> e no Portal da Transparência. O assunto tem sido destacado pela mídia interna, por meio de campanhas e matérias jornalísticas. Outros órgãos já compartilham da versão em “pdf”, inserida no link mencionado acima.

iv. O PGLS do Senado entrou em vigor em agosto de 2015. Os primeiros resultados foram recebidos em janeiro de 2016 e estão sendo consolidados pelo NCAS. Em seguida, serão submetidos à Diretoria-Geral para avaliação e posterior divulgação em periodicidade a ser definida.

Todas as ações de sustentabilidade do Senado estão contidas neste instrumento de planejamento. O PGLS é resultado de todas as propostas formuladas e chanceladas por diversas áreas da Casa, em um documento que reflete novos padrões de sustentabilidade para toda a estrutura organizacional da Instituição. Estabelece objetivos, responsabilidades, metas, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação. Com a implementação desta importante ferramenta de gestão, conforme trecho do texto introdutório contido no PGLS, *“o Senado Federal reforça seu compromisso com a sustentabilidade e procura implementar ações efetivas para contribuir, em sua esfera de atuação, com os esforços globais voltados à reversão do atual quadro de crise ambiental, cumprindo assim o seu papel de agente estatal indutor de mudanças comportamentais, políticas e econômicas que possam garantir um futuro seguro a toda a vida do planeta.”*

7.5. Gestão de fundos e de programas

7.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Especial do Senado Federal – FUNSEN foi instituído pela Lei n.º 7.432, de 18 de dezembro de 1985, e posteriormente incorporou os saldos e as receitas próprias dos Fundos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEGRAF e da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, conforme unificação orçamentária procedida pelo Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 3, de 2010.

A receita arrecadada, em 2015, pelo Senado Federal (Unidade Orçamentária 02101) foi de R\$ 23.346.739,62, superando em 196% o montante previsto inicialmente na LOA (cerca de R\$ 7,8 milhões), conforme evidenciado na tabela a seguir:

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Prevista	Execução da Receita
1 - RECEITAS CORRENTES	13110000	ALUGUEIS	-	1.509,06
	13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	1.480.971,00	1.405.182,86
	13610100	RECEITA CESSAO DIR. OPERACIONALIZACAO FOPAG	-	16.052.327,13
	15202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	789.322,00	673.215,38
	16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	202.690,00	192.166,76
	19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.120.987,00	1.703.694,26
	19210600	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	10.562,00	-
	19220110	RESTITUICOES DE CONVENIOS - PRIMARIAS	-	-
	19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	1.687.775,00	1.630.883,75
	16000599	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	-	886.254,16
	19199900	OUTRAS MULTAS	-	62,87

	19229900	OUTRAS RESTITUICOES	187.078,00	274.286,76
2 - RECEITAS DE CAPITAL	22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	1.070.920,00	316.600,00
	22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	181.970,00	-
	22190000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	-	86.390,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	73330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	167.782,00	126.422,09
	75202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	985.678,00	20.750,94
	76000102	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	-	- 23.006,40
Total:			7.885.735,00	23.346.739,62

Quadro 61 - Receitas do Fundo Especial do Senado Federal por Natureza de Despesa

Essa expressiva variação foi resultado do ingresso da segunda parcela dos recursos oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal do Senado Federal junto à Caixa Econômica Federal (Contrato n.º 34/2014), no montante de R\$ 16.052.327,13, receita essa que não havia sido prevista quando da elaboração da proposta orçamentária. Esses recursos foram integralmente aplicados em despesas do GND 4 – *Investimentos*, conforme deliberado pela Comissão Diretora do Senado Federal, em reunião realizada 26/2/2014, oportunidade em que se decidiu que os recursos da venda da folha “*serão despendidos, preferencialmente, na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasen e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões*” (Ata publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal n.º 5444, de 19/03/2014).

O referido montante foi incorporado ao orçamento, em outubro de 2015, mediante troca de fonte de recursos efetivada pela Portaria da Secretaria de Orçamento Federal n.º 71, de 27 de outubro de 2015, e consistiu na redução na fonte “100 – *Recursos Ordinários do Tesouro Nacional*” e acréscimo na fonte “150 – *Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados*”, permanecendo inalterado o total do orçamento autorizado para o Órgão na LOA/2015.

Quanto ao valor de R\$ 886.254,16, arrecadados na rubrica “16000599 – *Outros Serviços de Saúde*”, que também não estava prevista inicialmente na LOA, trata-se de receita decorrente do art. 2º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 17, de 2014, que instituiu o pagamento de contribuição mensal para o custeio da assistência à saúde aos Senadores e seus dependentes, bem como aos ex-Senadores e seus

cônjuges, valores esses deduzidos da folha de pagamento ou recolhidos mediante documento de cobrança emitido pela Secretaria Integrada de Saúde nos casos de ex-Senador que não recebe aposentadoria pelo Senado Federal ou ao cônjuge sobrevivente que não recebe pensão.

Por sua vez, a expressiva frustração da receita “75202900 – Receita da Indústria Editorial e Gráfica – Operações intraorçamentárias” deve-se à redução da arrecadação no intervalo entre o término do Contrato n.º 245/2008 e início da vigência em 27/10/2015 do Convênio n.º 031/2015, ambos celebrados junto à Câmara dos Deputados para prestação de serviços de confecção de publicações oficiais impressas e em outras mídias a serem realizados no Senado Federal, por meio de sua Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF.

Relativamente à execução orçamentária das receitas próprias (fonte “150”), em 2015, foram empenhados R\$ 17.177.242,07 na UG 020054 – *Fundo Especial do Senado Federal*, sendo R\$ 16.677.242,07 na ação “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*” para atender as seguintes aquisições para a TV Senado: sistema de captação de áudio e vídeo de externas; sistema redundante e integrado de ingest, edição e exibição de conteúdos digitais com suporte para alta definição e fibras ópticas, bem como de seus transmissores e receptores. A diferença, no valor de R\$ 500.000,00, foi aplicada na programação 2004 – *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores*”. O total empenhado correspondeu a 73,6% do montante arrecado de recursos próprios, cabendo destacar que não foi possível alcançar um percentual mais alto de execução em virtude de não ter sido concluída a licitação para aquisição do Sistema de Geração de Grafismo para a TV Senado, cuja parcela de investimentos estava estimada em R\$ 5.332.365,99. Essa contratação foi objeto do pregão eletrônico n.º 133/2015, que somente veio a ser homologado em 2016, inviabilizando a emissão da nota de empenho à conta do orçamento do exercício de 2015.

Considerando que o ingresso das receitas da fonte “150” se deu na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal e que o respectivo orçamento estava disponibilizado na UG 020001 – Senado Federal, foi realizada uma movimentação interna desses créditos orçamentários para viabilizar a execução das despesas pela UG do FUNSEN, detentora dos recursos financeiros, no âmbito da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Deliberações do TCU atendidas integralmente ou parcialmente

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 028.060/2014-8			DI	OFÍCIO 491/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre o servidor Granville Garcia De Oliveira					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Encaminhamento ao TCU com as cópias dos seguintes documentos: mapa de tempo de serviço, bem como das certidões de tempo de serviço relacionadas aos tempos computados no referido mapa; informação prestada pela Coordenação de Pagamento de Pessoal, cálculos e pagamento da diferença da contribuição previdenciária referente ao período de março a outubro de 2006; mapa das funções comissionadas exercidas, sem as portarias de designação e desligamento, uma vez que a função de Consultor Legislativo era atrelada ao cargo e, conseqüentemente, não foi computada para efeitos de quintos/décimos e Opção na aposentadoria, sendo transformada em parcela compensatória de acordo com o Acórdão nº 2602/2013 – TCU – Plenário; e contracheque atual, mês de janeiro/2015.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 005.852/2013-7			DI	OFÍCIO 1768/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre os servidores relacionados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento das cópias dos respectivos mapas de tempo de contribuição e das certidões de tempo de serviço expedidas pelo INSS. E esclarecemos que o tempo rural prestado ao Sítio Gravata, no período de 10/08/1972 a 30/12/1974, não foi computado para a aposentadoria do servidor Jairo Rodrigues de Oliveira. Ademais, o servidor Francisco Carlos de Souza averbou tempo de serviço prestado às empresas Clemente Irmãos S/A Alumínio Ironte e Brasil Oiticica S/A, na função de aprendiz, situação diversa da prevista na Súmula nº 96 do TCU.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 025.211/2014-5			DI	OFÍCIO 2637/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre os servidores relacionados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento das cópias das certidões de tempo de contribuição emitidas pelo INSS, relativamente aos tempos averbados pelos servidores Raimunda Alves Pimentel, matrícula 22199, e Raimundo Osmar Lima, matrícula 21365.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 007.857/2015-2			DI	OFÍCIO 4404/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>O TCU solicita que sejam encaminhados os seguintes documentos e/ou esclarecimentos sobre o servidor David Alves de Carvalho:</p> <p>Cópia do Ato da Comissão Diretora n.º 34/1992</p> <p>Cópia do Ato da Comissão Diretora n.º 02/2011</p> <p>Cópia do Parecer n.º 724/2010 da Advocacia do Senado Federal</p> <p>Cópia da Portaria n.º 51/2012 do Primeiro-Secretário</p> <p>Cópia das folhas 456 e 457 (decisão do Primeiro-Secretário) do Processo n.º 00200.014329/2013-24</p> <p>Cópia da discriminação das atribuições funcionais dos cargos exercidos pelo servidor</p> <p>Cópia do Mapa de Tempo de Serviço</p>					

Cópia das Certidões dos Tempos de Serviços averbados no Senado Federal

Cópia dos assentamentos funcionais do servidor

Cópia de declaração firmada pelo servidor, à época de sua admissão, quanto ao exercício ou não de outro cargo ou emprego

Esclarecimento sobre quais os fundamentos legais (normativos, leis ou princípios) utilizados pelo Senado para o reconhecimento de que o trabalho executado pelo servidor, quando lotado na secretaria de pessoal inativo, apresentava características típicas de atividade policial, fato que levou ao aproveitamento de tal tempo de serviço para fins de aposentadoria com base na Lei Complementar n.º 51/1985, conforme apresentado no campo Justificativa do Parecer do Controle Interno no ato de aposentadoria do servidor (SISAC)

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores

Síntese da Providência Adotada

Encaminhamento das cópias dos documentos solicitados pelo TCU, com exceção feita ao item 10, que não foi encontrado nas pastas funcionais do servidor.

Com relação ao item 11, esclarecemos que, para o reconhecimento de que o trabalho executado pelo servidor, quando lotado na então Subsecretaria de Pessoal Inativo, apresentava características típicas de atividade policial, levou-se em conta o Parecer da Comissão de Justificação Administrativa, instituída para apuração da natureza do trabalho desempenhado pelo aposentado na referida secretaria. As cópias do Relatório Final da Comissão seguiram com os demais documentos para atendimento da Diligência

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência parcialmente atendida.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 25.215/2014	ACÓRDÃO 06/2015 - 1ª CÂMARA	1.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
1.7. Determinar ao Senado Federal que instaure e encaminhe ao órgão de controle interno, no prazo de 90 (noventa) dias, tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente do pagamento indevido de proventos à sra. Cristina Judite Vicino, pelo período de 4 meses e 16 dias, sem que a servidora preenchesse os requisitos necessários à aposentação fundada na Emenda Constitucional 47/2005.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					

Esclarecimentos de que, na data 01/04/2013, foi lançada equivocadamente nos campos “Data da Publicação” e “Data da Vigência” no formulário Sisac, uma vez que, conforme publicação do Diário Oficial da União às fls. 4, a aposentadoria foi publicada em 01/04/2014, data em que a servidora preenchia os requisitos para se aposentar nos termos da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 026.635/2010-0			DI	OFÍCIO 4280/2014-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre os servidores relacionados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento da cópia do mapa de tempo de serviço, mapa de funções comissionadas exercidas, portaria de designação e contracheque atual, além da informação de que o exercício da função comissionada de Assistente de Atividade Policial FC05 sofreu interrupções devido ao gozo de licença prêmio, tendo perdurado até a concessão da primeira aposentadoria do servidor Osmário Brandão Telles Filho, mat. 14087.					

E encaminhamento da cópia do mapa de tempo de serviço, mapa de funções comissionadas exercidas, designações e contracheque atual do servidor Celso Dantas, mat. 18585.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 12.321/2014-1			DI	OFÍCIO 1919/2015-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre os servidores relacionados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento das cópias do mapa de tempo de contribuição e do laudo médico pericial mediante o qual a Junta Médica do Senado Federal sugeriu a aposentadoria do servidor por doença não especificada em lei do servidor Atila Mohn, matrícula 43324. Esclarecemos, ainda, que o servidor exerceu cargo de natureza efetiva no Senado Federal e que, portanto, o campo “Natureza do cargo” do formulário Sisac foi preenchido incorretamente com a opção “Em Comissão”.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 010.020/2013			DI	5805/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Solicita o encaminhamento de esclarecimentos/documentos dos servidores José Batista Carvalho Liparizi, matrícula 15250; João Batista Pontes, matrícula 53652 e Jorge Antônio Orro, matrícula 9845.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento dos documentos e esclarecimentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 007.942/2012-5			DI	OFÍCIO 15632/2015-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Solicita o encaminhamento de esclarecimentos/documentos do servidor: memória de cálculo das rubricas incorporadas a título de quintos e opção, bem como cópia da documentação que comprove os tempos exercidos pelo servidor em funções comissionadas, incluindo, necessariamente, as portarias de designação e desligamento das respectivas funções incorporadas. Na referida memória de cálculo, deve estar demonstrado e justificado o valor percebido pelo inativo.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento dos documentos e esclarecimentos solicitados relativos ao servidor José Alcino Scarassati, mat. 161000.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 013.937/2013-8			DI	OFÍCIO 6164/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Esclarecimento acerca da manutenção da aposentadoria após a reavaliação da condição de invalidez do servidor; qual a enfermidade que incapacita o servidor para o exercício das atribuições do cargo, bem como as atribuições do cargo do servidor.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhadas as informações solicitadas a respeito da aposentadoria do servidor Caio Cesar Penna, matrícula 31954.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa					Código SIORG	
SENADO FEDERAL						
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
11	TC 034.062/2011	ACÓRDÃO PLENÁRIO	1176/2015-	9.2	DE	OFÍCIO 6283/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG	
Senado Federal						
Descrição da Deliberação						
<p>9.2. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, quando dos cálculos dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo, concedida com fundamento no art. 40, § 3º, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003) e no art. 2º dessa mesma Emenda, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167, de 2004, convertida na Lei nº 10.887, de 2004, passem a observar os seguintes critérios e procedimentos:</p> <p>9.2.1. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute as seguintes parcelas:</p> <p>9.2.1.1. as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência (art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004);</p>						

9.2.1.2. a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio (art. 1º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004);

9.2.2. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, compute: as parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho ou do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição Federal, desde que o servidor opte por incluí-las na sua base de contribuição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.887, de 2004, com nova redação dada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012);

9.2.3. no cálculo dos proventos de aposentadoria pela média das maiores remunerações, não compute a seguinte parcela:

9.2.3.1. o adicional de férias, por não fazer parte da base de contribuição, conforme o art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004;

9.2.4. no cálculo do valor inicial dos proventos relativos à aposentadoria proporcional, o valor resultante do cálculo pela média deve ser previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no § 5º, do art. 1º, da Lei nº 10.887, de 2004, promovendo-se, posteriormente, a aplicação da fração correspondente, segundo o disposto no art. 62, § 1º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 2, de 31 de março de 2009;

9.3. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que observem as seguintes orientações:

9.3.1. quaisquer vantagens pessoais que serviram de base de cálculo para o pagamento de contribuição previdenciária devem ser consideradas no cálculo da média das maiores remunerações e não somadas, ao final, à média obtida, sob pena de violar não só o disposto na Lei nº 10.887, de 2004, mas também o princípio da contributividade previdenciária insculpido no art. 40 da CF88, excluídas as vantagens expressamente previstas no § 1º, do art. 4º, da Lei 10.887/2004;

9.3.2. a inclusão de parcelas de planos econômicos (Plano Collor, URV, URP e outros) no cálculo da média das remunerações de contribuição depende da existência de sentenças judiciais que lhes deem suporte jurídico, devendo ser considerado apenas o período em que foram legalmente recebidas, uma vez que parcelas indevidas não podem compor essa média, independentemente de o servidor ter eventualmente contribuído sobre elas, sem prejuízo de que, nos termos da lei, o interessado possa buscar a devida repetição desse indébito; e

9.3.3. as diferenças remuneratórias devidas em razão de pagamentos de atrasados ou de adiantamentos concedidos devem ser consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria, segundo o art. 40 da CF88 (média das remunerações), nos respectivos meses de competência;

9.4. determinar a todos os órgãos, autarquias e fundações autárquicas da administração pública federal que, nos casos em que os proventos de aposentadoria não estejam sendo pagos de acordo com as regras indicadas nos itens deste Acórdão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação, adotem as providências cabíveis para a efetiva regularização desses pagamentos, com a observância, se necessário, do contraditório e da ampla defesa, informando o TCU sobre o resultado dessas providências em item específico do correspondente relatório de gestão nas respectivas tomadas ou prestações de contas anuais, observadas as seguintes regras:

9.4.1. aplicar o disposto no presente item para as aposentadorias ainda não encaminhadas ao TCU, desde que sua concessão tenha ocorrido em prazo inferior a cinco anos;

9.4.2. no caso de a aposentadoria ainda não ter sido enviada ao TCU, concedida a mais de cinco anos, enviar o ato de aposentadoria original e respectivo ato de alteração, com expressa menção ao presente acórdão;

9.4.3. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo inferior a cinco anos contados de sua concessão, solicitar o retorno do respectivo ato ao órgão concedente, ajustar o pagamento e proceder à alteração devida no ato com posterior reenvio a este Tribunal, via controle interno;

9.4.4. no caso de a aposentadoria já tiver sido encaminhada ao TCU, ainda não apreciada e tendo ela prazo superior a cinco anos contados de sua concessão, encaminhar ato de alteração com a especificação completa da alteração realizada, fazendo expressa menção ao presente acórdão;

9.4.5. no caso de a aposentadoria já tiver sido registrada pelo TCU nos últimos cinco anos, enviar expediente a esta Corte dando conta da necessidade de revisão dos pagamentos, para fins de o TCU adotar as providências internas cabíveis.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores

Síntese da Providência Adotada

Foi feito um levantamento para identificar as aposentadorias abarcadas pelo Acórdão do TCU, sendo aproximadamente 20 casos de aposentados que atualmente recebem os proventos pela média das contribuições, cujos cálculos tiveram de ser refeitos para adequação de valores, conforme recomendação da corte de contas.

Além disso, há cerca de 40 casos de servidores que foram aposentados por invalidez com proventos sem paridade, posteriormente beneficiados pela Emenda Constitucional n.º 70/2012, e que, conseqüentemente, deverão ter seus cálculos de aposentadoria revisados, conforme orientação da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal.

Esclarecemos que as providências estão sendo tomadas nos respectivos processos de aposentadoria, caso a caso, demandando a publicação de algumas Portarias e a assinatura de Títulos Concessórios.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência parcialmente atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O atendimento ao prazo foi prejudicado devido a alguns casos em que o cálculo revisado restou menor que o percebido pelos servidores aposentados, o que demandou o envio de termos de intimação e abertura de prazo para o exercício do contraditório e ampla defesa.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 003.746/2011	ACÓRDÃO 3245/2015 – 1ª CÂMARA	9.1.1	DE	OFÍCIO 7439-TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Fernando Braga dos Santos, recusando seu registro;</p> <p>9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;</p> <p>9.3. determinar ao Senado Federal que:</p> <p>9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;</p> <p>9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Fernando Braga dos Santos, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;</p>					

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores

Síntese da Providência Adotada

Os proventos do servidor Fernando Braga dos Santos foram suspensos a partir de 01/07/2015, sendo o servidor cientificado e alertado que o efeito suspensivo de eventual interposição de recurso não o eximiria da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação.

Entretanto, o servidor interpôs pedido de reexame com efeito suspensivo, conforme comunicado pelo TCU mediante Ofício nº 9015/2015-TCU/SEFIP, retornando à folha de pagamento em agosto de 2015.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 018.300/2006	3693/2015 – 2ª CÂMARA	9.1	DE	OFICIO 8783/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria a Jakson Ribeiro de Carvalho (084.672.181-34); José Pires Neto (059.952.131-72) e Moacir Joaquim de Oliveira (059.418.571-87), em razão da averbação irregular de tempo de serviço rural sem o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, negando-se os respectivos registros;</p> <p>9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Senado Federal deste acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;</p> <p>9.3. determinar ao Senado Federal que, em relação aos atos considerados ilegais:</p> <p>9.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos concessórios impugnados, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p>					

9.3.2. comunique aos interessados acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;

9.3.3. alerte aos interessados que suas aposentadorias poderão prosperar se eles recolherem as contribuições previdenciárias referentes ao tempo rural, de forma indenizada. Nesse caso, o órgão de origem deverá emitir novos atos e submetê-los a registro deste Tribunal, nos prazos estipulados pela Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3.4. oriente o senhor Jakson Ribeiro de Carvalho que ele poderá averbar o tempo em que contribuiu para o INSS na condição de autônomo, para fins de aposentadoria e, caso se enquadrar em alguma regra vigente, poderá se aposentar sem necessidade de retorno à ativa;

9.3.5. oriente o senhor Moacir Joaquim de Oliveira que caso opte por não promover o recolhimento previdenciário referente ao tempo de serviço rural averbado, deverá retornar à atividade em razão de não preencher os requisitos para se manter inativo;

9.3.6. oriente os senhores José Pires Neto e Jakson Ribeiro de Carvalho que poderão, também, optar pela aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de serviço, na proporcionalidade de 30/35 e 31/35, respectivamente;

9.3.7. no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados tomaram ciência do julgamento deste Tribunal.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores

Síntese da Providência Adotada

As providências foram tomadas nos respectivos processos de aposentadoria, tendo sido enviados, inicialmente, termo de intimação para notificar os aposentados das determinações do TCU elencadas acima.

Especificamente a respeito do servidor Moacir Joaquim de Oliveira, mat. 13370, informamos que o mesmo optou por retornar à ativa, conforme ponto 9.3.5 do Acórdão do TCU, tendo sido lotado na Secretaria de Polícia do Senado Federal a partir de 31/08/2015, conforme consta no Processo nº 00200.000025/1995-47.

Contudo, o mesmo foi aposentado compulsoriamente em 24/09/2015, quando completou 65 anos de idade, conforme Portaria da Diretoria-Geral nº 5248/2015, com base na Lei Complementar nº 51/1985 c/c Acórdão nº 2943/2010 – TCU – Plenário, por ocupar o cargo de Técnico Legislativo/Policial Legislativo Federal.

Em relação ao servidor Jakson Ribeiro de Carvalho, mat. 22461, esclarecemos que o termo de intimação foi recebido em sua residência em 24/08/2015, de acordo com o Processo nº 00200.021801/1997-12. Realizamos pesquisa no Sistema SIGAD e encontramos o Processo nº 00200.014430/2015-47, autuado em 08/09/2015, em que o Sindilegis, representando o servidor, requer que seja averbado o tempo de atividade privada constante em documento do INSS, ressaltando que este pedido já havia sido feito por meio do Documento nº 00100.051117/2014-37, constante do Processo nº 00200.009392/2014-20. Assim, solicitamos o referido processo e pudemos verificar que ainda não houve a apresentação da Certidão de Tempo de Contribuição original emitida pelo INSS, necessária para regularizar a averbação de tempo do servidor e sua aposentadoria.

Ao ter suspenso o pagamento dos seus proventos de aposentadoria, o interessado imediatamente optou pela aposentadoria voluntária com proventos proporcionais, conforme ponto 9.3.6 do Acórdão do TCU, tendo sido aposentado a partir de 01/09/2015, conforme Portaria da Diretoria-Geral nº 5165/2015 e Portaria da Diretoria-Geral retificadora nº 5374/2015.

Quanto à aposentadoria de José Pires Neto, mat. 10940, Processo nº 00200.005305/1998-94, informamos que o mesmo foi acometido de doença prevista em lei e teve sua aposentadoria integralizada desde 05/08/2014, razão pela qual elaboramos portaria para manutenção da sua aposentadoria por invalidez nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, combinado com a Emenda Constitucional nº 70, de 2012, e o art. 186, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, a partir de 01 de setembro de 2015, conforme Portaria Diretoria-Geral nº 4874/2015, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2015.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.150/2013-1			DE	OFÍCIO 0530/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Com vistas ao saneamento de processo de pensão civil dos instituidores Claudio de Oliveira Pinto, mat. 125729, e Lourival Julião da Silva, mat. 17258, encaminhar às pensionistas Divina Cadete Pires, o Ofício nº 527/2015-TCU-SEFIP, a Maria Rosa de Oliveira Pinto, o Ofício nº 0528/2015/TCU/SEFIP e a Maria Esméria da Costa Silva, o Ofício nº 0529/2015-TCU/SEFIP, com a finalidade de lhes oferecer oportunidade para ampla defesa diante da possibilidade do TCU prolatar decisão que lhes será desfavorável, tendo em vista a irregularidade da inclusão da parcela opção na base de cálculo da pensão instituída por Claudio de Oliveira Pinto, e atualização do valor do benefício acima do permitido, na pensão instituída por Lourival Julião da Silva.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					

Síntese da Providência Adotada

Em 03/02/2015, foram encaminhadas as referidas correspondências à Divina Cadete Pires, Maria Rosa de Oliveira Pinto e Maria Esméria da Costa Silva, para conhecimento e prestar os esclarecimentos que julgarem necessários ao TCU, dentro de 15 dias a contas do recebimento da correspondência. Os Avisos de Recebimento retornaram, em 12/02/2015, e o processo foi encaminhado à SCISF para repassar ao TCU as medidas adotadas e os esclarecimentos do SECOPE quanto à concessão da opção ao instituidor Cláudio de Oliveira Pinto e os aumentos da pensão instituída por Lourival Julião da Silva.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	009.124/2004-4			DE	OFÍCIO 1754/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Com vistas ao saneamento de processo de pensão civil dos instituidores Gersino da Costa Nascimento Filho, mat. 43490, Manoel Ramiro Ferreira da Cunha, mat. 33653; Nelson Teixeira, mat. 26995; Raimundo Alves da Paz, mat. 12509 e Ronaldo de Oliveira Mendes, mat. 41716, encaminhar os documentos (portaria de designações de funções, mapa de tempo de funções) que comprovem os tempos (início, fim e tempo total) ocupados pelos instituidores de pensão em funções comissionadas ou cargos em comissão, bem como memória de cálculo das referidas VPNI's relativas à incorporação de quintos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

A diligência foi devidamente atendida e o processo encaminhado à SCISF para repassar ao TCU os esclarecimentos e a documentação solicitada. Foram encaminhados os seguintes documentos:

- do ex-servidor GERSINO DA COSTA NASCIMENTO FILHO: Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 18/1998; Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 1/2005; ficha funcional extraída do sistema ERGON e antigo SAPES, constando as funções comissionadas exercidas pelo ex-servidor; Ato do Diretor-Geral nº 1884/1998; SISAC de concessão de pensão civil e fichas financeiras referentes aos anos de 1998 a 2010, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas.

- do ex-servidor MANOEL RAMIRO FERREIRA DA CUNHA: ficha funcional extraída do sistema ERGON e antigo SAPES, constando as funções comissionadas exercidas pelo ex-servidor; Ato do Diretor Executivo da Gráfica nº 922/95, Ato do Diretor Executivo da Gráfica nº 1932/2001; SISAC de concessão de pensão civil e fichas financeiras referentes aos anos de 1993 a 2004, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas.

- do ex-servidor NELSON TEIXEIRA: ficha funcional extraída do sistema ERGON e antigo SAPES, constando as funções comissionadas exercidas pelo ex-servidor; Ato do Diretor-Executivo da Gráfica nº 245/93; Ato do Diretor Executivo da Gráfica nº 1132/95, Ato do Diretor Executivo da Gráfica nº 290/95; SISAC de concessão de pensão civil e fichas financeiras referentes aos anos de 1993 a 2010, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas.

- do ex-servidor RAIMUNDO ALVES DA PAZ: ficha funcional extraída do sistema ERGON e antigo SAPES, constando as funções comissionadas exercidas pelo ex-servidor; Portaria nº 582/1985; Portaria nº 372/1986; Processos de Movimentação de Servidor (Designação/Lotação)-PMS nºs 006272/91-6, 013122/91-6, 021419/91-4, 012922/92-7, 017104/92-0, 017105/92-7, 019401/93-0, 022242/09-0 e 016473/11-6; SISAC de concessão de pensão civil e fichas financeiras referentes aos anos de 1984 a 1986, 1991 a 1993, 2009 e 2010, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas.

- do ex-servidor RONALDO DE OLIVEIRA MENDES: ficha funcional extraída do sistema ERGON e antigo SAPES, constando as funções comissionadas exercidas pelo ex-servidor; Processos de Movimentação de Servidor (Designação/Lotação) nºs 004810/91-0, 004545/95-8, 002677/97-0 e 014218/07-0; Ato do Diretor-Geral nº 251/1997; Ato do Diretor-Geral nº 1950/1998; SISAC de concessão de pensão civil e fichas financeiras referentes aos anos de 1991 a 2010, demonstrando que o ex-servidor efetivamente recebeu funções comissionadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	017.916/2004-8			DE	OFÍCIO 3088/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Encaminhou Ofício nº 00099/2015/DCD/SGCT/AGU, de 10/03/2015, para conhecimento e providências cabíveis, no qual comunica a decisão do Ministro Luiz Fux que <u>negou seguimento ao MS 27.906</u> , impetrado por Maroly Gonçalves Lima contra Acórdão nº 4109/2008-1ª Câmara-TCU, que julgou ilegal a concessão da pensão, revogando a liminar anteriormente deferida.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Foram providenciadas portaria e alteração do título concessório cancelando a pensão de Maroly Gonçalves Lima e revertendo a cota para Eunice Ferreira da Silva, pensionista remanescente do instituidor José Alves dos Santos, mat. 13230.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	011.361/2015-8	3524/2015-2ª CÂMARA	9.2	DE	OFÍCIO 8371/2015-TCU/SEFIP E OFÍCIO 13191/2015-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. determinar ao Senado Federal que adote medidas para:</p> <p>9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista Maria de Jesus Santana Sena, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.2.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, comprovante de que a interessada referida no subitem 9.2 teve conhecimento deste acórdão;</p>					

9.2.4. efetuar, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, a restituição ao Erário dos valores indevidamente recebidos pela pensionista mencionada no subitem 9.2.1;

9.3. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

O TCU informou ao Senado Federal que Maria de Jesus Santana Sena interpôs recurso contra o Acórdão nº 3524/2015-2ª Câmara, o qual foi reconhecido com efeito suspensivo (Ofício nº 13191/2015-TCU-SEFIP).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Concessão de Pensões

Síntese da Providência Adotada

O benefício de Maria de Jesus Santana Sena foi cancelado, a partir de 01/08/2015, bem como foi dada ciência à pensionista da referida decisão, inclusive sobre a devolução ao Erário dos valores por ela recebidos indevidamente, visto que não ficou comprovada sua boa-fé (Carta nº 035/2015-SECOPE). O Aviso de Recebimento foi anexado ao processo e SCISF para repassar ao TCU as providências adotadas e sugerido o envio dos autos à COPAG para elaborar planilha de valores que a pensionista deverá ressarcir ao Erário, no período de 14/04/2003 a 31/07/2015.

O pagamento da pensão foi restabelecido, a partir de 01/08/2015, até apreciação de mérito pelo Colegiado do TCU, tendo em vista a interposição de recurso. Os autos foram enviados à SCISF para comunicar ao TCU as providências adotadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	034.062/2011-4	1.176/2015-PLENÁRIO	9.4.4	DE	OFÍCIO 6283/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Determinar a revisão dos cálculos dos proventos das aposentadorias sem paridade, concedidas com base na redação dada pela EC nº 41/2003, a partir da vigência da Medida Provisória nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887/2004.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
O Serviço de Aposentadorias de Servidores elaborou planilha de cálculos, conforme proposto pelo TCU, referente aos ex-servidores Raulino Wanzeller, mat. 23210, e José Henrique Lima, mat. 24913 para ciência e demais providências, considerando o falecimento dos ex-servidores, respectivamente em 15/05/2008 e 08/08/2007. A partir do valor informado pelo SEAPOS, foram providenciadas as alterações dos títulos					

concessórios, além das alterações do SISAC e ERGON. Tendo em vista que as pensões foram concedidas sem paridade, foi solicitada à COPAG a atualização dos valores da pensão, aplicados os índices do RGPS. O processo foi encaminhado à SCISF para análise das alterações e encaminhamento ao TCU.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	003.993/2014-0	2.377/2015-PLENÁRIO	9.3	DE	OFÍCIO 15339/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Lembrar aos interessados a possibilidade de Pedido de Reexame referente aos atos de pensão emitidos até a data da publicação da Medida Provisória 664, que tinham sido julgados ilegais por este Tribunal, com fundamento no Acórdão TCU 2.515/2011-Plenário, mediante a reabertura de prazo de 180 dias, com base nos arts. 285 e 286 do Regimento Interno desta Corte, bem como encaminhar ao TCU os comprovantes de ciência dos interessados, que terão 180 dias de prazo, contados da data de ciência, para interpor ação de reexame junto ao TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Foi providenciado um levantamento das pensões julgadas ilegais com base no Acórdão 2.515/2011-Plenário, e enviada correspondência aos interessados com AR.

No levantamento foi verificado que o TCU julgou ilegais as pensões concedidas a Letícia Tupinambá de Albuquerque Mello (menor sob guarda – art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiária de Alexandre Marques de Albuquerque Mello, mat. 1410; Alexandre Juriney Alves de Carvalho (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiário de Dionisio Motta da Costa, mat. 1240; Maria Vitória Resende Santos (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiária de José Conde da Silva, mat. 19930; Jeniffer Vieira Ramos Dutra (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiária de Gesner Batista Dutra, mat. 1378; Neuza Carlyne Sarmiento de Oliveira (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiária de Domingos Soares de Oliveira Filho, mat. 24135; Bruno César da Silva Souza (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiário de Edwaldo Alves da Silva, mat. 9055; Marcos Paulo Ribeiro Gonçalves Rodrigues (pessoa portadora de deficiência - art. 217, I, e, Lei 8.112/90), beneficiário de Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, mat. 39; Elaine Chrystina do Amaral Fassheber (pessoa portadora de deficiência – art. 217, I, e, Lei 8.112/90), beneficiária de Geraldo Fassheber, mat. 12365; Wanderson Eder Nascimento Santos Passos (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiário de Eder Florentino dos Santos, mat. 8178; Kamila Rossane Araujo Dias (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90) e Yasmim Talita Soares Almeida (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiárias de Katia Rossane Ribeiro, mat. 12571; e Marcella de Barros Guimarães (menor sob guarda - art. 217, II, b, Lei 8112/90), beneficiária de Aroldo Lacerda Guimarães, mat. 4100.

Foram enviadas correspondências apenas para os pensionistas que tiveram o benefício cancelado, antes de completarem a maioridade, e não houve reversão de cota, a saber: Letícia Tupinambá de Albuquerque Mello, Alexandre Juriney Alves de Carvalho, Bruno César da Silva Souza, Marcos Paulo Ribeiro Gonçalves Rodrigues e Elaine Chrystina do Amaral Fassheber.

Não foram enviadas correspondências a Wanderson Eder Nascimento Santos Passos, Kamila Rossane Araujo Dias, Yasmim Talita Soares Almeida e Marcella de Barros Guimarães, pois a pensão já havia sido cancelada por terem atingido a maioridade, antes que o TCU julgasse pela ilegalidade.

Não foram enviadas correspondências a Maria Vitória Resende dos Santos, Jeniffer Vieira Ramos Dutra e Neuza Carlyne Sarmiento de Oliveira, porque, quando do cancelamento da pensão, devido ao julgamento do TCU pela ilegalidade, houve reversão de cota e hoje a pensão está sendo paga integralmente aos pensionistas remanescentes.

A pensão de Elaine Chrystina do Amaral Fassheber foi cancelada em 10/06/2013 (julgada ilegal pelo TCU), mas foi restabelecida em face da decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança nº 32.427, que anulou a decisão do TCU no tocante à cessação do pagamento da pensão civil de Elaine Christina do Amaral Fassheber. O restabelecimento foi a partir da data de autuação no Senado Federal do Ofício nº 13619/2014-TCU/SEFIP, em 27/11/2014 (Processo nº 00200.014078/2014-69).

Síntese dos Resultados Obtidos

A correspondência enviada a Alexandre Juriney Alves de Carvalho foi devolvida pelos Correios ao Senado Federal e as dos demais interessados foram recebidos os Avisos de Recebimento. O processo foi encaminhado à SCISF para repassar ao TCU os comprovantes de ciência dos interessados. Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 029.978/2015-7	10066/2015 - TCU - 2ª CÂMARA	1.7.1	DE	OFÍCIO 18607/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Senado Federal que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					

Os atos de aposentadoria dos servidores Aurea Lucia Maria Queiroz e Cesar Augusto Nobre Lustosa e Barros foram encaminhados livres das falhas apresentadas. Foi esclarecido que não haviam sido excluídas as licenças do período informado no item “tempo de serviço no órgão” dos referidos atos, com relação à divergência apontada no Acórdão entre o campo “tempo de serviço para aposentadoria” e os tempos informados no quadro “Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações”.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC 023.665/2010-6	9606/2015 - TCU - 2ª CÂMARA	9.2	DE	OFÍCIO 17583/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>9.2. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas administrativas cabíveis visando a transformar as parcelas de quintos e opção pagas ao Sr. João Antônio Barbosa Lopes pela incorporação da função FC-1 (Motorista), sem a designação formal para o exercício da função comissionada, em parcela compensatória passível de atualização pelos índices gerais de reajuste aplicáveis às remunerações dos servidores públicos, a ser absorvida por aumentos remuneratórios, nos termos da determinação deste Tribunal assentada no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário, caso ainda não o tenha feito.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadoria de Servidores					
Síntese da Providência Adotada					

Foi providenciada a transformação das vantagens Quintos e Opção em parcela compensatória.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Senado Federal ainda não adotou as medidas necessárias para o cumprimento do item 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário, ou seja, implantar a parcela compensatória a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que se enquadram no referido dispositivo.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DILIGÊNCIA - PENSÃO - ENCAMINHAMENTO DE CONTRACHEQUES					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 028.312/2014-7				OFÍCIO 0618/2015-TCU/SEFIP (00200.001393/2015-15 - AUTUAÇÃO EM 29/01/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Solicita, no prazo de 15 dias, o encaminhamento de cópias dos contracheques dos beneficiários de pensão instituída pelo ex-servidor Nemézio da Rocha Fonseca.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento De Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					
Todas as fichas financeiras solicitadas foram encaminhadas ao TCU.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Atendimento integral da solicitação do órgão de controle externo.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DILIGÊNCIA					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 006.872/2014-0	ACÓRDÃOS 7499/2013, 393/2014 E 818/2014 2ªC			OFÍCIO 4131/2015-TCU/SEFIP (00200.007438/2015-57 - AUTUAÇÃO EM 16/04/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Disponibilização, em até 30 dias, de informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de março de 2015 de todos os servidores, incluindo comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do Senado Federal, conforme layout definido pelo TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					
O arquivo foi fornecido ao TCU em meio magnético (cd, dvd), no formato de tabela.					

Síntese dos Resultados Obtidos

Atendimento integral da solicitação do órgão de controle externo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Dificuldades operacionais em montar o arquivo na formatação pretendida pelo TCU, que foi adequadamente saneada após solicitação de correção pela corte de contas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO Nº 1994/2015-PLENÁRIO-TCU					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					OFÍCIO 82/2015-SEGEDAM-GS (00200.016822/2015-41 - AUTUAÇÃO EM 27/10/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Para atendimento ao subitem 9.1.1 do Acórdão nº 1994/2015, solicita-se a confirmação de cargos ocupados e envio da respectiva ficha financeira de 2015 dos servidores Glauco Antônio Bezerra Japiassu e Celso Freitas Cavalcanti.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					
Fichas financeiras fornecidas.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Atendimento integral da solicitação do órgão de controle externo.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DILIGÊNCIA					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 006.872/2014-0	ACÓRDÃOS 7499/2013, 393/2014 E 818/2014 - 2ªC			OFÍCIO 14938/2015-TCU/SEFIP (DOCUMENTO 00100.161649/2015-62 - AUTUAÇÃO EM 13/11/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Disponibilização, em até 30 dias, de informações cadastrais e respectivas fichas financeiras, de setembro de 2015, de todos os servidores, incluindo comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do Senado Federal, conforme layout definido pelo TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					
O arquivo foi fornecido ao TCU em meio magnético (cd, dvd), no formato de tabela.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Atendimento integral da solicitação do órgão de controle externo.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Adaptação do arquivo às alterações de layout informadas pelo TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 029.240/2014-0				OFÍCIO 6173/2015-TCU/SEFIP E OFÍCIO 6178/2015-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Esclarecimentos sobre a legalidade da nomeação de Silvia Andrea Cupertino (CPF 780.127.161-00) para o cargo de Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Especialidade Assessoramento Legislativo, Subárea Minas e Energia, do Senado Federal, objeto do Concurso Público – Edital nº 1, de 22/12/2011, tendo em vista a aprovação da candidata na condição <i>sub judice</i> , conforme					

Ato da Diretoria-Geral do Senado nº 1.963, publicado na Seção 2 do Diário da União, de 25 de julho de 2014, pág. 65.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	

Síntese da Providência Adotada

Por meio do documento de NUP 00100.066033/2015-89, o Serviço de Gestão de Pessoas-SEGEPE informou que a candidata foi aprovada para o mencionado cargo na 4ª colocação, na condição de *sub judice*, e nomeada, **a critério da Diretoria-Geral**, no dia 25/07/2014, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 1.963 de 2014.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 014.980/2015-0				OFÍCIO 278-27/2015-TCU/SEFIP/DIAUP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Solicitação de preenchimento de planilhas a respeito das providências tomadas para correção das situações encontradas, ou o fundamento legal que as ampare, quanto a possível “indício de acumulação irregular de cargos públicos por incompatibilidade das jornadas de trabalho (superior a 60h semanais), nos termos do Acórdão nº 2244-33/14-P do Tribunal de Contas da União – TCU”, pelos servidores efetivos João Ricardo Mendonça dos Santos e Hugo Ricardo Valim de Castro , bem como ”indício de irregularidade pelo pagamento de auxílio alimentação ao mesmo tempo em que o mesmo benefício é pago por outro órgão/entidade público(a), conforme art. 22, § 2º, da Lei nº					

8.460/1992 e Decreto nº 3.887/2001”, pelos servidores efetivos **Luciana da Cunha César, Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos e Cláudio Araújo Reis.**

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão De Pessoas	

Síntese da Providência Adotada

1. PRIMEIRA PLANILHA: “Indícios de acumulação irregular de cargos públicos por incompatibilidade das jornadas de trabalho (superior a 60h semanais), nos termos do Acórdão nº 2244-33/14-P do Tribunal de Contas da União – TCU” - servidores efetivos: **João Ricardo Mendonça dos Santos**, matrícula 256680, e **Hugo Ricardo Valim de Castro**, matrícula 257865. Amparados por diversos julgados do TCU sobre o assunto, o Serviço de Gestão de Pessoal entendeu, s.m.j., que os servidores estão em situação regular, conforme observações descritas na planilha e cópia das declarações apresentadas pelos servidores no ato da posse (documento nº 00100.146991/2015-32 – anexado ao processo nº 00200.015784/2015-17).

2. SEGUNDA PLANILHA: “Indício de irregularidade pelo pagamento de auxílio alimentação ao mesmo tempo em que o mesmo benefício é pago por outro órgão/entidade público(a), conforme art. 22, § 2º, da Lei nº 8.460/1992 e Decreto nº 3.887/2001”. Em relação aos servidores efetivos, foram adotadas as seguintes medidas:

- **Luciana da Cunha César**, matrícula 300138: entendemos não haver indício de irregularidade, uma vez que a servidora entrou em exercício no Senado Federal em 11/03/2015 e informou, no recadastramento anual de 2015, não perceber remuneração proveniente de outra atividade;

- **Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos**, matrícula 55752: o servidor declarou, no recadastramento anual de 2015, perceber remuneração proveniente da Fundação Universidade de Brasília-FUB, onde exerce a atividade de Professor Universitário, com horário de trabalho das 16 às 20h. Por meio do Memo nº 17/2015 (documento nº 00100.146983/2015-96 – anexado ao processo nº 00200.015784/2015-17), o Serviço de Direitos e Deveres Funcionais-SEDDEV solicitou a convocação do servidor para que apresentasse declaração, da FUB, quanto à não percepção de auxílio alimentação por esse órgão. Em resposta ao referido documento, o servidor apresentou declaração, datada de 2/12/2015, na qual a Universidade de Brasília-UnB declara que ele requereu a exclusão do auxílio alimentação a partir da folha de pagamento do mês de dezembro de 2015.

- **Claúdio Araújo Reis**, matrícula 56148: o servidor declarou, no recadastramento anual de 2015, perceber remuneração proveniente da Fundação Universidade de Brasília-FUB, onde exerce a atividade de Professor no Ensino Superior, com horário de trabalho das 19 às 22h40. Por meio do Memo nº 17/2015 (documento nº 00100.146983/2015-96 – anexado ao processo nº 00200.015784/2015-17), o Serviço de Direitos e Deveres Funcionais-SEDDEV solicitou a convocação do servidor para que apresentasse declaração, da FUB, quanto à não percepção de auxílio alimentação por esse órgão. Em resposta ao referido documento, o servidor apresentou declaração, datada de 25/11/2015, na qual a Universidade de Brasília-UnB declara que ele requereu a exclusão do auxílio alimentação a partir da folha de pagamento do mês de dezembro de 2015.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor



Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SENADO FEDERAL			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	RELATÓRIO DE AUDITORIA 04/2014 - COAUDPES/SCISF	II.1.3.A	MEMO 006/2015 – GBCINT/SCISF/SF E MEMORANDO 019/2015 – GBCINT/SCISF/SF (PROCESSO 00200.003099/2015-30)
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral			
Descrição da Deliberação			

Acompanhamento das recomendações objeto do RA 04/2014 - Incorreção na base remuneratória da licença-prêmio – inclusão de adicional de insalubridade/periculosidade.
Recomendações:

- Exclusão do adicional de insalubridade e adicional de periculosidade da remuneração atribuída ao período de gozo de licença-prêmio;
- Exclusão do adicional de insalubridade e adicional de periculosidade da base de cálculo para conversão da referida licença-prêmio;
- Implementar as medidas acima para os deferimentos futuros e para aqueles efetuados nos últimos 5 (cinco) anos, a fim de recuperar as importâncias pagas indevidamente.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	

Síntese da Providência Adotada

Processo encaminhado ao Serviço de Soluções para a Área de Recursos Humanos – SESRH/Prodasen para parametrização do sistema Ergon no sentido de excluir o recebimento dos adicionais de insalubridade e periculosidade) quando o servidor entrar em gozo de licença-prêmio. Por meio do documento nº 00100.103387/2015-11, o Chefe do SESRH informou que as medidas foram tomadas para implementação do item II.1.3.a., e que a nova parametrização valerá a partir de 01/06/2010.

Síntese dos Resultados Obtidos

--

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		Acórdão nº 431/21010-TCU-2ª Câmara.			Expediente n. 16560-TCU/SEFIP (Volume 1 – fl. 01)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos sobre o servidor Marcus Vinícius Goulart Gonzaga					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria-Geral	
Síntese da Providência Adotada	
<p>A Diretoria-Geral acolhe a instrução contida no Parecer nº 546/2015-ADVOSF, e, com espeque nos arts. 120 e 121 do RASF que definiu a Diretoria-Geral como Órgão Central de Coordenação e Execução, DETERMINO que:</p> <p>i) Não seja promovido qualquer desconto nos proventos do servidor Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, considerando a decisão da 4ª Vara Federal, nos autos do processo nº 22910-89.2010.4.01.3400, até que a apelação seja julgada pelo TRF –1ª Região;</p> <p>ii) Seja bloqueada a margem consignável do servidor, com vistas a viabilizar eventual determinação de reposição ao erário dos valores recebidos a maior;</p> <p>iii) Sejam encaminhadas ao TCU as notificações realizadas pelo Senado Federal ao servidor Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, bem como seja informada àquela Corte de Contas a impossibilidade momentânea de reposição ao erário, tendo em vista a determinação da 4ª Vara Federal.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Diligência aguardando apelação de decisão judicial para conclusão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 62 - Deliberações do TCU atendidas integralmente

8.2. Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Atendidas integral ou parcialmente

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	00200.008496/2008-79				INFORMAÇÃO 00645/2009-SSAURH/SCINT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar a aposentadoria da ex-servidora Maria Regina Coelho de Macedo Basto, mat. 1925, para substituir a vantagem “20% de Acréscimo” pelas vantagens previstas nos artigos 1º e 3º da Resolução SF nº 74/94 (quintos e opção).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					

Síntese da Providência Adotada

O SEAPOS providenciou a alteração da aposentadoria da ex-servidora Maria Regina Coelho de Macedo Basto, mat. 1925, para substituir a vantagem “20% de Acréscimo” pelas vantagens previstas nos artigos 1º e 3º da Resolução SF nº 74/94 (quintos e opção).

O SECOPE providenciou a alteração do Título Concessório para incluir a parcela “Opção” pela FC05 (Secretário de Gabinete), a partir de 10/04/2008, data do falecimento da ex-servidora, bem como foram efetuadas as devidas correções no sistema SISAC.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	00200.002323/2007-66				INFORMAÇÃO 0890/2007-SSAURH/SCINT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar a aposentadoria do ex-servidor Sebastião da Conceição Carvalho, mat. 11773, demonstrar que as pensionistas não acumulam pensão e retificação do sistema SISAC.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SEAPOS registrou a alteração da aposentadoria do ex-servidor Sebastião da Conceição Carvalho, mat. 11773, no sistema SISAC; foi anexada cópia dos recadastramentos de 2014 para demonstrar que as pensionistas Joelma Gomes de Andrade e Rosângela Louredo não acumulam pensão; foi providenciado novo Título Concessório para incluir a parcela “Opção” pela FC04 e foram retificados no sistema SISAC os campos solicitados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	00200.007182/1998-26				INFORMAÇÃO 1153/2006-SSAURH/SCINT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar a aposentadoria do ex-servidor Francisco da Silva Rodrigues, mat. 3661, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 74/94, combinadas com a Decisão nº 481/1997-TCU-Plenário (quintos e opção), bem como atualizar a parcela VPNI de 2/10 FC03 + 2/10 FC01 para 2/10 FC04 + 2/10 FC01, pois a função comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar passou a ser retribuída pelo símbolo FC04, conforme Resolução SF nº 63/1997 (fl. 81), e retificar no sistema SISAC os campos solicitados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SEAPOs providenciou a alteração da aposentadoria do ex-servidor Francisco da Silva Rodrigues, mat. 3661, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 74/94, combinadas com a Decisão nº 481/1997-TCU-Plenário (quintos e opção), bem como foi atualizada a parcela VPNI de 2/10 FC03 + 2/10 FC01 para 2/10 FC04 + 2/10 FC01, pois a função comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar passou a ser retribuída pelo símbolo FC04, conforme Resolução SF nº 63/1997 (fl. 81); foi necessária a confecção da alteração do Título Concessório para atualizar a parcela VPNI a partir de 08/01/1998, data do falecimento do ex-servidor, bem como foram retificados no sistema SISAC os campos solicitados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	00200.010471/2001-69				PARECER 6/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar as parcelas VPNI e Opção, a partir de 06/06/2001, data do falecimento do ex-servidor, considerando que Antonio Galdino da Silva, mat. 1032, fez jus a 10/10 de FC01 e Opção pela FC01 (Contínuo), bem como retificar os sistemas SISAC e ERGON.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
O SECOPE providenciou a alteração do Título a partir de 06/06/2001, data do falecimento do ex-servidor Antonio Galdino da Silva, mat. 1032, considerando que o mesmo fez jus a 10/10 de FC01 e Opção pela FC01 (Contínuo), bem como retificou os sistemas ERGON e SISAC.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	00200.007774/2008-71				INFORMAÇÃO 01041/2011-SSAURH/SCINT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar a aposentadoria do ex-servidor José Bolivar Canuto de Alencar, mat. 8610, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 74/94 (quintos e opção), bem como verificar se a incorporação de 10/10 FC07 está em desacordo com a estabelecida em lei e aplicada pelo Tribunal de Contas da União, pois o correto é 6/10 FC06 + 4/10 FC07.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SEAPOs providenciou a alteração da aposentadoria do ex-servidor José Bolivar Canuto de Alencar, mat. 8610, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 74/94 (quintos e opção), bem como verificou que a incorporação de 10/10 FC07 está em desacordo com a estabelecida em lei e aplicada pelo Tribunal de Contas da União, pois o correto é 6/10 FC06 + 4/10 FC07.

O SECOPE alterou o Título Concessório para corrigir a parcela VPNI a partir de 15/04/2008, data do falecimento do ex-servidor, bem como foi retificado o sistema SISAC, além do sistema ERGON. Na oportunidade, por motivo da maioria de Bruno Aires de Alencar, mat. 8610-6, em 12/05/2009, foi confeccionada Portaria e alteração do Título Concessório.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	00200.035251/2010-39				PARECER 44/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar no formulário SISAC os campos “Tempo de Serviço para GATS” e “Tempo de Serviço Aposentadoria” para 20 anos, 2 meses e 4 dias, considerando que o ex-servidor Vlair Gomes Ferreira, mat. 9468, laborou no Senado Federal no período de 01/09/1971 a 29/11/1991 e teve 31 faltas injustificadas, computando 7.395 dias de efetivo exercício e preencher o campo “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE retificou no SISAC os campos “Tempo de Serviço para GATS” e “Tempo de Serviço Aposentadoria” para 20 anos, 2 meses e 4 dias, considerando que o ex-servidor **Vlair Gomes Ferreira**, mat. 9468, laborou no Senado Federal no período de 01/09/1971 a 29/11/1991 e teve 31 faltas injustificadas, computando 7.395 dias de efetivo exercício. Quanto ao preenchimento do campo “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, não foi providenciado, pois entendemos que o Ofício-Circular nº 66/2014-SEFIP orienta que o preenchimento deva ocorrer no caso de concessão de pensão concomitante à viúva e companheira, e não quando houver ex-esposa pensionada e ex-companheira pensionada, como é o caso em tela.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	00200.009925/2012-10				PARECER 53/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar o Título Concessório para incluir a parcela “Opção” pela FC05, bem como retificar no sistema SISAC o campo “Descrição dos Fundamentos Legais da Aposentadoria/Alteração” para substituir o código 1158260 por 1158287 e o campo “Dados de Vantagens” para incluir a parcela Opção.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE providenciou a alteração do Título Concessório da pensão instituída pelo ex-servidor Pedro Mariano Dutra, mat. 8014, para incluir a parcela “Opção” pela FC05, bem como retificou no sistema SISAC o campo “Descrição dos Fundamentos Legais da Aposentadoria/Alteração” para substituir o código 1158260 por 1158287 e o campo “Dados de Vantagens” para incluir a parcela Opção.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	00200.003667/2011-79				PARECER 113/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Verificar se o ex-servidor Francisco Evaristo de Paiva, mat. 10975, falecido em 14/01/2011, foi designado para exercer a função comissionada de Artesanato (FC01); se a referida função é inerente, e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que o ex-servidor não foi designado para o exercício de função comissionada, pois a função de Artesanato que recebia era inerente a seu cargo. Todavia, entendemos que, no caso em tela, considerando que a pensão civil concedida é sem paridade, não há necessidade de alterar o título concessório para transformar as parcelas “incorporação de quintos/décimos e opção” em parcela compensatória, uma vez que o benefício será pago em rubrica única, reajustado nos mesmos índices e data aplicáveis aos benefícios do RGPS.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	00200.000078/1995-68				PARECER 150/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Verificar se o ex-servidor José Teixeira de Moraes, mat. 123447, falecido em atividade no dia 19/09/1995, foi designado para exercer a função comissionada de Contínuo (FC01) e Artesanato (FC01); se as referidas funções são inerentes, e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que o ex-servidor foi designado para a função de Contínuo, no período de 20/11/1987 a 06/10/1988, num total de 303 dias, e não foi designado para o exercício da função comissionada de Artesanato, pois essa função que recebia era inerente a seu cargo. Todavia, entendemos que, considerando que o registro da concessão inicial da pensão civil foi considerado legal pelo Tribunal de Contas da União em 19/04/2005, com as vantagens quintos e opção (5/5 FC01+ Opção FC01), não cabe a presente revisão para transformar as parcelas “incorporação de quintos/décimos e opção” em parcela compensatória, uma vez que o julgamento ocorreu há mais de cinco anos e o registro da alteração da pensão no sistema SISAC é devido à habilitação tardia de um beneficiário, sem alterações das vantagens.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	00200.031495/2011-23				PARECER 156/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar se o ex-servidor Miguel Honorato dos Santos, mat. 9766, falecido em 24/09/2011, foi designado para exercer a função comissionada de Artesanato (FC01) ou se a referida função é inerente, e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário; e, ainda, verificar o exercício de outras funções comissionadas no âmbito do Senado Federal, conforme histórico funcional do antigo Sistema Sapes.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que o ex-servidor não foi designado para o exercício de função comissionada, pois a função de Artesanato que recebia era inerente a seu cargo. Quanto às funções constantes do histórico funcional, consideramos tratar-se de registro equivocado, visto que em data anterior não existiam. Informamos ainda que não há qualquer registro de designação na pasta do ex-servidor para nenhuma das funções evidenciadas e que também não há registro de pagamento das funções, conforme fichas financeiras referentes aos anos de 1971 e 1972. Dessa forma, conclui-se que a única função exercida pelo ex-servidor foi a de Artesanato, a qual era inerente ao cargo. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter sido aposentado por invalidez, foi elaborado novo título concessório, a fim de transformar a incorporação de função e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU - Plenário. Os sistemas ERGON e SISAC foram retificados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	00200.030603/2012-21				PARECER 169/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Verificar se o ex-servidor Antonino Dias Rosa, mat. 14981, falecido em 02/11/2012, foi designado para exercer a função comissionada de Motorista (FC05) ou se a referida função é inerente, e, se for o caso, a transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que a incorporação de quintos/décimos e opção do ex-servidor foi por ter recebido Diversos M1, Pró-Labore e Retribuição Acessória. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter sido aposentado por invalidez, foi elaborado novo título concessório, a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU - Plenário. Os sistemas ERGON e SISAC foram retificados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	00200.017965/1998-18				PARECER 212/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar os Títulos Concessórios, bem como os sistemas SISAC e ERGON, para alterar o percentual da GATS de 25% para 24%, considerando que o tempo de serviço computado para efeitos de anuênios no momento da aposentadoria do ex-servidor Bernhard Smid, mat. 15640, foi de 24 anos, 9 meses e 22 dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Foram providenciadas as alterações dos Títulos Concessórios para alterar o percentual de anuênios de 25% (vinte e cinco por cento) para 24% (vinte e quatro por cento), a partir de 21/11/1998, data do falecimento do ex-servidor Bernhard Smid, mat. 15640, considerando que seu tempo de serviço computado para efeito de anuênios é de 24 anos, 9 meses e 22 dias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	00200.014572/1999-33				PARECER 223/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar os Títulos Concessórios, bem como os sistemas SISAC e ERGON, para alterar o percentual da GATS de 22% para 21%, considerando que o tempo de serviço computado para efeitos de anuênios no momento da aposentadoria do ex-servidor Graciano de Souza Barros, mat. 22187, foi de 21 anos, 5 meses e 22 dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Foram providenciadas as alterações dos Títulos Concessórios para alterar o percentual de anuênios de 22% (vinte e dois por cento) para 21% (vinte e um por cento), a partir de 27/08/1999, data do falecimento do ex-servidor Graciano de Souza Barros, mat. 22187, considerando que seu tempo de serviço computado para efeito de anuênios é 21 anos, 5 meses e 22 dias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	00200.008231/1996-86				PARECER 245/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Esclarecer no formulário de concessão de pensão civil do sistema SISAC que os pensionistas passaram a receber a vantagem Opção desde 01/01/1998, embora a concessão da referida vantagem, com base na Decisão nº 481/97-Plenário, não tenha sido publicada até 25/10/2001.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Foi esclarecido no formulário de concessão de pensão civil do sistema SISAC que os pensionistas passaram a receber a vantagem Opção desde 01/01/1998, embora a concessão da referida vantagem, com base na Decisão nº 481/97-Plenário, não tenha sido publicada até 25/10/2001.					

Esclarecemos que não foi providenciada a alteração da aposentadoria do ex-servidor Onofre da Costa Lima, mat. 122686, para incluir na fundamentação legal da aposentadoria a vantagem da Decisão nº 481/97-TCU-Plenário, visto que o ex-servidor faleceu em 18/03/1996, ou seja, em data anterior à edição da Decisão nº 481/97-TCU-Plenário.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	00200.013805/2001-56				PARECER 258/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Verificar, junto à pensionista Domingas de Castro Galvão, a opção de efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao tempo de atividade rural prestado pelo ex-servidor Antonio Paiva Galvão, mat. 37713, de forma indenizada, visando ao saneamento da irregularidade, nos termos do Acórdão nº 1.893/2006-Plenário-TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE entendeu que não cabe à pensionista efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao tempo de atividade rural prestado pelo ex-servidor Antonio Paiva Galvão, de forma indenizada, conforme Acórdão 4.615/2012-1ª Câmara. A SCISF encaminhou o ato ao TCU opinando pela ilegalidade.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	00200.014187/2010-52				PARECER 116/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Considerando que houve modificação no fundamento legal da aposentadoria da ex-servidora, para fins de inclusão do art.190 da Lei nº 8.112/90 e conseqüente integralização de proventos e isenção do IRRF, que se faça a alteração da concessão inicial para adequação dos proventos pensionais aos da instituidora.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SEAPOs providenciou a alteração da aposentadoria da ex-servidora Quiteria Francisca de Meneses Silva, mat. 19723, para alterar os anuênios de 21% (vinte e um por cento) para 23% (vinte e três por cento). O SECOPE providenciou a alteração do Título Concessório da pensão a partir de 17/04/2010, data do falecimento da ex-servidora, bem como retificou os sistemas SISAC e ERGON. Na oportunidade, foram confeccionadas Portaria e alteração do Título Concessório considerando o falecimento do pensionista João Martins da Silva em 21/07/2010.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	00200.008101/2011-33				PARECER 291/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Retificar as parcelas VPNI de 3/10 FC05 + 3/10 FC06 + 4/10 FC07 para <u>2/10 FC05 + 2/10 FC06 + 6/10 FC07</u> a partir de 12/02/2011, data do falecimento da ex-servidora Katia Maria Viana Timponi, mat. 26818, considerando que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União determina a contagem de quintos/décimos a partir da primeira designação, conforme a Lei nº 8.911/94.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE providenciou a alteração do Título Concessório para retificar as parcelas VPNI de 3/10 FC05 + 3/10 FC06 + 4/10 FC07 para 2/10 FC05 + 2/10 FC06 + 6/10 FC07 a partir de 12/02/2011, data do falecimento da ex-servidora Katia Maria Viana Timponi, mat. 26818, considerando que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União determina a contagem de quintos/décimos a partir da primeira designação, conforme a Lei nº 8.911/94, bem como retificou o sistema SISAC.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	00200.029669/2011-98				PARECER 299/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar se o ex-servidor Newton da Silva Marques, mat. 4756, falecido em 19/08/2011, foi designado para exercer as funções comissionadas de Contínuo (FC01) e Motorista (FC05) ou se as referidas funções são inerentes. No caso de confirmação da segunda hipótese, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que a incorporação de quintos/décimos e opção do ex-servidor ocorreu após a revisão de sua aposentadoria, conforme processo nº 00200.006693/2006-91, no qual foi constatado que o mesmo foi designado para exercer a função gratificada de Contínuo a partir de 01/03/1973, mantida até a data de sua aposentadoria por invalidez, em 02/02/1979, conforme Portaria do Presidente do Senado Federal nº 2/1973 e Portaria do Diretor-Geral do Senado Federal nº 101/1973; registros funcionais do antigo sistema SAPES; fichas financeiras; e Parecer nº 146/2009-ADVOSF. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor Newton da Silva Marques ter sido aposentado por invalidez, e tendo em vista que fez jus à incorporação de 10/10 de F1 + Opção pela FC01 (Contínuo) por ter sido designado para exercer a função comissionada de Contínuo, no período de 01/03/1973 a 01/02/1979, foi mantido o Título Concessório, com as devidas incorporações quintos/décimos e Opção.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	00200.021295/2008-67				PARECER 309/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar o Título Concessório referente à habilitação tardia de Letícia Pereira Cirqueira, em 20/01/2010, para corrigir o valor da pensão que é paga em rubrica única, pois de acordo com o Acórdão nº 2.602/2013-Plenário-TCU (item 9.2.9) as pensões instituídas por servidores falecidos a partir de 31/12/2003 devem observar as orientações contidas no Acórdão nº 2.553/2013-Plenário-TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE providenciou alterações dos Títulos Concessórios da pensão concedida a Maria Raimunda Silva Carvalho Cirqueira, na qualidade de cônjuge, e a Letícia Pereira Cirqueira, na qualidade de pessoa designada, para alterar o percentual de anuênios de 15% (quinze por cento) para 16% (dezesesseis por cento), a partir de 16/11/2008, data do falecimento do ex-servidor Joaquim Aires Cirqueira, mat. 28645, bem como retificou os sistemas ERGON e SISAC.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	00200.034951/2011-97				PARECER 310/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar a inconsistência entre o campo “Tempo de Serviço para GATS” (12a 2m 1d) no item “Dados do Instituidor” e o percentual de anuênios no valor de 14%, no item “Dados de vantagens”, presentes no SISAC da pensão instituída pela ex-servidora Maria das Dores Silva de Carvalho, mat. 17519, falecida em 04/11/2011; bem como para averiguar se a ex-servidora foi designada para exercer a função comissionada de Contínuo (FC01) ou se a função é inerente. No caso de confirmação da segunda hipótese, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					

Síntese da Providência Adotada

O SECOPE alterou no formulário do sistema SISAC, no item “Dados do Servidor”, o campo “Tempo de Serviço para GATS” de 12 anos, 2 meses e 1 dia para 14 anos e 7 dias, e o campo “Tempo de Serviço para Aposentadoria” de 12 anos, 2 meses e 1 dia para 15 anos e 2 dias. Com relação à função comissionada de Contínuo (FC01) exercida pela ex-servidora, esta foi designada para exercer a referida função nos períodos de 15/04/1986 a 02/09/1986 e 18/02/1987 a 14/06/1988 (data na qual a ex-servidora foi aposentada), conforme consta na Portaria de designação nº 203, datada de 05 de maio de 1986; no pedido de desligamento constante no processo de movimentação de servidor, datado de 02/09/1986; bem como no processo de movimentação de servidor, deferido a partir de 17/02/1987. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de a ex-servidora Maria das Dores Silva de Carvalho ter sido aposentada por invalidez, e tendo em vista que fez jus à incorporação de 2/10 de FC01 por ter sido designada para exercer a função comissionada de Contínuo, foi mantido o Título Concessório de fl. 40 do volume de nº 1 do presente processo, com as devidas incorporações quintos/décimos, bem como os anuênios no percentual de 14%.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	00200.033424/2010-84				PARECER 326/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Esclarecer o direito do instituidor de perceber as vantagens “Quintos e Opção”, considerando os registros de exercício de funções comissionadas no sistema Sapes, nas telas 04, 02 e 04, 13(Lotação e Incorporação).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
Após pesquisa na pasta funcional do ex- servidor Manuel de Oliveira, matrícula 8063, verificamos que este foi designado para exercer a função de motorista, no período de 30/08/1977 a 29/08/1979, conforme Portarias 260/77 e 387/79; bem como no intervalo de 08/09/1983 a 31/12/1985,					

conforme Portaria 798/83. Todavia, observamos nas fichas financeiras do referido ex-servidor que, dentro do primeiro período citado (30/08/1977 a 29/08/1979), somente de novembro de 1978 a julho de 1979 ele recebeu função de confiança; havendo percebido, entre 08/09/1983 a 31/12/1985, “pró-labore” e “diversos M1”, o que não lhe garante o direito à incorporação de quintos/décimos, tendo em vista que não houve designações do mencionado ex-servidor por doze meses de efetivo exercício de função comissionada, requisito para que fizesse jus à incorporação de quintos/décimos, conforme previsto art. 3º da Lei 8.911/1994. Na oportunidade, foi informado que a única pensionista habilitada a receber pensão civil, a Sra. Walkyria Vieira de Castro Oliveira, faleceu no dia 23/10/2015.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	00200.009218/2010-53				PARECER 319/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar se o ex-servidor Carlos Arthur Pereira, mat. 23945, falecido em 25/03/2010, foi designado para exercer a função comissionada de Motorista (FC05) ou se a referida função é inerente. No caso de confirmação da segunda hipótese, tendo em vista que a pensionista Marinete Silva Pereira recebe atualmente 10/10 de FC05 + Opção pela FC05, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que a incorporação de quintos/décimos e Opção ocorreu em virtude de o referido ex-servidor ter recebido a função inerente de Motorista e que não houve designações do ex-servidor por doze meses de efetivo exercício (requisito para que fizesse jus à incorporação de um quinto, conforme previsto art. 3º da Lei 8.911/1994), eis que foi designado para exercer função comissionada de Chefe de Seção, no período de 11/02/1996 a 01/03/1996 (20 dias); função de Motorista de Gabinete de Senador, no período de 09/03/1998 a 31/01/1999 (329 dias); bem como para a função de Assistente de Divulgação, no período de 18/10/2000 a 30/10/2000 (13 dias), totalizando 362 dias de efetivo exercício de função. Assim, considerando que a incorporação de quintos/décimos e Opção do ex-servidor ocorreu por este ter recebido a função inerente de Motorista; considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter sido aposentado por invalidez, foi elaborado novo título concessório, a fim de transformar a incorporação de função e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU - Plenário.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	00200.016436/2012-14				PARECER 386/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Alterar os Títulos Concessórios para alterar o percentual de anuênios de 29% (vinte e nove por cento) para 28% (vinte e oito por cento), a partir de 10/06/2012, data do falecimento do ex-servidor João Azevedo da Silveira, mat. 3880, considerando que seu tempo de serviço computado para efeito de anuênios é 28 anos, 11 meses e 29 dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

O SECOPE providenciou a alteração dos Títulos Concessórios para alterar o percentual de anuênios de 29% (vinte e nove por cento) para 28% (vinte e oito por cento), a partir de 10/06/2012, data do falecimento do ex-servidor João Azevedo da Silveira, mat. 3880, considerando que seu tempo de serviço computado para efeito de anuênios é 28 anos, 11 meses e 29 dias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	00200.023787/1997-83				PARECER 389/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar se o ex-servidor Afonso José dos Santos, mat. 127544, falecido em 04/12/1997, foi designado para exercer a função comissionada de contínuo (FC01) ou se a referida função é inerente. No caso de confirmação da primeira hipótese, tendo em vista que os pensionistas Jaqueline Alves dos Santos e Paulo Afonso Alves dos Santos recebem atualmente 1/5 de FC1, deverá ocorrer incorporação de quintos/décimos (VPNI), conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que a incorporação de quintos/décimos do ex-servidor ocorreu porque ele exerceu a função de contínuo, entre 08/08/1990 (data da designação) e 20/04/1992 (data da aposentadoria), não havendo interrupção no exercício, mas tão somente transformação no regime de contratação. Assim, foi mantido o Título Concessório, com as devidas incorporações quintos/décimos.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	00200.035078/2011-50				PARECER 409/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Conciliar o percentual da GATS no título concessório no formulário SISAC com o tempo de serviço GATS do instituidor no formulário SISAC e retificar o campo “Valor do vencimento proporcional”, do item “Dados dos benefícios”.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					
O SECOPE retificou o formulário SISAC do ex-servidor Itamar Alves Barbosa, mat. 48310, para conciliar o percentual da GATS com o título concessório e retificou o campo “Valor do vencimento proporcional”, do item “Dados dos benefícios”.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	00200.012330/2001-81				PARECER 397/2015-COAUDPES/SCISF
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Verificar se o ex-servidor Geraldo Rodrigues de Barros, mat. 12390, falecido em 05/07/2001, foi designado para exercer a função comissionada de Motorista (FC05) ou se a referida função é inerente. No caso de confirmação da segunda hipótese, tendo em vista que a pensionista remanescente Valdete da Silva Monteiro de Barros recebe atualmente 10/10 de FC05 + Opção pela FC05, deverá ocorrer transformação em parcela compensatória, conforme determinado no item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-TCU-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Concessão de Pensões					
Síntese da Providência Adotada					

Verificamos que a incorporação de quintos/décimos e Opção ocorreu em virtude de o referido ex-servidor ter recebido a função inerente de Motorista. Assim, considerando que a pensão foi concedida com paridade, em virtude de o ex-servidor ter falecido em 05/07/2001, foram elaborados novos títulos concessórios, a fim de transformar a incorporação de quintos/décimos e opção em parcela compensatória, em atendimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013 – TCU – Plenário, bem como foram alterados os sistemas ERGON e SISAC.

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	00200.011460/2000-15			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Anexar ao processo o último contracheque do parlamentar segurado antes da data do óbito;</p> <p>Retificar a data do óbito de 11/02/2000 para 10/02/2000 e a data de vigência de 12/02/2000 para 11/02/2000 no sistema SISAC, Título Concessório, Portaria e sistema ERGON.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Contracheque anexado, datas retificadas.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Diligência atendida.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	00200.013811/2007-07			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Juntar documentação comprobatória de união estável com companheira mantida há mais de 5 anos					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Solicitação à pensionista da documentação exigida; diante da não existência da documentação, autos encaminhados à ADVOSF para emissão de parecer. Parecer emitido recomendando cancelamento do benefício, sem devolução de valores percebidos indevidamente.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Pensão cancelada.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	00200.001937/2008-10			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Juntar documentação comprobatória do recolhimento das contribuições vertidas ao IPC (1983 a1999) e ao PSSC (1999 a 2003)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Relação das contribuições ao IPC e fichas financeiras com descontos referentes ao PSSC encaminhadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	00200.031524/2011-57			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Corrigir os percentuais do benefício concedido ao ex-senador Hélio Costa, elaborando-se nova portaria.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Portaria DGER nº 2891 assinada, publicada no BASF nº 5718, de 27/03/2015.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	00200.017883/2002-19			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Encaminhar cópia de processo de averbação de tempo de mandato de prefeito do ex-senador Freitas Neto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Processo encaminhado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	00200.001493/2003-08			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Encaminhar cópia de processo de averbação de tempo de mandato de prefeito do ex-senador Arlindo Porto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Processo encaminhado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
34	00200.000643/2003-58			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
O valor dos proventos constante no formulário SISAC e no documento que incluiu o benefício na folha de pagamento do Senado Federal não corresponde ao percentual a que faz jus o ex-senador.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Constatado que o ex-parlamentar recebeu corretamente o valor correspondente ao percentual a que faz jus.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Diligência atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
35	00200.019235/2003-70			DI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
Elaborar portaria de alteração do benefício e registro no SISAC.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Seguridade Parlamentar					
Síntese da Providência Adotada					
Elaborada portaria nº 3338/2015, publicada no BASF nº 5734, de 17/04/2015. Formulário SISAC elaborado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Diligência atendida.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AUDITORIA NOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DOS ESTAGIÁRIOS DO SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					MEMO 008/2015 - COACF/SCISF/SF (00200.003050/2015-87 - AUTUAÇÃO EM 18/02/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Diretoria-Geral					
Descrição da Deliberação					
Para possibilitar a auditoria, solicita-se o envio dos processos de pagamento dos estagiários dos meses de setembro/2014 a janeiro/2015					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					

MEMO nº 00174/2015/2015 – COPAG: foram encaminhados os processos de pagamento de estagiários para subsidiar a análise da Secretaria de Controle Interno

Síntese dos Resultados Obtidos

Atendimento integral da solicitação do órgão de controle interno

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AUDITORIA SOBRE PUBLICAÇÃO DE ATOS DE COMISSIONADOS - 2º SEMESTRE DE 2014					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					RELATÓRIO DE AUDITORIA 1/2015 -0 COAUDPES/SCISF (00200.006550/2015-71 - AUTUAÇÃO 01/04/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Diretoria-Geral					
Descrição da Deliberação					
No que tange à área de pagamento de pessoal: diferença no valor da remuneração atribuída ao cargo em comissão de apoio técnico e operacional, símbolo AP-03 e seus equivalentes vigentes nos últimos 5 anos (item vi.2)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento De Pessoal					
Síntese da Providência Adotada					

MEMO nº 00158/2015 – COPAG: argumenta-se que não há diferença no valor da remuneração do cargo em epígrafe, mas, tão somente, erro material na redação dada ao art. 421, inciso iii, do RASF, pelo ATC nº 14/2013

Síntese dos Resultados Obtidos

Esclarecimento acerca das divergências apontadas no relatório de auditoria

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ANÁLISE TÉCNICA DOS BALANCETES DE PESSOAL EM REGISTROS CONTÁBEIS DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					NOTA INFORMATIVA 034/2015/COACF/SCISF/SF (DOCUMENTO: 00100.108983/2015-98 - AUTUAÇÃO 17/08/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade/Secretaria de Gestão de Pessoas					
Descrição da Deliberação					
Análise técnica dos registros contábeis das despesas de pessoal e encargos sociais tendo como referência o mês de julho de 2015, especialmente quanto à falta de registro segregado das despesas referentes às licenças do pessoal ativo: licença prêmio por assiduidade no trabalho e licença capacitação e não apropriação das respectivas naturezas de despesas detalhadas conforme a classificação SOF-NDDSO					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento de Pessoal					

Síntese da Providência Adotada

As despesas do pessoal ativo com licença prêmio por assiduidade e licença capacitação foram descoladas da natureza de despesa nº 31901101 (vencimentos e salários), sendo, então, apropriadas, respectivamente, nas de nº 31901147 (licença prêmio) e 31901149 (licença capacitação).

Síntese dos Resultados Obtidos

Atendimento integral da solicitação do órgão de controle interno

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Quadro – Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Pendentes

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1					
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Senado Federal					
Descrição da Deliberação					
<p>Na análise dos processos de aposentadoria que se enquadram no item 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário, a SCISF vem determinando a transformação da parcela quintos e opção em parcela compensatória:</p> <p>9.2.3 adote as medidas administrativas cabíveis, visando a transformar a parcela referente ao pagamento da incorporação de quintos de FC e a vantagem prevista no art. 193 da Lei 8.112/1990 (FC/opção) concedidas a todos os servidores do Senado Federal (Consultores Legislativos, Consultores de Orçamentos, Advogados, Analistas Legislativos, Técnicos Legislativos e Auxiliares Legislativos), em especial os Consultores Legislativos relacionados nas fls. 169 a 171 do Anexo 2, até mesmo os aposentados, sem que tenham sido formalmente designados para o exercício de função comissionada de direção, chefia ou assessoramento, em desconformidade com os artigos 62 e 62-A da Lei 8.112/1990, 3º da Lei 8.911/1994, e 15 da Lei 9.527/1997, em parcela compensatória passível de atualização pelos índices gerais de reajuste aplicáveis às remunerações dos servidores públicos, a ser absorvida por ocasião: do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção, ordinária ou</p>					

extraordinária; da reorganização ou da reestruturação dos cargos e da carreira ou das remunerações; da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Serviço de Aposentadoria de Servidores

Síntese da Providência Adotada

Aguardando deliberação do Senado Federal acerca da aplicação do mencionado item a todos os servidores e pensionistas

Síntese dos Resultados Obtidos

Diligência não atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Senado Federal ainda não adotou as medidas necessárias para o cumprimento do item 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário, ou seja, implantar a parcela compensatória a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que se enquadram no referido dispositivo.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 4/2014-COAUDPES/SCISF					
Deliberações da Secretaria de Controle Interno					
Deliberações Expedidas pela SCISF					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					RELATÓRIO DE AUDITORIA 4/2014-COAUDPES/SCISF - MEMO 006/2015 GBCINT/SCISF/SF(00200.003099/2015-30 - AUTUAÇÃO EM 19/02/2015)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Descrição da Deliberação					
<p>"Descrevem-se apenas as recomendações que competem a esta COPAG:</p> <p>- achado de auditoria ii.1.3.a. Incorreção na base remuneratória da licença prêmio – inclusão indevida do adicional de insalubridade na base de cálculo</p> <p>- achado de auditoria ii.1.3.b. I. Incorreção na base remuneratória da licença prêmio - diferença no valor de adicional de tempo de serviço da matrícula 43543"</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Justificativa para o seu não-cumprimento	
<p>"Resposta ao achado de auditoria ii.1.3.a: esta COPAG já está excluindo a vantagem adicional de insalubridade da base de cálculo da indenização de licença-prêmio paga aos aposentados. No entanto, aguarda-se a ratificação da administração quanto à cobrança dos últimos cinco anos, tendo em vista a súmula 249 do TCU. Questiona-se, também, a partir de qual data seria contada a prescrição.</p> <p>Resposta ao achado de auditoria ii.1.3.b. I.: conforme instrução do processo (documento 00100.108793/2015-71), antes de qualquer medida de cobrança da servidora em questão far-se-á necessário deliberar quanto aos questionamentos levantados pelo SEICAP/COPAG, em especial:</p> <p>A) qual a base de cálculo a ser aplicada no cálculo da licença-prêmio? O do último dia na atividade ou o cálculo revisado na aposentadoria?</p> <p>B) quanto à retroatividade, terá que ser feita a cobrança dos últimos cinco anos de todos os servidores na mesma condição, tendo em vista a súmula 249 do TCU? Questiona-se também a partir de qual data seria contada a prescrição. Vale frisar que esta COPAG está adotando o cálculo revisado na aposentadoria como base de cálculo para o pagamento da indenização da licença-prêmio até que se obtenham os esclarecimentos. "</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Quadro 63 - Recomendações da Secretaria de Controle Interno – Atendidas integral ou parcialmente

8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração(*)	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000,		
Procs. 00200.002971/2011-07, 00200.013131/2015-95, e 00200.031119/2015-81 ⁽¹⁾							Em apuração ⁽¹⁾	
Proc. 00200.030100/2009-51 ⁽²⁾							Em apuração ⁽²⁾	

Quadro 64 - Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Fonte: Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n°s 5792, 5854.

(*) Em que pese não haver prazo superior a 180 dias do exercício de instauração (2015), tramitam, atualmente, no Senado Federal, dois casos destinados à apuração de responsabilidade por danos ao erário, quais sejam:

Processos n°s 00200.002971/2011-07, 00200.013131/2015-95, e 00200.031119/2015-8. Mediante a Portaria da Primeira-Secretaria n° 6/2015, de 07/07/2015, foi instaurada Comissão Especial, integrada por servidores, destinada à apuração de responsabilidade e o dano (débito) do Estado de Rondônia para esta Casa, em razão da cessão do servidor **Luiz Gonzaga da Costa** àquela unidade federativa, com ônus para o órgão cessionário. **Situação atual:** em apuração, **há menos de 180 dias do exercício de instauração (2015)**. Os processos foram encaminhados pela Secretaria de Controle Interno à Presidência do Senado Federal, com vistas à obtenção do Pronunciamento a que se refere o inciso IV, artigo 52, da Lei n° 8.443/92, após o qual poderá ser enviado ao Tribunal de Contas da União para fins de instauração de Tomada de Contas Especial.

Proc. 00200.030100/2009-51. Mediante a Portaria da Primeira-Secretaria n° 7/2015, de 07/07/2015, foi instaurada Comissão Especial de servidores visando à apuração de responsabilidades e dano (débito) da Prefeitura do Município de Porto Alegre, em razão da cessão da servidora **Myrian Carvalho Beck** àquela Prefeitura, com ônus para o órgão cessionário. Situação atual: em apuração, **há menos de 180 dias do exercício**

de instauração (2015). Solicitada a inscrição da devedora no CADIN, procedimento após o qual os autos serão enviados à Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, para fins de exame e pronunciamento quanto à instauração da TCE.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Regulamenta o art 5º caput, da Lei 8666/93: *in verbis*:

Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Em atendimento ao referido dispositivo, cumpre-nos informar que os processos de pagamento no Senado Federal seguem o seguinte fluxo:

1. Serviço prestado ou material entregue;
2. Nota Fiscal entregue ao gestor/fiscal pelo fornecedor;
3. Gestor/Fiscal confere a entrega do objeto contratado, atesta a nota fiscal, realiza a conferência dos valores faturados, junta nota de empenho, certidões e demais documentos previstos no contrato tais como garantia contratual, comprovantes de recolhimento de encargos e outros.
4. Em caso de material de consumo, o processo tramita à unidade responsável pelo almoxarifado para registro do material. Se material permanente, vai à unidade responsável pelo tombamento.
5. O processo assim instruído é encaminhado a esta Coordenação de Execução Financeira para liquidação e pagamento, de forma concomitante.
6. Na Coordenação de Execução Financeira o processo é distribuído ao servidor que realizará a análise dos documentos que instruem o processo e, ato contínuo, procede-se ao registro no SIAFI da liquidação da despesa e à emissão da ordem bancária em favor do fornecedor. O tempo para essa etapa, regra geral, varia de um a três dias, exceto em casos que demandam mais tempo para análise, como ocorre nos pagamentos relativos a reajustes contratuais retroativos ou repactuações com efeitos retroativos.
7. Se detectada alguma inconsistência, o processo é imediatamente restituído ao gestor para que adote as providências necessárias à regularização, retornando em seguida para pagamento.
8. Após o pagamento, o processo é encaminhado à Coordenação de Contabilidade para conferência dos registros e conformidade documental.

Importante ressaltar que todos os processos recebidos nesta Coordenação para pagamento são distribuídos, analisados e pagos na medida da capacidade laboral da unidade, ou seja, não há prática voltada à priorização ou sobrestamento dos pagamentos em virtude da limitação de recursos. Eventual priorização de processo que já se encontra nesta Coordenação ocorre apenas em função do vencimento da fatura com o objetivo de evitar a incidência de encargos moratórios para o Senado.

As contratações no Senado observam sempre o limite orçamentário e financeiro do Órgão, de forma que, após o cumprimento das obrigações previstas em contrato, o processo segue o fluxo indicado acima com vistas ao pagamento dentro do prazo contratado, sem necessidade de seleção de processos que podem ou não ser pagos em decorrência de limitação de recursos financeiros.

A partir do dia 04 de maio de 2015, o Senado Federal implementou o processo eletrônico no âmbito de sua administração, em substituição aos processos em meio físico. Essa nova modalidade de processo amplia a transparência e permite o acompanhamento das providências adotadas em cada unidade pela qual o processo tramitou, bem como o monitoramento da ordem cronológica dos pagamentos. Ainda em relação aos processos eletrônicos, a Administração noticiou que o próximo passo será o cadastramento de fluxos para os processos eletrônicos, com definição das unidades pelas quais tramitará. Essa ferramenta também pode subsidiar a Administração no monitoramento da ordem de análise dos processos.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

<u>Relação das Empresas Desoneradas pelo Serviço de Instrução de Reajuste de Contratos - SIRC</u>									
<u>1) Contratos com Desonerações assinadas pela DGER</u>									
Empresa	CNPJ	Contrato	Objeto	Vigência do Contrato	Valor Global	Valor Desonerado	Período Desonerado	Diferença a favor do Senado	Assinado

<p>CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA. 00200.011945/2009-47</p>	<p>05.455.684/0001-30</p>	<p>0005/2008</p>	<p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de programação, operação técnica, manutenção preventiva e corretiva, inclusive em regime de plantão e com fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários, nos módulos da Central de Relacionamento do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.</p>	<p>11/02/2008 até 19/08/2013</p>	<p>1º Aliquota R\$ 2.933.595,72 2º Aliquota R\$ 2.965.372,20</p>	<p>1º Aliquota R\$2.801.865,72 2º Aliquota R\$2.958.342,12</p>	<p>Aliquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Aliquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014</p>	<p>R\$ 247.823,41</p>	<p>(Termo de Acerto Final de Contas) 02/02/2015</p>
<p>CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA. 00200.015793/2009-51</p>	<p>05.455.684/0001-30</p>	<p>0075/2013</p>	<p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de programação, operação técnica, manutenção preventiva e corretiva, inclusive em regime de plantão e com fornecimento de peças, componentes e demais materiais necessários, nos módulos da Central de Relacionamento do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.</p>	<p>20/08/2013 até 19/08/2016</p>	<p>R\$ 2.565.093,84</p>	<p>R\$ 2.409.592,08</p>	<p>Aliquota 2,5% Início: 1º/12/2011 Fim: 31/07/2012 Aliquota 2% Início: 1º/08/2012 Fim: 31/12/2014</p>	<p>R\$ 220.621,94</p>	<p>(3º Termo Aditivo) 27/10/2015</p>
<p>Total de Desoneração autorizada:</p>								<p>R\$ 468.445,35</p>	

2) Contratações com instrução de desoneração iniciada, mas sem conclusão devido a notificação sobre a sua suspensão, em 04/03/2015 - TCU)

JB CONSTRUTORA LTDA	10.886.138/0001-93	0032/2011	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, ferramentas e peças necessárias ao pleno funcionamento de todo o Sistema Elétrico do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	30/04/2011 até 29/04/2016	R\$ 7.505.738,88	R\$ 6.713.817,36	Aliquota 2% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014		
MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	03.517.258/0001-58	0030/2014	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de monitoração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico à operação e fornecimento de peças, quando necessário, para os equipamentos broadcast da TV SENADO, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	15/05/2014 até 14/05/2016	R\$ 542.625,00	R\$ 487.383,00	Aliquota 1% Início: 04/06/2013 Fim: 31/12/2014		

PLANSUL PLANEJAME NTO E CONSULTOR IA LTDA	78.533.312/0001-58	0019/2009	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, relações públicas, pesquisa e opinião e outros órgãos da Secretaria Especial de Comunicação Social do SENADO FEDERAL - SECS/SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	01/04/2009 até 29/06/2014	R\$ 27.342.145,32	R\$ 25.030.084,24	Alíquota 1% Início: 1º/01/2014 Fim: 31/12/2014		
---	--------------------	------------------	---	------------------------------	----------------------	----------------------	--	--	--

Observação:

Os cálculos para a Desoneração da Empresa Control Teleinformática Ltda. (Contrato nº 0007/2008) foram realizados pelo "Grupo de Trabalho da Desoneração da Folha de Pagamento" (fls. 1967/1993), instituído pela Portaria nº 5142 – DGER. Com base nas informações prestadas por esse Grupo foi expedido documento da Diretoria Geral à SAFIN autorizando a compensação de créditos e a respectiva emissão das Notas de Empenho. A COPLAC\SADCON salienta que a DGER encaminhou este relatório à SAFIN para ciência, conferência e emissão das NE's (fls. 1967/1993), sem participação da SADCON. O "Termo de Acerto Final de Contas" do contrato 007/2008 (fl. 2010/2011) fora produzido pelo Serviço de Contratos - SECON, em 03/02/2015, a pedido da Diretoria-Geral (fl. 1994 - Processo nº 00200.021352/2007-27). Ressalta-se que o Relatório Final do Grupo de Trabalho encontra-se no documento: 00100.105386/2015 e que o processo acerca da desoneração recebeu o nº 00200.026151/2013-64.

Quadro 65 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento